Terra Livre

O Brasil e a construção endógena do pensamento geográfico

Terra Livre	São Paulo	ISSN 2674-8355	Ano 29, Vol.2, n 43	jul-dez/2014

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional
Gestão 2012-2014

Diretoria Executiva Nacional

Presidente
Márcio Cataia (AGB Campinas)

Vice-Presidente
Nelson Rego (AGB Porto Alegre)

1ª Secretária
Natália Freire Bellentani (AGB São Paulo)

2º Secretário
Thalismar Gonçalves (AGB Vitória)

1º Tesoureiro
Flávio Palhano (AGB Vitória)

2º Tesoureiro
Felipe Ricardo Lopes (AGB Belo Horizonte)

Coordenação de Publicações
Renato Emerson do Santos (AGB Rio de Janeiro)
André Pasti (AGB Campinas)

Representantes junto ao Sistema/CONFEA
Títular: Nelson Rego (AGB Porto Alegre)

Articulação dos GTs: Gabriel de Melo Neto (AGB Catalão) e Luiz Henrique (AGB Viçosa)

Comunicações: Lara Schmitt Caccia (AGB Porto Alegre)

Secretaria Administrativa
Caio Tedeschi de Amorim (Seção São Paulo)

TERRA LIVRE

ISSN 2674-8355

Publicação semestral
da Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANO 29 – VOL. 2
NÚMERO 43

TERRA LIVRE

Conselho Editorial

Adriana Bernardes da Silva – Campinas/SP
Alexandre P. Faria Nogueira – João Pessoa/PB;
Ana Maria Hoepers Preve – Florianopolis/SC
Anderson Bem - Mal. Candido Rondon/PR
Azucena Arango Miranda – Univ. Humboldt de Berlín, Alemania UNAM, México
Carlos Alexandre Leão Bordalo –Belém/PA
Charlles da França Antunes - DEN
Claudinei Lourenço – Belo Horizonte/MG
Claudio Ubiratan Gonçalves – Belém/PA
Clay Anderson Nunes Chagas – Belém/PA
Cristiane Cardoso –Rio de Janeiro/RJ
Edima Aranha Silva – Três Lagoas/MS
Eduardo Karol – Niterói/RJ
Eliane Tomiasi Paulino – Londrina/PR
Fabrício Gallo – Campinas/SP
Fernando Conde – Belo Horizonte/MG
Flávia Elaine da Silva Martins – Niterói/RJ
Flávio Palhano – Vitória/ES
Gabriel de Melo Neto – Catalão/GO
Gilmar Alves de Avelar – Catalão/GO
Gustavo Felipe Olesko – Curitiba/PR
Gustavo Prieto – São Paulo/SP
Jeani Delgado Paschoal Moura – Londrina/PR
João Fabrine – Mal. Candido Rondon/PR
Jorge Ramón Montenegro Goméz – Curitiba/PR
Lucas Panitz – Porto Alegre/RS
Marcelo Garrido – Univ. Academia de Humanismo Cristiano, Chile
Margarida Pereira – Univ. Nova de Lisboa, Portugal
Marisia Buitoni – Rio de Janeiro/RJ
Marleide Sergio – Aracaju/SE
Natalia Freire – São Paulo/SP
Nazareno José Campos – Florianópolis/SC
Nilo Almeida – Recife/PE
Pedro Vianna – João Pessoa/PB
Raimunda Aurea – Aracaju/SE
Raquel Daré – Vitória/ES
Rosemeire A. de Almeida – Três Lagoas/MS
Saulo Costa – Recife/PE
Sinthia Batista – Porto Alegre/RS
Verônica Ibarra – Univ. Autonoma do México, UNAM
Willian Rosa Alves (*In memorian*) – Belo Horizonte/MG

Pareceristas Ad Hoc da Terra Livre n.43: Cátia Antônia da Silva, Dirce Suertegaraay, Douglas Santos, Fabrício Gallo, Julio Cesar Ribeiro, Nelson Rego, Simone Batista Ferreira

Editores Responsáveis: Renato Emerson dos Santos, André Pasti
Projeto gráfico, editoração eletrônica e impressão:
Capa: Marden Muller Mestre de Edição: Renato Emerson dos Santos
Tiragem: 1000 exemplares

Endereço para correspondência
Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) – Av. Prof. Lineu Prestes, 322 – Edifício de Geografia e História – Cidade Universitária – CEP. 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel. (11) 3091-3758

Ficha Catalográfica

Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986 – v. ils. Histórico	
1986 - ano 1, v. 1 – impressa	2002 - ano 17, v.1, n.18; v.2, n.19 – impressa
1987 - n. 2 – impressa	2003 - ano 18, v.1, n. 20; v.2, n.21 – impressa
1988 - n. 3, n.4, n.5 – impressa	2004 - ano 19, v.1, n.22; v.2, n.23 – impressa
1989 - n.6 – impressa	2005 - ano 20, v.1, n. 24; v.2, n.25 – impressa
1990 - n.7 – impressa	2006 - ano 21, v.1, n.26; v.2, n.27 – impressa
1991 - n.8, n.9 – impressa	2007 - ano 22, v.1, n.28; v.2, n.29 – impressa e digital
1992 - n.10 – impressa	2008 - ano 23, v.1, n.30; v.2, n.31 – impressa e digital
1992/93 - n.11/12 (editada em 1996) – impressa	2009 - ano 24, v.1, n.32; v.2, n.33 – impressa e digital
1994, 95,96 – interrompida	2010 - ano 25, v.1, n.34; v.2, n.35 – impressa e digital
1997 - n.13 – impressa	2011 - ano 26, v.1, n.36; v.2, n.37 – impressa e digital
1998 - interrompida	2012 - ano 27, v.1 n.38; v.2, n.39 – impressa e digital
1999 - n. 14 – impressa	2013 - ano 28, v.1 n.40; v. 2, n. 41 – impressa e digital
2000 - n.15 – impressa	2014 – ano 28, v.1 n. 41; v. 2, n. 43 – impressa e digital
2001 - n.16, n.17 – impressa	
	ISSN 2674-8355

SUMÁRIO

EDITORIAL X

ARTIGOS 16

RESISTÊNCIA DESCOLONIAL: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS TERRITORIAIS
Edir Pereira 17

APONTAMENTOS E DIMENSÕES SOCIOESPACIAIS DA CIDADE E DA VIDA COTIDIANA URBANA CONTEMPORÂNEA: A APROPRIAÇÃO SOCIAL DE ESPAÇOS EM PERSPECTIVA
Ulysses da Cunha Baggio 56

TRABALHO DE CAMPO: LINGUAGEM PRODUTORA DE SABERES E ARTICULAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E GEOGRÁFICAS
Ligia Beatriz Goulart, Marcio Fenili Antunes 90

O SABER GEOGRÁFICO E A PRÁTICA POLÍTICA: A REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1930/1950)
Carlo Eugênio Nogueira 105

INTRODUÇÃO DE GEORG LUKÁCS NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO
Bernard Teixeira Coutinho 140

DIÁLOGOS ENTRE GEOGRAFIA E AGROECOLOGIA: REFLEXÕES SOBRE TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E COLONIALIDADE
Antonielle Pinheiro da Cunha 170

O LUGAR NA CONSTRUÇÃO SOCIAL: O PONTO DE CULTURA DE MAJOR SALES
Jocivânia Fernandes do Nascimento, Fábio Rodrigo Fernandes Araújo, Rosalvo Nobre Carneiro 206

A CARAVANA TERRITORIAL DA BACIA DO RIO DOCE: MINERAÇÃO E TERRITORIALIDADES EM TENSÃO
GRUPOS DE TRABALHO DA AGB 225

NORMAS 267

SUMMARY

FOREWORD X

ARTICLES 16

DECOLONIAL RESISTANCE: STRATEGIES AND TACTICS TERRITORIAL 17
Edir Pereira

NOTES AND DIMENSIONS SOCIOSPATIAL CITY AND EVERYDAY LIFE URBAN CONTEMPORARY: THE SOCIAL APPROPRIATION OF SPACES IN PERSPECTIVE 56
Ulysses da Cunha Baggio

FIELDWORK: LANGUAGE THAT PRODUCES KNOWLEDGE AND ARTICULATION OF PEDAGOGICAL AND GEOGRAPHICAL PRACTICES 90
Ligia Beatriz Goulart, Marcio Fenili Antunes

GEOGRAPHIC KNOWLEDGE AND POLITICAL PRACTICE: THE REGIONALIZATION OF THE STATE OF SÃO PAULO (1930/1950) 105
Carlo Eugênio Nogueira

INTRODUCTION OF GEORG LUKÁCS ON BRAZILIAN GEOGRAPHICAL THOUGHT 140
Bernard Teixeira Coutinho

DIALOGUE BETWEEN GEOGRAPHY AND AGROECOLOGY: REFLECTIONS ON TERRITORY, DEVELOPMENT AND COLONIALITY 170
Antonielle Pinheiro da Cunha

PLACE IN SOCIAL CONSTRUCTION: CULTURE POINT OF MAJOR SALES 206
Jocivânia Fernandes do Nascimento, Fábio Rodrigo Fernandes Araújo, Rosalvo Nobre Carneiro

TERRITORIAL CARAVAN OF RIO DOCE BASIN: MINING AND TERRITORIALITIES IN CONFLICTS 225
GRUPOS DE TRABALHO DA AGB

STANDARDS 267

SUMARIO

EDITORIAL X

ARTICULOS 16

RESISTENCIA DESCOLONIAL: ESTRATEGIAS Y TÁCTICAS TERRITORIALES 17
Edir Pereira

NOTAS Y DIMENSIONES SOCIOESPACIALES DE LA CIUDAD Y LA VIDA COTIDIANA URBANA CONTEMPORANEA: LA APROPIACIÓN SOCIAL DE ESPACIOS EN PERSPECTIVA 56
Ulysses da Cunha Baggio

TRABAJO DE CAMPO: LENGUAJE PRODUCTOR DE SABERES Y ARTICULACIÓN DE PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS Y GEOGRÁFICAS 90
Ligia Beatriz Goulart, Marcio Fenili Antunes

EL SABER GEOGRÁFICO Y LA PRÁCTICA POLÍTICA: LA REGIONALIZACIÓN DEL ESTADO DE SÃO PAULO (1930/1950) 105
Carlo Eugênio Nogueira

INTRODUCCIÓN DE GEORG LUKÁCS EN EL PENSAMIENTO GEOGRÁFICO BRASILEÑO 140
Bernard Teixeira Coutinho

DIÁLOGOS ENTRE GEOGRAFÍA Y AGROECOLOGÍA: REFLEXIONES SOBRE TERRITORIO, DESARROLLO Y COLONIALIDAD 170
Antonielle Pinheiro da Cunha

EL LUGAR EN LA CONSTRUCIÓN SOCIAL: EL PUNTO DE CULTURA DE MAJOR SALES 206
Jocivânia Fernandes do Nascimento, Fábio Rodrigo Fernandes Araújo, Rosalvo Nobre Carneiro

CARAVANA Territorial da la Cuenca del Río Dulce: MINERIAS Y TERRITORIALIDADES EN CONFLICTO 225

GRUPOS DE TRABAJO DA AGB

NORMAS 267

EDITORIAL

É com imensa satisfação que trazemos à comunidade agebeana e geográfica mais um número da Revista Terra Livre, publicação da AGB. Publicada desde 1986, ela chega a praticamente três décadas de existência e este número marca uma novidade em seu processo de produção. Este é o primeiro número cujo processo editorial se dá inteiramente pelo sistema eletrônico da plataforma SEER.

A utilização do sistema eletrônico é uma forma de produção que vem se difundindo pelos periódicos científicos e que suscita acaloradas discussões (políticas e acadêmicas). Na AGB, obviamente, isto também ocorreu. Foram anos de debate em Reuniões de Gestão Coletiva e eventos, até que a entidade decidisse pela sua adoção. Ela não substitui o formato impresso em papel, mas sim, soma-se a ele. A nova forma nos trouxe desafios, dificuldades, percalços às vezes aparentemente intransponíveis. Além do trato com o sistema, sofremos diversos problemas do meio virtual: ataque de hackers, falhas na hospedagem, enfim, questões que nos levaram a demorar mais de um ano até conseguir trazer esta primeira edição eletrônica.

Agora nossa revista segue agregando um novo formato, mas preservando e fortalecendo as diretrizes da entidade que sempre a guiaram, presentes no editorial de seu primeiro número em 1986, de "veicular artigos que manifestem compromissos com as lutas da sociedade, assim como (...) sobre questões mais gerais e diretamente relacionadas com os principais problemas enfrentados pela sociedade brasileira". Assim vem sendo sua trajetória e projeto editorial, marcados por uma geografia plural, mas comprometida com a transformação social, e que para isso tensiona permanentemente o próprio pensamento geográfico.

Este número faz coro a tal tradição. Nele, artigos tencionam tanto questões importantes sobre o Brasil quanto sobre o próprio pensamento geográfico. Conceitos da geografia como território e lugar são mobilizados para refletir sobre temas como o desenvolvimento e as resistências sociais (tensionados pelas lentes decoloniais), a cultura (e as políticas públicas neste campo), a vida cotidiana no espaço urbano. O pensamento e a prática dos geógrafos também são problematizados, em sua dimensão teórica, em sua prática na regionalização, na formação e produção do conhecimento através do trabalho de campo.

Complementa esta edição um texto feito por uma articulação de Grupos de Trabalho de diversas Seções Locais da AGB, principalmente das áreas de Meio Ambiente e Agrária. O texto é resultante da participação de seções e militantes agebeanos na Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce, uma iniciativa de movimentos sociais, entidades, ativistas, que percorreram a bacia em abril de 2016, poucos meses após a ruptura na

barragem da empresa Samarco. Mais que um escrito, este é um exemplo da atuação da entidade e dos geógrafos que a constroem, de produção de conhecimento comprometido com a transformação social como função da geografia.

Que sejam boas as leituras e ativos os debates!

Comissão de Publicações

FOREWORD

It is with great pleasure that we bring to the geographer´s community another number of Terra Livre journal, published by Brazilian Geographers Association (AGB). Published since 1986, it achieves almost three decades of existence and this number marks a novelty in your production process. This is the first number whose editorial process occurs entirely by electronic system platform SEER.

The use of the electronic system is a form of production that has been spread through scientific journals, bringing warm discussions – both in academic and political terms. At AGB, obviously, this also occurred. It took years of debate on Collective Management Meetings and events, until decide it. It doesn't replace the printed-paper format, but is added to it. The new way brought us challenges, difficulties, sometimes seemingly insurmountable mishaps. More than to deal with the system, we suffer various problems of virtual environment: cyber attack by hackers, failures in the hosting, anyway, issues that led us to take more than a year to bring this first electronic edition.

Now our journal have a new format, but preserving and strengthening the guidelines of the entity, written in your first issue published in 1986, "run articles embodying commitments to society´s struggles, as well as (...) about more general issues directly related to the main problems faced by Brazilian people". This describes our trajectory and editorial project, marked by a plural geography, but committed to social change, and that permanently discussing the geographical thought.

This number follows that tradition. Here, articles discusses important issues about Brazil as well as about geographical thinking himself. Geography concepts like territory and place are tools to reflect on topics such as the development and social resistances (tensioned by decolonial lenses), culture (and public policies in this field), the everyday life in urban space. They also question thought and practice of Geographers, in their theoretical dimension and in the practice of regionalization, training and production of knowledge through fieldwork.

Complements this edition a text made by a joint working group of various entity's Local Sections, mainly in the areas of environment and Agriculture. The text results from the participation of sections and AGB's militants in Territorial Caravan of Rio Doce, an initiative of social movements, organizations, activists, fled over the river's basin in April 2016, a few months after the break at the dam of the company Samarco. More than a written, this is an example of knowledge production

committed to social change as a function of geography, performed by the entity and their geographers.

We hope that you have good readings and active discussions.

The Editors

EDITORIAL

Es con inmensa satisfacción que traemos a la comunidad agebeana y geográfica una edición más de la Revista Terra Livre, publicación de la AGB. Publicada desde 1986, ella llega prácticamente tres décadas de existencia y este número marca una novedad en su proceso de producción. Este es el primer número cuyo proceso editorial ocurre enteramente por lo sistema electrónico de la plataforma SEER.

La utilización del sistema electrónico es una forma de producción que se ha difundido por los periódicos científicos y que suscita acaloradas discusiones (políticas y académicas). En la AGB, obviamente, eso también ocurrió. Fueron años de debate en encuentros de gestión colectiva y eventos, hasta que la entidad decidiera por su adopción. La versión electrónica no substituye el formato impreso en papel, se suma a él. Esa nueva forma nos trae retos, dificultades, contratiempos por veces aparentemente insuperables. Más allá del trato con el sistema, sufrimos diversos problemas virtuales: ataque de hackers, fallas en el hospedaje, en fin, cuestiones que nos llevaran a tardar más de un año hasta conseguir presentar la primera edición electrónica.

Ahora nuestra revista sigue agregando un nuevo formato, más preservando y fortaleciendo las directrices de la entidad que siempre la guiaran, presentes en el editorial de sus primeros números en 1986, de "difundir artículos que manifiesten compromisos con las luchas de la sociedad, bien como (…) sobre cuestiones más generales y directamente relacionadas con los principales problemas enfrentados por la sociedad brasileña". Así viene siendo su trayectoria y proyecto editorial, marcados por una geografía plural, comprometida con la transformación social, y que para tanto tensiona permanentemente el propio pensamiento geográfico.

Ese número hace coro a esa tradición. En él, artículos tensionan tanto cuestiones importantes sobre el Brasil cuanto sobre el propio pensamiento geográfico. Conceptos de la geografía como territorio y lugar son movilizados para reflejar sobre temas como el desarrollo y las resistencias sociales (tensionados por las lentes decoloniales), la cultura (y las políticas públicas en este campo), la vida cotidiana en el espacio urbano. El pensamiento y la práctica de los geógrafos también son problematizados, en su dimensión teórica, en su práctica en la regionalización, en la formación y producción del conocimiento por medio del trabajo de campo.

Complementa esa edición un texto hecho por una articulación de Grupos de Trabajo de diversas Sedes Locales de la AGB, principalmente de las áreas de Medio Ambiente y Agraria. El texto es resultante de la participación de las AGBs y de los militantes agebeanos en la Caravana

Territorial da la Cuenca del Río Dulce, una iniciativa de los movimientos sociales, entidades, activistas, que han recorrido la cuenca en abril de 2016, pocos meses después de la ruptura en la represa de la empresa Samarco. Más que un escrito, este es un ejemplo de la actuación de la entidad y de los geógrafos que a construyen, de producción de conocimiento comprometido con la transformación social como función de la geografía.

¡Que sean buenas las lecturas y los debates!

Colectivo de publicaciones

RESISTÊNCIA DESCOLONIAL: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS TERRITORIAIS

DECOLONIAL RESISTANCE: STRATEGIES AND TACTICS TERRITORIAL

RESISTENCIA DESCOLONIAL: ESTRATEGIAS Y TÁCTICAS TERRITORIALES

EDIR PEREIRA

Professor adjunto da Universidade Federal do Pará (Campus Universitário do Tocantins/Cametá). Mestre e doutor em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Desenvolve pesquisa na área de estudos da Amazônia em comunidades ribeirinhas. Coordena o Grupo de Estudo em Cultura, Território e Resistência da Amazônia Tocantina (SÍTIO). E-mail: edirgeo@gmail.com

* Artigo publicado em março de 2017.

Resumo: Neste artigo, analisamos as formas cotidianas de resistência que têm por base a construção de estratégias territoriais. Estabelecendo um diálogo entre o conceito de resistência e de territorialidade e a perspectiva da colonialidade do poder, buscamos compreender, a partir de várias leituras, como as estratégias territoriais de resistência de grupos sociais subalternizados podem ser compreendidas como ações, estratégicas e táticas territoriais de resistência descoloniais.
Palavras-chaves: resistência, estratégia, tática, território, descolonialidade.

Abstract: This article analyzes the everyday forms of resistance which is based on the construction of territorial strategies. Establishing a dialogue between the concept of resistance and territoriality and the perspective of the coloniality of power, seek to understand from various readings, as the territorial strategies of resistance subordinate social groups can be understood as territorial actions, strategic and tactical of decolonial resistance .
Keywords: resistance strategy, tactics, territory, descoloniality.

Resumen: Este artículo analiza las formas cotidianas de resistencia que se basa en la construcción de estrategias territoriales. El establecimiento de un diálogo entre el concepto de resistencia y la territorialidad y la perspectiva de la colonialidad del poder, buscan entender de varias lecturas, como las estrategias territoriales de resistencia a los grupos sociales subordinados pueden ser entendidas como acciones, estratégicas y tácticas territoriales de resistencia descolonial.
Palabras clave: resistencia, estrategia, táctica, territorio, descolonialidad.

DESLOCAR, DESVIAR, CURVAR E DOBRAR

A ordem do dia é resistir. No mundo atual, para muitos, não resta alternativa senão resistir. Resistir tornou-se, há muito tempo, uma prática cotidiana de agentes em posição desprivilegiada nos vários campos das relações de poder – os "condenados da terra" (FANON, 2005) –,[1] cuja única ou maior herança tem sido a memória das lutas históricas de resistência. O único produto dessas lutas, ou pelo menos seu resultado mais tangível, tem sido essas memórias de lutas de resistência: "mesmo as revoltas que fracassaram podem representar algum ganho (...) pelo menos, uma memória da resistência e da coragem que pode servir para o futuro" (SCOTT, 2002, p. 11).[2] No entanto, "as lutas do passado podem fornecer exemplos importantes, mas as novas dimensões do poder requerem novas dimensões de resistência" (HARDT e NEGRI, 2004, p. 118).

Resistir é desviar(-se) para não ter que se chocar sempre contra um poder, uma força maior.[3] Resistir é dobrar(-se),[4] mas nem por isso se deixar subjugar totalmente. Resistir é curvar(-se) de tal formar que as linhas de força não se imponham, ainda que sejam mínimas curvaturas. Resistir é deslocar(-se) de tal modo que se possa fugir, criar linhas de fuga (DELEUZE e GUATTARI, 1995), ocupar outros lugares, reposicionar-se. Toda forma de resistência implica em alguma forma de deslocamento, desvio,

[1] Importa lembrar, como Mignolo (2006, p. 4), que os *damnés de la terre* são uma categoria que (re-) colocam e regionalizam categorias forjadas em outras experiências históricas, como a categoria de subalternos e subalternidade.

[2] Aldir Blanc e João Bosco, na música "Mestre-sala dos mares", expressam bem essa memória de luta: "Glória a todas as lutas inglórias/ Que através da nossa história/ Não esquecemos jamais."

[3] Para Roque (2002), Foucault estava justamente interessado em compreender a resistência não como uma contra-efetuação ao poder, uma reação dentro de um campo de relações de forças, resistindo sempre contra algo.

[4] "Ultrapassar as linhas de força já dadas (o poder) e dobrar a força, duplicá-la, fazendo-a incidir sobre si mesma e não mais sobre outras forças. Esta dobra nos permite resistir, desertar, antepor ao poder a vida e a morte" (ROQUE, 2002, p. 62).

curvatura e dobra, por mais sutis ou insignificantes que pareçam nas relações de poder. Nem sempre a resistência necessita fazer alarde, barulho, ganhar relevo, tornar-se explícita, criar grandes agitações e abalos sísmicos. As resistências cotidianas são silenciosas e tenazes (SCOTT, 2002; 2004; 2011).

De várias formas podemos encontrar a resistência, no mundo atual. Várias formas de resistência são praticadas por grupos sociais subalternizados. Muitas vezes, estas envolvem estratégias e táticas (CERTEAU, 2014) que são territoriais. Em grande parte, territorializar-se, desterritorializar-se e reterritorializar-se, ainda que com deslocamentos mínimos ou sem deslocamentos aparentes, são práticas socioespaciais de resistência (SOUZA, 2013) de grupos sociais subalternizados constituídos na "ferida colonial" (MIGNOLO, 2003). A resistência *constitui-se em* e *constitui* territórios e territorialidades. A resistência se espacializa (PILE, 1997; OSLENDER, 2002), se territorializa, ainda que seja uma "territorialização precária" ou uma forma de escapar da "precarização territorial" (HAESBAERT, 2004), como tem sido para a maior parte da população do mundo moderno-colonial.

Deslocamentos territoriais, desvios de padrões ou formas de controle e precarização territorial, curvaturas nas forças dominantes de des-re-territorialização capitalista e estatal moderno-coloniais e dobraduras nos espaços homogeneizados e fragmentados tornam-se, quase sempre, estratégias e táticas de resistência eficazes (CERTEAU, 2014), ainda que temporárias, a partir da micropolítica ou ações e gestos moleculares de grupos sociais subalternizados. Quem resiste constrói um território de resistência. Resistir não é se fechar num território ou, a todo custo, tentar proteger um território apropriado e/ou próprio. Pelo contrário, resistir envolve, atualmente, acionar e acessar territórios múltiplos. A resistência joga com estratégias e táticas de multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004; 2009).

Em contextos pós-coloniais, de sociedades que foram colonizadas, não apenas em territórios de ex-colônias, mas também nos territórios das antigas metrópoles, resistir apresenta-se como descolonizar. A resistência no mundo moderno-colonial, cuja matriz de poder é a colonialidade (QUIJANO, 2010; MIGNOLO, 2010), desloca, dobra, curva e desvia-se na direção de um giro descolonial (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007; MIGNOLO, 2010; GROSFOGUEL e MIGNOLO, 2008; MALDONATO-TORRES, 2008) político, epistêmico, histórico, geográfico etc. As práticas cotidianas de resistência de grupos subalternizados, historicamente, vêm alimentando, desde a constituição do sistema-mundo moderno-colonial, imaginários descoloniais, práticas descoloniais e "atitudes descoloniais" (MALDONADO-TORRES, 2006), formando o arquivo, o leque, o repertório, a arena, agenda e agência da "opção descolonial" (MIGNOLO, 2008). A resistência subalterna aponta para a construção de novos "horizontes de sentidos" descoloniais (QUIJANO, 2013).

Resistir e r-existir

O conceito de resistência é paradoxal, ambíguo e ambivalente, como os próprios atos, gestos, movimentos, fenômenos, insígnias, imagens, figuras e práticas de resistência. Esta rubrica paradoxal na qual se inscreve a resistência tem a ver com sua posição em relação ao poder, do qual é, sem dúvida, inseparável. As duas citações a seguir o demonstram:

> (...) não há relações de poder sem resistências (...) estas são tão mais reais e eficazes, quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é a compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais (FOUCAULT, 2012: 244).

> A resistência pratica uma política dupla porque, nem primeira nem segunda em relação ao poder ao qual ela resiste, mas contemporânea e duplo deste, ela o acompanha continuamente. Ao mesmo tempo em que ela resiste de dentro às "linhas duras" da história, ela faz surgir um "fora" que contamina, enxerta e desloca o "dentro". Nem no meio, nem ao lado, a resistência dubla, dá meia volta e se reencontra ironicamente diante de seu adversário (PROUST 1998 apud Roque, 2002: 68).

A resistência mantém uma relação tensa, ambígua e problemática com o poder. Não há poder sem resistência. Por isso, a resistência não vem antes nem depois do poder:[5] é sua contemporânea; não é anterior, não está fora nem dentro do poder, mas faz surgir um fora que contamina, enxerta e desloca o dentro. A pergunta a ser colocada é: como a resistência pode assumir esse duplo sentido, aparentemente contraditório, em relação ao poder?

Uma possível resposta a essa questão podemos encontrar na diferença entre reação e resistência, ou no que Roque (2002) assinalou como uma falsa oposição entre "resistência passiva" e "resistência ativa". Roque (2002, p. 66) observou que, por exemplo, "o capitalismo extrai sua vitalidade da resistência", e que, nesse sentido, se pode dizer então que "a resistência é primeira em relação ao poder". Mas é verdade também que a resistência, pouco a pouco, insidiosamente, em surdina, subterrânea e clandestinamente, contamina as forças do capitalismo ou as impele a se dobrarem e curvarem em direções não pretendidas e previstas. Por isso, é simultânea e dupla ao poder.

Assim, não se trata de colocar uma "resistência afirmativa" no lugar de uma "resistência que nega", ou uma resistência ativa em contraposição a uma resistência passiva. Estas são duas faces de um mesmo processo.

> Um mesmo processo de resistência, que em sua efetuação, se opõe, luta, contesta, deserta, bate em retirada, se movimenta

[5] Em outro contexto, Foucault (apud Sobral, 2002, p. 28) afirmou que "a resistência vem, pois, em primeiro lugar, e ela é superior a todas as forças do processo; ela obriga, sob seu efeito, as relações de poder a mudarem. Eu considero, pois, que o termo "resistência" é a palavra mais importante, a palavra-chave dessa dinâmica".

> em êxodo, mas não pára de se mover e de continuar parado, não por ineficiência, mas porque avança construindo uma linha, ao mesmo tempo móvel e imóvel (ROQUE, 2002: 66).

A linha da resistência se move e permanece parada, se opõe (contra) e segue paralela às linhas de força constituídas. Scott (2002) mostrou muito bem esta relação entre resistência passiva e resistência ativa relativa aos camponeses. Desse modo, a resistência não é mera reação, nem uma questão de vontades individual e coletiva.[6] Já que se trata justamente de pôr em xeque essa noção moderna-ocidental do sujeito que resiste, trata-se de pensar no seu lugar no processo de subjetivação, e não num sujeito já constituído, que, consciente e/ou inconscientemente, racional e/ou emocionalmente, individual e/ou coletivamente resiste, assume o lugar privilegiado da resistência. Trata-se da dobra, do duplo, da duplicação da força.

Trata-se de movimentos de resistência que se instalam no e instauram o devir: "O devir é a expressão da força de resistência, na mesma medida em que a luta e a deserção são experiências de resistência a uma situação" (ROQUE, 2002, p. 67). Como afirmou Scott (2002, p. 12), "a deserção têm sido uma estratégia de resistência popular", se mostrando muito importante e eficaz em momentos de crise e mudanças sociais expressivas. Para Negri e Hardt (2004), três conceitos ilustram as lutas de resistência: a deserção, o êxodo e o nomadismo – sendo que a resistência nasce da deserção: "a deserção significa abandono, fuga, esta teria como primeiro movimento a recusa a uma forma de vida, no caso, ao modelo de vida gerado pelo capital" (SOBRAL, 2002, p. 32).

A resistência como "resistir a algo ou a alguém" (como uma "luta contra") é sempre uma luta situada, resistência a uma dada situação. Estas lutas de resistência situacionais a situações

[6] São sérios "os problemas conceituais que enfrentamos em compreender a resistência", pois: 1) não há nenhuma exigência de que a resistência assuma a forma de ação coletiva; e 2) muitos atos intencionais de resistência podem suscitar e produzir consequências inteiramente imprevisíveis (SCOTT, 2002, p. 24).

determinadas (geralmente de dominação, opressão, violência, exploração, subjugação etc.) se manifestam em três sentidos, segundo Foucault (1995, p. 235), e configuram três tipos de lutas "contra" as formas de poder: lutas contra *formas de dominação*, lutas contra *formas de exploração* e lutas contra *formas de sujeição*. E Foucault (1995, p. 236) apontou que, na sociedade ocidental, "atualmente, a luta contra as formas de sujeição – contra a submissão da subjetividade – está se tornando cada vez mais importante, a despeito de as lutas contra as formas de dominação e exploração não terem desaparecido".

Foucault defendeu que as lutas de resistência não se fazem contra o poder, pois

> (...) por um lado, essas relações de poder se inscreveram no interior de lutas que são, por exemplo, lutas econômicas ou religiosas. Portanto, não é fundamentalmente contra o poder que as lutas nascem. Mas, por outro lado, as relações de poder abrem um espaço no seio do qual as lutas se desenvolvem (FOUCAULT, 2012: 271).

A resistência tem esse duplo aspecto, pois as relações de poder nascem no interior de lutas sociais, ao mesmo tempo em que abrem espaço para o desenvolvimento destas.

Entendemos que resistência não é uma mera reação:[7] "Ainda que o emprego da palavra sugira o contrário – que a resistência é uma resposta ou reação –, *a resistência é primordial em matéria de poder*" (HARDT e NEGRI, 2004, p. 98, grifo nosso). Se compreendida como uma ação que responde de forma contrária à outra ação, negando-a, esvaziamos o sentido que a resistência possui como uma dobra e redobra, duplicação da força e expressão do devir. Pois o poder também resiste. A resistência como reação é a resistência própria dos que dominam, do poder mesmo: "É verdade que o poder resiste, mas o poder resiste com o *re* de reação, pois o poder é sempre força reativa, não possui potência em si e, por isso, precisa extrair sua vitalidade da negação de alguma

[7] Matteucci (2000) considerou que, do ponto de vista lexical, resistência é mais uma reação do que uma ação, é mais uma defesa do que uma ofensiva e é mais uma oposição que uma revolução.

outra força" (ROQUE, 2002, p. 67). Esta força, evidentemente, é a resistência.

Arendt (2005) explicou que, sob certa perspectiva, a reação é, ao mesmo tempo, uma resposta a uma ação e uma nova ação:

> Como a ação atua sobre seres que são capazes de realizar suas próprias ações, a reação, além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação que segue seu curso próprio e afeta os outros. Assim, a ação e a reação entre os homens jamais se passam em um circuito fechado, e jamais podem ser restringidas de modo confiável a dois parceiros (ARENDT, 2005: 238).

A reação é uma resposta à ação de um outro, e, ao mesmo tempo, é uma nova ação em relação à ação de outros (sempre no plural). Ou seja, é como aqueles que agem recebem e interpretam a ação de outros, como uma reação à sua ação, ainda que estes outros que "reagem", de fato, realizem uma ação e não simplesmente uma reação. A resistência não é uma reação à ação de um outro simplesmente, mas uma qualidade da relação entre os seres humanos, de um modo geral, pois "a ação sempre estabelece relações, e tem, portanto, a tendência inerente de romper todos os limites e transpor todas as fronteiras" (ARENDT, 2005, p. 238). É essa tendência da ação que torna a resistência muito mais que uma simples reação, como resposta à ação de outro – mas uma nova ação, com curso próprio e possibilidade de afetar a ação de outros.

Se o poder é uma ação sobre a ação (FOUCAULT, 1995), a resistência pode se dar sem ação (explícita, diretamente, estratégica). Por isso, Roque (2002) afirmou que a resistência constrói uma linha, ao mesmo tempo, móvel e imóvel, que não para de se mover e de continuar parada. Porque não é meramente reação, mas recorte ou re-dobra do virtual (que é bem diferente do

possível),[8] a resistência dobra o "fora" em um "dentro" e o "dentro" em um "fora", como explicou Proust. Ao se referir à descolonialidade, Wash (2010, p. 221) enfatizou os "pensamientos, prácticas y experiencias que tanto en el pasado como en el presente, se han esforzado por desafiar la matriz colonial de poder y dominación, por existir a pesar de ella, en sus afueras y hasta en su interior". A resistência colonial, como r-existência (GROSFOGUEL e MIGNOLO, 2008; MIGNOLO, 2008), encontra-se no interior e, ao mesmo tempo, fora da matriz colonial de poder da modernidade.

Resistimos dentro do sistema capitalista, dentro do mundo moderno-colonial, mas, ao resistirmos, criamos ou possibilitamos que algo que não seja próprio do capitalismo[9] e do sistema-mundo moderno-colonial possa ser criado, possa vir a existir, devido r-existir (PORTO-GONÇALVES, 2006); um devir que nem mesmo pode ser atualmente tido como possível, como uma possibilidade, mas é tão somente e principalmente uma virtualidade.

Por isso, a resistência não se reduz a lutar contra, a confrontações diretas ou explícitas (SCOTT, 2002). Não se esgota nas lutas contra o capitalismo, a modernidade, a colonialidade.[10] Na verdade, a resistência é, como afirmou Proust, contemporânea ao poder e o seu duplo (ou, melhor dizendo, constitutiva do poder). Assim, "se é verdade que no centro de relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma "insubmissão" e liberdade essencialmente renitentes, *não há relação de poder sem resistência*, sem escapatória ou fuga, sem invenção eventual" (FOUCAULT, 1995, p. 248, grifo nosso), ou, pelo menos, tentativas

[8] "Por virtual entendemos o conjunto de poderes para agir (ser, amar, transformar, criar) que reside [e r-existe] na multidão (NEGRI e HARDT, 2001, p. 379) ou nos condenados da terra (FANON, 2005).

[9] A resistência é a arte da fissura, como propôs Holloway (2013). Trata-se de táticas que, por dentro do capitalismo e da modernidade/colonialidade, criam, provocam e expandem fissuras.

[10] "Admitamos que há resistência do lado do poder (e contra ele), e há resistência do lado da potência, mas o que é ainda mais forte e surpreende é saber que a resistência está mais próxima do poder do que se imagina" (ROQUE, 2002, p. 67).

(efetivas ou não) de fuga e de criação de formas alternativas de vida, de pensamento, de ação etc.

Arendt (2005, p. 250), que muito escreveu sobre o poder, mas pouco sobre a resistência, entendia que a perda da capacidade de resistir era uma perda de poder, pois "o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam". Assim, a resistência pode gerar poder, como quando, por exemplo, numa revolta popular contra governantes fortes, ainda que renuncie à violência em face das forças superiores destes. Mesmo sem confrontar diretamente o poder, a resistência é um modo de ação, ainda que pareça passiva. Portanto, "dar a isso o nome de "resistência passiva" é, sem dúvida, uma ironia, pois se trata de um dos mais ativos e eficazes modos de ação já concebidos, uma vez que não se lhe pode opor um combate que termine em vitória ou derrota (...)" (ARENDT, 2005, p. 250).

Nem sempre a resistência é ou precisa ser ativa e violenta. Pelo contrário, formas passivas e não violentas de resistência, geralmente, são muito mais eficazes. Não devemos confundir a resistência com a reação violenta, ou uma forma de re-ação que apela sempre, faz uso ou recorre à violência. Nem mesmo como um embate, um confronto, uma luta.[11] Não significa que a resistência não possa se manifestar como violência ou recorrer tática e circunstancialmente à violência, sobretudo quando a resistência se dá em situações de luta contra formas de violência. Mas não pode haver resistência baseada unicamente na violência, que busque alcançar objetivos por meio da violência: "Ao longo da modernidade, e ainda hoje, os movimentos de resistência têm se

[11] A luta de resistência deve ser entendida como uma forma de "luta política", e a forma geral e concreta desta luta não é a contradição, mas o antagonismo (FOUCAULT, 2012). Trata-se de "lutas específicas que não se congregam num modelo único, sua qualidade não poderia ser medida em seu poder de articulação internacional e em sua longevidade, nem no seu alcance territorial. Lutas imediatas cujas raízes não se encontram porque estão em um solo movediço" (SOBRAL, 2002, p. 29).

defrontado com a guerra e a violência que ela impõe, às vezes através de meios violentos, às vezes sem eles" (HARDT e NEGRI, 2004, p. 102). A violência tende a minar as forças da resistência, corroendo seus pilares mais que quaisquer formas de domesticação ou neutralização da resistência. A violência não pode ser o instrumento da resistência, pelo contrário: a violência é a deturpação, a degradação, a desintegração ou a perversão da resistência, como o é do poder (ARENDT, 2005; 2010).

Em suas formas cotidianas, a resistência se distancia e distingue tão mais da violência, recorrendo menos às táticas de enfrentamento direto ou desobediência explícita, e mais a pequenas fugas, desvios, deserções, ironias, recusas parciais, conformação simulada etc. (SCOTT, 2002). A resistência pode ser situada analiticamente *entre* o poder e a violência, posição bastante complexa quando se trata de considerar as formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2011).

A distinção e a relação estabelecidas por Arendt (2005; 2010) entre o poder e a violência são fundamentais para compreendermos a resistência como esse termo intermediário, melhor dizendo, um terceiro termo constitutivo da política. A resistência não violenta é, geralmente, caracterizada por formas cotidianas de resistência (como, por exemplo, a r-existência), mas também estratégias mais elaboradas e duradouras de resistência combinam ações violentas e não violentas. Na relação entre poder e resistência é que emerge a violência, seja como um meio do governo de "conservar intacta a estrutura do poder", seja como uma forma de a desobediência civil "reequilibrar as balanças da justiça" (ARENDT, 2010).

Portanto, para Arendt (2005), a resistência era uma virtude que conservava o poder ou potencialmente gerava um novo poder: "(...) perdemos a faculdade de sofrer e com ela a virtude da resistência. Só quem é capaz de padecer a paixão de viver sob as condições do deserto pode reunir em si mesmo a coragem que está

na base da ação, a coragem de se tornar um ser ativo" (ARENDT, 2009, p. 267).

A resistência está na coragem e mesmo na audácia de agir daqueles que abandonam seu esconderijo privado e se mostram em público, dos que são capazes de sofrer a paixão de viver sob as condições de deserto (ou de ausência-de-mundo), o que, para Arendt (2005, p. 233), significava a perda de mundo humano, ou seja, da pluralidade humana que é a condição do poder.

Se considerarmos as modalidades "veladas" de resistência, em suas formas cotidianas (SCOTT, 2004; 2011), resistência é mais que uma simples reação ao poder: é r-existência: "o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente à ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo" (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 47). Esta r-existência[12] é luta por "uma determinada forma de *existência*, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar" (PORTO-GONÇALVES, 2010, p. 130, grifo nosso) – ou o que Scott (2004; 2011) tem chamado de "resistência cotidiana", que se apresenta de várias formas, não necessariamente por meio de lutas, confrontos diretos, rebeliões ou revoltas.

Scott (2002), ao analisar as formas cotidianas de resistência camponesa, nos possibilitou compreender certas táticas não organizadas (nem sempre intencionais e coletivas) que constituem as práticas de grupos sociais subalternizados no enfrentamento a grupos sociais dominantes, na tentativa de se desprenderem de relações sociais de opressão, exploração e sujeição. Estas práticas de resistência, por serem mais constantes que os momentos de explosão de rebeliões coletivas, são muito mais importantes para as classes subordinadas:

[12] Grosfoguel e Mignolo (2008) e também Mignolo (2008) atribuíram ao pensador, artista e ativista colombiano Adolfo Achinte Albán (2007) o conceito de re-existência, distinguindo-o de resistência. Utilizamos a grafia r-existência, seguindo a forma e o sentido estabelecidos por Porto-Gonçalves (2006; 2001; 2004).

> As pequenas rebeliões podem ter uma importância simbólica por sua violência e pelos seus objetivos revolucionários, mas, para a maioria das classes historicamente subordinadas, tais episódios raros foram mais momentâneos do que as silenciosas guerrilhas que têm lugar no cotidiano de várias populações (SCOTT, 2002: 11).

Essas formas cotidianas de resistência camponesa constituem "a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros" (SCOTT, 2002, p. 11). Apesar de Scott (2002) parecer colocar essa resistência como uma "luta contra", uma luta entre classes ou grupos sociais em relações de poder assimétricas, muitas dessas resistências cotidianas não constituem necessariamente uma luta entre pessoas (pois não envolvem nenhuma ação, resposta, enfrentamento), mas táticas de *enfrentamento de mudanças*[13] e tentativas de *desprendimento de relações* de subordinação mais intensas, locais, específicas. Assim, trata-se de uma forma de resistência "passiva". De fato, "em algumas ocasiões, essa resistência tem se tornado ativa e até mesmo violenta. A regra geral, porém, é a forma de resistência passiva, expressa através de sabotagens sutis, de não participação, de evasão e de engano" (SCOTT, 2002, p. 12).

Por isso, tais táticas camponesas de resistência, geralmente, constituem-se em: "fazer 'corpo mole', a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza" (SCOTT, 2002, p. 12). Estes tipos de táticas "requerem

[13] A resistência cotidiana não é uma forma de resistência às mudanças e a momentos de crise: "Alguns tipos de mudanças, quando algumas variáveis permanecem iguais, são mais explosivos que outros – são mais susceptíveis de provocar enfrentamentos abertos e coletivos. Nessa categoria, podemos colocar aquelas mudanças massivas e repentinas que destroem, decisivamente, quase todas as rotinas da vida cotidiana e, simultaneamente, ameaçam a sobrevivência da maioria da população (SCOTT, 2002, p. 16). No entanto, "essas formas de resistência são estratégias cotidianas permanentes das classes rurais subordinadas que vivem em difíceis condições. Em tempos de crise ou momentos de mudança política, podem ser complementadas por outras formas de luta que são mais oportunas. Entretanto, elas não desaparecerão enquanto a estrutura rural social se mantiver exploradora e desigual" (SCOTT, 2002, p. 24).

pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite" (p. 12). Mas Scott (2002) nos alertou para não idealizarmos essas armas dos fracos: "Elas provavelmente não poderão fazer mais do que afetar lateralmente as várias formas de exploração que os camponeses enfrentam" (p. 12).

Para muitos, socialmente, a resistência só toma densidade quando se converte em um "projeto global", ou seja, quando os sujeitos da resistência visam a constituir um poder legítimo ou uma nova ordem social. Mas não é próprio de toda forma de resistência se converter ou apontar para a construção de um projeto político explícito ou claramente formulado e partilhado por um grupo. Por isso, Zibechi (2007), ao analisar os novos movimentos sociais da América Latina, observou que

> La forma en que los movimientos están recorriendo sus caminos es ya de por sí un proyecto de sociedad. (…) la forma de caminar los caminos nos está indicando que hay elementos de nueva sociedad en los movimientos. (…) aunque postulo que la forma de caminar es el verdadero "programa" de los movimientos, esa forma de caminar no es un modelo aplicable a todos en todas partes (ZIBECHI, 2007: 96).

Territórios de resistência subalterna

Como podemos relacionar resistência e espaço geográfico, resistência e território ou territorialidade? A resistência constrói espaços próprios? As diversas formas de resistência implicam em que formas de des-re-territorialização? De que modo a resistência se torna geográfica, constrói e/ou constitui geografias, territórios e territorialidades? Infelizmente, se tem dado muito mais ênfase ao poder que à resistência na definição e nos estudos geográficos do território e da territorialidade.

Pile (1997, p. 2) procurou deslocar o significado de resistência como uma posição implacável ao poder e defendeu que uma vez que "a resistência se opõe ao poder, parece importante ressaltar que os atos de resistência ocorrem através de geografias específicas", ou seja, existem "geografias de resistência" (geographies of resistance). E, mesmo nesse sentido bastante restrito de resistência como oposição frontal ao poder (que, no caso, é confundido com dominação ou autoridade), "a resistência pode ser mapeada – em parte, porque ela parece ter expressões visíveis (explosões, passeatas, motins, grafites, e assim por diante) e, em parte, porque sempre ocorre num lugar" (PILE, 1997, p. 2).

Assim, entendeu este autor que

> (...) quando as geografias de resistência são examinadas, então, novas questões surgem não só sobre as maneiras em que a resistência é geralmente entendida e sobre as expressões geográficas de atos identificáveis de resistência, mas também sobre as formas em que a geografia torna possíveis ou impossíveis certas formas de resistência e sobre as maneiras em que a resistência torna outros espaços – outras geografias – possíveis ou impossíveis (PILE, 1997: 2, tradução livre).[14]

A resistência não apenas se manifesta no espaço ou utiliza os espaços existentes. A geografia torna possível/visível determinadas formas e forças espaciais de resistência, e a resistência produz e torna possíveis outros espaços geográficos. Esta relação entre resistência, espaço e lugar também foi enfatizada, ainda que de outro modo, por Oslender (2007, p. 10): "Las múltiples formas em que estas resistencias están articuladas también dependen del lugar em que se forman y están informados por las experiencias cotidianas de vivir en lugar específico".

A resistência não apenas usa, utiliza, recorre a espaços existentes, mas produz seus próprios espaços, suas geografias,

[14] No original: "(...) when geographies of resistance are examined then new questions arise not only about the ways in which resistance is to be understood and about the geographical expressions of identificable acts of resistance, but also about the ways in which geography makes possible or impossible certain forms of resistance and about the ways in which resistance makes other spaces – other geographies – possible or impossible".

assim como a geografia produz ou possibilita diferentes formas de resistência, à medida que estas não podem prescindir de espaços para ocorrerem, permanecerem e obterem algum êxito em relação antagônica às formas de dominação que também produzem, usam e se materializam em espaços geográficos específicos.

> Isso em si mesmo desestabiliza as discussões de resistência que a vêem como o resultado inevitável da dominação, já que o poder – seja concebido como opressão, autoridade ou capacidade, ou mesmo resistência – se estende através da geografia, pode em pouco tempo se tornar irregular, fragmentário e inconsistente (PILE, 1997: 2, tradução livre).[15]

Pile (1997), assim, enfatizou que se a resistência não é simplesmente o outro lado do poder (visto como opressão, autoridade ou capacidade), não é uma simples resposta ou reação aos atos de dominação, de certo modo condicionada por estes. As geografias de resistência nunca são simplesmente formas de resistência espaciais que espelham, de modo invertido, as formas espaciais de dominação – uma imagem invertida ou contrária do mapa traçado pela dominação.

> Assim, quando existem diferentes formas de controle que funcionam através de geografias distintas, geografias de resistência não são necessariamente (ou mesmo nunca) geografias espelhos de dominação, como sua imagem invertida ou contrária ou o avesso do mapa do mundo (PILE, 1997: 2, tradução livre).[16]

Oslender (2007), no entanto, concebeu que existe muito mais uma relação dialética e espacializada entre dominação e resistência, referindo-se ao modo como esta foi definida por

[15] No original: "This in itself unsettles discussions of resistance that see it as the inevitable outcome of domination, since power – whether conceived of as oppression or authority or capacity or even resistance – spread through geography can soon become uneven, fragmentary and inconsistent".

[16] No original: "So, while there are different forms of control that work through distinct geographies, geographies of resistance do not necessarily (or even ever) mirror geographies of domination, as an upside-down or back-to-front or face-down map of the world."

Routledge (1997): "La resistencia no es autónoma, pero siempre es percebida y actuada en relación con prácticas de dominación, explotación y/o sujeción" (p. 12). O que Pile (1997) defendeu, por outro lado e de outro modo, a partir de uma compreensão mais complexa da relação entre resistência e espaço, foi que, analiticamente, não podemos subordinar as práticas e formas diversas de resistência à dominação, tomando estas sempre como respostas, reações, enfrentamentos diretos à dominação.

As geografias da resistência permitem desvincular a resistência da dominação, pois como existem espacialidades próprias da dominação, também existem espacialidades próprias da resistência, que não são simplesmente respostas, reações ou oposições às espacialidades da dominação.

> Isso não quer dizer que a dominação e a resistência não têm nada a ver uma com a outra, mas que existem modalidades espacializadas distintas de controle, e que a resistência pode ter suas próprias espacialidades – e que isso se torna muito mais claro, uma vez que dominação e resistência são deslocadas e compreendidas geograficamente (PILE, 1997: 2, tradução livre).[17]

A introdução da geografia no debate da resistência nos permite reconsiderar, deslocar e questionar esse presumível enlace entre resistência e dominação numa espécie de dança da morte, "cada uma lutando para dominar os passos da dança, a cada passo antecipando e espelhando os movimentos do outro, mas também não podendo se soltar uma da outra" (PILE, 1993, p. 2, tradução livre) – o que não é realmente uma dança, mas uma luta. Muito pelo contrário,

> (...) geografias da resistência mostram que as pessoas estão posicionadas de forma diferente em múltiplas e desiguais relações de poder, que pessoas mais e menos poderosas atuam na constituição do desdobramento de relações de autoridade, significado e identidade, que essas atividades são

[17] No original: "This is not to say that domination and resistance have nothing to do with one another, but that there are distinct spatialised modalities of control, and that resistance might have its own spacialities – and that this becomes much clearer once domination and resistance are dislocated and understood geographically."

> contingentes, ambíguas e problematicamente situadas, mas que a resistência pretende ocupar, implementar e criar espacialidades alternativas daquelas definidas pela opressão e exploração (PILE, 1997: 2-3, tradução livre).[18]

Quando levamos em consideração a geografia na análise da resistência, sua definição restrita (como simples resposta ou reação às formas de dominação) se torna problemática, já que temos que considerar as múltiplas e desiguais posições dos agentes nas relações de poder. Desse modo, a resistência tem como característica espacial ocupar, implementar e criar espacialidades que potencialmente se apresentam como alternativas (e não só opostas, contrapostas) às espacialidades que são criadas pelas formas/forças de dominação existentes.

A resistência não se limita a ocupar os espaços que lhes são definidos e delimitados pela dominação, os espaços que lhes são autorizados ocupar. Um dos efeitos perversos da dominação é fazer com que se entendam como resistência apenas as ações daqueles que parecem se opor diretamente à autoridade, que se manifestam onde a dominação falha e a resistência pode ser vista claramente (PILE, 1997, p. 3, tradução livre).[19] Assim, "a partir desta perspectiva [das geografias da resistência], a resistência torna-se um modo através do qual os sintomas de diferentes relações de poder são diagnosticados e são procuradas as formas para contorná-las, ou viver através delas, ou alterá-las" (PILE, 1997, p. 3, tradução livre).[20]

---

[18] No original: "(...) Geographies of Resistance shows that people are positioned differently in unequal and multiple power relationships, that more and less powerful people are active in the constitution of unfolding relationships of authority, meaning and identity, that these activities are contingent, ambiguous and awkwardly situated, but that resistance seeks to occupy, deploy and create alternative spatialities from those defined through oppression and exploitation."

[19] No original: "Nevertheless, these spatial practices of oppression do not mean that resistance is forever confined to the authorised spaces of domination. Indeed, one od authority's most insidious effects may well be to confine definitions of resistance to only those appear to oppose it directly, in the open, where it can be made and seen to fail."

[20] No original: "From this perspective, resistance becomes a mode through which the symptoms of different power relations are diagnosed and ways are sought to get round them, or live through them, or to change them."

Para Pile (1997), devemos entender a resistência onde ela ocorre, e não mediante teorias abstratas sobre mecanismos, estratégias e tecnologias de dominação:

> Assim, não é mais suficiente assumir que a resistência surge de subjetividades políticas inatas que são oprimidas e têm um interesse natural em superar a situação. Em vez disso, subjetividades políticas resistentes são constituídas através de tomadas de posição não só em relação à autoridade (...), mas também através de experiências que não são tão rapidamente rotuladas de "poder", como o desejo e a raiva, a capacidade e a habilidade, a alegria e o medo, o sonhar e o esquecer (PILE, 1997: 3, tradução livre).[21]

O que se questiona ou procura se problematizar com as geografias da resistência é uma concepção enganosa de que "a resistência é auto-evidente, que a geografia é um pano de fundo inerte, fixo, isotrópico para as coisas da política e da história, e que a relação entre geografias de dominação e geografias de resistência é tão simples como a relação entre um martelo e um prego" (PILE, 1997, p. 4, tradução livre)[22]. Por isso, Pile entendeu que "a resistência pode envolver a resistência a qualquer tipo de mudança" (p. 4), e tanto pode acontece de haver a resistência à política progressista e radical quanto aquela que visa à transformação social. Assim, também para Oslender (2007, p. 3), como não há uma só lógica de práticas sociais e ações coletivas, "algunas resistencias refuerzan estructuras existentes de dominación y sujeición". Ou, como observaram Hardt e Negri (2004, p. 116), "as formas de dominação e autoridade contra as

[21] No original: "Thus, it is no longer sufficient to assume that resistance arises from innate political subjectivities which are oppressed have a natural interest in over-turning the situation. Instead, resistant political subjectivities are constituted through positions taken up not only in relation to authority – which may well leave people in awkward, ambivalent, down-right contradictory and dangerous places – but also through experiences which are not so quickly labeled 'power', such as desire and anger, capacity and ability, happiness and fear, dreaming and forgetting."

[22] No original: "(…) resistance is self-evident, that geography is an inert, fixed, isotropic back-drop to the stuff of politics and history, and that the relationship between geographies of domination and geographies of resistance is as simple as that between a hammer and a nail."

quais lutamos permanentemente reaparecem nos próprios movimentos de resistência". Dessa maneira,

> es importante entonces tener en cuenta el posible carácter reaccionario de algunas resistencias. Por ambiguas, diferentes y múltiples que sean, les es común a todas las resistencias y a todas las prácticas sociales, que están actuadas y mediadas en el terreno del espacio y tiempo. La implicación de tal planteamiento es que ambos conceptos son esencialmente políticos en la forma en que las prácticas sociales están inscritas y enmarcadas en ellos (OSLENDER, 2007: 3).

Como vimos, em geral, a resistência é compreendida como uma resposta de um determinado grupo à dominação de outro, ou como uma reação de um grupo social a determinadas mudanças que se lhes opõem externamente. Mas, de fato, ao considerarmos a resistência por intermédio da geografia (do espaço geográfico), a perspectiva reativa da resistência se desfaz.

Oslender (2007, p. 5) buscou, nas formulações teóricas de Lefebvre sobre a produção do espaço, elementos para o projeto de "espacializar resistências". Tal como Foucault, o interesse de Lefebvre pela história do corpo humano e pelos regimes de poder moderno que disciplinam o corpo refletiu-se em seu interesse em analisar resistências. Assim, de acordo com Oslender, Lefebvre

> (...) considera al espacio como un producto del cuerpo humano, y como tal él se vuelve un lugar de resistencia en su capacidad corporal de producir espacio y devolver el poder a la vida cotidiana. El espacio entonces nos es directamente impuesto sobre el cuerpo, no es concebido en forma pasiva, sino activamente percibido por actores sociales capaces y conscientes. Es dentro de estos espacios percibidos que se pude localizar a las resistencias (OSLENDER, 2007: 5).

Esta relação espaço e poder, espaço e corpo, possibilita situar a resistência como um processo da prática social da produção corporal cotidiana do espaço. As práticas de resistência seriam, então, práticas espaciais cotidianas de produção do espaço por meio do corpo. Considerando, assim, os três momentos articulados da produção do espaço de Lefebvre – as práticas

espaciais (o espaço percebido), as representações do espaço (o espaço concebido) e o espaço das representações (o espaço vivido) –, Oslender (2007, p. 5) entendeu que as práticas espaciais, por estarem intimamente vinculadas com as experiências da vida cotidiana e as memórias de formas de vida diferentes, carregam consigo um potencial para resistir à "colonização" dos espaços concretos.

Oslender (2007, p. 5), ao destacar as várias formas de resistência construídas pelas fragmentações de identidade de classe, de raça, de etnicidade, de gênero, de sexualidade etc. (e as formas como estas colocam desafios às representações dominantes do espaço), compreendeu, assim, as multiplicidades de resistências como uma política concreta de espaço. Desse modo, afirmou que Lefebvre situava as resistências nos espaços de representação (vivido), espaços cotidianos que o filósofo francês chamava de "sítios de resistência":

> La vida cotidiana es afectada por estos procesos en que es un espacio enmarcado, restringido y colonizado en diferentes niveles por la comodificación y el territorio del estado. Ella misma es entonces un producto de la modernidad. Hasta qué punto lo cotidiano está marcado en estos procesos, depende en parte de las relaciones sociales, económicas y culturales que siempre están localizadas en la noción de "lugar" (OSLENDER, 2007: 6).

Este autor considerou importante, portanto, reconhecer a grande variedade de rastros, sinais (*huellas*) e memórias das práticas espaciais que estão relativamente pouco influenciadas pela modernidade e que nutrem os múltiplos imaginários de resistências. A modernidade e a colonização, nos sentidos usados por Lefebvre, bem como as práticas espaciais e as representações espaciais dominantes no capitalismo, são assim espacialmente contestadas ou passíveis de contestação por meio de práticas espaciais cotidianas (espaços de representações) em que se realizam diferentes formas de resistência. Assim, as estruturas que produzem representações dominantes do espaço e que estão reproduzidas por elas assinalam o potencial dos atores sociais de

subverterem estas mesmas estruturas. O "espaço diferencial" é um "espaço de resistência" como resultado do caráter dialético das relações entre estruturas e agência (OSLENDER, 2007, p. 7).

Oslender (2007, p. 8) situou também a resistência na relação entre o global e o local, pois o global não se impõe sobre o local, mas neste encontra várias formas de resistências, frequentemente articuladas por movimentos sociais. Desse modo, a resistência também envolve a relação entre o Estado e os movimentos sociais, uma relação dialética de dominação e resistência: "La resistencia no existe autónoma de las relaciones de dominación y/o sujeción, y siempre habrá resistencias, considerando el carácter esencialmente antagónico de las sociedades" (OSLENDER, 2007, p. 10).

Para Oslender (2007), a relação entre espaço e resistência tem a ver com: a) a relação do poder com o espaço geográfico, a relação da estrutura (dominante) e a agência (potencial de resistência), ou seja, sendo o espaço essencialmente político, a resistência se faz no/por meio do espaço desigual, conflitiva e contraditoriamente produzido; b) a relação do corpo e do cotidiano com a produção do espaço, baseado na noção de Lefebvre de práticas espaciais, representação do espaço e espaço da representação; a resistência se constitui, então, como práticas espaciais cotidianas; c) a relação do Estado com os movimentos sociais, no sentido de que dominação e resistência coexistem dialeticamente; e d) a relação do global com o local, ou seja, o global não se impõe ao local sem que haja resistência; o lugar implica em resistência a processos externos que são, geralmente, globais. Assim, as diferenças de lugar são importantes na aceitação, na mediação ou na resistência frente aos processos de globalização (OSLENDER, 2007).

Desse modo, espaço e lugar são considerados por Oslender não como simples metáforas, mas como "terrenos específicos en que se manifiestan las mútiples relaciones de poder en formas específicas de dominación y resistencia" (p. 17). Para este autor,

"en el espacio se brinda el potencial de desafíar y subvertir el poder dominante, y por eso forma parte esencial de una política de resistencia" (OSLENDER, 2007, p. 17). Sendo que

> una sensibilidad frente a lugares particulares de resistencia implica el reconocimiento de la intencionalidad de sujetos históricos, la naturaleza subjetiva de las percepciones, imaginaciones y experiencias en contextos espaciales dinámicos, y cómo los espacios están transformados en lugares llenos de significados culturales, memoria e identidad (ROUTLEDGE 1996 apud Oslender, 2007: 18).

A ênfase de Oslender foi posta na importância da vida cotidiana, por intermédio do lugar, como espaço de resistência. Tal como Pile (1997) ao propor "geografias de resistência", Oslender também utilizou o conceito de Routledge (1993) de "terreno de resistência" para dar ênfase à centralidade estratégica que assume o lugar na análise de movimentos sociais. Terreno de resistência compreende "el terreno geográfico concreto y material en que las resistencias están articuladas y actuadas como experiencias activamente vividas" (OSLENDER, 2007, p. 12). Não se trata apenas de um espaço material onde se situam as lutas de resistência, mas de um espaço articulado e significado:

> Un terreno de resistencia se refiere a estos lugares donde la lucha está activamente articulada por los oprimidos, y no una metáfora que define los oprimidos donde y cómo las luchas deberían llevarse a cabo…, un sitio de contestación dentro de creencias diferentes, valores y objetivos que está específicos de un lugar (OSLENDER, 2007: 12).

Assim, a resistência se apresenta por meio de diferentes estratégias e táticas territoriais, [23] linhas de fuga e desterritorialização (em particular, a resistência de grupos sociais subalternos), como a resistência cotidiana de camponeses investigada por Scott (2002; 2004; 2011).[24] Estratégias territoriais

[23] Certeau (2014) fez uma distinção interessante entre tática e estratégia, que importa na compreensão geográfica da resistência. No entanto, compreendemos que a resistência/r-existência de grupos sociais podem se configurar em táticas como também em estratégias (SCOTT, 2002; FOUCAULT, 2012).

[24] "O que falta à abordagem da passividade 'normal' é a lenta, subterrânea e calma luta contra os aluguéis, as colheitas, o trabalho e os impostos, nos quais a

são modalidades de práticas socioespaciais ou apenas práticas espaciais (SOUZA, 2013) que formam as ações estratégicas constitutivas do processo de territorialização dos diferentes grupos sociais. Existe uma multiplicidade de práticas socioespaciais que constituem o processo de territorialização dos agentes sociais, algumas destas são estratégicas. Um conjunto mais ou menos coerente ou coordenado de estratégias territoriais constitui o que podemos chamar de "exercício espacial do poder" e/ou da resistência, dentro de uma sociedade ou grupo social, em determinado período de tempo e em determinado espaço. Quando as estratégias territoriais se articulam, no exercício espacial do poder/resistência, o fazem por meio de "tecnologias do poder", com dispositivos estratégicos territoriais.

As práticas socioespaciais (SOUZA, 2013) que produzem as territorialidades dos diferentes grupos sociais se constituem de estratégias que são reciprocamente antagônicas, mas nem por isso necessariamente contraditórias. A estratégica, compreendida pela lógica do antagonismo, é bem marcada pela analítica do poder, de Foucault (2012). A territorialidade de um grupo social não permanece a mesma, ainda que o espaço que este ocupe seja o "mesmo" (SACK, 1986). Isto não ocorre apenas por causa das alterações históricas de apropriações e uso de recursos e lugares, mas também porque as tecnologias de poder não permanecem as mesmas.

A noção de estratégia de Certeau (2004) estava muito próxima do sentido que Foucault conferiu a este termo, mas, neste, a estratégia estava tanto do lado da dominação quanto da resistência: "dominação se organiza em estratégia mais ou menos coerente e unitária" sendo que "os procedimentos dispersados, heteromorfos e locais de poder são reajustados, reforçados, transformados por essas estratégias globais e tudo isso com numerosos fenômenos de inércia, de intervalos, de resistência"

submissão não passou de uma cena – de uma tática necessária" (SCOTT, 2002, p. 14). Esta encenação da submissão é uma espécie de "cumplicidade subversiva".

(FOUCALT, 2012, p. 249). Por isso, Foucault (2012, p. 244) insistiu que a resistência é tal como o poder: múltipla e integrável a estratégias globais. Pois "essas estratégias são o alicerce obstinado sob o qual outras formas de resistência devem crescer, e tendem a persistir após outras formas de resistir terem falhado, ou após produzir-se, por sua vez, um novo padrão de desigualdade" (SCOTT, 2002, p. 24).

Foucault (2012, p. 250) não compreendia como dialética esta relação entre poder e resistência: "Em todo caso, é preciso pensar a luta, suas formas, seus objetivos, seus meios, seus processos, segundo uma lógica que será liberada de coações esterilizantes da dialética". Pois seria em contrapartida à "forma lógica da contradição" que se apresentava o pensamento da estratégia em termos das escalas privilegiadas da ação política (FOUCAULT, 2012, p. 250). Foucault pensou essa relação em termos de antagonismo, mediante uma lógica antagônica, sendo que seria possível também a construção de estratégias de resistência, ou seja, a compreensão das ações estratégicas como prática de resistência. Por isso, afirmou que "penso que é muito importante compreender que a luta, os processos antagonistas não constituem, tal como o ponto de vista dialético pressupõe, uma contradição no sentido lógico do termo" (FOUCAULT, 2012, p. 260). Nesse sentido, enfatizou: "E me parece que a lógica dialética é verdadeiramente muito pobre – de um uso fácil, mas verdadeiramente pobre – para quem almeja formular, em termos precisos, significações, descrições e análises dos processos de poder" (FOUCAULT, 2012, p. 261) e resistência. Em relação ao espaço, a lógica dialética também impõe limites à compreensão da resistência, se vista, por exemplo, como mera reação às formas de dominação.

A resistência, ao mesmo tempo em que se define e é pensada antagonicamente em relação ao poder, não pode ser subsumida totalmente por esta relação, pois

> (...) há sempre, com certeza, alguma coisa no corpo social, nas classes, nos grupos, nos próprios indivíduos que escapa, de uma certa maneira, às relações de poder; alguma coisa que não é a matéria primeira mais ou menos dócil ou recalcitrante, mas que é o movimento centrífugo, a energia inversa, a escapada (FOUCAULT, 2012: 244).

Essa "alguma coisa" é a resistência. A resistência tem a mesma multiplicidade que o poder. A resistência, assim, no pensamento de Foucault, apresenta-se nas relações de poder como um diferencial de forças irruptivas capaz de provocar mudanças:

> O poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos: a família, a vida sexual, a maneira como se trata os loucos, a exclusão dos homossexuais, as relações entre os homens e as mulheres... todas essas relações são relações políticas. Só podemos mudar a sociedade sob a condição de mudar essas relações (FOUCAULT, 2012: 262).

Relações estas que são espaciais, que constituem o espaço geográfico. Assim, as resistências não são apenas resultado ou condição de mudanças nas relações de poder; são as resistências que engendram, produzem, promovem, provocam mudanças nas relações de poder, desde os níveis/escalas da micropolítica.

As geografias das resistências/r-existências descoloniais

Na atual configuração do mundo moderno-colonial, as resistências estão sempre *envolvidas em* e *são constitutivas de* práticas territoriais, no sentido das "geografias das resistências", de Pile (1997), e das "espacialidades da resistência", de Oslender (2007). Estas práticas territoriais de resistência, principalmente as "formas cotidianas de resistências" (SCOTT, 2002), apresentam-se como estratégias e táticas descoloniais, ou seja, são mais que resistência: devemos compreendê-las como r-existência (PORTO-GONÇALVES, 2006).

> (...) *la retórica salvacionista de modernidad y modernización es inseparable de la lógica imperial de colonialidad. Frente a esta realidad histórica hay varias opciones: adaptarse y asimilarse; resistir y estar*

> *contra o* re-existir, esto es, trabajar crítica y creativamente junto a procesos globales hoy en marcha de descolonización epistémica, esto es, de descolonialidad (MIGNOLO, 2007: 1, grifos nossos).

Portanto, a descolonialidade é resistir/r-existir à retórica da modernidade e à lógica da colonialidade como processos globais, por meio basicamente de estratégias de descolonização epistêmica. Desse modo, a resistência descolonial tem se apresentado histórica e geograficamente muito mais como r-existência do que como resistência, em termos epistêmicos, políticos, econômicos, culturais e geográficos.

Grosfoguel e Mignolo (2008) reafirmaram essa ideia de uma resistência descolonial como r-existência:

> De modo que cuando decimos "decolonialidad" y por ello significamos el tercer término del complejo modernidad/colonialidad/descolonialidad, estamos significando un tipo de actividad (pensamiento, giro, opción), de *enfrentamiento* a la retórica de la modernidad y la lógica de la colonialidad. Ese enfrentamiento no es sólo resistencia sino re-existencia, en el sentido del pensador, artista y activista colombiano Adolfo Albán Achinte (GROSFOGUEL e MIGNOLO, 2008: 34, grifo nosso).

As noções de "giro descolonial", "opção descolonial", "pensamento descolonial", "atitude descolonial" ou simplesmente "descolonialidade" permitem compreender de outro modo as diferentes formas de resistência e r-existência como enfrentamento à modernidade/colonialidade, bem como as espacialidades constitutivas destas. Para Grosfoguel e Mignolo, o conceito de descolonialidade

> remite a la variedad de *respuestas* que se han dado a través de los siglos y en distintos continentes, al proceso de formación y consolidación de "Occidente" (una formación epistémica que surgió al norte del Mediterráneo y se consolidó en el Atlántico) y su expansión alrededor del globo (GROSFOGUEL E MIGNOLO, 2008: 31, grifo nosso).

Assim, para esses autores, "'pensamiento descolonial', 'giro descolonial' y 'opción descolonial'. Cada una de estas expresiones subraya distintos aspectos de la 'decolonialidad' y

remiten a distintos y singulares universos de discurso" (p. 33). Portanto,

> "el turno descolonial", en el sentido de "llegó el turno al pensamiento descolonial" puede verterse en la expresión "opción descolonial". La opción descolonial significa entonces que "el turno descolonial" es una opción. Por otra parte, esta opción no se entiende sin relación con el "pensamiento descolonial" y al "giro descolonial" en relación a otras opciones en relación a las cuales "el giro" tiene sentido (GROSFOGUEL e MIGNOLO, 2008: 33).

A ressignificação atual da noção de "descolonização" nos impele, de igual modo, a considerar os múltiplos significados geográficos que o conceito de resistência/r-existência adquire em relação à "matriz colonial do poder", nesse período de "colonialidade global" em que vivemos (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007). Nos textos dos vários autores do coletivo modernidade/colonialidade/descolonialidade (MCD), o termo descolonialidade (opção, giro, pensamento, atitude descolonial) adquire alguns sentidos que nos possibilitam considerar como estratégias e táticas descoloniais são práticas socioespaciais ou territoriais de resistência/r-existência:

1. a descolonialidade se define em relação à colonialidade do poder, não apenas como um "fora", mas a partir do seu interior;
2. a noção de "opção" descolonial já indica que não se trata de um contra, mas justamente de uma opção, entre outras;
3. a descolonialidade é muito mais que resistência: apresenta-se como r-existência ou "cumplicidade subversiva";
4. a descolonialidade é uma resposta, um enfrentamento, e pressupõe um desprendimento[25] em relação à retórica da modernidade e à lógica da colonialidade;

[25] Mignolo (2008a, p. 51), que tomou esse termo emprestado de Quijano, afirmou que "el 'desprendimiento' implica imaginar formas de organización social montadas sobre teorías políticas y económicas pensadas a partir de historias, experiencias, subjetividades y necesidades de países, regiones y gentes que habitan las regiones ex-colonizadas del globo."

5. a descolonialidade implica na superação das múltiplas hierarquias do mundo moderno-colonial;
6. a descolonialidade envolve a construção de epistemes fronteiriças, novas formas de vida e novos horizontes de sentidos surgidos nas fraturas, nas feridas coloniais;
7. a descolonialidade não diz respeito apenas a uma descolonização epistêmica e institucional, mas envolve a construção de novas práticas e formas de vida;[26]
8. a descolonialidade é um processo em que a geopolítica e a corpo-política do conhecimento estão implicadas, portanto, geografias de resistência/r-existência.

Castro-Gómez e Grosfoguel observaram que foi Maldonado-Torres (2006) quem propôs a noção de descolonialidade, utilizada em um sentido de giro descolonial, que completaria a categoria descolonização. O conceito de descolonialidade "resulta útil para trascender la suposición de ciertos discursos académicos y políticos, según la cual, con el fin de las administraciones coloniales y la formación de los Estados-nación en la periferia, vivimos ahora en un mundo descolonizado y pós-colonial" (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007, p. 13). O processo de descolonização não está completo, ou seja, "una implicación fundamental de la noción de "colonialidad del poder" es que el mundo no ha sido completamente descolonizado" (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007, p. 17).

Disseminou-se entre nós, em particular na América Latina, a ideia de que era preciso completar o processo de modernização para que os países desta região superassem a condição de subdesenvolvidos. De fato, o que se coloca como urgência política é completar o processo de descolonização,

[26] "Pensamento descolonial significa também o fazer descolonial, já que a distinção moderna entre teoria e prática não se aplica quando você entra no campo do pensamento da fronteira e nos projetos descoloniais" (MIGNOLO, 2008b, p. 290-1).

transcendendo a retórica da modernidade e a lógica da colonialidade (MIGNOLO, 2008a; 2008b; 2010),[27] pois

> (...) la división internacional del trabajo entre centros y periferias, así como la jerarquización étnico-racial de las poblaciones, formada durante varios siglos de expansión colonial europea, no se transformó significativamente con el fin del colonialismo y la formación de los Estados-nación en la periferia (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007: 13).

Mignolo (2007) explicou como o termo descolonização teve o seu significado transformado, desde o século XVIII e XIX, quando significava revolução e independência política de colônias europeias (o mesmo sentido que adquiriu com os processos de descolonização na África e na Ásia, a partir de meados do século XX). Também nesses espaços-tempos, o "colonialismo interno" das elites crioulas substituiu o colonialismo externo. No final do século XX, os movimentos de descolonização foram suplantados pelo processo de globalização neoliberal, que instaurou a "colonialidade global". Mignolo observou que "el segundo contexto en el que se empleó el término "descolonización" durante la guerra fría fue el epistémico", por isso "descolonizar la educación, el estado, la economía presupone habitar y pensar en los bordes del horizonte totalitario del Eurocentrismo" (MIGNOLO, 2007, p. 1). Portanto, a descolonialidade envolve a construção de novas territorialidades, em enfrentamento e desprendimento das territorialidades moderno-coloniais hierarquizadas, tanto no nível da divisão internacional do trabalho no capitalismo quanto no nível das relações de classe, etnorraciais e de gênero.

Além dessa concepção da resistência descolonial como r-existência em relação à matriz colonial de poder, o giro descolonial

[27] "(...) el desenganche (la desconexión) del fundamentalismo eurocéntrico, esto es, el pensar y actuar descolonial hacia un proyecto trans-moderno (no posmoderno ni posestructuralista pues se trata de un más allá de la modernidad/colonialidad) anti-capitalista como culminación del proyecto inconcluso e inacabado de la descolonización" (GROSFOGUEL E MIGNOLO, 2008, p. 36).

significa, antes de tudo, desprendimento da lógica da colonialidade e da retórica da modernidade. Desse modo,

> (…) descolonizar significa entonces descolonizar la retórica de la modernidad que esconde la lógica de la colonialidad; descolonizar implicar trabajar en cada uno de las esferas, y en las relaciones que mantienen entre ellas en los procesos de manejo y control imperial de la colonialidad. De modo que *el sentido de opción descolonial, pensamiento descolonial y descolonialidad sólo tiene sentido en confrontación con y desprendimiento de la matriz colonial de poder* (MIGNOLO, 2008a: 14, grifo nosso).

Descolonial tem um sentido preciso em relação à modernidade/colonialidade como matriz de poder do sistema-mundo capitalista ocidental:

> Descolonização, ou melhor, descolonialidade significa, ao mesmo tempo: a) desvelar a lógica da colonialidade e da reprodução da matriz colonial do poder (que, é claro, significa uma economia capitalista); e b) desconectar-se dos efeitos totalitários das subjetividades e categorias de pensamento ocidentais (MIGNOLO, 2008: 313).

A resistência descolonial, como toda forma de resistência, está implicada nesse jogo entre interioridade e exterioridade em relação à modernidade/colonialidade.

> Descolonial significa pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói, erige um exterior a fim de assegurar sua interioridade. (...) Descolonial implica pensar a partir das línguas e das categorias de pensamento não incluídas nos fundamentos dos pensamentos ocidentais (MIGNOLO, 2008: 304).

Esse pensar/atuar a partir de uma exterioridade que cria, constrói e erige um exterior a fim de assegurar a interioridade é característico da resistência descolonial.

> La decolonialidad parte de un posicionamiento de exterioridad por la misma relación modernidad/colonialidad, pero también por las violencias raciales, sociales, epistémicas

> y existenciales vividas como parte central de ella. La decolonialidad encuentra su razón en los esfuerzos de confrontar desde "lo proprio" y desde lógicas-otras y pensamientos-otros a la deshumanización, el racismo y la racialización, y la negación y destruición de los campos-otros del saber. Por eso, su meta no es la incorporación o la superación (tampoco simplemente la resistencia), sino la reconstrucción radical de seres, del poder y saber, es decir, la creación de condiciones radicalmente diferentes de existencia, conocimiento y del poder que podrían contribuir a la fabricación de sociedades distintas (WASH, 2010: 24).

O que envolveria a construção de novos/outros espaços, lugares e territórios a partir da resistência/r-existência descolonial. Assim,

> (...) há muitas *exterioridades*, quer dizer, o *exterior construído a partir do interior para limpar e manter seu espaço imperial.* É da exterioridade, das exterioridades pluriversais que circundam a modernidade imperial ocidental (quer dizer, grego, latino etc.) que as opções descoloniais se reposicionaram e emergiram com força (MIGNOLO, 2005b: 291, grifos nossos).

Ao combater/confrontar e desprender-se dessas múltiplas hierarquias, é preciso, então, levar adiante uma segunda descolonização, compreendida como um giro descolonial.

> (…) la segunda descolonialización – a la cual nosotros aludimos con la categoría *decolonialidad* – tendrá que dirigirse a la heterarquía de las múltiples relaciones raciales, étnicas, sexuales, epistémicas, económicas y de género que la primera descolonialización dejó intactas (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007: 17).

Mas o que são essas heterarquias em relação às quais se mobiliza, epistêmica e politicamente, a noção de giro descolonial? De acordo com Castro-Gómez e Grosfoguel,

> las heterarquías son estructuras complejas en las que no existe un nivel básico que gobierna sobre los demás, sino que todos los niveles ejercen algún grado de influencia mutua en diferentes aspectos particulares y atendiendo a coyunturas

> históricas específicas (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007: 18).

Assim, a hierarquia racial/étnica assume, no mundo contemporâneo, um papel central na construção da modernidade/colonialidade: "La construcción de la jerarquía racial/étnica global fue simultánea y contemporánea espaciotemporalmente con la constitución de una división internacional del trabajo organizada en relaciones centro-periferia a escala mundial" (p. 19).

A categoría da descolonialidade implica numa luta epistêmica, em primeiro lugar, dado que a hierarquização das formas de conhecimento "(...) en muchas áreas de la vida fue un aspecto importante de la colonialidad del poder en el sistema-mundo. Los conocimientos subalternos fueron excluidos, omitidos, silenciados e ignorados" (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007, p. 20). Assim, compreende-se que "a opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento" (MIGNOLO, 2008b, p. 290).

A descolonialidade remete, assim, à construção histórica, social, geográfica, cultural e política de uma "outredade epistêmica", a partir da qual se construíram diversas formas de resistência:

> La 'otredad epistémica' de la que hablamos no debe ser entendida como una exterioridad absoluta que irrumpe, sino como aquella que se ubica en la intersección de lo tradicional y lo moderno. Son formas de conocimiento intersticiales, 'híbridas', pero no en el sentido tradicional de sincretismo o 'mestizaje', y tampoco en el sentido dado por Néstor García Canclini a esta categoría, sino en el sentido de 'complicidad subversiva' con el sistema. Nos referimos a una resistencia semiótica capaz de resignificar las formas hegemónicas de conocimiento desde el punto de vista de la racionalidad posteurocéntrica de las subjetividades subalternas (...) (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007: 20).

A "cumplicidade subversiva" com as estruturas de poder moderno-coloniais de muitos grupos sociais subalternizados implica em várias formas de resistência/r-existência no campo da

produção da subjetividade e do conhecimento. As formas como os saberes/conhecimentos subalternos são construídos constituem as epistemes de fronteira: "Estas "epistemes de frontera" (...) constituyen una crítica implícita de la modernidad, a partir de las experiencias geopolíticas y las memorias de la colonialidad" (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007, p. 20). "Contra" a geopolítica do conhecimento que impôs ao mundo a superioridade do conhecimento europeu constitui-se, com estas epistemes de fronteira implicadas no giro descolonial, uma corpo-política do conhecimento.

O corpo, também em relação ao conhecimento, se apresenta como um potencial de resistência: "Todo conocimiento posible se encuentra in-corporado, encarnado en sujetos atravesados por contradicciones sociales, vinculados a luchas concretas, enraizados en puntos específicos de observación (...)" (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007, p. 21). Assim, seria preciso "un 'giro decolonial', no sólo de las ciencias sociales, sino también de otras instituciones modernas como el derecho, la universidad, el arte, la política y los intelectuales" (p. 21). Como também é preciso um giro descolonial espacial, geográfico, territorial.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. *A promessa da política*. 2ª ed. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

_____. *A condição humana.* 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. "Los avatares de la crítica decolonial." Entrevista a Santiago Castro-Gómez. In: *Tabula Rasa*, nº 16, p. 213-230, Bogotá – Colombia, enero-junio 2012. Disponível em: <http://www.revistatabularasa.org/numero-16/11entrevista-castro.pdf> Acesso: mar./ 2013.

_____ e GROSFOGUEL, Ramón. "Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico." In:

CASTRO-GÓMEZ, S. e GROSFOGUEL, R. (eds.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, pp. 9-23, 2007.

CERTAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 21 ed. Trad. Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. V. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DUSSEL, Henrique. "Europa, modernidade, egocentrismo." In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas.* Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ESCOBAR, Arturo. *Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes.* Trad. Eduardo Restrepo. Bogotá: Envión Editores, 2010.

_____. *Más allá del tercer mundo: globalización y diferencia*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia/Universidad del Cauca, 2005.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25 ed. Organização Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012a.

_____. *Estratégia, poder-saber*. 3 ed. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b (Col. Ditos & Escritos IV).

_____. *Repensar a política*. Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa (organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010 (Col. Ditos & Escritos VI).

_____. "O sujeito e o poder." In: FREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.

GROSFOGUEL, Ramón; GALCERÁN, Montserrat; SUÁREZ-KRABBE, Julia. "Introducción a Foucault y la colonialidad." In: *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, nº 16, pp. 39-57, enero-junio 2012. Disponível em:

<http://www.redalyc.org/pdf/396/39624572003.pdf> Acesso: mar./2013.

_____ e MIGNOLO, W. D. "Intervenciones descoloniales*:* una breve introducción." In: *Tabula Rasa*, nº 9, pp. 29-37, julio-diciembre, Bogotá - Colombia, 2008.

_____. "El concepto de "racismo" en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser?" In: *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, nº 16, pp. 79-102, enero-junio 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892012000100006&script=sci_arttext> Acesso: mar./2013.

_____. "La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global." In: *Tabula Rasa.* Bogotá - Colombia, nº 4, pp. 17-48. Enero-junio de 2006.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. "Dilemas de conceitos, espaço-território e contenção territorial." In: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. (orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, pp. 95-120, 2009.

_____. "Território e multiterritorialidade – um debate." In: *Geographia*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 17, pp. 19-45, junho de 2007.

_____. "Da desterritorialização à multiterritorialidade*"*. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina* – Universidade de São Paulo – 20 a 26 de março de 2005.

_____. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. "Identidades territoriais*"*. In: ROZENDHAL, Z. e CORRÊA, R. L. (orgs.). *Manifestações culturais no espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

_____. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste.* Niterói: EdUFF, 1997.

_____. *RS: latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HOLLOWAY, John. *Fissurar o capitalismo*. Trad. Daniel Cunha. São Paulo: Publisher, 2013.

MATTEUCCI, Nicola. "Resistência". In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. da UnB, São Paulo: Impressa Oficial, 2000, p. 1114-1116.

MIGNOLO, W. D. *Desobediencia epistémica: retórica da modernidad, lógica de la colonialidad y gramatica de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010 (Colleción Razón Política).

_____. "Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política." Trad. Ângela Lopes Norte. In: *Cadernos de Letras UFF* – Dossiê: Literatura, Língua e Identidade, nº 34, p. 287-324, 2008.

_____. "Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos." In*: Revista GEOgraphia*, ano 7, n. 13, p. 7-28, Niterói, RJ, setembro de 2005a.

_____. "A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade". In: LANDER, E. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 71-103, 2005b.

_____. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

PILE, Steve; KEITH, Michael. *Geographies of resistance*. London, New York: Library

Congress, 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. *Amazônia, Amazônias.* São Paulo: Contexto, 2010.

_____. "De saberes e de territórios: diversidades e emancipação a partir da experiência latino-americana". In: *GEOgraphia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, ano VIII, n° 16, p. 41-55, 2006.

_____. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)*. Brasília: IBAMA, 2003.

_____. "A territorialidade seringueira." In: *GEOgraphia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, ano 1, n° 2, p. 67-88, 1999.

_____. "O latifúndio genético e a r-existência indígeno-campesina." In: *GEOgraphia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, ano IV, n° 8, p. 39-60, dez. 2002.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder e classificação social". In: MENESES, Maria Paula; SOUSA SANTOS, Boaventura de (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, p. 84-144, 2010.

_____. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina." In: LANDER, E. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Argentina: CLACSO, p. 227-278, 2005.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán, Colômbia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

ROQUE, Tatiana. "Como a matemática poder servir para pensar o estatuto da resistência, mesmo, e sobretudo, quando ela não fala de resistência?" In: COCCO, Giuseppe; PACHECO, Analise e VAZ, Paulo (orgs). *O trabalho da multidão: Império e resistência*. Rio de Janeiro: Gryphus: Museu da República, p. 59-68, 2002.

ROUTLEDGE, P. "Voices of the dammed: discursive resistance amidst erasure in the Narmada Valley, India." In: *Political Geography*, n. 22, p. 243-270, 2003.

_____. "Critical geopolitics and terrains of resistance." In: *Political Geography*, v. 15, n. 6/7, p. 509-531, 1996.

_____. "Putting politics in its place: Baliapal, India, as a terrain of resistance." In: *Political Geography*, n. 11, p. 588-611, 1992.

SACK, Robert. "O significado de territorialidade." In: DIAS, Leila Christina e FERRARI, Maristela (orgs.). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular, pp. 63-89, 2011.

_____. *Human territoriality: its theory and history.* Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SCOTT, James C. *Los dominados e el arte de la resistência: discursos ocultos.* 1ª reimp. Trad. Jorge Aguillar Mora. México, 2004.

_____. "Exploração normal, resistência normal." In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5, pp. 217-243, janeiro-julho, Brasília, 2011.

SOBRAL, Simone. "O Império e a resistência." In: COCCO, Giuseppe; PACHECO, Analise e VAZ, Paulo (orgs). *O trabalho da multidão: Império e resistência*. Rio de Janeiro: Gryphus: Museu da República, p. 27-46, 2002.

ZIBECHI, Raúl. *Autonomías y emancipaciones América Latina en movimiento*. Lima – Peru: Programa Democracia y Transformación Global, p. 67-04, 2007.

_____. *Dispersar el poder*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

_____. "A emancipação como produção de vínculos." In: CECEÑA, A. E. (org.). *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. São Paulo: Expressão popular, p. 115-140, 2008.

APONTAMENTOS E DIMENSÕES SOCIOESPACIAIS DA CIDADE E DA VIDA COTIDIANA URBANA CONTEMPORÂNEA: A APROPRIAÇÃO SOCIAL DE ESPAÇOS EM PERSPECTIVA

NOTES AND DIMENSIONS SOCIOSPATIAL CITY AND EVERYDAY LIFE URBAN CONTEMPORARY: THE SOCIAL APPROPRIATION OF SPACES IN PERSPECTIVE

NOTAS Y DIMENSIONES SOCIOESPACIALES DE LA CIUDAD Y LA VIDA COTIDIANA URBANA CONTEMPORANEA: LA APROPIACIÓN SOCIAL DE ESPACIOS EN PERSPECTIVA

ULYSSES DA CUNHA BAGGIO

Professor e pesquisador do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: ulybaggio@ufv.br

* Artigo publicado em março de 2017.

Resumo: Este artigo se propõe a analisar a cidade e a vida cotidiana urbana, na contemporaneidade, sob a perspectiva da apropriação social de espaços, percurso que nos conduziu a explorar alguns momentos importantes desta discussão, tais como o da representação do espaço e da situação espacial, e, de forma mais sucinta, da alienação socioespacial, tomando-se como referências empíricas expressões na cidade de São Paulo e, mais especificamente, o caso do bairro de Santa Tereza, em Belo Horizonte (Minas Gerais). Esta análise também recobre aspectos do problema da mobilidade urbana e do espaço público sob o sentido de um planejamento identificado com a escala humana.
Palavras-chaves: apropriação de espaços, vida cotidiana urbana, representação do espaço, situação socioespacial, bairro de Santa Tereza–Belo Horizonte/Brasil.

Abstract: This article proposes to analyze the city and everyday life in contemporary urban in the perspective of social appropriation of spaces, path that has led us to explore some important moments of this discussion, such as the representation of space and spatial situation and, in order more succinctly, the socio-spatial alienation, taking as empirical references expressions in São Paulo and, more specifically, the case of the district of Santa Teresa, in Belo Horizonte (Minas Gerais/Brazil). This analysis also recovers aspects of the problem of the urban mobility and of the public space, under the sense of an identified planning with the human scale.
Keywords: appropriation of spaces, daily life urban, representation of the space, spatial situation, district of Santa Tereza–Belo Horizonte/Brazil.

Resumen: Este artículo se propone para analizar la ciudad y la vida cotidiana en contemporâneo urbano desde la perspectiva de la apropiación social de spacios, camino que nos llevó a explorar algunos momentos importantes de esta discussión, como la representatión del espacio y de la situación espacial y, más sucintamente, la alienación socio-espacial, teniendo como referencias las expresiones empíricas em la ciudad de São Paulo y más concretamente, el caso del barrio de Santa Tereza, en Belo Horizonte (Minas Gerais/Brasil). El análisis también abarca los aspectos del problema de la movilidad urbana y del espacio público, bajo el sentido de una planificación identificada con la escala humana.
Palabras clave: apropiación de espacios, vida cotidiana urbana, representación del espacio, situación socio-espacial, barrio de Santa Tereza–Belo Horizonte/Brasil

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se orienta a uma leitura da cidade e da vida cotidiana urbana contemporânea sob a perspectiva de práticas de uso e apropriação de lugares, tendo-se como referência o contexto brasileiro, com maior ênfase na cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais). Sob as interferências de uma urbanização extensiva (LEFEBVRE, 1999), intensiva e difusa, que comporta inteiramente o sentido de uma efetiva metropolização do espaço (LENCIONI, 2013), de forte feição privativo-corporativa, mercadológica e segregacionista, alguns aspectos podem ser destacados neste cenário, tais como o da homogeneidade, o do individualismo, o da alienação ampliada e o da banalização da vida e da existência, que marcam sensivelmente a conformação da cidade e da vida urbana, nos tempos hodiernos.

Em face dessas e de outras negatividades engendradas na cidade, atentamos a possíveis manifestações reativas, no âmbito da vida cotidiana urbana, que possam sinalizar ou mesmo representar espacializações influenciadoras e estimulantes, que traduziriam ações mais consoantes a modos e formas de vida mais plenas – e não como meras expressões idealizadas –, orientadas ao alcance de satisfações imperiosas, com explorações mais inventivas e portadoras de virtualidades à apropriação social. Ainda que tais manifestações não encontrem condições objetivas de se realizar de forma plena e absoluta na sociedade capitalista, ainda assim são valorizadas e compreendidas como formas de apropriação possível do espaço (BAGGIO, 2014).

Lembremo-nos de que, nesse sentido, no âmbito das formas adquiridas pela cidade – sendo estas os próprios limites das ações que as engendraram –, é inexequível controlar ou mesmo prever com precisão certos processos e suas correlatas configurações em torno do processo social, bem como em relação ao que as pessoas pensam ou fazem. Aqui, intervém o imponderável, com as ações podendo germinar e operar sob interstícios de relativa liberdade.

Distanciando-nos da ideia de liberdade como liberdade de homens isolados, (baseada na separação entre eles), a liberdade não é concebida aqui como algo dado; ela pressupõe um projeto de ação permanente que visa a assegurar capacidade e autonomia de escolha, malgrado tenhamos em conta o fato de o homem moderno não ter alcançado plenamente a sua liberdade, conquanto desfrute de relativa independência e, de forma seletiva e desigual, de recursos à sua existência. Nesse sentido, seria importante, ainda, repensar a noção de liberdade para além "do paradigma jurídico-normativo que a concebe preferencialmente a partir da predicação de direitos positivos", compreendendo-a, assim, "como vínculo à incondicionalidade de uma universalidade não substancial" (SAFATLE, 2012, p. 5). Sobre o homem moderno recaem interferências e condicionamentos sistêmico-estruturais poderosos, impondo-lhe certo estado de solidão, dissociação, angústia e impotência, que alimentam a condição de sofrimento psíquico em nossos tempos. Encontrando-se em tensão permanente consigo mesmo e com o mundo circundante, o homem moderno se vê ainda dilacerado em suas crenças e motivações, submetido aos efeitos corrosivos da ampla abstração do trabalho (que comporta inteiramente o sentido do trabalho alienado) na contemporaneidade, com a vida autoconsciente e espiritual convertidas numa espécie de vazio labor.

Todavia, a soma das partes não corresponde ao todo, podendo-se observar, na vida cotidiana, práticas de caráter reativas e mobilizações político-sociais na busca por condições mais favoráveis e efetivas à vida, à liberdade e à economia. Estas práticas se inscrevem num sistema de forças e poderes que lhes impõem certas restrições, introduzindo componentes desestabilizadores, mas, ao mesmo tempo, comportam virtualidades luminosas a possíveis subversões e transformações de condições-limite e indesejáveis de vida urbana, podendo se dar tanto de forma mais radical, como de forma negociada.

Considere-se ainda, nesse mesmo sentido, que as desigualdades sociais e econômicas afetam negativamente as instituições democráticas, conquanto se compreenda que o problema representado pela pobreza seja até mais importante, dificultando a participação e o consenso, embora o direito à participação esteja formalmente garantido. E tanto os problemas da participação social como os da própria representatividade demandam mudanças da forma da própria política, com a sociedade gravitando politicamente mais em torno de si mesma do que do Estado (e da estadolatria), não o tomando como mediação única ou exclusiva nas práticas sociais.

Isso não significa, entretanto, a defesa de uma via orientada à desqualificação ou mesmo à revogação do Estado, ou ainda à recusa de alguma forma de autoridade válida e legítima, o que também se estende às lideranças e/ou a porta-vozes de movimentos e/ou outras formas de mobilização, tanto sob uma atuação vertical como horizontal. O que não se confunde com uma condição de cooptação subordinada ao Estado – conquanto esta compareça como possibilidade e risco latentes –, mas de uma via norteada por uma inserção efetivamente participativa e diversificada das pessoas na vida política. Esta via, por sua vez, não se furtaria ao direito de se exercerem práticas sob o sentido da democracia direta, ainda que também, e fundamentalmente, se orientasse ao aperfeiçoamento contínuo da democracia representativa, inibindo, assim, tanto extremismos de direita, como variações de caráter ultraliberal em face do capitalismo e da propriedade privada (forças estas, entre outras, que, de forma evidente, põem em risco a própria democracia, não contribuindo em nada, aliás, para a destruição/superação do capitalismo e da criação de uma "outra" e melhor sociedade e condição socioespacial).

Novos arranjos institucionais se fazem necessários, apresentando-se a reforma política como um imperativo, que, para além de combater problemas relativos à corrupção, se orientaria,

do mesmo modo, ao equacionamento da crise de representatividade e do aperfeiçoamento/ampliação das formas de participação social na vida política, inibindo ou desestimulando, assim, o aparelhamento e loteamento do Estado. Além da reforma política, e de modo não menos importante, também a consecução de uma reforma tributária, seriam realizações imprescindíveis ao impulso do desenvolvimento econômico-social, priorizando políticas de redução das desigualdades sociais e ampliação/aprofundamento de direitos sociais.

Em que pesem os impactos de crises, que tendem a ocorrer periodicamente (sem entramos no mérito de suas circunstâncias e motivações), apresenta-se como algo de fundamental importância a esta perspectiva a premissa de que as soluções sejam buscadas sob as condições e os meios do regime democrático, portanto, sob a prevalência da vontade coletiva (valorizando-se lideranças e porta-vozes legítimos), da negociação e da tolerância (dentro de certos limites, é claro, pois nem tudo é socialmente tolerável, como, por exemplo, discursos e práticas que deponham contra o ser humano e a condição humana). Trata-se, assim, de uma perspectiva democrática voltada à promoção de articulações mais eficazes e ações compartilhadas entre Estado e sociedade, propiciando maiores limites ao poder dos governantes e o escrutínio das ações dos poderes instituídos (que vão para além dos poderes do Estado), resguardando a expressão das minorias e das diferenças.

São auspiciosas, nesse sentido, certas irrupção e difusão, na vida cotidiana de nossas cidades, de uma pluralidade de manifestações político-sociais locais, que emergem, em parte, como formas embrionárias de insurreição urbana. Trata-se de práticas coletivas e públicas que parecem anunciar um novo ciclo da vida política nas cidades, conferindo maior visibilidade e publicização de situações indesejáveis na urbe, impulsionando questionamentos diversos e forjando relações que, não raro, tornam-se territorializadas, e que, pouco a pouco, delineiam vetores de transformação/mudança em relação a elas.

Recobrindo variadas questões, em nosso entendimento, tais práticas sinalizariam para uma situação crítica na vida cotidiana urbana, que expõe uma ampla privatização/segregação da sociedade e do espaço, tornando-se um foco importante de disputas cada vez mais acirradas. Irradiando-se pelos interstícios das cidades, estas práticas parecem representar certas descontinuidades à unidade indissociável dos poderes hegemônicos público-privados, encetando um maior recobrimento social e político em torno do uso e da apropriação de espaços, de apropriações possíveis ou ações de caráter apropriativo (BAGGIO, 2014).

Veja-se, nesse sentido, certa retomada e bem-vinda reocupação de lugares públicos urbanos por uma miríade de blocos carnavalescos, nesses últimos anos, como se pode observar, por exemplo, em Belo Horizonte e São Paulo. Possuindo origem espontânea, familiar ou tribal, eles se capilarizam pelos meandros da urbe, insuflando ambiências sinérgicas e estimulantes, revalorizando os lugares e a vida pública e coletiva. Embora exista a sinalização de interferências de caráter normativo por parte do poder público sobre esses blocos, há, no entanto, posições que postulam o resguardo da liberdade em sua realização. Estas posições se põem em sintonia com a ideia de que a cidade e o Estado devem priorizar mais o acesso de pessoas ao espaço público do que o de automóveis.

A expansão dos blocos e a constituição desse cenário de "festa no pedaço" (MAGNANI, 1999) refletem a atuação de movimentos estudantis e socioculturais que defendem a ocupação de espaços públicos na cidade, que vêm se consolidando ao longo dos últimos anos. Em Belo Horizonte, mais especificamente, pode-se destacar, entre outros, o movimento Praia da Estação, que tem atraído milhares de pessoas a um espaço importante na área central desta cidade (a praça da Estação). O mesmo se pode dizer em relação ao bairro de Santa Tereza, espaço rico em pedaços e lugares de interação e relacionalidade social, que realimentam,

dentro de certos limites, relações a uma dimensão mais pública da cidade, como veremos mais adiante.

Podem-se acrescentar, ainda, as mobilizações e ações de grupos e movimentos de ciclistas (cicloativismos), que vêm se multiplicando pelo país, trazendo à tona o problema da mobilidade urbana e de usos mais adequados e saudáveis de espaços na urbe. Estas mobilizações e ações buscam inserir, de forma mais efetiva e propositiva (como, por exemplo, a luta de mulheres ciclistas pela igualdade de gênero, em Belo Horizonte), a bicicleta no conturbado e intrincado cenário urbano-metropolitano, marcadamente "carrocêntrico", destacando-se aqui as situações críticas representadas por São Paulo e Rio de Janeiro, como também por Salvador e Belo Horizonte, entre outras cidades. São Paulo, mais especificamente, enfrenta sérios problemas relacionados a insuficiências/deficiências dos serviços de transporte público, recaindo-lhe o peso representado pelo tamanho de sua população e a densidade/complexidade de seu espaço construído.

De forma crescente, o uso da bicicleta, na cidade de São Paulo, apresenta-se como uma busca alternativa para se contornar essa condição adversa, e vem contando, mais recentemente, com o apoio do poder público municipal, que não apenas tem investido na criação de ciclofaixas como também na implantação de ciclovias, prevendo-se uma expansão significativa do sistema cicloviário na cidade. Por outro lado, vale observar que o problema da mobilidade urbana, em São Paulo (como também em outras cidades, sobretudo as de grande porte), dificilmente será equacionado à revelia de uma efetiva e ampla reestruturação de seu sistema de transportes públicos, tencionando a usos mais racionais do automóvel na cidade – o que implicaria em mudanças na própria subjetividade das pessoas. Além do mais, seria também necessária a adoção de medidas mais restritivas (e, de certo modo, antipopulares) ao uso generalizado do automóvel particular, tais como: o pedágio urbano, a interdição de certas áreas e em

determinados horários e o estacionamento sobretaxado, entre outras.

É flagrante o uso abusivo e excessivo de meios de transporte motorizados particulares na metrópole (e nas cidades, de modo geral), que não apenas faz acentuar a privatização do espaço urbano como também lhe dá contornos de problemas relativos à saúde pública (acidentes de trânsito, poluições atmosférica, sonora e visual etc.), comportando inteiramente o sentido de uma mortificação do espaço, sob a incidência de um permanente mal-estar e estresse quase generalizados, incorporando-se incisivamente às relações de alienação socioespacial, acentuando-as ainda mais (BAGGIO, 2014). Daí a urgência desta reestruturação a apontar para uma outra lógica de planejamento urbano que resgate a escala humana na cidade (GEHL, 2014) e, de modo correlacionado, o favorecimento de formas interativamente mais vivas quanto à apropriação social de espaços e do tempo na vida urbana cotidiana. Podem-se oferecer como exemplos, nesse sentido, as experiências de Curitiba, a partir de Jaime Lerner, na década de 1970, e de Bogotá (Colômbia), com Henrique Peñalosa, a partir do final dos anos 1990.

Embora se reconheçam avanços e conquistas auspiciosos nesta questão, de modo geral, observam-se reclamações diversas por parte dos usuários de bicicletas concernentes a insuficiências de infraestrutura para as práticas ciclísticas, somadas a certos constrangimentos provocados, sobretudo, por motoristas de veículos particulares, mas também de coletivos (como ônibus e vans) e até mesmo de pedestres. Em boa parte, estes entendem que as vias e os fluxos ciclísticos atrapalham o trânsito, tornando-o mais problemático e dificultoso – quando, em realidade, seria o contrário –, o que demonstra como o automóvel está objetiva e subjetivamente integrado à nossa sociedade, no Brasil (tornado uma plataforma de produção e exportação de carros) e no mundo, de modo geral.

Em Belo Horizonte, mais especificamente, avulta que a condição geral das ciclovias ainda deixe a desejar, havendo falta de sinalização, lixo acumulado em pontos diversos, presença de postes em meio a certos trechos etc. Ainda assim, a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) pretende construir, até 2016, cerca de 150 quilômetros de ciclovias na capital mineira, com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Mobilidade Urbana. Chama a atenção, no momento atual, uma mobilização de ciclistas junto ao poder público, mais especificamente ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), para tratar da atuação deste órgão na melhoria das condições das ciclovias. Notadamente, o uso da bicicleta não apenas cresce, a cada dia, nesta e em muitas outras cidades, como se multiplicam grupos e ações em prol de sua efetiva integração ao sistema e vida urbanos, sinalizando, assim, a territorializações socialmente mais desejáveis.

Desse modo, lançamos luz e damos projeção a ações socioespaciais dotadas de certa autonomia e espontaneidade em nossas cidades, conduzidas pelos próprios interessados, sob uma forma mais independente do Estado, mais resguardadas de funcionalismos e dirigismos, no sentido de o Estado não se colocar ou se apresentar como mediação única ou exclusiva entre as pessoas e sua liberdade. Esta liberdade, aliás, é bastante submetida a fortes interferências da indústria cultural, tornando-a, assim, uma liberdade relativa, uma vez que esta indústria opera como um vetor robusto de poder, que estabelece certa homogeneidade nos padrões de consumo e de comportamento na maioria das populações e territórios do planeta, impondo dirigismos e controle à vida das pessoas, na sua individualidade, privacidade e subjetividade. Ao lado da espetacularização dos acontecimentos cotidianos, estas forças parecem aumentar com as crises e o recrudescimento das contradições, influindo, desse modo, em insurgências e práticas alternativas.

O espaço sob a perspectiva dos próprios interessados

Sob a atuação dos próprios interessados, essas ações engendram cenários político-sociais irrequietos, na vida cotidiana das cidades. Parte significativa destas ações inscreve-se no universo do uso do espaço, que, pelos meandros da cidade, vão entabulando grafias descontínuas e forjando situações socioespaciais que, cada vez mais, alcançam projeção e visibilidade política. Estas práticas revelam, ainda, um caráter propositivo, cujo sentido apontaria para a revogação ou neutralização de estruturas funcionais de condicionamento e enquadramento da vida urbana. Elas sinalizam as formas mais intensas e desejáveis de vida societária, forjando brechas e situações no intrincado enredo socioespacial da vida cotidiana. Pode-se dizer que, de certo modo, elas representam um contrapoder, contrastando e conflitando com orientações e práticas hegemônicas de apropriação e estruturação da cidade e da vida urbana, como o demonstra grande parte das ações do Estado, em consonância e em articulação com estruturas empresariais corporativas, que dominam e condicionam a economia territorial urbana.

Como se pode constatar no universo mais amplo dessas ações, seus atores não se restringem apenas a movimentos sociais organizados, incorporando também práticas coletivas de caráter mais espontâneo, que, juntamente com aquelas, apontam à transformação/reestruturação qualitativa quanto ao uso e à apropriação de espaços na cidade, incorporando aspectos da própria vida cotidiana.

Vindas dos próprios interessados, essas ações remetem a certa valorização do princípio político da autogestão, e, de forma relacionada, da auto-organização, no sentido de as pessoas fazerem valer seus próprios desejos, aspirações e projetos, protagonizando práticas mais descentralizadas que refletem as demandas e situações efetivas que diretamente repercutem no cotidiano de suas vidas. Tanto sob uma ação politicamente mais

organizada ou sob um agir mais espontâneo, os agentes sociais assumem maiores responsabilidades tanto em relação à tomada de decisões políticas como por suas vidas privadas.

A noção de autonomia subjacente a essas práticas deve, entretanto, ser relativizada, quando até mesmo a elaboração e a execução autônomas de intenções subjetivas são afetadas e, não raro, deslocadas para o âmbito das intenções intrínsecas do sistema (MORENO, 2005). Por outro lado, pode-se dizer que elas se projetariam no horizonte político-territorial como algo ao menos suficiente ou razoável, embora em meio à proliferação de anomias sociais as mais diversas. Destarte, nenhuma "solução" é definitiva, sendo cada conquista sempre parcial.

Entendemos que muito da expressividade e importância dessas práticas relacionam-se às suas significativas vitalidade e versatilidade, compondo um universo empírico ruidoso e prenhe de paixões subversivas, com elaborações inventivas e influenciadoras, capazes de produzir outras e mais desejáveis ambiências na cidade, e criando, assim, contrapontos político-qualitativos a possíveis reinvenções e redefinições quanto ao uso e à apropriação de espaços na cidade que reverberariam, portanto, na vida pública urbana. Estando no mundo e nos lugares, essas práticas sinalizariam a uma possível nova filosofia da vida, ou talvez a uma filosofia espacial da existência no fulcro de uma geografia urbana mais sensível aos eventos intersticiais.

Estamos falando, portanto, da formação gradativa de uma condição socioterritorial que emerge em meio e sob as interferências de uma situação de crise da sociedade, que apontaria, teórica e praticamente, para uma possível transformação da vida cotidiana urbana. Tal transformação implica, entre outros aspectos, na elaboração criativa de novas situações de vida e trabalho (aqui entendido num sentido mais amplo, para além de sua conotação econômica e mercantil), instâncias que, no entanto, se mostram cindidas na organização social moderna. Não desejando fazer tábula rasa do universo

dessas práticas, não seria adequado atribuir-lhes, propriamente, o sentido de uma ruptura com as condições existentes, mas reconhecer que produzem uma efervescência socioespacial e relacional na cidade e na vida urbana que faz precipitar, pelos seus interstícios, um campo de forças marcadamente plural, compondo um mosaico de sinergias e percursos diante e em virtude de um cenário de adversidades econômico-sociais e político-institucionais. Estas sinergias e estes percursos parecem mesmo adquirir maior relevância que os próprios objetivos a atingir.

As novas ambiências constituídas e o sentido das ações encetadas indagam e confrontam a condição atual conspícua de se vegetar numa espécie de sobrevivência hedonista-utilitarista, cuja compulsão pelo agir com presteza e pressa perturba e reduz sensivelmente o tempo para pensar e viver, com seres e subjetividades adaptados às contingências do mercado, aos valores empresariais do lucro, da competição ensandecida e do sucesso. A política, nesse sentido, é reduzida a um dispositivo para se evitar o pior, e o espaço é conformado como uma máquina mortificante de habitar, abertamente transformado em base de geração de valor e acumulação privada, submetendo a vida social e cotidiana em nossas cidades.

Daí a luminosidade político-espacial que essas práticas e ações apresentam, pois não renunciam à aventura e à inventividade, construindo cotidianamente situações e novas ambiências urbanas, por onde a vida pode pulsar e respirar melhor – senão sob um sentido maior e mais elaborado, ao menos como algo mais vivo, criativo e estimulante, que vem com a descoberta de nossa própria diversidade e complexidade.

Pulsações socioespaciais pelos interstícios da metrópole: situações em São Paulo e em Belo Horizonte - o bairro de Santa Tereza em destaque

Valorizam-se, portanto, práticas e manifestações que se realizam e emergem sob o sentido da necessidade, mas também do desejo, indicativas de contrapontos a uma vida submetida a constrangimentos e compressões os mais diversos, e que, em contraste às procelas cotidianas, sinalizam pulsações e ambiências mais estimulantes e influenciadoras. Elas configurariam, de certo modo, uma geografia urbana de "baixa" visibilidade, recobrindo, nesse sentido, uma cartografia de situações intersticiais. Interstícios, todavia, por onde a vida registra momentos de intensidade relacional, em que o condicionamento cede lugar à experimentação, ensejando ações mais espontâneas sob o fluir do espaço e do tempo não programado, pelas quais a cidade, então, se revela como um ambiente mais favorável a experiências situacionais desejáveis aos que nela vivem. Como um ato objetivo ou subjetivo, sob as descontinuidades do espaço e do tempo, essas práticas e manifestações podem suscitar condições a possíveis rupturas, sobremaneira no plano de seus desdobramentos.

Enfatizar o interstício, conferindo-lhe relevo na abordagem da cidade e da vida cotidiana, não significa, entretanto, torná-lo um fetiche, deslocando-se ou prescindindo, ademais, de ações em outras escalas espaciais e instâncias político-sociais. Como instância e escala territorial – produto de relações sociais –, o qualificamos, mais especificamente, como um subespaço local de captura e retenção de momentos, expressões e intencionalidades mais imediatos da experiência social e humana (BAGGIO, 2013). O interstício está integrado a uma totalidade territorial essencialmente contraditória, da qual emergem forças e perspectivas que indagam acerca de possibilidades à vida e à existência, postas na sociedade em movimento.

A escala do lugar, na qual o interstício se inscreve, apresenta-se, pois, como a instância privilegiada de verificação do drama social, posto ser nela que ele adquire concretude. Em sua realização, nos sopros do tempo, a vida cotidiana grafa as suas marcas e se anuncia; os valores se mostram então mais tangíveis

ao espírito e à vontade, tornando-se mais enriquecidos. Para se compreender melhor suas virtudes, possibilidades e limites, há que se operar desvios e certa ultrapassagem da lógica para se viver o que há de mais luminoso nos interstícios, palmilhando-os dia após dia, pois apenas a experiência do corpo ao rés do chão pode produzir prazeres, percepções e conflitos.

Enquanto sejam representações de valores vivos, de presença e coexistência, essa condição não se daria, contudo, tão somente por suas positividades, mas também com o concurso da imaginação e da abordagem poética, sem as quais nenhuma explicação da realidade pode ser completa. Nesse enredo, o território também se revela como um dado simbólico, vivenciado e valorizado por investimentos afetivos, tornando determinados lugares mais ao gosto dos citadinos, por onde a cidade parece respirar melhor. Por contraste, o esvaziamento de significações valorativas ao lugar abre um campo fértil à alienação socioespacial, que, ao lado de outras variáveis, conduz a uma condição de alheamento ao território, acolitado pelo desprezo, indiferença e negação.

A sobrevivência dos lugares encontra, nas demandas da vida e da existência, forças que lhes dão certa sustentação, pondo em ação inventividades construtivas que amoldam valores, traços e técnicas que os tonificam como espaços de vida, reverberando suas próprias representações, e, portanto, os discursos que os fabricam e os enunciam. Os discursos fabricam, então, o lugar: o lugar da vida, da repetição, do trabalho (ou da ausência dele), mas também da criatividade e da subversão, sob a atuação espontânea ou deliberada/organizada de grupos que conformam espaços na cidade sob ideias alternativas de cultura, que "fabricam" o lugar a partir de táticas cotidianas de enunciação (SERPA, 2011, p. 16).

Embora os lugares estejam submetidos à antinomia conflitante entre valor de uso e valor de troca, é necessário, pois, colocar-se em devida consideração o âmbito do vivido. Como instância da prática imediatamente dada, constituída pela

combinação prática de coisas, relações e concepções, o vivido se revela como a esfera dos conflitos entre os diversos processos de institucionalização da vida e, portanto, da esfera do cotidiano. Este, por sua vez, é aqui compreendido como uma instância da existência social estreitamente relacionada e condicionada ao Estado, na qual se estabelece o embate dialético entre troca e uso, entre o concebido e o vivido, sendo esta uma dimensão da sociedade que guarda enigmas pelos quais se discutem a sociedade e o social (SEABRA, 1996).

Sob as estratégias do Estado – acólito orgânico do mercado –, se produzem estruturas territoriais funcionais e padronizadas que modelam certa uniformidade a uma forma de vida estacionária, impondo o ócio rotineiro e tedioso, o aborrecimento mais paralisante e deprimente, que entorpecem a vida e corrompem a coragem. São expressões pálidas de um cotidiano submetido a padrões de competitividade ilimitada e à lógica compressora dos imperativos econômicos. Dando-se nos limites do consumismo desenfreado e do espetáculo multifacetado, elas nos oferecem genuínas expressões de pantomima capitalista. Contudo, essa condição, como já evidenciado, não se apresenta absoluta ou mesmo como uma via de mão única, envolvendo suas próprias contradições, produzindo pontos de inflexão, reações e insurgências: da atividade contra a passividade, do ser contra o sofrimento, da vida contra as condições que lhe são estranhas.

Reportamo-nos, mais uma vez, a uma pluralidade de práticas que medram pelos interstícios da cidade, recobrindo lutas pela obtenção de condições de sobrevivência mais imediatas (tais como trabalho, renda e moradia), passando por práticas de economia solidária e produções alternativas, estendendo-se por ações cotidianas de caráter mais espontâneo e exploratório de uso e apropriações de lugares (conduzidas por grupos, tribos etc., a exemplo do movimento *hip hop* e os *happers*) até ações em certos problemas da cidade e da vida pública (cicloativismos e luta por espaços públicos, como parques, praças etc.) e de outros bens

patrimoniais de valor histórico e arquitetônico-urbanístico, expressões importantes da memória da cidade.

Nesse mesmo sentido, oferecemos ainda, e de forma um pouco mais detida e circunstanciada, o caso estudado[28] na cidade de Belo Horizonte, o movimento em defesa do bairro de Santa Tereza, localizado na região leste da capital mineira.

Para que se tenha uma melhor ideia deste lugar e de certos aspectos historicamente adquiridos – que, de certo modo, interferiram na emergência e na trajetória desse movimento –, vale procedermos a alguns registros quanto à sua formação, iluminado as relações.

Sua formação vincula-se aos primórdios da construção da cidade planejada de Belo Horizonte, dando-se aproximadamente a partir de 1896. No entanto, este espaço da cidade moderna e planejada que então emergia não se constituiu, propriamente, como um produto do plano urbanístico da nova capital de Minas Gerais, mas, mais especificamente, como uma formação periférica a ele, como um subúrbio.

Sua origem está associada à implantação, nesse local, de uma colônia de migrantes brasileiros e imigrantes estrangeiros (italianos, espanhóis, portugueses) – o que lhe imprimiu traços marcantes –, bem como o estabelecimento da 9ª Companhia de Ouro Preto, transferida desta cidade para a nova capital. Entretanto, o fator principal de ocupação inicial desta área pode ser atribuído à sua destinação como colônia agrícola, embora a presença militar tenha tido um papel não menos importante na formação de Santa Tereza. Esta presença não apenas se reforçaria depois, com a instalação de um quartel, como também deixou marcas significativas na vida cotidiana e na toponímia do lugar.

[28] Este caso foi, inicialmente, estudado em nossa pesquisa de doutorado em Geografia Humana, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, intitulada "A luminosidade do lugar – circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza" (2005), porém sendo retomada e acrescida de novas inserções e desdobramentos no trabalho que ora se apresenta.

Há até quem atribua à banda do quartel (que, nos anos 1920, contava com diversos de seus moradores) a sua expressiva vertente musical, lembrando, a propósito, que ali nasceu o Clube da Esquina, entre outros movimentos musicais.

O bairro tornou-se um espaço predominantemente residencial, notabilizando-se por sua vida festiva, boêmia e carnavalesca, que se mantém viva e ativa até os dias de hoje, guardando, ainda, certa atmosfera de "cidade do interior". Concorreu para isto o fato de não ter sido transpassado, ao longo do tempo, por grandes artérias de circulação, o que, muito provavelmente, teria desencadeado transformações urbanísticas mais profundas em seu espaço, como ocorreu, aliás, a alguns de seus vizinhos.

Localizado proximamente ao núcleo central da cidade, Santa Tereza expõe, de forma bastante perceptiva, traços que sugerem vínculos identitários e topofílicos de seus moradores para com o lugar, podendo-se identificar a permanência de relações mais próximas e diretas entre moradores e vizinhos, com a presença, em seus interstícios, de algumas vilas, formas urbanas que ainda resistem às transformações da urbanização metropolitana.

Sobretudo a partir dos anos 1980, neste bairro e imediações, deflagrou-se um conjunto de intervenções urbanísticas (construções de viadutos, obras do metrô, canalização do ribeirão Arrudas etc.), acompanhado de mudanças na lei de uso e ocupação do solo (na esteira da elaboração de um novo Plano Diretor da Cidade, aprovado no final de 1996 e em vigência a partir de 1997). Com isso, o bairro tornou-se bem mais vulnerável a empreendimentos imobiliários de maior monta, quando já se podia verificar a expansão do uso comercial e da construção de edifícios. Pode-se destacar, por exemplo, a verticalização permitida pelo zoneamento ZR-4 (criada para a área em torno do centro da cidade), que induzia à ocupação residencial multifamiliar vertical.

Foi neste contexto de transformações e compressões que emergiu, em 1996, uma das maiores (se não a maior) mobilizações de moradores na defesa do bairro diante da voracidade dos capitais imobiliários, precipitando, assim, a formação do Movimento Salve Santa Tereza – uma importante reação comunitária em face da mudança de padrão de ocupação estabelecida pelo poder municipal. Mas é importante registrar que, no início dos anos 1980, já havia certa mobilização de moradores no bairro, quando então foram criadas algumas entidades, refletindo preocupações da comunidade em torno das transformações urbanas que já se punham em curso, na cidade e na região. A emergência desse movimento, mais especificamente, deu-se logo após a descoberta, por um grupo de moradores, de que o bairro fora incluído no novo Plano Diretor como Zona de Adensamento Preferencial (ZAP).

A maior e mais decisiva mobilização conduzida pelo Movimento Salve Santa Tereza, em face dos riscos e processos de descaracterização do bairro que as mudanças no Plano Diretor representavam, resultou em uma importante conquista, isto é, na sua transformação em Área de Diretrizes Especiais (ADE) – a primeira a ser criada em Belo Horizonte.

O evento mais marcante desta mobilização foi, indubitavelmente, o ato público ocorrido em 21 de abril de 1996, quando se fez um "abraço simbólico" em torno da praça Duque de Caxias (a principal praça do bairro e um de seus maiores ícones identitários), sendo este um dos momentos que mais marcaram, à época, esta luta, explicitando, tanto para a comunidade local quanto para a cidade de Belo Horizonte, os seus motivos e o seu sentido. Sob uma auspiciosa determinação de seus moradores quanto à preservação da identidade do bairro, esta ação teve fortes ressonâncias junto ao poder público, conduzindo à aprovação do Artigo 83 da Lei 7.166/96, em 14/06/1996, pela Câmara dos Vereadores, que resguarda o bairro de comprometimentos ao seu patrimônio arquitetônico-urbanístico. Desta ação resultou uma

das emendas acatadas pela comissão que analisou o Plano Diretor então criado, pela qual o bairro passou a ser qualificado como uma ADE. Esta emenda estabelecia que, em função de suas características ambientais e da sua ocupação histórico-cultural (com casas da primeira metade do século XX), o bairro de Santa Tereza demandaria a adoção de medidas especiais para o resguardo e a manutenção do uso predominantemente residencial, estabelecendo, assim, diretrizes especiais para construção e implantação de atividades, que imporiam certos limites à construção de "espigões" e à desfiguração paisagística, cultural e ambiental.

Contudo, se estas normatizações impuseram restrições à construção de arranha-céus em Santa Tereza, elas não conseguiram conter ali a proliferação de prédios de menor volumetria, cuja propagação representou uma ameaça substancial tanto à proteção do seu acervo arquitetônico-urbanístico como, de forma correlacionada, aos hábitos e modos de vida da comunidade. Estes hábitos e modos de vida comunitários conferiam ao bairro um traço socioespacial distinto, imprimindo-lhe certa particularidade que muitas pessoas, de dentro e fora dele, não desejavam que se perdesse, do mesmo modo que o patrimônio histórico edificado.

Mais recentemente, como desdobramento desse processo de luta e mobilização comunitária (que contou com o encaminhamento pelo Movimento Salve Santa Tereza de um abaixo-assinado à Fundação Municipal de Cultura, requisitando providências ao amparo dos edifícios históricos do bairro), o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte decidiu, no início de março de 2015, pelo tombamento de Santa Tereza. Registre-se, oportunamente, que boa parte das diretrizes que foram adotadas no tombamento deste bairro já tinha sido aprovada na Conferência Municipal de Políticas Urbanas, ocorrida em 2014, entre as quais constavam a proibição de construção de muros altos (para que se pudesse resguardar a visibilidade das

fachadas de imóveis históricos) e de instalação de antenas para telefonia móvel. Desta conferência, resultou o novo Plano Diretor da Cidade de Belo Horizonte, que está em apreciação, atualmente.

O tombamento, ademais, não impedirá a realização de eventos e festas populares no bairro – entre eles, o carnaval de rua, que tem muita tradição e mobiliza grande quantidade de pessoas em torno de seus blocos –, desde que previamente apreciados e autorizados pela Prefeitura Municipal.

O tombamento dispõe, entre outros aspectos, que qualquer intervenção nos imóveis do bairro só poderá ser realizada mediante autorização prévia, desde que respeitadas as suas características originais. Esta normativa deverá mobilizar os proprietários para providências quanto ao tombamento individual dos imóveis, incentivando-os à realização de restaurações com a isenção do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

Tendo ocorrido certas resistências ao tombamento por parcelas da comunidade, houve esclarecimentos no sentido de que o tombamento não concernia, propriamente, ao uso dos imóveis, mas fundamentalmente à edificação e à preservação de suas características histórico-arquitetônicas, entre outros aspectos que deveriam ser contemplados. Foram indicados, no Conjunto Urbano Santa Tereza, 288 imóveis e quatro praças para tombamento/preservação, resguardando-se a estas a circulação livre de pessoas e impedindo, assim, que sejam cercadas por grades em ocasiões de eventos públicos.

Pela percepção tanto do poder público quanto de moradores do bairro, o tombamento deverá representar melhores condições ao resguardo dos patrimônios urbanístico-paisagístico, cultural e ambiental de Santa Tereza, valorizando aspectos de sua vida cotidiana, costumes e tradições. Pode-se dizer, portanto, que o tombamento deste bairro foi o resultado de um longo processo de luta e resistência às sanhas dos interesses econômicos em torno do espaço urbano local. Este processo envolveu a premente necessidade de inibição da verticalização no bairro, conferindo,

desse modo, prioridade ao seu uso residencial e favorecendo certa manutenção de sua ambiência urbano-interiorana – como muitos assim a percebem –, sendo este um de seus traços identitários mais marcantes, com forte reincidência nas representações sociais do lugar.

Pela nossa compreensão, esse percurso comporta inteiramente o sentido de uma oposição e renúncia coletivas à ideia de anticidade, não apenas pondo-se à frente de certas insuficiências da ADE, mas revelando a construção processual cotidiana de uma territorialidade da vida, sendo esta, aliás, um pressuposto geográfico da própria cidadania. Daí o reconhecimento quanto à existência de uma dimensão ou unidade diferencial do espaço de Santa Tereza, ao refletir uma comunhão entre a extensão geográfica empírica (edificações, infraestruturas, logradouros públicos etc.) e seus habitantes, tradições e costumes.

O tombamento de Santa Tereza como um patrimônio histórico, cultural e arquitetônico-urbanístico da cidade de Belo Horizonte, representa, ademais, uma conquista fundamental em torno do direito à cidade e à vida urbana, que valoriza e possibilita, ainda que sob as condições dessa sociedade (capitalista), modos mais condignos de uso e de apropriação social de espaços (que também concernem a usos do tempo). Estes modos favorecem sinergias mais intensas e dinâmicas entre as pessoas e destas para com o lugar de vivência e sua memória histórica, e com as quais, todavia, a continuidade urbana deve ter o seu curso, porém, sob permanente atenção e mais cuidados com os contextos e as heranças do passado. Ressalve-se, pois, que o exercício mais efetivo desse direito encontra, indubitavelmente, limitações sob a lógica do capital e do Estado capitalista, mas não a ponto de inviabilizar ações de interesse social assegurados por um aparato jurídico-institucional orientado ao controle da organização e produção do espaço urbano, conquanto não sejam suficientes para suprimir contradições e conflitos sociais inerentes ao estatuto da

propriedade privada da terra e da apropriação econômica do espaço.

Por fim, registre-se que alguns novos projetos visando à preservação de bairros, na cidade de Belo Horizonte, além dos que já existem (Santa Tereza, Cidade Jardim e Conjunto Arquitetônico da Pampulha), estão sendo discutidos, como o da Lagoinha.

Diante disso, pode-se dizer que, de modo geral, esses movimentos e práticas sociais carregam suas próprias identidades, com seus atores proclamando tanto o direito à cidade quanto o de viver e existir sob as suas próprias referências. Demarcando territórios de atuação, capturando-os, eles grafam suas diferenças nos lugares, forjando suas próprias identidades, conquistando visibilidade sociocultural e política. Ao seu modo, "buscam diferentes maneiras de significarem-se como seres da cidade" (SILVA, 2001, p. XXI). Estes territórios tornam-se objeto e produto de suas ações, que respondem pela formação de ambientes de caráter mais coletivo, vivenciados por seus próprios atores. Eles estão, contudo, permanentemente sujeitos ao movimento e a interferências da dinâmica social, o que vale dizer que não podem ser tomados como expressões isoladas ou independentes das forças que regem o processo social. Ao mesmo tempo, sinalizam a reconstrução da vida cotidiana, forjando uma condição temporal mais flexível e dinâmica, não linear, sugerindo a constituição de um novo estatuto temporal, que requalifica o presente como momento histórico.

E a perspectiva dialética se apresentaria, aqui, como o único método capaz de recobrir as contradições e as possibilidades abertas por essas forças, posto ser a mais conducente a uma compreensão superadora, permitindo lidar com a esperança e, portanto, com o desejo – insubmisso ao espetáculo e ao funcionalismo atuais. E é no desvendamento das contradições da vida cotidiana que suas manifestações podem ser encontradas, trazidas à tona pela teoria crítica, que não deve se restringir tão

somente à mente de pensadores e intelectuais, senão objetivando-se como uma força prática.

Prescreve-se, assim, um novo sentido ao desejo, agora organicamente imbricado ao espaço, e dele não mais prescindindo. A perspectiva de uma vida melhorada e desembaraçada das ilusões existenciais do consumo conspícuo e do espetáculo mercadológico implica, pela base, numa recomposição desejável da própria espacialidade, condição clamorosa que, de modo geral, nos falta, correspondendo a uma ausência que nos constrange, ao mesmo tempo em que nos incita a valorizar e a recuperar práticas sociais capazes de potencializar qualitativamente a vida e a existência (vida biológica mais o seu sentido). Isto, indubitavelmente, recobre variáveis e aspectos diversos da espacialidade. É nesse sentido que a ausência se transmuta em presença. E, conquanto o desejo remeta a uma situação futura, referenciando-se a algo que ainda não se realizou ou se cumpriu, ele não significa, entenda-se bem, a perda ou o descarte do essencial da vida no tempo presente; antes, o contrário (COMTE-SPONVILLE, 2001).

O desejo comparece, portanto, sob o sentido da mudança de nossas subjetividades, práticas e comportamentos, adrede a esforços permanentes na busca pela superação de incongruências entre as nossas vontades e aspirações e o curso dos acontecimentos. O espaço e os lugares podem tornar-se, então, algo que melhor reflita as demandas da sociedade em sua diversidade, em contextos sociais mais amplos.

Ainda assim, torna-se difícil conceber instituições, quer seja o Estado ou para além dele, com capacidade de neutralizar os interesses individuais no âmbito dessa economia, fonte robusta de desigualdades. A história aponta para as pressões e práticas sociais dos desfavorecidos ou interessados como limites possíveis, pelas quais se podem repor um mínimo de equidade nas condições iniciais – ao menos – e na capacitação para a vida, favorecendo

escolhas, distribuição de recursos e a própria convivência social, com mais oportunidades de autorrealização.

Representação do espaço e o encontro com a situação espacial

A perspectiva socioterritorial que se abre implica, portanto, um olhar mais atento e cuidadoso sobre a vida cotidiana e suas espacialidades. Inescapavelmente, ela sofre interferências do sujeito observador, conforme suas intencionalidades e as formas assumidas por sua consciência em sua relação com o mundo, considerando-se a ideia de mundo no sentido do que pode ser dito. O que não se confunde com artificialização ou hipostasiamento da realidade.

O plano subjetivo intervém, e, nesse sentido, as representações contam, sendo a cidade também construída por suas expressões, significando também uma construção de mentalidades urbanas, na qual a subjetividade social opera como uma espécie de força ativa. Esta não é, necessariamente, reduzida ao plano do sujeito, conquanto não o seja, do mesmo modo, degradada pela história sob os vetores da alienação social.

Como uma condição válida ao urbano, há que se levar em conta as formas pelas quais seus habitantes concebem a cidade. Do mesmo modo que o espaço físico e a paisagem interferem no simbólico, as representações da cidade e do urbano reverberam no seu uso social, podendo até mesmo conduzi-lo, modificando, assim, a própria concepção do espaço (SILVA, 2001). Depreende-se, pois, que mais importante do que saber ou ver como o conhecimento representa o real é aferir e conhecer o que as representações produzem na realidade, que intervenções operam no real.

A noção de representação encerra, pois, polêmicas e pontos de vista distintos, envolvendo interpretações que oscilam entre tomá-la como uma espécie de ilusão ou quimera descolada do real e não verdadeira até leituras que a consideram como parte integrante e formativa do próprio real, havendo ainda concepções

menos polarizadas que a situam num universo intermediário, ou seja, um misto de real e de sua figuração. Concebe-se aqui a categoria da representação numa acepção geográfica ou socioespacial. Ela é entendida como um conjunto de elaborações discursivas, imagísticas e cartográficas que recobrem percepções e modos de compreensão acerca de conformações sociais e ambientais do espaço em suas diversas escalas.

Estudos e análises sobre representações do espaço constituem aportes valorativos ao conhecimento do espaço, em geral, e, mais particularmente, dos lugares e suas especificidades. Eles podem subsidiar a formação de arranjos espaciais não institucionalizados (autogestão), bem como práticas de gestão de caráter participativo e compartilhado (cogestão), orientados ao desenvolvimento e ao exercício de ações e políticas devotadas a um melhor desempenho e adequação de processos espaciais, redirecionando-os em bases socialmente mais aceitáveis.

Posto que esses processos afetam, direta e indiretamente, a vida das pessoas, essa reorientação deve contemplar o direito e a liberdade de se determinar tanto a(s) forma(s) do nosso espaço de vida e trabalho como, igualmente, o(s) sentido(s) qualitativo(s) de sua organização e disposição numa totalidade espaço-temporal, o que implica no exercício da responsabilidade sobre o que é comum a todos.

Por contraste, temos que, sob os influxos da modernização e da fragmentação em curso, avançam arranjos territoriais sob a marca da homogeneidade, que, nos lugares, se objetivam com o rompimento, a supressão e a transformação de formas e estruturas pregressas, realizando estratégias do Estado e do capital, criando novas funcionalidades e sistemas territoriais, recaindo-lhes conflitos os mais variados, entre os quais o do próprio processo de integração nessa sociedade. Nesse sentido, é importante, então, aferir como moradores e outros atores sociais os percebem/representam.

Não raro, as representações socioespaciais podem apresentar-se associadas à formação de situações espaciais ou geográficas, podendo-se dizer, ao plano de sua definição, que a situação espacial envolve uma dada localização espacial e uma inserção relacional num dado contexto socioterritorial, resultando da ação de um conjunto de forças ou eventos historicamente desencadeados que se territorializam, imprimindo-lhe suas características e especificidades. Especificidades e/ou particularidades socioespaciais sugeririam representações em torno de situações espaciais distintivas ou diferenciais.

Guardando estreitas relações com o lugar e com os contextos históricos em que é construída, a situação espacial é, portanto, completamente espaço-temporal. Sobre ela recaem interferências do movimento contraditório da totalidade socioespacial que integra, reverberando, assim, na esfera valorativa dos lugares. Todavia, a situação espacial não é uma expressão existente por si mesma, autoevidente ou que independa da análise do observador. Ela é uma manifestação, ao mesmo tempo em que é uma construção, que se dá ao pensamento a partir de variáveis sensíveis e fundamentais criteriosamente selecionadas, categorizando-se, desse modo, como uma subtotalidade que adquire significância e particularidade no movimento do conjunto.

Nesse sentido, a situação espacial se revelaria como possibilidade concreta e perspectiva metodológica à aferição de formas de vida e seus momentos na sua interface dinâmica e contraditória com os lugares, em que pesem suas próprias representações. Compreendemos, assim, que ela seja forjada ao plano do uso de espaços e lugares, mobilizando modos de ser e agir, inserindo-se, portanto, na esfera do costume, podendo revelar, por atos práticos dos agentes envolvidos, apropriações possíveis de lugares, no sentido de situações apropriativas ou de caráter apropriativo.

Apropriação socioespacial em perspectiva: apontamentos e delineamentos propositivos

Considerem-se aqui as incidências e reverberações dos processos de valorização econômica e especulação imobiliária do território urbano, pelos quais a apropriação do espaço se torna crítica, mas não necessariamente suprimida ou interditada. Compreendemos que esta apropriação possa se apresentar como uma expressão residual ou pulverizada pelos interstícios da urbe capitalista contemporânea, mas também, e principalmente, como uma expressão não tão residual como se imagina ou se diz. Pela nossa perspectiva, a apropriação do espaço pode se realizar mediante ações deliberadas e/ou espontâneas sobre um dado lugar, por estímulos e demandas dos próprios interessados. Inscrevendo-se mais propriamente no plano do uso e do vivido – portanto, também da política –, ela recobre práticas espaciais e ambientais associadas a comportamentos exploratórios, que conferem ao lugar aspectos valorativos e funções que refletem certos interesses e necessidades que as deflagraram, compondo uma esfera situacional de maior proximidade e intimidade. Ela não se confunde com a propriedade. Em outras palavras,

> a apropriação está referenciada a qualidades, atributos, ao passo que a propriedade está referenciada a quantidades, a comparações quantitativas, igualações formais, ao dinheiro (que delimitando o uso tende a restringi-lo) (SEABRA, 1996: 71).

Estando inserida no universo da política, a apropriação do espaço é inerente ao processo social, pela qual a sociedade, na sua diversidade, por meio da atuação permanente e multifacetada de uma miríade de atores/agentes, geografizam processos e situações sociais referenciados pelo uso do espaço, guardando, assim, estreitas relações com as demandas e necessidades da vida e da existência.

A apropriação e o uso do espaço não apenas se dão desigual e fragmentadamente pelos interstícios do território e dos

lugares como também recobrem certa diversidade de campos sensíveis de atuação, a exemplo do que se pode observar no âmbito embaraçado dos problemas urbanos, tais como o das condições adversas de moradia para boa parte da população, da insuficiência e degradação de infraestruturas técnicas e sociais, da baixa disponibilidade de áreas públicas de lazer e de encontro e dos problemas da mobilidade urbana, entre outros.

A apropriação nos revela, portanto, modos diversos pelos quais o espaço é ocupado e usado, tanto por formas materiais (objetos) como por atividades inscritas territorialmente (que configuram os usos da terra) e ainda por indivíduos e segmentos sociais variados. Assim, ela também implica na elaboração de representações e interpretações acerca dos lugares de sua realização, operações que se dão sob a mediação da técnica, da política e das ideologias. De acordo com David Harvey (1992, p. 202), quando a apropriação do espaço se realiza de forma "sistematizada e institucionalizada", ela "pode envolver a produção de formas territorialmente determinadas de solidariedade social", podendo conferir atribuições simbólicas e valorativas aos lugares, aspectos necessários à própria reprodução da sociedade..

As formas socioespaciais podem, assim, ser ressignificadas tanto por ações voluntárias como espontâneas, de modo a se colocarem ao atendimento de necessidades não previstas e não contempladas, não raro, negadas pelo próprio Estado e/ou pelo mercado. É sob esta perspectiva que o espaço apropriado, guardados certos limites, se conforma ou pode se conformar no oposto do espaço geométrico do planejamento estatal. Quanto mais intensamente um dado lugar for socialmente usado e apropriado, menos geométrico ele será, com maiores e mais efetivas chances de ser defendido e resguardado diante de adversidades por aqueles que nele vivem e trabalham, pois mais inserido na esfera do gosto e das identidades socioespaciais.

Como já observado, reconhece-se que a apropriação social do espaço encontra, sobretudo em nossos tempos, condições

bastante restritivas à sua mais efetiva realização, engendradas pela socialização capitalista do território, movimento pelo qual os valores de vida vão cedendo lugar aos valores de utilidade (transformação coercitiva de valor de uso em valor de troca). Conduzido pela ação hegemônica do Estado e das empresas, define-se um sistema (e uma lógica) de dominação que se põe em confronto com a apropriação social, entabulando acirramentos cotidianos entre demandas do capital e necessidades sociais (estreitamente associadas ao uso do espaço). Mas isso não quer dizer, insistimos, que a apropriação tenha se inviabilizado sob essas condições. Lembremos, mais uma vez, que todo poder ou estrutura de dominação instituída contém a imanência de sua negação, correspondendo-lhes contrapoderes que se precipitam sob as pressões da necessidade, o que responde por mudanças e transformações de fundo na sociedade.

Dado que o processo de transformação do espaço esteja bastante submetido aos circuitos de valorização econômica, subverte-se, pelo movimento coercitivo do valor de troca, a condição da cidade de conter a inerência histórica de um uso, impondo restrições e condicionamentos à apropriação, ao mesmo passo que a dissociação e o alheamento socioespaciais. Daí a formação e o desenvolvimento de uma existência abstrata ampliada, conquanto também o seja concreta, reverberando no mundo prático- sensível – portanto, no espaço, nos lugares.

A apropriação possível nos remete, então, àquilo que não está totalmente condicionado, embora o esteja parcialmente, isto é, ao possível constitutivo do real, com suas tendências e delineamentos, vislumbrando-o a partir das contradições do próprio presente, e não como algo a se dar num campo redentor do futuro, no qual se projetaria, como num ato de fé, a superação das contradições e dos problemas do presente. A ideia do possível, no que afeta à apropriação do espaço, não se apoia em juízos que esconjuram o que, suposta e apressadamente, se apresenta às pessoas e mentes como ilusório, miragem, devaneio ou caricatura.

Como uma práxis inscrita no social, a apropriação do espaço, ainda que sob restrições importantes, encerra potencialidades que indagam sua dimensão e seu alcance no tempo-espaço presente, em que pesem virtualidades das práxis de caráter inventivo, que não devem ser confundidas com as práxis estritamente repetitivas. Se, no âmbito do social, se estabelecem fronteiras e limites, estes limites não são automáticos e absolutos, uma vez que o social é, por excelência, o universo relacional e comunicacional no qual são produzidas, permanentemente, proposições de novas possibilidades e ações. Sob uma constante tensão do que é e do que deveria ser a apropriação do espaço, a condição restritiva a que esta está submetida não revoga o seu sentido e importância à realização descontínua da vida e da existência. Antes, ao contrário, reafirma-os.

Considerações finais

Se a cidade comporta o sentido histórico da promoção do encontro e da sociabilidade – portanto, da realização da política –, ao tornar-se submetida aos circuitos de valorização econômica, ela se apresenta como um produto e suporte do trabalho alienado, negando este sentido, de certo modo, com a formação de espaços e espacialidades alheias aos desejos e necessidades humanas e sociais.

A produção de mercadorias (que se objetiva também como produção do espaço) engendra, nesse sentido, uma "ambiência mística" que recobre os produtos do trabalho, obstruindo o seu reconhecimento ao plano do intelecto, em termos de produtos e formas sociais produzidas por relações sociais do trabalho. Com efeito, os fundamentos sociais desta produção são escamoteados e obscurecidos, esvaziando-se aa dimensões social e humana do trabalho.

Ademais, a condição de alienação do trabalho social também se revela como uma espécie de "doença do eu", no sentido

psiquiátrico, porém, com raízes econômico-sociais, expressando-se como uma forma de esquizofrenia, relativamente mais branda, haja vista não ser suficiente para interditar a continuidade das relações sociais e as relações das pessoas para com o universo material ao seu redor, ou seja, para com a natureza e o espaço (porém, ocultando uma alienação real). Nesse sentido, esta condição põe em movimento processos efetivamente "esquizoparanoides", posto conter a inerência de "uma lógica do ódio, do desconhecimento e da desconfiança" (CALDERONI, 2010, p. 17), semeando uma forma social paranóica, acuada e dissimulada, traço inequívoco e preocupante da espacialidade social contemporânea. Como uma expressão histórica do processo social, a alienação consubstancia-se, portanto, também como uma realidade socioespacial, em que pese, nesta condição, a incidência de uma vertiginosa e extensiva urbanização da sociedade.

Posto que a alienação se apresente tanto no produto do trabalho social (aqui, incluso o espaço) como no seio da própria atividade produtiva, ela torna sensível a percepção quanto a certa redução da crítica teórica e prática do existente, mas não a ponto de significar ou estabelecer uma condição na qual estejamos, necessariamente, imersos numa espécie de definhamento absoluto e irrefreável do corpo social e de sua condição de ser um metabolismo vivo que, apesar e sob a incidência de adversidades diversas, revela grande mutação e capacidade inventiva, recobrindo as relações socioespaciais. Abordagens estritamente binárias obscureceriam a questão.

Nesse sentido, somos encorajados a pensar os vínculos social e socioespacial de uma forma menos rígida, sob certa flexibilidade e diversidade de situações, o que não se confunde com a redução ou mesmo a negligência para com a alienação socioespacial, suas determinações, condicionantes e efeitos deletérios nas relações sociais, que trazem à tona negatividades sensíveis que medram no mundo prático-sensível.

O sentido imanente que reputamos estar em jogo, nessa condição socioespacial crítica, é o da vida, e, mais especificamente, o da vida cotidiana em sua intangível permanência, que não se apresenta, contudo, como algo pura e simplesmente tributário da razão, no sentido de esta não ser tomada como a sua "chave universal" ou exclusiva, sendo necessário, então,

> (...) acrescentar-lhe o papel da paixão, a importância dos sentimentos compartilhados. Convém nela integrar, *implicar*, o jogo dos afetos, a imprevisibilidade dos humores e até o aspecto factual das ambiências, sem esquecer a repercussão que sempre terá, a longo prazo, a memória coletiva, a memória das perdas e danos que, por sucessivas sedimentações, constituíram o sentimento de pertencimento próprio do fato comunitário (MAFFESOLI, 2007: 39) [grifo do autor].

Compreendemos, assim, que os reclamos da necessidade e do desejo pulsam e ainda se manifestam como valores vitais da vida cotidiana urbana contemporânea, ainda que em meio a certo nivelamento redutor que incide sobre eles.

Por mais que planejadores e urbanistas do Estado, empreendedores e loteadores urbanos definam ou orientem a forma física urbana e suas funções, sendo a criação objetiva destas o limite de suas ações, não se pode, efetivamente, controlar ou mesmo prever com eficácia as dinâmicas e expressões do processo social e o que, efetivamente, as pessoas pensam, fazem ou sentem.

Aqui intervém a dimensão política do viver e da existência, permitindo e estimulando tanto a crítica ao indesejável como a formulação de alguma forma ou estratégia de intervenção, que poderá mesmo se realizar sob formas e modalidades de apropriação de espaços, conformando modos relacionais nos lugares, pelos quais estes se tornam conhecidos e socialmente demandados. Neles, o indivíduo e o individualismo tendem a perder-se sob o desejo da interação grupal, tribal, ainda que tal interação possa realizar-se de modo efêmero e descontínuo, não obstante também efervescente e capaz de se recompor, forjando

ambiências de uma inegável vontade de vida, conquanto esteja vulnerável a vetores de interdição e abortamento.

As ambiências não são de rigidez, e o tempo de sua objetivação não é linear, correspondendo-lhes um estado de vacuidade que permite o afloramento de pulsões criadoras e potencialidades diversas. Deambulações e até mesmo desvios tornam-se práticas quase que habituais, pondo-se, assim, numa espécie de ontogênese de uma espacialidade mundana.

Engendradas no fulcro das contradições da vida cotidiana urbana, essas práticas entabulam o exercício da diferença, conformando outras e mais desejáveis ambiências urbanas, que sugerem modos variados e alternativos de usar o tempo e o espaço, sob uma realidade que é estruturalmente impermanente.

Referências bibliográficas

BAGGIO, Ulysses da C. "A metrópole sob a perspectiva da alienação e da apropriação de espaços: incursões pelo centro antigo de São Paulo". In: *Revista do Departamento de Geografia – USP*, volume 28, p.157-179, 2014.

_____. *Territorializações intersticiais da apropriação de espaços na metrópole paulistana: utopias urbanas do desejo libertário*. Relatório de Pós-Doutoramento. Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, USP, 2013 (supervisão: Profª Drª Amélia Luisa Damiani).

CALDERONI, David. "Carta de princípios do Nupsi-USP". In: JUSTO, Marcelo G. (org.). *Invenções democráticas: a dimensão social da saúde*. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Nupsi-USP, p. 13-20, 2010.

COMTE-SPONVILLE, André. *A felicidade, desesperadamente.* São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LENCIONI, Sandra. "Metropolização do espaço: processos e dinâmicas". In: FERREIRA, Alvaro *et alii* (org.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais.* Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

MAFFESOLI, Michel. *O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno.* São Paulo: Record, 2007.

MAGNANI, José G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

MORENO, Alejandro. "Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social". In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Ciudad Autônoma de Buenos Aires: CLACSO, s/p., 2005.

SAFATLE, Vladimir. *Grande Hotel Abismo: por uma reconstrução da teoria do reconhecimento.* São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

SERPA, Angelo. *Lugar e mídia*. São Paulo: Contexto, 2011.

SEABRA, Odette. "São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia". In: CARLOS, Ana F. A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de (orgs). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, p. 271-311, 2010.

SILVA, Armando. *Imaginários urbanos*. São Paulo: Perspectiva; Bogotá (Colômbia): Convenio Andres Bello, 2001.

TRABALHO DE CAMPO: LINGUAGEM PRODUTORA DE SABERES E ARTICULAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E GEOGRÁFICAS

FIELDWORK: LANGUAGE THAT PRODUCES KNOWLEDGE AND ARTICULATION OF PEDAGOGICAL AND GEOGRAPHICAL PRACTICES

TRABAJO DE CAMPO: LENGUAJE PRODUCTOR DE SABERES Y ARTICULACIÓN DE PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS Y GEOGRÁFICAS

LIGIA BEATRIZ GOULART

Faculdade Cenecista de Osório (RS). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: goulartlb@hotmail.com

MARCIO FENILI ANTUNES

Faculdade Cenecista de Osório (RS). Colégio Militar de Porto Alegre (RS). E-mail: marciofeniliantunes@gmail.com

* Artigo publicado em março de 2017.

Resumo: Os trabalhos de campo são, desde longa data, instrumentos de pesquisa dos profissionais da geografia. Por meio deles, os geógrafos de diferentes filiações teóricas têm encontrado possibilidades de ampliar, confrontar e desenvolver estudos sobre a organização dos espaços. A proposta deste artigo é examinar o trabalho de campo como possibilidade de aprendizagem que articula vivências, saberes e conceitos geográficos para a leitura do espaço, tomando-se como base o conceito de lugar de Doreen Massey. A escolha do conceito de lugar mobiliza o sujeito, afetando-o a partir das relações estabelecidas com o espaço nas saídas a campo. Além de lúdicas e interessantes, elas refletem sentimentos, valores e conhecimentos prévios. Para tanto, são apresentadas propostas nas quais as representações dos lugares são analisadas a partir de fotografias, permitindo examinar aspectos das representações produzidas pelos alunos, e favorecendo, assim, a apropriação de novos conceitos e a ampliação da compreensão do espaço geográfico.

Palavras-chaves: trabalho de campo, lugar, interesse, aprendizagem, representações.

Abstract: Fieldwork has been a research tool for professionals of geography for a long time. Through it, geographers of different theoretical traditions have found the possibility of expanding, confronting and developing studies on the organization of spaces. This text aims to examine fieldwork as a possibility of learning which articulates experiences, knowledge and geographical concepts to the reading of space, based on Doreen Massey's concept of place. The choice of the concept of place mobilizes the subject, affecting him through the relationships established with the space in the field outing. Besides being entertaining and interesting, field outing reflects feelings, values and prior knowledge. For that, proposals in which the representations of places are analyzed from photographs are presented, allowing teachers to examine aspects of the representations produced by the students and thus fostering the appropriation of new concepts and the expanding of the understanding of geographical space.

Keywords: fieldwork, place, interest, learning, representations.

Resumen: Los trabajos de campo son, desde hace mucho tiempo, un instrumento de investigación de los profesionales de geografía. Por su medio, los geógrafos de distintas filiaciones teóricas han hallado la posibilidad de ampliar, confrontar y desarrollar estudios sobre la organización de los espacios. La propuesta de este texto es la de examinar el trabajo de campo como posibilidad de aprendizaje que articula vivencias, saberes y conceptos geográficos para la lectura del espacio, tomando como base el concepto de lugar de Doreen Massey. La elección del concepto de lugar moviliza al sujeto, afectándolo a partir de las relaciones establecidas con el espacio en las salidas de campo. Además de lúdicas e interesantes, reflejan sentimientos, valores y conocimientos previos. Para ello, se presentan propuestas en las que las representaciones de los lugares se analizan a partir de fotografías, permitiendo examinar aspectos de las representaciones producidas por los alumnos. Favorecen, por lo tanto, la apropiación de nuevos conceptos y la ampliación de la comprensión del espacio geográfico.

Palabras clave: trabajo de campo, lugar, interés, aprendizaje, representaciones.

INTRODUÇÃO

Os trabalhos de campo[1] são, desde longa data, instrumentos de pesquisa dos profissionais da geografia. Por meio deles, os geógrafos de diferentes filiações teóricas têm encontrado possibilidade de ampliar, confrontar e desenvolver estudos sobre a organização dos espaços. Delgado de Carvalho (1941) referia-se à importância dos trabalhos de campo, aos quais chamava de "excursão geográfica". Segundo ele, o contato direto com a natureza já seria suficiente para desencadear o processo de aprendizagem. Para este autor, o "geógrafo-estudante" deveria ser capaz de apreciar e observar as paisagens e perceber o seu significado a partir dos objetos visíveis. Ele se referia à necessidade de os estudantes tornarem-se "viajantes-inteligentes". Nesse sentido, chamava a atenção para o papel do trabalho de campo como mobilizador do interesse dos estudantes:

> Se cada unidade de trabalho, em geografia, pudesse ser precedida de uma excursão, adequada à matéria em vista, e ser concluída com outra excursão de fixação e revisão, tenho certeza de que o curso de geografia seria um sucesso (CARVALHO, 1941: 187).

No ensino de geografia, o trabalho de campo também tem servido como um importante aliado dos professores. Ainda que tenha sido muito usado nas pesquisas de geografia, é visto com certo preconceito, mesmo na universidade. Associada, normalmente, a lazer, passeio e/ou viagem, esta atividade é desconsiderada como prática indutora de ensino, pesquisa e aprendizagem. Aprender, tradicionalmente, está relacionado a práticas conservadoras, mesmo que os escritos e os discursos afirmem o contrário e reafirmem a necessidade de mudança nas concepções de ensinar e aprender.

[1] Entendemos que há distinção entre "trabalho de campo" e "saída a campo". Esta última se caracteriza por uma visita a um determinado local, nem sempre incluindo as etapas de planejamento, execução e avaliação que compõem o trabalho de campo.

É fato que, ao programar um trabalho de campo, o professor sempre ouça brincadeiras e insinuações sobre as "facilidades" que este tipo de prática proporciona. Nesse sentido, são destacadas a ausência de planejamento, a liberação das aulas e a "folga", entre tantas outras "qualidades" que esta ação desencadeia. Destarte, a negação da validade do trabalho de campo entre os professores – mesmo entre os professores de geografia – parece estar relacionada à ideia já ultrapassada (mas que muitos profissionais ainda guardam) de uma geografia que se encaixa no que Lacoste (1988) classificava como "geografia-espetáculo". Considera-se o trabalho de campo como um "passeio" que possibilita aos estudantes observar a paisagem, entendida esta como um retrato que reforça a descrição que o professor realiza em sala de aula. Esta é uma noção compartilhada, infelizmente, por diretores e supervisores de escolas.

Numa passagem recente de nossa experiência, ao propormos um trabalho de campo, fomos indagados pelo coordenador pedagógico sobre a validade de tal empreendimento, relativamente caro, trabalhoso e muito questionável. Segundo ele, todos os lugares a serem visitados poderiam ser visualizados por meio de imagens da Internet e, principalmente, por meio de imagens de *softwares* como o Google Earth. Ele teria total razão, se nossa proposta fosse simplesmente observar a paisagem, pois estaria se referindo ao conceito de paisagem do senso comum.

A proposta deste artigo é examinar o trabalho de campo como possibilidade de aprendizagem que articula vivências, saberes e conceitos geográficos para a leitura do espaço, tomando-se como base o conceito de lugar de Doreen Massey. Para tanto, serão apresentadas propostas nas quais as representações dos lugares foram analisadas a partir de fotografias.

Aprendizagem que articula vivências, saberes empíricos e conceitos geográficos

O trabalho de campo se reveste de significado pedagógico, porque se constitui numa linguagem que articula as vivências, os saberes empíricos e os conceitos geográficos a partir de práticas pedagógicas.

Ao se referirem sobre o papel do trabalho de campo no contexto da educação contemporânea, Goulart e Antunes chamaram a atenção para as suas características no que diz respeito a atender as necessidades de uma aprendizagem contextualizada:

> As propostas metodológicas que refletem as necessidades do século XXI, como as que incluem o Trabalho de Campo, não são novidade, pois já vinham sendo esboçadas desde o início do século XX, especialmente no que se refere às concepções de aprender. Freneit (1896-1966), por exemplo, destacava a pesquisa do meio, o tateamento experimental e as propostas que nasciam da realidade como essenciais para uma efetiva aprendizagem reflexiva. Para ele, as atividades que emergiam das vivências em primeira mão eram fundamentais para que os alunos aprendessem (GOULART E ANTUNES, 2013: 127).

Em contato com os diferentes espaços, os estudantes têm a oportunidade de observar, investigar e produzir novas aprendizagens. Nesse sentido, percebem o lugar no mundo e o mundo que nele está impregnado, constroem novos olhares, ressignificam as leituras e ampliam a compreensão dos espaços que os cercam.

Massey (2008) entende o lugar como um determinado espaço aberto, cujo significado se define a partir das integrações de espaço e tempo, introduzindo aí o conceito de eventualidades espaço-temporais. Para ela, o lugar é um

> tecer de estórias em processo, como um momento dentro das geometrias de poder, como uma constelação particular, dentro de topografias mais amplas de espaço, e como em processo, uma tarefa inacabada... (MASSEY, 2008: 191).

As práticas pedagógicas desenvolvidas em trabalhos de campo criam condições para a produção de lugares, ou seja, ao colocar estudantes e professores num mesmo momento e num

mesmo espaço, vislumbra-se o que Massey chamou de eventualidade. Imagine um grupo de pessoas à beira de um rio que atravessa uma cidade. O significado que este lugar assume para todos, como coletividade, e para cada um, como sujeito, resulta do entrecruzamento de experiências coletivas e individuais, bem como do universo conceitual prévio. Somente com isto já se pode perceber a diversidade de compreensões e leituras que este lugar permite. Aliem-se a essas condições as dinâmicas físicas, sociais e culturais que constroem as coisas, as dissolvem e as reconstroem, num movimento incessante e permanente. Também cada coisa e cada dinâmica podem ser percebidas sob diferentes pontos de vista e dimensões. Por exemplo, o rio referido anteriormente pode ser compreendido ora como um ponto de lazer para a população do bairro vizinho, ora como uma via de transporte de mercadorias que liga dois pontos de uma vasta região (e, neste caso, de grande importância para companhias privadas de navegação). Este mesmo rio é, para muitos, um obstáculo que dificulta a expansão imobiliária ou o simples deslocamento a pé dos moradores locais. E, se pensarmos nas questões ambientais, o assoreamento e os resíduos sólidos e líquidos podem implicar em transformações que alteram as dinâmicas de interação da população em qualquer uma das atividades já mencionadas.

Imaginem a situação daquele grupo de pessoas observando o rio, em todas as suas possibilidades e compreensões. Trata-se de um momento singular que não se repete, mesmo que a visita ao local ocorra mais de uma vez. Da mesma forma, a sua casa nunca é a mesma. Ao sair, você deixa para trás um lugar para o qual não retornará jamais, pois, ao seu regresso, ela será sempre outra casa, outro lugar, diferente daquele que você deixou. Isto significa que os lugares são dinâmicos e resultantes de múltiplas interações.

> "Aqui" é onde as narrativas espaciais se encontram ou formam configurações, conjunturas e trajetórias que têm suas próprias temporalidades. Mas onde as sucessões de

> encontros, as acumulações das tramas e encontros formam uma história. São os retornos (o meu, os dos pássaros) e a própria diferenciação de temporalidade que proporcionam continuidade. Mas os retornos são sempre para um lugar que se transformou. As camadas de nosso encontro as interceptando e afetando um ao outro, a tessitura de um processo de espaço-tempo (MASSEY, 2008: 202).

Nesse sentido, os trabalhos de campo podem ser realizados várias vezes num mesmo local. Nunca vamos para os mesmos lugares, não só porque as pessoas são outras, mas porque os lugares também são outros e revelam novas características, novas singularidades que precisam ser apropriadas e ressignificadas para ampliar as leituras de mundo. São estas leituras que favorecem a compreensão da complexidade do espaço geográfico. É esta condição que favorece a construção, a ampliação e a transformação dos conceitos geográficos.

A leitura do lugar e a apreensão do mundo

As representações que os sujeitos constroem a partir dos diferentes espaços produzem os lugares. Para que este processo se efetive, é necessária a vinculação dos sujeitos com o local, o que acontece a partir dos sentidos. Portanto, o tato, a audição, o olfato, a visão e o paladar são sentidos que produzem sensações e percepções que, associadas às experiências (espaço vivido) e também às memórias, são relevantes para compor os lugares.

Os trabalhos de campo oportunizam o contato direto com o espaço e sua complexidade, e, neste estar, formar vínculos. O geógrafo é o sujeito que olha o espaço e busca decifrar sua complexidade a partir da leitura dos signos presentes nele. Para Deleuze,

> aprender diz respeito essencialmente aos *signos.* Os signos são objeto de um aprendizado temporal, não de um saber abstrato. Aprender é, de início, considerar uma matéria, um objeto, um ser, como se emitissem signos a serem decifrados, interpretados. Não existe aprendiz que não seja "egiptólogo" de alguma coisa. Alguém só se torna marceneiro tornando-se sensível aos signos da madeira, e médico tornando-se

> sensível aos signos da doença. (...). Tudo que nos ensina alguma coisa emite signos, todo ato de aprender é uma interpretação de signos ou de hieróglifos (DELEUZE, 2003: 4).

Desvendar o mundo nos encontros das saídas a campo pode ser como ir ao Egito e revelar os segredos das pirâmides. Porém, estes segredos revelados são sempre a versão do egiptólogo que os descobriu. Quais seriam as revelações se outros especialistas as encontrassem? Com certeza, entender de hieróglifos foi fundamental para as leituras que estes cientistas fizeram das pirâmides. E o mundo, como se revela para a geografia?

Suertegaray (2002, p. 3), ao referir o papel dos trabalhos de campo, colocou: "O campo é nosso espaço de vida que se apresenta como um texto carregado de signos que precisam ser desvendados". Para a geografia, o mundo se revela a partir da leitura dos signos. Estar num lugar significa colocar-se em situação de apreender os signos ali presentes. Retomando a afirmação de Suertegaray, quando esta afirmou que o campo é um texto, diríamos que a paisagem do lugar é o texto da geografia. Por isso, a leitura do lugar envolve os conhecimentos produzidos nas práticas de sala de aula articulados a novas experiências que o viver o lugar proporcionam. Para tanto, é fundamental aliar ao senso comum os conhecimentos geográficos que permitem transformar o empírico em científico.

Destaca-se, assim, que a produção dos conhecimentos pressupõe envolvimento com o aprender e estar mobilizado para descobrir no campo as explicações científicas para os fenômenos ali presentes. O desafio do professor é afetar os estudantes para que busquem na paisagem os signos que a revelem, e, assim, "geografar". Por isso, o discurso deve valorizar o todo e as particularidades, considerando as experiências de cada um, no sentido da apreensão dos contextos.

Nem sempre os signos são facilmente identificados por todos, haja vista serem construídos na interação das pessoas com o ambiente dentro de contextos sociais. Cabe ao professor aproveitar-se do senso comum e das experiências de vida dos estudantes para veicular significados e valores da ciência. Pois, neste processo, construirão novos significados, produzirão e/ou ampliarão leituras do lugar.

O trabalho de campo como possibilidade de apreender o mundo a partir das lentes da geografia favorece a construção de novas representações, porque confronta os conceitos geográficos já construídos com as observações *in loco*, favorecendo a compreensão da organização espacial.

Práticas pedagógicas em trabalhos de campo

Os trabalhos de campo são atividades que contemplam diferentes práticas pedagógicas, tais como aquelas realizadas em sala de aula mobilizando os alunos, organizando, planejando e desenvolvendo temáticas geográficas relacionadas aos lugares, bem como as saídas ao campo e suas posteriores avaliações. Ainda que a saída a campo possa ser vista como uma exemplificação do que foi discutido em sala de aula, é fundamental frisar que esta é apenas uma etapa, muito importante. Este artigo se propõe, pois, a refletir sobre as possibilidades de práticas pedagógicas que envolvam a observação e a representação, utilizando-se de imagens/fotografias.

O desenvolvimento da prática que utiliza fotografias se inicia pela escolha do lugar a ser visitado. Esta escolha respeita interesses e curiosidades dos alunos sem desconsiderar os objetivos do professor. Se todo lugar – ou, como observou Santos (1996), "todo objeto" – contém o mundo, também qualquer lugar presente nas representações individuais ou coletivas pode ser objeto de estudo da geografia. Assim, uma das maneiras de se iniciar o processo é convidar os alunos para elaborarem mapas

mentais.[2] Tais mapas oportunizam identificar que signos estão presentes nas diversas representações individuais.

Na continuidade desta proposta, encaminha-se a socialização das representações individuais no sentido de possibilitar o compartilhamento e a análise dos mapas produzidos. Este momento favorece a busca de novas informações que ampliem a compreensão dos espaços representados e a definição coletiva do lugar a ser visitado.

A etapa seguinte será o planejamento das ações a serem efetivadas no trabalho de campo, tanto do ponto de vista administrativo[3] quanto do pedagógico. Se a proposta for entender o espaço geográfico a partir do lugar, é fundamental que os alunos "mergulhem" naquele contexto, uma vez que são os sentidos que estreitam os vínculos dos sujeitos com o lugar, constituindo-o. Neste processo, o sentido da visão se reveste de importância, para a geografia, à medida que favorece a observação. Portanto, a fotografia é recurso destacado para se representar o lugar.

A fotografia captura o lugar, ainda que o fotógrafo tenha direcionado a lente para a paisagem. No momento em que o fotógrafo escolhe o que fotografar, está definindo um recorte de um lugar singular, relacionado às suas subjetividades, aos signos que o afetam e o produzem como sujeito. As fotografias de uma mesma paisagem nunca são exatamente iguais, ainda que pareçam assim. Isto acontece porque os lugares dos fotógrafos são diferentes. Como a fotografia é seletiva, ela própria revela um pouco – ou muito – da carga cultural/conceitual do sistema de valores que compõe a subjetividade do autor. Nesse processo, as interações produzidas

[2] Os mapas mentais podem ser entendidos como uma linguagem referendada no sistema de relações em que estão imbricados valores, sentimentos, atitudes e vivências expressos em imagens que representam o espaço vivido (KOZEL, S. XVI ENG, Porto Alegre: AGB, 2010).

[3] Planejamento do roteiro, levantamento dos custos, logística, solicitações e autorizações para efetivar o deslocamento.

pela relação do sujeito com o espaço orientam os olhares materializados nos recortes da fotografia. Nos objetos fotografados (natureza e sociedade), estão presentes também as representações temporais, que interferem na constituição dos lugares. Massey (2008) remeteu a esta ideia quando conceituou o lugar como "eventualidade", ou seja, um evento único (tempo/espaço/sujeito).

As práticas de constituir e ler os lugares ...

A proposta pedagógica se consolida com as atividades práticas que permitem constituir os lugares e fazer a sua leitura. Assim, a etapa seguinte será a saída a campo. A visita ao local definido deverá prever a disponibilização de tempo para que os estudantes observem, interajam com o espaço e realizem livremente registros fotográficos.

Esses registros exigem esforço de seletividade. A escolha do fotógrafo encerra a sua visão de mundo na medida em que reflete seus conhecimentos, experiências e vivências. No entanto, esta visão não é isenta das pressões do contexto local e da sensibilidade desperta no sujeito pela sua imersão no lugar. O sujeito sempre é parte do lugar, e o lugar é parte dele, ou um e outro se constituem dialética e mutuamente a partir de processos de interação que se dão a cada instante. A perspectiva do fotógrafo revela, em primeiro plano, aqueles objetos que ele considera significativos assim como, dentro do tempo que lhe é destinado, permite produzir imagens que representem o seu ponto de vista, ou seja, o seu conceito de lugar.

A técnica de fotografar (a observação da luz, do tempo de exposição, da cor, do brilho, do matiz, do ângulo etc.) depende das características do equipamento utilizado e da habilidade do fotógrafo. A multiplicidade de olhares e sua representação por intermédio da fotografia só podem acontecer na medida em que os estudantes tenham domínio sobre a máquina. Fora deste contexto, há uma tendência bastante óbvia de que as fotografias produzidas não fujam do padrão convencional, que poderíamos chamar de

"olhar típico da sociedade". Isto ocorre porque as máquinas fotográficas são produzidas para atender as expectativas de uma grande massa de pessoas, sendo eficientes em produzir ótimas imagens com o mínimo de esforço. Para fugir do olhar impregnado do senso comum, ousar olhar de outra maneira e apresentar o seu próprio modo de ver, faz-se necessário conhecimento técnico sobre a máquina fotográfica. Considerando isto, é interessante o professor realizar com os alunos oficinas de fotografia (se não com fotógrafos profissionais, pelo menos com conhecedores do assunto).

Os registros, assim, contemplarão, no mínimo, dois aspectos interessantes, ambos com potencial para a discussão geográfica: a perspectiva do fotógrafo e a técnica fotográfica. As fotografias que seguem refletem o olhar de diferentes alunos sobre o mesmo espaço. É possível observar que elas denotam perspectivas variadas e, portanto, retratam eventos e constituem lugares singulares.



Fotografia 1: Morro da Borússia – Osório/RS.



Fotografia 2: Morro da Borússia – Osório/RS.



Fotografia 3: Morro da Borússia – Osório/RS.



Fotografia 4: Morro da Borússia – Osório/RS.

Os conceitos geográficos nas fotografias: a representação das espacializações

As fotografias produzidas pelos alunos durante a saída a campo formaram um conjunto significativo de elementos para análise geográfica do lugar. Inicialmente, foram realizadas exposições em que os autores foram convidados a explicar o que haviam fotografado. Suas observações refletiam um olhar carregado de ideias do senso comum e subjetividades. Por exemplo, na fotografia 1, destaca-se o frigorífico em primeiro plano, dado que esta indústria desempenha um papel importante na economia regional por empregar significativo número de pessoas. Outro aluno retratou, na fotografia 2, a fachada de um restaurante temático inspirado nos armazéns coloniais. Um terceiro aluno escolheu representar, na fotografia 3, os contrastes temporais presentes nos objetos e as marcas da natureza no espaço. Já na fotografia 4, houve uma preocupação com o potencial turístico. As falas dos alunos evidenciaram os lugares constituídos durante a saída a campo, cujos recortes foram destacados nas fotografias.

Cada uma das fotografias, na etapa seguinte, foi analisada a partir do olhar geográfico. Isto significou um aprofundamento da temática do lugar, agora revelado em sua complexidade. A riqueza desta proposta está em permitir analisar os diferentes olhares e produzir conhecimentos (focados nos interesses dos alunos) que ampliem a leitura do espaço geográfico. Como são espaços que se constituíram em lugares, têm um vínculo com os sujeitos e, portanto, são mobilizadores de aprendizagem.

Então, nessa etapa, o professor discutirá com os alunos as fotografias, destacando os conceitos e fenômenos que explicam as relações produzidas naquele espaço. A escolha da abordagem deve refletir o respeito aos interesses dos alunos, expresso nas peculiaridades retratadas pelo aluno/fotógrafo. Na fotografia 1, pode-se abordar o processo produtivo, as relações de trabalho, o papel daquela indústria na comunidade. A fotografia 2 remete ao estudo de diferentes períodos técnicos vividos pela sociedade, representados pelos objetos que decoram a fachada do estabelecimento comercial e seu papel na organização territorial. A fotografia 3 sugere uma discussão sobre as transformações da natureza e da sociedade e as diferentes formas de apropriação do espaço. A fotografia 4 reporta as potencialidades do lugar, destacando as questões relacionadas ao turismo.

As etapas seguintes podem se dar no sentido da ampliação dos conhecimentos, com atividades como construção de relatórios e/ou novos mapas mentais que permitam estabelecer reflexões sobre as diferenças e semelhanças em relação aos já construídos no início da proposta. Também é possível revisitar o mesmo local para realizar novas fotografias a serem analisadas a partir desses novos olhares. As fotografias indicam, assim, a apropriação de outros conceitos e de releituras daqueles espaços. Novos lugares são constituídos a partir das aprendizagens realizadas e das vivências produzidas neste processo.

Repensando o lugar nas práticas de trabalho de campo

Os trabalhos de campo constituem uma metodologia para leitura do espaço geográfico. Os sujeitos participantes precisam compreender o espaço a partir das lentes da geografia. Então, os conceitos requerem uma apropriação que considere os interesses e as necessidades desses sujeitos.

A análise do espaço geográfico pode ser realizada a partir de diferentes conceitos. A escolha do conceito de lugar aproxima o sujeito daquilo que lhe afeta, neste caso, suas vivências e experiências. Segundo Massey, o lugar é uma eventualidade, então é uma produção diferente para cada sujeito em dado tempo e espaço. Essas peculiaridades contribuem para que se aproveite a técnica fotográfica como instrumento de estudo geográfico. Além de lúdicas e interessantes, as fotografias refletem sentimentos, valores, conhecimentos prévios. Permitem examinar aspectos das representações que os sujeitos produzem dos lugares. Favorecem, assim, a apropriação de novos conceitos que ampliam a compreensão do espaço geográfico.

Referências bibliográficas

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos.* 2.ed. Trad. Antonio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GOULART, L. B. e ANTUNES, M. F. *Metodologia de ensino de geografia*. Porto Alegre: Natural, 2013 (livro digital).

LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SUERTEGARAY, D. M. A. "Pesquisa de campo em geografia". In: *Geographia* (UFF), Niterói, v. 7, p. 92-99, 2002.

O SABER GEOGRÁFICO E A PRÁTICA POLÍTICA: A REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1930/1950)

GEOGRAPHIC KNOWLEDGE AND POLITICAL PRACTICE: THE REGIONALIZATION OF THE STATE OF SÃO PAULO (1930/1950)

EL SABER GEOGRÁFICO Y LA PRÁCTICA POLÍTICA: LA REGIONALIZACIÓN DEL ESTADO DE SÃO PAULO (1930/1950)

CARLO EUGÊNIO NOGUEIRA

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis. AGB – Seção Cuiabá. E-mail: carleugenio@gmail.com

* Artigo publicado em março de 2017.

Resumo: Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a reestruturação do aparelho estatal teve como pano de fundo a produção de diagnósticos científicos sobre a realidade brasileira. Nesta conjuntura, o papel do Conselho Nacional de Geografia (CNG), integrado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representou o coroamento dos esforços que intentavam firmar, em nível federal, um órgão de planejamento territorial. Ao longo da década de 1940, o CNG propôs uma nova divisão regional do Brasil, encetando estudos que tinham como finalidade o detalhamento cartográfico da realidade geográfica de cada estado. Neste artigo, discutem-se certos aspectos do debate travado entre o CNG e a seção paulista da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-SP) acerca da regionalização oficial do estado de São Paulo. Ao elaborar um estudo que discute tal episódio, problematizando a relação existente entre o conhecimento geográfico e a prática política, tem-se o objetivo de enfocar, de maneira conjunta, o contexto histórico do país (geografia histórica) e a produção científica do campo disciplinar (história da geografia), contribuindo, dessa forma, para se indicar outras possibilidades de compreensão do legado da chamada geografia clássica.

Palavras-chaves: Pierre Monbeig, regionalização, história da geografia.

Abstract: During Getúlio Vargas's administration (1930-1945), the Brazilian State was restructured due to the necessity of producing scientific descriptions of its reality. In this context, the role of the National Council for Geography (CNG), integrated in the Brazilian Institute of Geography and Statistics, can be seen as crucial, since it represents the fulfillment of the efforts which intended to built a federal agency of territorial planning based on the systematization of statistical data. During the 1940's, along with the process of institutionalization of geography, the CNG proposed a new regional division for Brazil, encouraging studies that were thought to detail in cartographic basis the geographical reality of each Brazilian state. In this article, we discuss some aspects of the debate on the official regionalization of the state of São Paulo that took place between the CNG and the São Paulo's Section of the Association of Brazilian Geographers, at the time headed by Pierre Monbeig and his disciples of the University of São Paulo. Tthe aim of this paper is to draw up a study that discusses how this episode can elucidate the relationship held between geographic knowledge and political practice, focusing as well as on the brazilian historical context (historical geography) as on the scientific production within the disciplinary field (history of geography). In doing so, we seek to indicate new possibilities of understanding the legacy of the so-called classical geography.

Keywords: Pierre Monbeig, regionalization, history of geography.

Resúmen: Durante el gobierno de Getúlio Vargas, la re-estructuración del Estado y la necesidad de producir diagnósticos científicos sobre la realidad brasileña estaban estrechamente correlacionadas. Así, la función del Consejo Nacional de Geografía (CNG) adquiere suma importancia, siendo, como es, el coronamiento de los intentos de fundar un órgano federal de planeamiento del territorio basado en la sistematización de los datos estadísticos, el cual produjo una nueva división regional de Brasil mediante la descripción cartográfica de cada región, contribuyendo con la institucionalización de la geografía como saber autónomo. En este trabajo, considerando algunos de los debates acerca de la regionalización oficial de la provincia de San Pablo trabados entre el CNG y el grupo paulista de la Asociación de Geógrafos Brasileños (AGB-SP), comandado por Pierre Monbeig, trataremos juntamente del contexto histórico (geografía histórica) y de la producción científica (historia de la geografía) de la geografía en Brasil, ayudando, así, a comprender el legado de la llamada geografía clásica.

Palabras clave: Pierre Monbeig, regionalización, historia de la geografía.

INTRODUÇÃO

A primeira divisão territorial oficial do Brasil foi proposta, em 1942, por Fábio de Macedo Soares Guimarães, geógrafo do Conselho Nacional de Geografia (CNG), ligado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). A análise desta primeira divisão territorial abre a perspectiva de esclarecer de que maneira o conhecimento produzido nas novas instituições ocupadas com o saber geográfico, a partir da década de 1930 (que marcou o início do processo de institucionalização dessa disciplina), poderia ser politicamente instrumentalizado, conferindo, por exemplo, um arcabouço científico aos esforços empreendidos pelo presidente Getúlio Vargas (1930-1945) para esvaziar o poder das antigas elites estaduais. Tal arcabouço resultou exatamente na construção, ou ressignificação, do conceito de região, utilizado pelo governo muito mais num sentido de regionalismo cultural, e não como escala de divisão político-administrativa.

Com efeito, essa primeira regionalização do Brasil embasava-se no critério fisiográfico já utilizado, em 1913, por Delgado de Carvalho (1930), em sua pioneira classificação regional do país, partindo das diferenças observadas entre os elementos naturais (vegetação, relevo e clima) para delimitar as grandes regiões do Brasil, que se tornariam, a partir daí, a base territorial fundamental utilizada para a apresentação e tabulação dos dados estatísticos que seriam levantados pela nova agência de informações do governo. Tomando por base essa nova divisão regional, o CNG apresentou, ao longo da década de 1940, estudos detalhados que propunham a regionalização de diferentes estados da federação. Sem dúvida, isto estava ligado, por um lado, ao objetivo do IBGE de fornecer uma renovada base cartográfica para o país como forma de completar o Censo de 1940, e, por outro lado, à chamada "cruzada ibegeana" pelo conhecimento tecnocientífico do território brasileiro (ADAS, 2009; SENRA, 2008).

A bem dizer, o reposicionamento da relação estabelecida entre o conhecimento do território, a conquista do sertão e a consolidação da nacionalidade, na primeira metade do século XX, catalisando maneiras diversas de apreensão do espaço, frutificou em influentes ideologias geográficas (MORAES, 1988) que serviram como justificativa para diversas políticas territoriais (DINIZ, 1994). Esse desdobramento semântico do sertão em fronteira, como resultado da mudança de perspectiva das narrativas do pensamento político-social (SOUZA, 1997), ao longo da década de 1930, embasou um uso instrumental do conceito de região que combinava os termos "sertão", "fronteira" e "nação" a partir de uma definição renovada do que quer que fosse a identidade regional.

Na verdade, o regime de Vargas combatia a exacerbação do sentimento regionalista, acusado de ser uma corruptela do separatismo, como forma de se contrapor às práticas políticas das antigas elites regionais oligárquicas. Não se opunha, entretanto, ao regionalismo, tomado como expressão de formas específicas de manifestação cultural, isto é, como arranjos culturais espacialmente localizados que, vistos em conjunto, exprimiriam localmente a diversidade do caráter nacional (VELLOSO, 1990). Desse modo, ao despolitizar o conceito de região, utilizando-o seja como base fisiográfica dos levantamentos estatísticos, seja como base espacial das identidades locais, a ditadura varguista conferia-lhe novo significado, definindo o conteúdo do nacional a partir do regional filtrado por sua concepção autoritária e centralizadora da sociedade:

> no discurso de Getúlio Vargas o cerne da identidade nacional era localizado nos hábitos e símbolos tradicionais do Brasil 'profundo', com a cultura brasileira sendo apresentada como a somatória de identidades regionais visualizadas como folclore (MORAES, 2011: 125).

De volta à regionalização do país proposta pelo IBGE, uma vez entendido que o tema da divisão territorial colocava-se como um desdobramento dos problemas da coesão e da integração

do território – problemas sempre lembrados pelos geopolíticos próximos do regime na sua cruzada contra as oligarquias regionais –, percebe-se que "a criação das Grandes Regiões Naturais representou, neste sentido, uma forma de intervenção técnico-administrativa sobre os estados, ao mesmo tempo em que incentivava o municipalismo" (PENHA, 1993, p. 108). Aliás, num trecho que demonstrava com clareza a concepção corrente sobre os limites do trabalho intelectual do geógrafo (visto mais como auxiliar da deliberação e ação políticas do que responsável por elas), Fábio de Macedo Soares Guimarães expôs os porquês de ser o natural o critério mais adequado para efetuar a delimitação regional do Brasil para fins estatísticos. Vinha, assim, reafirmar a despolitização do conceito de região, pois, na definição oficial, a região se referia ou a fenômenos naturais ou a manifestações culturais:

> A divisão regional mais adequada, mesmo do ponto de vista prático, é a que mais se aproximar das realidades geográficas; ou, em outras palavras, tais regiões devem assemelhar-se o mais possível às "regiões naturais". Cabe assim ao geógrafo fornecer a base para a solução do problema prático, resolvendo previamente o teórico, do ponto de vista científico, com o estabelecimento duma divisão em "regiões naturais". Com tal base, estará apto o administrador a encontrar a melhor solução prática, modificando convenientemente, de acordo com as necessidades administrativas, a divisão que lhe é apresentada pelo geógrafo (...). É urgente, por conseguinte, que seja adotada uma divisão regional única para fins estatísticos, e que esta permaneça estável por um largo período, abrangendo diversos recenseamentos que se forem realizando, a fim de que se possam comparar as situações do país em diferentes épocas (...). Como já fizemos notar, a divisão política ideal é a que se aproxima o mais possível da divisão em "regiões naturais". Mesmo, porém, que tal aproximação ideal não seja possível, por motivos de ordem administrativa e econômica, o que é sobretudo essencial é que haja uniformidade, principalmente para fins estatísticos (GUIMARÃES, 1942: 5/7-8).

Ora, para que se possa visualizar mais claramente de que maneira os critérios estabelecidos por essa proposta estavam longe

de formar um consenso dentro da nascente comunidade dos geógrafos, vale apontar aqui as diferenças de posicionamento existentes entre o grupo de geógrafos paulistas da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) em relação aos estudiosos centrados no CNG/IBGE. Realmente, tomando ciência dos resultados do estudo apresentados pelo CNG acerca da divisão regional oficial do estado de São Paulo, os geógrafos paulistas, quase todos ligados à Universidade de São Paulo (USP) e liderados por Pierre Monbeig,[1] empreenderam um grande esforço coletivo para produzir um relatório crítico que contestasse os pressupostos teóricos utilizados pelo grupo do CNG em sua proposta de regionalização. Os debates entre ambas as propostas tiveram lugar na representativa reunião da Associação dos Geógrafos Brasileiros ocorrida em 1946, que oficializou as mudanças postas no estatuto no ano anterior e transformou a AGB numa entidade de alcance verdadeiramente nacional (ABREU, 2006; ANTUNES, 2008).

Fundada em São Paulo, em 1934, por iniciativa de Pierre Deffontaines, a AGB não possuía os recursos financeiros, a estrutura material e nem o pessoal técnico especializado que autorizasse uma comparação com o CNG em patamar de igualdade, visto que não contava com a visibilidade experimentada pelo órgão geográfico do governo central. Nesse sentido, a possibilidade de se analisar sua história (ou parte dela) em conjunto com a consolidação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP não deve, de fato, extrapolar as especificidades de cada situação institucional, que certamente revelam singularidades e diferenças (NOGUEIRA, 2012). Contudo, o fato de a sede da AGB estar, até hoje, no prédio de Geografia e História da USP, aliado à imagem que faziam dela os geógrafos paulistas – que, na época, a viam como a "sua" entidade de representação –, permite que se estabeleçam certos laços entre a AGB e esta universidade (MONTEIRO, 1980; PETRONE, 1982).

[1] Geógrafo francês. Foi presidente da AGB e responsável pela cátedra de Geografia Humana da USP, entre 1935 e 1946.

Nesse momento inicial, sobressaem alguns aspectos curiosos: primeiro, a situação incomum de termos uma entidade profissional autônoma de caráter privado sendo fundada fora da Capital Federal; segundo, e relacionado com o anterior, a circunstância ímpar de os interesses – e mesmo de os associados – da nova associação ficarem praticamente restritos aos limites da realidade paulista, remetendo-se ao círculo de afinidades políticas e intelectuais enredados com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e com o próprio funcionamento da cátedra de geografia desta faculdade. Por isso, a importância inicial da AGB não pode, de maneira nenhuma, ser superestimada, sendo muito ilustrativo, nesse sentido, o fato de que, nos primeiros dez anos de sua existência, sobretudo antes da mudança dos estatutos e do processo de efetiva nacionalização da entidade, as reuniões quinzenais da AGB não logravam atrair um público muito superior a vinte pessoas, conforme o registrado nas atas originais (SEABRA, 2008). Este fato revela o alcance limitado de suas discussões e resoluções, praticamente restritas ao universo dos alunos e professores do curso de geografia da USP, que formavam o grosso dos entusiastas.

Aliás, é interessante notar que o esforço de regionalização do estado de São Paulo – objetivo presente na ata de fundação da AGB que foi perseguido pelos geógrafos uspianos, desde então[2] – permitiu esboçar a existência de um procedimento de trabalho que culminou com o florescimento, neste estado, de certo espírito de trabalho coletivo até então inexistente em outros centros (BERNARDES, 1982).

[2] Conforme mostra a série de textos de síntese que se detiveram sobre o tema, como o primeiro escrito de Deffontaines (1935), e as diligências de caráter sistemático de Monbeig (1949; 1954), cujos resultados foram retomados, a partir de então, como ponto de partida para as discussões posteriores presentes nos escritos de Ary França (1960) e Pasquale Petrone (1966).

A valorização do critério econômico nos processos de regionalização

De maneira representativa, o texto produzido pelo núcleo paulista da AGB, intitulado "A divisão regional do estado de São Paulo", abriu os anais referentes às reuniões ocorridas em 1946, publicados somente em 1949. Pierre Monbeig iniciou esse estudo fazendo os protocolares elogios à "importância do trabalho tão sugestivo efetuado por nossos companheiros do Conselho Nacional de Geografia", que haviam, pela primeira vez, empreendido "um estudo sério da divisão regional geográfica deste continente, que é o Brasil" (MONBEIG, 1949, p. 19). Também chamou a atenção para o fato de que o grupo de geógrafos por ele encabeçado nem sempre tenha encarado o problema da divisão regional de São Paulo da mesma forma que o CNG, sublinhando, ainda, que tais divergências, que deveriam ser fecundas para o debate ora iniciado acerca da divisão regional do Brasil, provinham "de pontos de partida diferentes" (MONBEIG, 1949, p. 19).

Segundo nos parece, o ponto mais relevante dessa disputa epistemológica era a definição dos parâmetros básicos que guiariam a regionalização, feita por Pierre Monbeig logo no início de seu primeiro trabalho sobre o tema, uma vez que o relatório sobre a divisão regional de São Paulo proposta pelos agebeanos paulistas (apresentado na 2a Assembleia Geral da AGB, ocorrida em Lorena, no ano de 1946) partiu de alguns esclarecimentos conceituais que não haviam sido feitos pelo CNG:

> torna-se indispensável, antes de cartografar as regiões, ficar-se de acordo a respeito do critério escolhido, a fim de que se saiba quais os fundamentos da unidade regional. Ora, devo confessar, sobre esta questão a Seção Regional de São Paulo sentiu-se deveras embaraçada. Procuramos nas publicações do CNG, informações que pudessem nos esclarecer a respeito do que se entende por 'grande região', 'região', 'sub-região' e 'zona'; infelizmente, nada encontramos que nos pudesse esclarecer (...). Depois de refletir sobre essa preliminar, ficamos de acordo a respeito dos princípios seguintes: 1) 'regiões' correspondem a vastas unidades fisiográficas; 2) as

> 'sub-regiões' são delimitadas levando-se em conta, essencialmente, a paisagem geográfica (...) 3) as 'zonas' são encaradas sobretudo tendo-se em vista os fatores econômicos e, particularmente, as relações regionais que se organizam em função de um centro urbano (MONBEIG, 1949: 20).

A discussão terminológica sobre o significado conferido aos termos "região", "sub-região" e "zonas", feita por conta da nomenclatura utilizada pelo CNG no mapa que acompanhava o seu estudo, pode parecer estéril caso não seja apontada a novidade que então representava a definição das "zonas" a partir dos aspectos puramente econômicos (particularmente aqueles organizados em torno de um centro urbano). Em vista dos estudos que Monbeig então desenvolvia a respeito do processo de expansão territorial de lavouras, pastos e cidades que estava em curso nos planaltos paulistas e norte paranaenses, não é demais lembrar que a preferência pelos fenômenos econômicos representava um avanço como critério de base para o estabelecimento de limites regionais, pois, até então, os trabalhos geográficos continuavam ainda muito presos aos fenômenos físicos e naturais, tidos normalmente como aqueles que deveriam, tanto quanto possível, guiar as observações dos geógrafos.

Para Monbeig, que retornou ao tema em 1954, num texto publicado no livro *Aspectos geográficos da terra bandeirante* (editado pelo CNG em homenagem ao IV centenário da Cidade de São Paulo), o substrato físico era o ponto de partida para a divisão regional, e não o seu resultado final. Assim, a região natural era concebida como uma extensão da superfície terrestre originada pela ação recíproca e inseparável de elementos físicos e biológicos que, ao interagirem, constituíam uma unidade:

> Uma região natural, portanto, é um complexo geográfico. Sua individualidade concretiza-se na paisagem. Se paisagens vizinhas diferem, é porque há complexos geográficos diferentes no interior dos quais a combinação dos elementos físicos e biológicos se efetuou de modos diferentes (MONBEIG, 1954: 182-183).

Como observador atento das paisagens, o geógrafo deveria buscar sempre apreender os conjuntos, indicando de que maneira a ação humana poderia transformar diferentemente o mesmo substrato natural. Assim, o que estaria em jogo seriam exatamente os "mecanismos das ações recíprocas do meio e do homem" (MONBEIG, 1954, p. 183), uma vez que não se poderia estabelecer, a priori, uma concordância direta entre as regiões naturais e as atividades humanas: "A pesquisa regional não deve, pois, deter-se na delimitação espacial da região, nem na enumeração e simples descrição dos elementos que formam a região natural" (p. 183). Portanto, a divisão regional em grandes unidades naturais seria um procedimento útil e suficiente apenas caso se quisessem definir, em linhas gerais, as feições apresentadas por um complexo geográfico sobre o qual a sociedade ainda não tivesse agido decisivamente como fator de modificação, "mas não se o estudo regional tiver o objetivo de registrar e cartografar o comportamento dos homens" (p. 195):

> Os fenômenos da geografia humana não se acham inscritos automaticamente nos grandes quadros físicos que vimos tentando definir (...). Não se pode dar por finda a tarefa do geógrafo, uma vez reconhecidas e delimitadas as regiões naturais e estabelecidas suas relações com as atividades dos homens que nelas habitam. É grave erro de ótica procurar enquadrar os fatos sociais e econômicos nas paisagens naturais. Nada impede que surja a pergunta: – Não decorrem de tal método as dificuldades encontradas em tantas tentativas de divisão regional paulista? (MONBEIG, 1954: 196-197.)



Figura 1 – A divisão do estado de São Paulo conforme o CNG

Fonte: Monbeig (1949).



Figura 2 – A divisão do estado de São Paulo conforme a AGB-SP

Fonte: Monbeig (1949).

Nesse sentido, o que os geógrafos paulistas apontavam era que um dos principais problemas das tentativas de divisão regional efetuadas no Brasil seria a vontade de replicar aqui as diretrizes de trabalho consagradas na Europa, pois, em países de povoamento recente, não haveria nada próximo ao sentimento regional que, na França, era intrínseco aos termos *pays* e *paysan*.[3]

[3] Termos que encerram em suas definições o resultado de uma longa experiência de relações recíprocas entre os homens e o meio (que tenderiam, pois, ao equilíbrio).

Expressivamente, Monbeig disse que os séculos de colonização de origem europeia, em solo hoje paulista, deixaram traços perceptíveis nas paisagens, uma vez que seu processo de ocupação foi agitado pela sucessão de ciclos agrícolas, conjugando uma série de fatores históricos, políticos e econômicos (como, por exemplo, o movimento de expansão para os planaltos do oeste, o desembarque em massa de imigrantes e a afirmação do império do café). Todavia, o processo de aprendizado da natureza presente no movimento de posse e alteração de paisagens naturais – que, na época, ainda não havia se completado – demandaria, para a elaboração de uma divisão regional minimamente comprometida com a realidade geográfica, a aplicação de outros critérios que não apenas o fisiográfico ou o histórico. Ganhou destaque, assim, a estrutura econômica responsável pelo dinamismo da sociedade paulista da época:

> Inicialmente, consideremos a "região geográfica", isto é, a unidade regional onde se processou a síntese entre as condições físicas e os fenômenos humanos (...). Da pré-história às últimas décadas, pode-se acompanhar às apalpadelas os malogros e os êxitos dos grupos que se sucederam neste quadro e que lhe completaram a conquista, depois de se ter com tamanha intensidade e por tanto tempo, agido sobre o meio a ponto de, de certo modo, terem-no criado de novo. Quatro séculos marcam atualmente a presença dos paulistas em São Paulo (...). *Quadros históricos ou quadros naturais, uns e outros são insuficientes*. Talvez o erro esteja em procurar quadros em lugar de considerar fatos. Provém ainda da aplicação demasiadamente fiel, no caso paulista, de métodos aplicados em outros casos. Se há regiões cuja história esclarece a geografia humana, a volta ao passado não tem a mesma eficácia em São Paulo. É necessário, portanto procurar alhures o traço fundamental de sua geografia humana (...). *A estrutura econômica é o fator decisivo*, a chave das duas características fundamentais da geografia paulista: dinamismo e instabilidade. É lógico, portanto, *ir buscar nos fatos econômicos os elementos de uma divisão regional* (MONBEIG, 1954: 197/199/201). [grifos nossos]

A noção de complexo geográfico presente nos trechos compilados confere à análise geográfica das paisagens um claro direcionamento de cunho metodológico, pois compreende que cada

seção do espaço pode ser explicada a partir de um arranjo de diferentes fatores físicos, biológicos e sociais (DANTAS, 2002). Por este princípio, derivado de Vidal de La Blache e aperfeiçoado por André Cholley (1951), um complexo geográfico seria o resultado sempre dinâmico de uma combinação dos fatores que incidem diretamente na organização das paisagens de uma região. Em vista disso, o princípio de combinação subjacente à ideia de complexo geográfico, detalhado por Cholley nas décadas de 1940 e 1950, pode mesmo ser encarado por comentadores contemporâneos como o "ancestral" das atuais abordagens sistêmicas em geografia (FRÉMONT, 2005).

Assim, ao se analisar uma paisagem florestal, os fatores de ordem física e biológica teriam uma importância maior do que os de ordem humana para a caracterização e descrição explicativa do complexo geográfico considerado. Ao passo que, numa paisagem humanizada, seriam os fatores econômicos, políticos ou culturais os que se combinariam, com maior influência, na organização do arranjo paisagístico, estabelecendo os laços de solidariedade, em escalas local e regional, que seriam identificados pelo olhar do geógrafo. Logo, nos mecanismos de ação e interação desenvolvidos entre o meio físico-biológico e as sociedades humanas, o complexo regional natural orientaria as atividades e comportamentos dos grupos humanos, mas não os determinaria, de maneira alguma, limitando-os apenas, pois, de lugar para lugar, variam os hábitos, as técnicas e a estrutura econômica dos grupos humanos, mesmo que estes estejam alocados em meios naturais similares ou até idênticos.

Embora, atualmente, tal procedimento possa parecer banal, a luta contra a geografia determinista, que via a atividade dos grupos humanos como reação mais ou menos direta das contingências impostas pela natureza, era uma pauta que continuava na ordem do dia, na década de 1940. Isto não quer dizer, obviamente, que Monbeig ou Cholley enxergassem de maneira crítica as contradições inerentes às relações sociais, que

eram compreendidas mais a partir dos resultados que plasmavam as alterações materiais nas paisagens. Em outras palavras, as relações sociais não eram o foco da análise, sendo naturalizadas e tomadas apenas como um fator geográfico a mais entre as outras forças consideradas como agentes de modificação da natureza. Mesmo assim, a incorporação dos fenômenos econômicos relacionados ao processo de povoamento e ocupação do território como critério para a delimitação regional do espaço não deixava de ser um avanço, se comparada às regionalizações que continuavam a se guiar de modo preponderante pelas regiões naturais.

A postura favorável ao uso do critério natural, presente no trabalho do CNG, já havia sido criticada no relatório de 1946, quando Monbeig fez sutil alusão à "preocupação geológica do CNG (que não é censurável senão quando leva a uma exclusão muito radical dos caracteres geográficos)" (MONBEIG, 1949, p. 23). Esta crítica apareceu de forma cristalina quando o geógrafo francês passou a discutir em pormenor os motivos que levaram os geógrafos paulistas da AGB a rejeitarem, na regionalização oficial do CNG, a delimitação de uma "zona industrial" que incluiria, na sub-região da capital paulistana, as cidades de Campinas e Jundiaí:

> As atividades industriais das duas cidades têm grande autonomia em relação às da capital; a produção agrícola é, pelo menos, tão importante quanto às das fábricas. Se a divisão em zonas funda-se na existência de unidades econômicas e em fatos de relações e de circulação, ninguém pode recusar a Campinas uma função de "capital regional" (...). Devemos, pois, inclinar-nos diante da realidade e, conseqüentemente, considerar à parte uma zona de "Campinas" (...). Estamos em face de uma região econômica cujos limites sobrepõem-se aos das regiões naturais. No caso agora considerado, estabelece-se ela ao mesmo tempo na região do Planalto Atlântico e na Depressão Paleozóica; chega a abranger, mesmo, tonalidades paisagísticas mais variadas. Entretanto, salvo má compreensão de nossa parte, o método seguido na confecção da divisão regional aceita como princípio que uma "zona", ainda que fundada sobre fatos econômicos, não pode ser inscrita senão no interior de uma só e única sub-região; e que, de mais a mais, ela própria

> tem sua unidade fundada sobre critérios físicos. Isto estabelece como que um primeiro postulado: que a região física determina a existência da região econômica; do que resulta um segundo postulado: que uma unidade física corresponde sempre a uma unidade cultural ou econômica (MONBEIG, 1949: 26-27).

A recusa em tomar o critério físico-natural como forma de se estabelecer os limites entre as diferentes zonas[4] transformou-se, então, na recusa de uma geografia que tentava fazer coincidir os limites das regiões naturais com a extensão de determinadas atividades humanas, tarefa ainda mais arriscada no Brasil, onde "a posse do solo pelo homem é ainda recente" (MONBEIG, 1949, p. 21). Contudo, se fica evidente, no trecho em destaque, o esforço em dotar a geografia humana de critérios mais adequados para a divisão regional de fenômenos sociais, isto não quer dizer que se prescindia absolutamente da contribuição da geografia física.

Na verdade, o entendimento da geografia como a ciência que buscava fazer uma síntese das relações homem-meio não se desprendeu facilmente da linguagem organicista herdada de seu alinhamento com as ciências naturais, propugnado por Vidal de La Blache (BERDOULAY, 1981). O *status* naturalista da geografia vidalina, ciência natural da sociedade (CLAVAL, 2007), ainda que contivesse a possibilidade de análise das esferas política, econômica e cultural, conferia autonomia relativa a cada um destes aspectos, enredando a vida social ao meio onde esta se enraizava (RIBEIRO, 2010). Sendo assim, vejamos como Monbeig lançou mão de um vocabulário naturalista e de aproximações entre a sociedade e a natureza, no exato momento em que recriminou as interpretações deterministas que impunham uma unidade econômica e cultural decorrente de uma unidade física e natural:

[4] Segundo a definição proposta pela AGB, estas zonas deveriam ser definidas a partir de outros parâmetros, como as "unidades econômicas" e os "fatos de relação e circulação" polarizados em função de um centro urbano de alcance regional.

> Uma zona econômica é, pois, formada de células, cuja infraestrutura física não é a mesma. *Bem ao contrário, tudo se passa de modo a nos provar que a unidade econômica superpõe-se à variedade física*; são a variedade física e a justaposição de recursos naturais, freqüentemente complementares um dos outros, que, ao mesmo tempo, dão origem à unidade econômica. O método seguido pelo CNG leva a pensar que as divisões regionais se encaixam uma nas outras como aquelas construções com as quais brincam as crianças: paralelepípedos com bonitas figuras (as "paisagens" dos geógrafos), que entram umas nas outras. Nosso maior paralelepípedo é a unidade fisiográfica; o volume de tamanho médio é a unidade de paisagem; e o menor, que é o econômico, entra automaticamente no médio, que não pode senão encaixar-se no maior. Infelizmente, esta uniformidade não passa de uma simples concepção teórica. (...). Finalmente (e esta conclusão parece-nos a mais importante), verificamos mais uma vez que as *"regiões humanas"* ou, se for preferível, "econômicas", ou "culturais" (o importante é saber o que se procura e o sentido dado às palavras) *não podem ser inscritas a priori nas "unidades naturais"*. São duas ordens de cousas distintas. Do ponto de vista científico, torna-se cair no determinismo anacrônico, quando se teima em fazer coincidir a "região natural" com a "região humana". Se se encara a aplicação para fins administrativos, econômicos ou demográficos, políticos em uma palavra, é perigoso violar-se a realidade; partindo de princípios errôneos, chegar-se-á a uma divisão regional muito diferente da realidade (MONBEIG, 1949: 27/36). [grifos nossos]

Numa apreciação cuidadosa, a preocupação de Monbeig com a adoção de critérios adequados para a elaboração de uma regionalização mais afeita à geografia humana abarcava também o aspecto político da atuação científica deste geógrafo. Como se pode depreender da citação acima, uma divisão regional que negasse a realidade dificultaria sua aplicação para fins administrativos, econômicos ou demográficos, afastando-se da prática da verdadeira política, compreendida como o *locus* das decisões administrativas, um campo decisório sem conflitos que poderia melhor direcionar suas ações de governo a partir de um embasamento científico das necessidades reais da população. Este juízo, que seria retomado por Monbeig em outras ocasiões, incluía uma interpretação sobre a inserção do CNG no aparelho de Estado brasileiro, uma vez que este conselho era o órgão responsável por

sistematizar as informações geográficas do país. Nesse sentido, fica claro que Monbeig não desprezava a contribuição de estudos regionais pautados por critérios físicos e naturais. Pelo contrário, ele os incluía como estudos fundamentais para a geografia, mas indicava a necessidade de se definirem, com mais rigor, os parâmetros utilizados para uma regionalização, evitando que uma mesma proposta contivesse regiões delimitadas a partir de critérios distintos:

> Reconhecer e cartografar as regiões naturais do Brasil é uma tarefa; reconhecer e cartografar suas regiões humanas é uma outra tarefa. Todas as duas são da competência do geógrafo; todas as duas têm um caráter científico e todas as duas, em conjunto, devem servir para fins práticos. Devem elas caminhar paralelamente, para que se possa, em seguida, confrontar seus resultados e tirar as conclusões. Confundi-las em suas origens e em suas realizações não pode senão criar confusões e levar à impotência (MONBEIG, 1949: 36).

Expressivamente, a década de 1930 pode ser tomada como um ponto de inflexão da geografia brasileira, principalmente pela atuação de algumas figuras de inconteste proeminência, como Pierre Monbeig, cuja obra foi, de algum modo, continuada por discípulos mais próximos – o que indica a rotinização da produção científica da geografia, que, a partir de então, passou a ser praticada e fundamentada em novos parâmetros. Sua atuação como pesquisador, aliada às suas preocupações didáticas como docente, fez com que sua obra aparecesse como um modelo de escrita dentro do espaço acadêmico-universitário brasileiro. Isto quer dizer que a forma de se fazer ciência, por ele defendida, fosse tomada como o exemplo acabado do que deveria ser um trabalho científico de geografia, do qual a monografia regional descritivo-explicativa, apoiada em farto material cartográfico e iconográfico conseguido por meio das observações diretas efetuadas no campo, seria o epítome. Por outro lado, seus escritos catalisaram a emergência de alguns temas que logo se considerariam incontornáveis a uma análise geográfica do real, direcionando estudos e consolidando linhas de pesquisa aparentadas que

contavam com um vocabulário conceitual único, circunstância que expressava a formação de alguns denominadores comuns entre sua obra e as que a sucederam temporalmente.

O aludido "sentido de grupo" professado de um modo particular pelos geógrafos vinculados à FFCL/USP (ANDRADE, 1987), perceptível nas escolhas temáticas, nos procedimentos de pesquisa e no arcabouço metodológico de predominante sotaque francês, permite que se enxergue ali a germinação de um sistema de obras interligadas por certos denominadores comuns, tais como: a predileção pelos conceitos de paisagem, região e *habitat*; a concepção da geografia como ciência de síntese que privilegia as relações homem-meio; a importância conferida ao trabalho de campo e as metáforas organicistas que estabeleciam analogias entre os fenômenos físico-naturais e as relações sociais (já que estas, esvaziadas de sentido crítico, seriam, em grande medida, condicionadas por aqueles).

Os resultados concretos da chamada "geografia clássica" (na época, alcunhada "moderna") assim praticada, adquiriram plena maturidade tanto nas teses defendidas na USP, nas décadas de 1940 e 1950, quanto nos trabalhos dos geógrafos brasileiros apresentados durante o encontro internacional de geografia da União Geográfica Internacional (UGI), ocorrido no Rio de Janeiro, em 1956. É, pois, absolutamente factível que se compreenda a geografia acadêmica surgida com a consolidação institucional dos cursos universitários como uma componente do imaginário espacial professado abertamente no Brasil, durante a primeira metade do século XX.

Foi à luz desse contexto histórico que as iniciativas elaboradas após a institucionalização universitária da disciplina, feitas sob o estímulo e incentivo de novas associações profissionais (como a AGB e o CNG/IBGE), indicaram a possibilidade de a geografia acadêmica que se consolidava elaborar um conjunto de imagens e ideias sobre o país. Imagens e ideias envoltas em uma aura de cientificidade, mas não muito distantes daquelas

verificadas em outras épocas e ambientes institucionais, como, por exemplo, nas expedições de intelectuais e cientistas que se dirigiram ao interior do país, no início do período republicano, nas dos médicos sanitaristas ou mesmo da Comissão Rondon (LIMA, 1999; MACIEL, 1998; MAIA, 2008). Realmente, as construções discursivas que mobilizam conceitos de base espacial para explicar o país, associando qualidades mesológicas à sociedade como um todo, são informadas por diferentes concepções do espaço, apropriações simbólicas cujo exame possibilita sublinhar a centralidade que o tema da expansão territorial da sociedade brasileira tem para a prática e difusão da ciência geográfica, consolidando importantes espaços institucionais (MORAES, 1991).

Do ponto de vista da consolidação do campo disciplinar (BOURDIEU, 1989), o projeto científico-pedagógico encampado pelos cursos universitários e pelas novas instituições geográficas de ensino e pesquisa foi bem-sucedido no estabelecimento de uma rede de relações e de trocas científicas e intelectuais que erigiram as condições concretas para a reprodução da geografia institucional no Brasil. Vale afirmar ainda que, apesar de contundentes evidências, nítidas no caso do CNG,[5] a análise da questão da associação direta entre projetos políticos, trajetórias institucionais e os interesses do Estado é assunto ainda em aberto para a AGB ou para o grupo de geógrafos da FFCL/USP.

Em relação aos uspianos, embora seja possível vislumbrar, por vezes, um tom utilitário (patente seja nos textos de Aziz Ab'Saber (1955; 1956) sobre o potencial hidrelétrico das linhas de quedas (as *fall lines*) identificadas nas bacias hidrográficas dos rios Tietê e Paraná, seja nos estudos de Maria de Lourdes Pereira Radesca (1956) sobre as necessidades energéticas

[5] Devido ao seu caráter técnico-administrativo de órgão auxiliar na produção de diagnósticos de problemas e na elaboração de políticas territoriais inseridas no contexto planificador do governo central, o CNG reverberava, de modo mais explícito, os valores ideológicos estatais (MACHADO, 2009).

do parque industrial paulista, ou ainda nos textos de Elina de Oliveira Santos (1956) sobre as possibilidades de urbanização trazidas pelas obras de retificação do Tietê), não é possível verificar, sem antes efetuar uma apreciação mais detida, a conexão entre o conhecimento geográfico produzido e a tomada de decisões políticas cientificamente informadas. É, pois, de difícil comprovação o enunciado que liga diretamente as obras dos geógrafos uspianos das décadas de 1940 e 1950[6] às políticas territoriais que pautavam as modificações impetradas nas paisagens pela ação intencional de órgãos públicos.

Geografia e política: os critérios econômicos e a psicologia bandeirante

A propósito, cumpre, então, questionar em que medida a adoção de critérios econômicos para suas propostas de regionalização, que tomam os estudos efetuados sobre a movimentação das frentes pioneiras como critério básico de classificação, pode indicar a assunção do grupo de geógrafos encabeçados por Monbeig aos desígnios de classe do grupo que o trouxe a São Paulo, prócer de uma espécie de "imperialismo benéfico" de São Paulo (ZUSMAN, 2001).

Prenunciado na expansão territorial comandada pelos bandeirantes e continuado na política de construção de ferrovias (impulsionada pelo surto do café), esse imperialismo paulista teria encontrado nos estudos do geógrafo francês uma sua variante acadêmica, dado que a maior parte dos que defendiam esta posição eram intelectuais que gozavam de uma proximidade com figuras importantes do grupo que havia participado diretamente da organização da USP. Desse modo, em larga medida sobrepondo o

[6] Geógrafos associados difusamente à ideologia expressa por setores da sociedade paulista próximos dos membros da chamada "Comunhão Paulista", que participaram ativamente da fundação da USP, viam como algo natural a liderança paulista (CARDOSO, 1982) e faziam um uso politicamente orientado da figura do bandeirante.

tratamento que Monbeig conferia ao fenômeno das franjas pioneiras aos desígnios explicitados pelas elites paulistas em seu projeto de país, o posicionamento que aproximava o trabalho intelectual do geógrafo francês ao projeto de poder do "grupo do Estado" acabou considerando seus escritos como não mais que uma justificativa de cunho científico que visaria a legitimar os anseios hegemônicos de classe do grupo que intermediou sua vinda ao Brasil:

> Poder-se-ia inferir dessa afirmação, então, que Monbeig associa o pioneirismo ao processo de avanço e ocupação do território, de diversificação e ascensão social, processo desejável para todo o território brasileiro. A frente pioneira de Monbeig apareceria assim carregando tanto a significação de democracia social contida na visão do bandeirante de Cassiano Ricardo quanto dos valores de democracia social, política e de progresso presentes no discurso de Jackson Turner vinculado à Marcha para Oeste americano (...). A partir da abordagem da frente pioneira, ele faz da Marcha para Oeste em São Paulo seu principal assunto de pesquisa e, desta maneira, legitima o projeto político e econômico de seus protetores: a elite ilustrada paulista (ZUSMAN, 2001: 27).

Entre as diversas formas de relacionamento das representações geográficas do país com as questões que envolviam a constituição da identidade nacional, a problemática da fronteira mereceu, decerto, um lugar de destaque (SOUZA, 1998; WEGNER, 2000), visto que, no Brasil, uma das vertentes mais influentes a problematizar o espaço no pensamento político-social tomava a expansão territorial, levada a cabo a partir dos movimentos bandeirantes, como o "marco zero" da construção do país.

Entendendo o processo expansivo das entradas e bandeiras como "o evento histórico original que fez nascer a nação" (OLIVEIRA, 2000, p. 80), os autores partícipes da vertente da fronteira no pensamento político-social retomaram simbolicamente a epopeia bandeirante – fundada objetivamente no apresamento de povos indígenas e na busca de pedras preciosas – para a construção de um robusto mito de identidade. Esforçaram-se estes

autores por nacionalizar um mito de alcance regional, estabelecendo uma relação complementar entre espaço, geografia e nacionalismo que ultrapassava a mera ilação de que os bandeirantes teriam sido os principais artífices do patrimônio territorial herdado dos portugueses (VELLOSO, 1990).

Pois bem, a tentativa de aproximar os pioneiros americanos dos bandeirantes luso-brasileiros, reinterpretando suas ações para forjar um mito que reforçava o caráter nacional da expansão territorial por eles engendrada, ganhou, no século XX, uma versão atualizada (OLIVEIRA, 2000). Nesse registro, os fazendeiros paulistas que estavam à testa da expansão do café (iniciada no século XIX), considerados os herdeiros diretos do legado bandeirante, poderiam sem prejuízo ser chamados de "novos bandeirantes". Em tais interpretações, estes fazendeiros e seus prepostos – não por acaso integrantes das elites econômica e política do estado de São Paulo – eram compreendidos como agentes ativos da modernidade, uma vez que, por meio das cidades que fundavam e das fazendas que abriam, punham-se a conquistar terras "vazias" para o Estado brasileiro, levando a economia da nova civilização industrial que despontava no planalto paulista aos longínquos sertões indevassados do território nacional (RAIMUNDO, 2001).

Guardadas as devidas diferenças, que não vem ao caso detalhar, as ferramentas conceituais manejadas por Pierre Monbeig em seus estudos sobre o fenômeno pioneiro no Brasil, que ele identificara na expansão das lavouras de café e algodão observadas pessoalmente em São Paulo e no norte do Paraná (MONBEIG, 1940; 1952; 1957; 1966), revelavam, grosso modo, sua familiaridade com esse tipo de interpretação, evidente quando o geógrafo francês discutia o que chamava de "psicologia bandeirante", traço da mentalidade coletiva brasileira fixado na memória dos que, em pleno século XX, empreendiam suas migrações:

> Em todos os países novos, do norte ao sul do continente americano, observa-se a sedução das terras novas e a paixão pelo ganho rápido do dinheiro. Apelo do Grande Norte ao Canadá, marcha para oeste, ainda não há muito tempo, nos Estados Unidos, desbravamento do sertão paulista, não passam de variações de um grande tema continental. Ali o colono moderno se põe a serviço do caçador, acolá se converte em herdeiro do *pionner;* em São Paulo é o continuador do bandeirante (MONBEIG, 1984 [1952]: 124).

Não é possível ratificar um eventual consenso que confirme a plena associação entre a produção científica de Pierre Monbeig sobre as franjas pioneiras, a mitologia criada em torno da figura do bandeirante e os projetos governamentais estaduais e federais que efetivamente se materializaram no território (provocando alterações na configuração espacial de São Paulo e do país). Contudo, pode-se realmente encontrar, em suas obras, inúmeras passagens em que ficam claras suas intenções de capitanear um grupo de intelectuais comprometidos com a construção de um programa coletivo de pesquisas multidisciplinares que visava a fornecer embasamentos técnico e científico para determinadas ações governamentais. Porém, dada a distância entre intenção e gesto, pensamos haver ainda uma lacuna no que diz respeito aos estudos que analisaram o quanto essas produções ideológicas foram eficientes, passando do plano das elaborações culturais para o das práticas políticas concretas.

Isto nos obriga a não aceitar, senão com reservas, as aproximações que vinculam diretamente o pensamento de Monbeig e de seus discípulos a um específico projeto político paulista apenas pela importância que este geógrafo objetivamente conferia ao que denominava "psicologia bandeirante", um dos fatores explicativos utilizados para compreender a instabilidade e a extrema mobilidade do povoamento dos planaltos ocidentais de São Paulo e do norte do Paraná.

Tal arranjo explicativo, que conferia pesos diferentes aos fatores de ordens psicológica e geográfica no processo de alteração das fisionomias paisagísticas, seria utilizado explicitamente

quando Monbeig retomou, de forma clara, a temática da psicologia bandeirante em sua obra mais conhecida (MONBEIG, 1952). A bem dizer, o capítulo referente à mentalidade dos pioneiros é o mais curto dos que compõem a segunda parte do livro primeiro de seu estudo sobre as zonas pioneiras de São Paulo, e deve ser entendido dentro da explicação fornecida por Monbeig como um todo, sublinhando-se alguns aspectos.

Em primeiro lugar, a recuperação da figura do bandeirante – que, à época, era celebrado por setores intelectuais tradicionalistas ligados à elite política e econômica de São Paulo como a mais perfeita encarnação das qualidades genuinamente paulistas – cumpria a função de sublinhar o fato de que a incessante ocupação de terras a que se denominava pioneirismo (expresso na conquista de solos fundamentada numa atividade agropastoril essencialmente comercial) aparecia aos olhos de Monbeig (assim como o bandeirismo aparecia aos olhos da sobredita elite tradicionalista) como um fenômeno original da sociedade paulista:

> Em sua forma atual, a 'Marcha para o oeste' é essencialmente paulista e continua a sê-lo, mesmo ao penetrar territórios de outros estados, porque não somente o impulso é dado por São Paulo, como a maior parte dos homens provêm desse estado e as relações econômicas se fazem sobretudo com São Paulo e Santos (MONBEIG, 1984 [1952]: 23).

Esse tipo de enquadramento decerto aproxima Monbeig dos desígnios expostos pelos participantes da "Comunhão Paulista", que compreendiam o "imperialismo benéfico" de São Paulo como uma forma de civilização de outras regiões brasileiras (ZUSMAN, 1996), estagnadas num estágio inferior de desenvolvimento e vistas como regiões atrasadas que dificultavam a sincronização do Brasil com a velocidade do mundo moderno. Neste caso, sua visão sobre o fenômeno pioneiro ficaria seguramente próxima da retórica territorialista amplamente divulgada pelos próceres do regime varguista, ao longo dos anos do

Estado Novo (1937-1945) – período que, aliás, coincidiu quase que totalmente com o de sua estadia no Brasil.

Ao fim e ao cabo, essa espécie de "neobandeirismo" do Estado Novo, que promovia a retórica sobre a ocupação dos "espaços vazios" como uma missão patriótica (LENHARO, 1986), era uma visão de mundo que parecia ser mesmo aceita, em seus termos gerais, por Monbeig. Este conferia uma dimensão de corte mais geográfico à afirmação que justificava o domínio econômico de São Paulo sobre as demais regiões do Brasil, pois o que estaria a ocorrer seria mais exatamente um fenômeno de polarização, consequência da centralidade de São Paulo e resultado da captura econômica exercida pela capital e capitais paulistas em áreas muito afastadas. Em termos atuais, poder-se-ia dizer que São Paulo hegemonizava os fluxos econômicos de outras regiões, organizando-os e ordenando-os sob seu comando por meio de um sistema de circulação que Monbeig (1952) chamou de "bacia de drenagem", analogia feita com a rede fluvial que prenunciava, quase *ipsis litteris*, os termos futuramente utilizados por Kayser (1968) na análise da organização regional do espaço econômico dos países subdesenvolvidos.

Considerações finais

Seja como for, pode-se indicar que Monbeig buscou enredar o desenvolvimento dos "modos de pensar" aos fatores que constituíam a combinação momentânea de elementos expressa por um determinado complexo geográfico, conferindo um pouco mais de profundidade ao velho tema das influências do meio nos grupos humanos, então transmutado nas relações entre as estruturas econômicas em sua realidade terrestre (o meio geográfico já construído) e as superestruturas mentais próprias de cada gênero de vida.

Para ele, a mentalidade coletiva pioneira, que não se reduzia à "psicologia bandeirante", dizia respeito às influências recíprocas que relacionavam as paisagens pioneiras aos modos de pensar e aos gêneros de vida em desenvolvimento nos planaltos paulistas, tal uma predisposição subjetiva que influiria na estruturação do complexo geográfico. Pois, ao lado dos fatores econômicos, do esgotamento dos solos e da pobreza generalizada, a "psicologia" dos pioneiros poderia também dar sentido aos constantes deslocamentos espaciais dos trabalhadores e às mudanças efetuadas na pauta produtiva de pequenos e médios fazendeiros, que, imitando os grandes negociantes, sempre procuravam o nicho de mercado no qual pudessem obter os maiores lucros.

É claro que esse tipo de análise, em muitos aspectos, pode ser, sem prejuízo, considerada uma forma de naturalização da dominação exercida, na época, pelos grandes proprietários de terras, banqueiros, especuladores e demais tipos sociais colocados pelo próprio Monbeig no alto da pirâmide da estrutura social da sociedade pioneira. Realmente, relações sociais que se realizavam de forma assimétrica, desenvolvendo-se em uma estrutura social, política e econômica hierarquizada que favorecia a continuidade da dominação e da hegemonia dos grandes proprietários em detrimento dos pequenos, médios e dos simples posseiros, não eram alvos de críticas, nem sequer de reparação, surgindo efetivamente no registro de Monbeig como decorrência de uma naturalizada tradição "psicológica" já existente na sociedade brasileira. Esta seria fruto do "espírito senhorial" e de uma suposta mentalidade bandeirante, encontrada entre todos, que daria fundamento a um mito "cuja eficácia psicológica é incontestável" (MONBEIG, 1984, p. 121).

Ao final, o processo de incorporação de novas terras ao espaço econômico brasileiro, executado por meio da abertura de amplas áreas dedicadas ao cultivo de produtos voltados para o comércio internacional (como o café e o algodão) ou mesmo pela

formação de imensas pastagens (também orientadas para a produção de carne para o mercado externo), síntese das movimentações demográficas e econômicas integradas à expansão das frentes pioneiras (MONBEIG, 1952), permitiu que identificássemos um processo de acumulação primitiva mediado pela exploração e valorização dessas novas terras (MARTINS, 1979; 1995). Ou seja, entre as décadas de 1930 e 1960, a expansão territorial do capital logrou transformar espaços considerados vazios em áreas economicamente ativas do território nacional.

Tanto no caso de José de Souza Martins quanto na argumentação de Otávio Guilherme Velho, o realce dado à exploração da força de trabalho camponesa, com amplo uso de formas de remuneração não especificamente capitalistas (como a peonagem e os distintos tipos de parceria), e, mais importante, a referência à subordinação dos camponeses ao capital no processo de formação das fazendas[7] são pontos de fundamental relevância na análise da via trilhada pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil. São também aspectos absolutamente fundamentais para se compreender como o processo de expansão territorial do capital encontrou-se mediado por um movimento de incorporação de terras e produção de mercadorias que nem sempre era executado a partir de relações de produção especificamente capitalistas (OLIVEIRA, 1996). No limite, a despeito de não ser esta a sua preocupação, nos parece que o geógrafo francês estava a observar e descrever *in loco* o movimento de desenvolvimento geograficamente desigual que marcou a expansão territorial do capitalismo no Brasil (NOGUEIRA, 2013).

Há, então, como pano de fundo da dinâmica posta pelas frentes pioneiras, um desvelo com a dominação de espaços e homens, que se punham, ambos, à disposição das vontades

[7] As etapas do desmatamento, preparação e cultivo das unidades de produção agropecuárias identificadas como um momento da acumulação primitiva (a formação do capital), e não como parte da reprodução ampliada do capital.

daqueles que controlavam o movimento. O saliente aspecto de luta entre os homens e o meio natural presente nesta definição traduzia-se no processo de transformação de paisagens naturais em paisagens humanizadas, que resultava na fundação de cidades, no surgimento de novos campos de cultivo e na conformação de uma rede de caminhos. Ademais, a definição das franjas pioneiras como uma zona de limites imprecisos que separava os "brancos" dos "indígenas" – praticamente sinônima da antinomia estabelecida entre a "natureza bruta" e os espaços naturais apropriados e conquistados pela "civilização" – imprimiu ao termo um sentido de dominação de povos e terras que recolocava a subordinação de grupos considerados inferiores ou primitivos, e a construção de cidades, campos e redes de transporte demandados por uma economia estruturalmente exógena como as qualidades gerais comuns a todas as regiões pioneiras do mundo.

O conjunto dos estudos geográficos sobre as frentes pioneiras pode ser visto como uma modalidade discursiva que se utilizava preponderantemente de conceitos de base espacial (tais como fronteira, paisagem e região) para elaborar explicações sobre o Brasil, principalmente por meio de um tipo de abordagem preocupada com questões atinentes ao espraiamento espacial do povoamento, à exploração econômica dos recursos naturais e à integração do território. Vê-se, daí, que a interpretação geográfica sobre as frentes pioneiras ganhou corpo dentro de um ambiente intelectual no qual as discussões sobre o processo de formação do Brasil não abdicavam de conceitos espaciais, já que, na época, era comum o uso de abundantes referências à natureza e ao território brasileiro para marcar as singularidades que envolviam a construção da identidade nacional.

Frise-se, além disso, o duplo caráter material e simbólico de que poderia revestir-se o entendimento do processo de ocupação territorial (MORAES, 2002; 2011), o que quer dizer que a expansão do povoamento e da colonização dentro de um território sob inconteste jurisdição estatal comportava sempre duas faces.

Uma face empírica, expressão das alterações sofridas na geografia material pela organização do território, seja por conta da influência de fenômenos econômicos, seja como resultado de movimentos migratórios que incidiam em mudanças do perfil demográfico; e outra face, por assim dizer, ideológica, mais evidente nas construções narrativas que buscavam se apropriar simbolicamente dos processos históricos, econômicos e demográficos para construir discursos que objetivavam embasar mitos de identidade ou apenas justificar diferentes estratégias de apropriação territorial.

Enfim, tendo em conta que a atividade econômica era considerada o principal móvel do processo de apropriação e consequente transformação dos meios naturais em paisagens culturais modernas (para ficarmos com expressões da época), vislumbra-se, pois, a hipótese de que ao tomar o fenômeno do pioneirismo como um parâmetro de regionalização para o estado de São Paulo, os geógrafos paulistas construíram um indicador palpável para avaliar o nível de desenvolvimento dos lugares. Isto porque era, então, comum examinar o atraso ou o avanço das paisagens paulistas tendo-se como referencial a herança exercida pela ação ou pela ausência dos fatores que acompanhavam o crescimento da atividade cafeeira.

Nesse caso, a caracterização de uma região como dinâmica ou decadente (termos que diziam respeito à prosperidade das atividades econômicas desenvolvidas em cada área) ou mesmo a sempre lembrada oposição que se fazia entre as "zonas novas" e as "zonas velhas" (qualificações utilizadas para se referir às correntes de povoamento. ARAÚJO, 1950; FRANÇA, 1960; MONBEIG, 1940, 1952, 1957; PETRONE, 1966) eram critérios de diferenciação de áreas que somente ganhavam sentido se se levava em conta o início da colonização engendrada em São Paulo pela expansão das lavouras de café e algodão. Pois, assim, uma área seria considerada dinâmica ou decadente sempre em relação às zonas pioneiras que apresentavam maiores níveis de

produtividade, assim como o povoamento só poderia ser visto como recente ou antigo tendo-se no horizonte o início do afluxo das levas de migrantes estrangeiros e nacionais ocupados com a abertura das frentes pioneiras.

Em resumo, o fenômeno descrito pelas frentes pioneiras parece indicar, em certo sentido, uma forma de compreensão da maneira como o capitalismo se desenvolveu no Brasil, que se fundamenta em uma chave interpretativa que congrega simultaneamente o espraiamento espacial da ocupação do território e a integração dos distintos focos de povoamento do então chamado "arquipélago brasileiro", conjugando a expansão dos fluxos internos representada pela circulação de mercadorias, pessoas, ordens e ideias com a organização de uma infraestrutura de comunicações compatível com as necessidades de deslocamento experimentadas pelo país a cada momento. De modo que se chega mesmo a vislumbrar, ao menos nos geógrafos que se detiveram neste tema, uma preocupação mais ou menos explícita com o papel do Estado como veículo de difusão dos sistemas de engenharia que garantiriam a fluidez interna e a consequente modernização do território (SANTOS, 2002).

Desse modo, tendo em vista a conjuntura da expansão mundial do capitalismo e do capital no início do século XX (HARVEY, 2011; ARRIGHI, 1996), dentro da qual o incremento do avanço pioneiro paulista foi uma manifestação contextualmente adequada, pode-se perceber que a ideia do desenvolvimento geograficamente desigual (prefigurada nas diferentes paisagens surgidas do contraste entre as áreas agrícolas dinamizadas pelos pioneiros, os centros urbanos que se dinamizavam e o incremento demográfico e industrial da capital paulista) ganhou um novo alcance com a crescente mundialização da economia. A propagação dos modernos processos de produção, que, a partir de então, vão se espalhando diferencialmente por todo o globo, fixando-se de forma concentrada em variados pontos da superfície terrestre, precipitou uma intensa especialização dos lugares (SANTOS, 1988).

Uma tal especialização do processo de produção do espaço, percebida na coexistência de paisagens pretéritas que respondiam a um arranjo surgido numa conjuntura histórica de um passado mais ou menos recente – o "mar verde de café" –, com paisagens modernas dinamizadas pelos então atualíssimos processos urbano-industriais, é uma chave interpretativa frutífera para se compreender as contradições estruturais que opunham as "zonas velhas" da expansão cafeeira (organizadas ainda no século XIX sob o regime escravista) às "zonas novas" das frentes pioneiras de meados do século XX (financiadas como um negócio de base capitalista), abrindo a possibilidade para que este processo possa ser interpretado retrospectivamente a partir da concepção que toma o espaço como resultado de uma "acumulação desigual de tempos" (SANTOS, 1997).

Referências bibliográficas

AB'SABER, A. *Bacia do Paraná-Uruguai: estudo da geomorfologia aplicada. Condições geográficas e aspectos geoeconômicos da Bacia do Paraná-Uruguai*. São Paulo: AGB (Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai), v. 1, pp. 76-93, 1955.

_____. "Relevo, estrutura e rede hidrográfica do Brasil". In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n° 132, pp. 225-228, 1956.

ABREU, M. de A. "Pierre Monbeig e os primórdios da geografia urbana no Brasil". In: SALGUEIRO, H. A. (org.). *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru: Edusc, pp. 129-158, 2006.

ADAS, S. *O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)*. Tese de doutorado em Geografia Humana – DG/FFLCH/USP, São Paulo, 2006.

ANDRADE, M. C. *Geografia: ciência da sociedade*. Recife: Ed. UFPE, 1987.

ANTUNES, C. F. *A Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens, idéias e transformações*. Tese de doutorado em Geografia

– DG/PPGG/UFF, Niterói, 2008.

ARAÚJO FILHO, J. R. "A baixada do rio Itanhaém – estudo de geografia regional". In: *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, n° 116, Geografia, n° 5. São Paulo, 1950.

ARRIGUI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Unesp, 1996.

BERDOULAY, V. "La formation de l'École Française de Géographie (1870-1914). Comité des Travaux Historiques et Scientifiques". In: *Mémoires de la Section de Géographie*, nº. 11. Paris: Bibliothèque Nationale.

BERNARDES, N. "A influência estrangeira no desenvolvimento da geografia no Brasil". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, n° 3, pp. 519-527, 1982.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARDOSO, I. A. R. *A universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Ed. Autores Associados/ Cortez, 1982.

CARVALHO, C. M. D. *Geographia do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

CHOLLEY, A. *La Géographie: guide de l'étudiant*. Paris: PUF, 1951.

CLAVAL, P. *Géographies et géographes.* Paris: L'Harmattan, 2007.

DANTAS, A. A. *Conexidade, complexo geográfico: Vidal de la Blache, Pierre Monbeig*. Tese de doutorado em Geografia Humana – DG/FFLCH/USP, São Paulo, 2002.

DEFFONTAINES, P. "Regiões e paisagem do Estado de São Paulo: primeiro esboço de divisão regional". In: *Geografia*. São Paulo: AGB, ano I, n° 2, pp. 117-169, 1935.

DINIZ FILHO, L. L. *Território nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1937-1945).* Dissertação de mestrado em Geografia Humana – DG/FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

FOWERAKER, J. *The struggle for land: a political economy of the pioneer frontier in Brazil from 1930 to the present day*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

FRANÇA, A. *A marcha do café e as frentes pioneiras* (guia da excursão n° 3 realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia da UGI). Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

FRÉMONT, A. *Aimez-vous la géographie?* Paris: Flammarion, 2005.

GUIMARÃES, F. M. S. *Divisão regional do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

HARVEY, D. *O enigma do capital – e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2011.

KAYSER, B. "A região como objeto de estudo da geografia". In: GEORGE, P.; GUGLIEKMO, R.; KAYSER, B. e LACOSTE, Y. (orgs.). *A geografia ativa*. São Paulo: Difel/Edusp, pp. 279-321, 1968.

LENHARO, A. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Unicamp, 1986.

LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj/UCAM, 1999.

MACIEL, L. A. *A nação por um fio – caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: Educ/Fapesp, 1998.

MACHADO, M. S. *A construção da geografia universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

MAIA, J. M. E. *A terra como invenção – o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MARTINS, J. S. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 2009.

MONBEIG, P. *Ensaios de geografia humana brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

_____. "A divisão regional do estado de São Paulo". In: *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1945-1946)*. São Paulo: AGB, v. 1, 1949.

_____. *Pionniers et planteurs de l'État de São Paulo.* Paris, Librarie Armand Colin, 1952.

_____. "O problema de divisão regional de São Paulo". In: *Aspectos geográficos da terra bandeirante.* Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1954.

_____. *Novos estudos de geografia humana brasileira.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

_____. *Les franjes pionnières*. Géographie générale, Encyclopédie de la Pléiade. Paris: Gallimard, pp. 974- 1005, 1966.

_____. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTEIRO, C. A. F. *A geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências*. São Paulo: Instituto de Geografia/ FFLCH/USP, 1980.

MORAES, A. C. R. *Ideologias geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. "Notas sobre identidade nacional e a institucionalização da geografia no Brasil". In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, pp. 166-176, 1991.

_____. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. *Geografia histórica do Brasil – capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume, 2011.

NOGUEIRA, C. E. "Frentes pioneiras e formação territorial: a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na consolidação do campo geográfico no Brasil". In: *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2012.

_____. *O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig*. Tese de Doutorado (Geografia Humana) – DG/FFLCH/USP, São Paulo, 2013.

_____. "A apropriação metodológica das frentes pioneiras na formação da geografia brasileira (1930-1950)". In: *Terra Brasilis* (Nova Série)[Online], 5, 2015.

OLIVEIRA, A. U. *A agricultura camponesa no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, L. L. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PENHA, E. A. *A criação do IBGE no contexto de centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), 1993.

PETRONE, P. "A Baixada do Ribeira – estudo de geografia humana". In: *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, n. 283, Geografia n. 14. São Paulo, 1966.

_____. "Anotações sobre o Departamento de Geografia". In: *Revista do Departamento de Geografia da USP*. São Paulo: DG/FFLCH/USP, v. 1, n. 1, pp. 7-19, 1982.

RADESCA, M. L. P. "O problema da energia elétrica." In: AZEVEDO, Aroldo (org.). *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana*. 4 vol. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.

RAIMUNDO, S. L. *A invenção do mito bandeirante. Tradição e pensamento regionalista na historiografia paulista das décadas de 1920–1930*. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. DG/FFLCH/USP, São Paulo, 2001.

RIBEIRO, G. "Interrogando a ciência: a concepção vidaliana de geografia." In: *Confins* (On line), 8, 2010. Disponível em: http://confins.revues.org/6295. Acesso em: 9 de jul. 2014.

SALGUEIRO, H. A. (org.). *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira – a dinâmica da transformação*. Bauru: Edusc, 2006.

SANTOS, E. O. "Tietê, o rio de São Paulo." In: AZEVEDO, Aroldo (org.). *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana*. 4 vol. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SEABRA, Manoel. "Caio Prado Jr. e os primeiros anos da AGB". In: IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz Dieter (orgs.). *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: AGB/IEB/Edusp, 2008.

SENRA, N. (org.). *História das estatísticas brasileiras*. 4 vol. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SOUZA, C. V. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro.* Goiânia: UFG, 1997.

_____. "A fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado". In: *Sociedade e Cultura*. Goiânia: UFG, v. 1, n. 1, pp. 55-61, (jan./jun.) 1998.

VELHO, O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *Capitalismo autoritário e campesinato.* São Paulo: Difel, 1979.

VELLOSO, M. P. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. Rio de Janeiro: FGV, Textos CPDOC, 1, 1990.

WEGNER, R. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ZUSMAN, P. B. *Sociedades geográficas na promoção do saber a respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)*. Dissertação de mestrado. PROLAM/ USP, São Paulo, 1996.

_____. "Na procura das origens da AGB". In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, n. 78, pp.7-32, (dez.) 2001.

INTRODUÇÃO DE GEORG LUKÁCS NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

INTRODUCTION OF GEORG LUKACS ON BRAZILIAN GEOGRAPHICAL THOUGHT

INTRODUCCION DE GEORG LUKACS EN EL PENSAMIENTO GEOGRAFICO BRASILEÑO

BERNARD TEIXEIRA COUTINHO

Graduação em geografia (Faculdade de Formação de Professores – Universidade do Estado do Rio de Janeiro/FFP-UERJ). Professor de geografia da educação básica no Rio de Janeiro. E-mail: plumuarte@hotmail.com

* Artigo publicado em março de 2017.

Resumo: No presente artigo, trataremos da recepção do pensamento do filósofo marxista húngaro Georg Lukács (1885-1971) na geografia brasileira, em fins de 1970, período em que esta se abria a transformações significativas, movidas por rupturas e continuidades, nos campos teórico, epistemológico, ontológico, ontoepistemológico, metodológico e ideológico. Visando a sustentar tal pretensão, faremos uma discussão preservada em dois momentos: no primeiro, contextualizaremos a recepção de Lukács no Brasil, demarcando alguns percursos que contribuíram ou não para sua permanência nos debates políticos e culturais animados por militantes comunistas da época, e, no segundo, dialogaremos com os geógrafos que se inseriram no pensamento marxista na interlocução com intelectuais de outros campos disciplinares. Referências serão feitas especificamente a dois destes intelectuais: Armando Corrêa da Silva e Antonio Carlos Robert Moraes.

Palavras-chaves: Georg Lukács, renascimento do marxismo, ontologia marxista, ontologia do espaço, ontologia do ser social.

Abstract: In this present paper, we shall deal with the reception of the Hungarian Marxist philosopher Georg Lukács Bath's thought (1885-1971) in Brazilian Geography, at the end of 1970, the period in which it opened up to significant transformations, moved by disruptions and continuities, in the theoretical fields, epistemological, ontological, onto-epistemological, methodological and ideological. Aiming to sustain such claim, we will make a discussion preserved in two moments: in the first, we contextualize the reception of Lukács bath in Brazil, demarcating some trajectories that have contributed or not for his permanence in political and cultural debates animated by communist militants of that time, in the second, we will dialogue with geographers that have been inserted by marxist thought in interlocution with intellectuals of other disciplinary fields. References shall be made specifically to two of them: Armando Corrêa da Silva and Antonio Carlos Robert Moraes.

Keywords: Georg Lukács, marxist renaissance, marxist ontology, ontology of space, ontology of social being.

Resumen: En este artículo, nos referiremos a la recepción del pensamiento del filósofo marxista húngaro Georg Lukács (1885-1971) en la geografía brasileña, a finales de 1970, en el período que se abrió a cambios significativos, impulsionados por rupturas y continuidades, en los campos teóricos, epistemológico, ontológico, ontoepistemológico, metodológico y ideológico. Con el objetivo de apoyar tal afirmación, vamos a discutir en dos etapas: en la primera, vamos a contextualizar la recepción de Lukács en Brasil, marcando algunos trayectos que han contribuido o no a su permanencia en los debates políticos y culturales estimulados por los militantes comunistas de la época, y, en la segunda, vamos a dialogar con los geógrafos que se insertaron en el pensamiento marxista em diálogo con intelectuales de otros campos disciplinares. Se hará referencia específicamente a dos de ellos: Armando Corrêa da Silva y Antonio Carlos Robert Moraes.

Palabras-clave: Georg Lukács, renascimiento del marxismo, ontología marxista, ontología del espacio, ontología del ser social.

INTRODUÇÃO

A cultura política do nosso tempo tem atravessado um estado de paralisia. As nossas convicções estão perdendo as suas demarcações concretas e a nossa vida cotidiana tem sido, cada vez mais, seduzida pelas fábulas das tendências pós-modernas. Ao nos inserirmos nos "novos" campos de representação, abandonamos a nós mesmos para servirmos ao individualismo, ao movimento de (des)humanização do humanismo, indo de encontro à nossa parca relação com as relações. Perdemos o metabolismo fundacional com o outro diverso/desigual, com o nosso bairro, nossa cidade, nossa ideologia, nossa luta política. E conosco desaparecem as ontologias. Este é um quadro que nos permite identificar a reprodução de impasses próprios da contemporaneidade, da concretude do movimento histórico-social e de nosso enquadramento ético-político diante da realidade.

Há que ser reiterado como contrafluxo, e dentro da divisão intelectual do trabalho, o nosso labor direcionado ao descortino das contradições. Mas não se trata de uma tarefa simples. As contradições já não se revelam como antes, bem como a exploração e a barbárie. Tendemos a aceitar, sem nenhum tipo de rigor analítico, o mundo metafísico das coisas impostas, inventadas a-historicamente. Apesar das dificuldades produzidas socialmente, devemos, diante de nossa responsabilidade social, fazer um retorno às questões centrais que costuram a nossa sociedade. O artigo que se segue tem este propósito.

A ontologia é um dos temas que surgem dessas questões fundamentais, mas, ao ser abordada, ela já traz para a reflexão um sem-número de preconceitos. Tal postura aprendemos ainda com Aristóteles, que sobre este tema sentenciou: "o ser se diz de muitos modos, mas nenhum modo diz o ser. A palavra ser tem muitas significações" (Met. Z, 2; 1003 a 33 *apud* BUZZI, 1979, p. 24). Eis um tema ao qual a geografia, ao importá-lo da filosofia, não dedicou o necessário respaldo nos campos do método e da

teoria. E apresentou enorme resistência acusando-a de metafísica, bem como fizeram alguns filósofos e cientistas sociais de grande prestígio.

Tal apatia pela ontologia, no entanto, já não provém da indefinição de um ser universal e absoluto que Aristóteles havia denunciado, mas de nosso distanciamento dos fundamentos dos problemas produzidos por aquilo que nos chega como herança direta da modernidade: o capitalismo e a sua descomunal capacidade de criar valores destrutivos. Por esta razão, ainda não rompemos com os paradigmas da modernidade. Jamais fomos tão modernos! Mesmo com inúmeras recusas e distorções, a ontologia deixou de ser produto de uma antimaterialidade para se tornar o seu oposto. A Marx devemos delegar este pioneirismo.

O que se pretende abordar, nas páginas que se seguem, não é propriamente a ontologia marxiana ou a presença/ausência deste tema nos debates estimulados por geógrafos. Não é nosso interesse, ainda, fazer uma digressão do pensamento geográfico brasileiro por si só, apenas para identificar autores, temas, impasses. Tudo isso, porém, está presente em nosso artigo. O que se pretende, na verdade, é estudar a repercussão provocada pela entrada da ontologia na geografia brasileira, nos anos finais da década de 1970, especificamente a partir do renascimento do marxismo proposto pelo pensador de Budapeste Georg Lukács (1885-1971). Trata-se de um pensador que, junto a Marx, retirou a ontologia do terreno nebuloso, conduzindo-a para o campo do materialismo histórico-dialético e a ela atribuindo uma centralidade na compreensão da realidade e do ser social.

Visando a sustentar tal pretensão, faremos uma discussão preservada em dois momentos: no primeiro, contextualizaremos a recepção de Lukács no Brasil, demarcando alguns percursos que contribuíram ou não para sua permanência nos debates políticos e culturais animados por militantes comunistas da época, e, no segundo, dialogaremos com os geógrafos que se inseriram no pensamento marxista na interlocução com intelectuais de outros

campos disciplinares. Referências serão feitas especificamente a dois deles: Armando Corrêa da Silva e Antonio Carlos Robert Moraes.

As esquerdas brasileiras e as aproximações com Lukács

Em entrevista concedida a Leandro Konder, em 25 de agosto de 1969, Lukács declarou:

> Devemos desenvolver uma ontologia marxista capaz de determinar mais concretamente a unidade do materialismo histórico e do materialismo dialético. A base de uma concepção que seja historicista sem cair no relativismo e que seja sistemática sem ser infiel à história. Enquanto não nos desincumbirmos dessa tarefa, os marxistas estarão deficientemente preparados para enfrentar as tendências irracionalistas de tipo marcusiano, por exemplo, ou as posições racionalistas formais difundidas pelos neopositivistas e especialmente pelos estruturalistas. Aliás, o irracionalismo e o racionalismo formal podem ser rapidamente combinados, conforme as necessidades do combate movido pela ideologia burguesa contra a razão dialética (LUKÁCS, 1969: 5).

Não é incorreto afirmar que a *ontologia marxista* – termo criado pelo próprio pensador húngaro – tenha se apresentado como projeto ou instrumento de combate não somente na batalha das ideias, mas também nas orientações práticas da militância política. Desde 1956, ano em que foi realizado o XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), o marxismo vinha sendo atingido pelo movimento de contestação à ortodoxia de Stálin. O evento se configurou como centro da crítica oficial ao stalinismo. Os anos seguintes comporiam o processo histórico da desestalinização, que, em poucas palavras, significou o marco inicial da tentativa de irromper com a "cultura de manual" advinda da stalinização e procedida pela Terceira Internacional (PAULO NETTO, 2012). A partir de então, o marxismo-leninismo deixou de operar teórico-ideologicamente como antes, nos partidos comunistas. Lukács, à época, dirigia o Círculo Petofi (ao lado de Tibor Déry e Julius Hay), "o mais ativo fórum público entre os

criados em 1956 para articular as reivindicações de erradicação do stalinismo no país, um processo que culminou alguns meses depois com o levante de Outubro" (MÉSZÁROS, 2011, p. 348). Tendo sido criado pelos membros da Liga dos Jovens Trabalhadores, este espaço de resistência política, na Hungria, fortaleceu a base das críticas de Lukács divulgadas em suas conferências preparadas para os encontros do Círculo Petofi. Foi neste momento que Lukács passou a assumir a centralidade no movimento comunista e, inclusive, a aparecer nos debates das esquerdas brasileiras.

Graças ao ensaio de Bela Fogarasi, publicado na revista *Problemas da paz e do socialismo*, e, igualmente, à revista *Estudos Sociais*, os jovens intelectuais, militantes comunistas, em 1959, tiveram contato com o filósofo. A partir de 1960, então, a sua obra começou a ser amplamente requerida e estudada, contribuindo tanto para o campo dos estudos literários quanto para a questão político-partidária, em comunhão com os rumos da classe operária no Brasil. Mas foi somente a partir do golpe civil-militar de 1964 que a sua obra desdobrou-se em níveis mais contundentes. Além da contribuição do historiador Nelson Werneck Sodré, em 1960, com sua *História da literatura brasileira*, e do estudioso marxista Michael Löwy, com o seu ensaio "Consciência de classe e partido revolucionário", publicado na *Revista Brasiliense*, em 1962, somaram-se os esforços de jovens intelectuais, a maioria acompanhando o movimento de renovação política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tais como: Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, José Chasin, José Carlos Bruni, José Paulo Netto, Gilvan Procópio Ribeiro e Luiz Sérgio Henriques (FREDERICO, 1995).

A obra de Lukács, nesse sentido, teve diferentes entradas, marcadas por uma diversidade bastante característica. Elas partiram dos significados do pensamento lukacsiano, e, mais do que isto, foram conduzidas pela renovação do marxismo, apresentando-se como respaldo teórico-crítico na luta contra o irrealismo de corte existencialista, da década de 1950 e início de

1960, e contra o racionalismo formal, desdobrado no neopositivismo e no estruturalismo, no decurso dos anos 1970. Além disso, servia "para se reestudar criticamente a literatura e servia, finalmente, em escala menor, para se pensarem temas da realidade brasileira" (FREDERICO, 1995, p. 190).

Acerca dos meios de difusão do pensamento lukacsiano, o professor Celso Frederico afirmou que a divulgação de seu pensamento foi realizada de distintas maneiras. Além de suas obras terem sido traduzidas, revistas que surgiram nas décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela considerável participação de lukacsianos e livros de orientação lukacsiana foram publicados "quase sempre por editoras próximas ao PCB" (FREDERICO, 1995, p. 190).

Após esse período de ampliação e renovação do marxismo, porém, a intelectualidade, em conflito com a verticalizada e opressora política da ditadura, desviou suas preocupações teóricas e político-revolucionárias às militâncias cultural, estética e literária. Daí, Frederico sinalizar que

> mudando as circunstâncias, a velha e a nova intelectualidades de extração lukacsiana redefiniram a sua militância. E, como costuma acontecer nesses momentos decisórios, os destinos biográficos foram os mais diferentes. Para muitos, curiosamente, a crise do regime militar e a reativação da política institucional implicou o abandono do leninismo e, por extensão, de Lukács e da tradição política e cultural que ele encarnava (FREDERICO, 1995: 204).

A década de 1980, que, já em seu início, conheceu o processo de redemocratização, foi marcada pela troca de agenda de estudo teórico dessa mesma intelectualidade, promovendo um relativo e considerável abandono do debate político e ontológico. Isso porque, no momento em que a militância cultural ocupou os trabalhos e as preocupações dos membros do PCB, redefiniu critérios de análise e se constituiu como uma base sólida de luta. A política e a ontologia na obra de Lukács, agora passíveis de serem exploradas, foram, paulatinamente, perdendo centralidade no marxismo brasileiro.

> Ainda que os aspectos ontológico e político não fossem de todo esquecidos, foi sob o viés cultural que sua obra foi mais conhecida. Quando, pois, a problemática política – com o início da redemocratização – pode ser mais diretamente abordada, a teoria do pensador húngaro foi posta em segundo plano e substituída pelo pensamento gramsciano (TONET, 2002: 145-146).

Ivo Tonet, não refutando a tese de Celso Frederico, apresentou, porém, outra perspectiva sobre o relativo abandono da obra de Lukács pelos intelectuais comunistas, no Brasil, deslocando-se para uma outra escala de análise. Para se compreender a difusão e o abandono da obra lukacsiana, é preciso, antes, olhar a história da propagação do marxismo pelo mundo. É preciso, ainda, esquivar-se da luta hegemônica dentro do campo de interpretação do pensamento marxiano. O Lukács maduro de *Ontologia do ser social* captou a radicalidade crítica de Marx, retrabalhando os seus fundamentos para endossar a sua luta a favor de um renascimento marxista. Tal tarefa pretendera, entre outras coisas, retirar o marxismo da zona idealista hegeliana para fincar bases seguras no olhar histórico-concreto do ser social. No entanto, esta leitura, no interior do marxismo hegemônico, não foi devidamente compreendida ou, simplesmente, foi rejeitada e tida como uma feição vulgar da metafísica.

> O marxismo hegemônico – adotado por todos os partidos comunistas – assumiu um caráter francamente objetivista e/ou idealista, transformando, desse modo, a proposta original, de cunho essencialmente crítico – no sentido ontológico – em uma teoria incapaz de agarrar o movimento do processo social como totalidade histórica. O resultado disso foi um misto de empirismo e idealismo, que serviu para justificar uma certa ordem social identificada, por determinadas instâncias políticas, como o socialismo proposto por Marx (TONET, 2002: 147-148).

Tonet (2002) ainda constatou que, embora desconhecida e apresentando lacunas, a obra de Lukács aproximava-se da crítica ontológica de Marx, superando as outras linhas que também buscavam ir aos originais de Marx para se dedicarem a tal tarefa. Comungamos com este autor a ideia de que nenhuma outra crítica

se pôs no debate marxista como crítica genuinamente ontológica. Antes o contrário. Elas permaneceram na penumbra extensa da antiontologia (caso, por exemplo, do marxismo ocidental). Este autor atribuiu a este débito teórico-crítico o fracasso das tentativas de renovação do marxismo empreendido por Lukács. Parece-nos que tal constatação precisa, ainda, aguardar pelos resultados práticos tanto das divulgações do pensamento lukacsiano quanto das publicações de obras inspiradas neste filósofo húngaro, mesmo porque a intensificação de suas influências, no Brasil, alçou voos mais altos, dos anos 1990 ao início deste século, ainda que em campos muito restritos (PAULO NETTO, 2012).

Pela razão de Lukács nunca ter tido uma presença marcante nas universidades brasileiras, a entrada de seu pensamento, nos meios acadêmicos – como força fundacional ao processo de oxigenação do marxismo –, teve de ser prorrogada, e, até o tempo presente, não aconteceu. Os ínfimos espaços reservados a este pensador húngaro vieram basicamente da filosofia, da sociologia e da literatura (FREDERICO, 2002). E, embora ele estivesse sendo aparentemente carregado por uma renovação em campos disciplinares diversos – como no caso pioneiro da geografia uspiana e também do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) –, não conseguiu importar a sua relevância na luta político-cultural experimentada nos meios não acadêmicos. Conseguiu, no máximo, se enturmar em debates acadêmicos, a partir do limitado uso de alguns conceitos e temas deste autor feito por estudiosos. E essa presença residual de Lukács, nas universidades brasileiras, acompanhou a histórica relação conservadora entre os campos acadêmicos e o marxismo. Isto, aliás, explica parcialmente o fracasso do renascimento do marxismo nas universidades brasileiras.

A geografia brasileira, nos anos 1950, começava a experimentar as consequências históricas da luta contra a chamada geografia aplicada – e também contra a geografia de raiz

vidaliana, com presença forte até os anos de 1930 –, incentivada por denúncias originadas de estudos de geógrafos franceses da geografia ativa. Segundo Ruy Moreira, este foi o momento em que, pela primeira vez, a geografia se encontrou com o marxismo. Tal encontro, porém, "centrou-se essencialmente no terreno da teoria do conhecimento" (MOREIRA, 2004, p. 21). O segundo encontro ocorreu na década de 1970, graças aos trabalhos da geografia radical publicados na revista *Antípoda*, e, finalmente, aos publicados no Brasil que fizeram parte do movimento de renovação da ciência geográfica. Este último encontro, diferente do primeiro, trouxe à geografia o "misterioso" campo da ontologia.

O tema da ontologia, diga-se de passagem, nunca foi propriamente uma novidade dentro das discussões geográficas. Os geógrafos clássicos já haviam ensaiado possíveis leituras geográficas que fossem, ainda que marginalmente, ontológicas. A geografia clássica francesa (indo até Pierre George), a geografia ratzeliana e a obra de Élisée Reclus são, entre outras, testemunhas de nossa afirmativa. Entretanto, a bem da verdade, embora a tríade categorial natureza-trabalho-homem tenha marcado os encontros (e desencontros) entre marxismo e geografia de maneira contundente (MOREIRA, 2004), a saída ontológica sob a influência do pensamento lukacsiano só começou a ser introduzida entre as décadas de 1970 e 1980.

Quando a renovação conhece a ontologia: as primeiras entradas e saídas do pensamento lukacsiano na geografia brasileira

Durante a década de 1970, apesar da hegemonia do estruturalismo althusseriano nas ciências sociais (fortalecido, na América Latina, graças aos manuais da chilena Marta Harnecker), algumas poucas tentativas de requalificar o discurso marxista foram empreendidas. O único projeto visivelmente consistente foi o realizado pelo filósofo José Chasin, professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (atual Fundação Escola de

Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP). Até 1976, ano de sua demissão, Chasin lotava a pequena sala onde lecionava metodologia e filosofia social (no primeiro e quarto anos, respectivamente), "disciplinas que introduziam a *Ontologia do ser social* de Lukács, as posições ontológicas de Marx" (RAGO FILHO, A.; VAISMAN, E., 2008, p. 250). O público heterogêneo, formado por estudantes de diferentes cursos, testemunhava, a cada aula, o surgimento e o fortalecimento de um reencontro com Marx e um encontro com Lukács.

Décadas atrás, em 1958, professores e estudantes da Universidade de São Paulo já haviam ensaiado um retorno ao pensamento marxiano, mas de maneira radicalmente diferente à de Chasin. No interior das reuniões privadas que ficaram conhecidas como "seminário Marx" ou "grupo do Capital", os professores José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso e Fernando Antonio Novais, juntos a Octávio Ianni, Paul Singer, Ruth Cardoso, Francisco Weffort, Roberto Schwarz, Ruy Fausto e Bento Prado Jr., elaboraram uma linha de discussões, de corte epistemológico, sobre *O capital*. Mais do que isso, retiraram-se da "atividade revolucionária" e se voltaram à crítica do dogmatismo próprio do marxismo vulgar entranhado na estrutura político-partidária do PCB daqueles anos, como já tivemos a oportunidade de registrar.

O mais importante disso tudo foi que Giannotti, entre temas, perspectivas e intelectuais de distintas matrizes, surgiu, nesse movimento, como facilitador de uma nova ontologia. Dito de outro modo, esse filósofo brasileiro, também coordenador do seleto grupo, criou uma ontologia regional voltada ao trabalho, e acabou "por desembocar na versão corriqueira, segundo a qual Marx, distante de seu materialismo, estaria contaminado de utopismo e misticismo lógico" (RAGO FILHO, 2013, p. 1). Tal posição criou, por outro lado, a sintomática recusa da ontologia do ser social em Marx. Chasin, anos depois, foi quem introduziu essa mesma ontologia, nos meios acadêmicos. Esta introdução nas

universidades, porém, semelhante ao que ocorrera entre os militantes do PCB, se deu de forma debilitada e "sonolenta".

Possivelmente, parte dessa pendência na elaboração de uma renovação do marxismo se deveu aos rumos plurais tomados por geógrafos desde 1968, quando grande parcela destes se viu influenciada por um marxismo "de fora", isto é, por uma geografia de esquerda que novos temas trazia à tona, na França. Os estudantes e professores que participaram da renovação "crítica", na década de 1970, certamente enfrentaram as consequências do relativo abandono de Lukács entre os militantes comunistas que se encontravam, em sua maioria, fora da universidade. Isto explica, em parte, a influência que Althusser, tardiamente, teve nos debates que começavam a emoldurar a geografia "crítica", e explica, também, mesmo com a presença de Althusser, o relativo sucesso de Gramsci em detrimento de Lukács.

A geografia brasileira colaborou não só para a demora no esfacelamento do "cientificismo marxista" vindo de Althusser, como, em outros momentos, manteve-se ao lado de um marxismo tradicional, dogmático. A história recente do pensamento geográfico nos aponta que, em meados de 1970, geógrafos brasileiros recepcionavam, além do próprio Marx e do já comentado Althusser, tanto Mao quanto Gramsci, passando por Lefebvre e indo a outros, como Lênin, Engels, Kosik, Balibar, Kautsky, Mandel, Lucien Goldmann, Emilio Sereni e Adolfo Sanchez Vásquez. Toda a natureza pluralista da renovação se concentrou também neste fato. E, ademais, indica que, além de a renovação não ter sido puramente marxista (sendo ela apenas uma vertente, ainda que hegemônica), conforme recordou Ruy Moreira (2010), ela transportou à geografia brasileira parte significativa das tensões entre "marxismos" diferentes e até hostis. O pensamento lukacsiano na geografia sofre com essas tensões, embora tenha sido introduzida de maneira curiosa.

O projeto de introdução de Lukács no debate brasileiro, impulsionado por Chasin, acima comentado, teria chamado a

atenção de um dos geógrafos brasileiros mais importantes e atuantes na renovação: Armando Corrêa da Silva, então professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Não temos condições de afirmar que, por intermédio das aulas de Chasin, o professor Armando teria iniciado um estudo ontológico na geografia. Mas, sem dúvida, Chasin foi, senão o único, o mais importante para tal tarefa. O próprio professor Armando, num texto de 1975, originalmente publicado na *Revista Geográfica* e, depois, republicado em *O espaço fora do lugar*, de 1988, relatou o encontro com o seu colega Chasin: "Conversando com um professor de Filosofia, indagou-se dele sobre a possibilidade de uma ontologia do espaço geográfico. Respondeu que era possível e que seria um trabalho de interesse científico e cultural" (1988b, p. 9). Poder-se-ia dizer, daí, que Chasin teria sido bem mais importante no processo de recepção de Lukács e nos estudos ontológicos de Armando do que o foram Ruy Fausto e Arthur Giannotti.

A Geografia Teórica de Armando Corrêa da Silva: uma autoavaliação crítica de impostação ontológica

A adesão de Armando Corrêa da Silva ao movimento de renovação da geografia brasileira foi manifesta nas primeiras páginas do seu livro intitulado *O espaço fora do lugar* (1988), em que este autor, ao perceber uma profunda transformação no campo epistemológico e uma embrionária discussão metodológica (que, para ele, só era provocada quando havia uma mudança efetiva do objeto de estudo da ciência), pôs a seguinte questão: "o que aconteceu com o espaço do geógrafo?" (SILVA, 1988, p. 2). O reencontro do espaço geográfico parecia ser, para o professor Armando, a tarefa mais ou tão importante quanto a busca por sua natureza, esforço feito já em "O espaço como ser: uma auto-avaliação crítica", publicado em 1982, na coletânea *Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão*, organizada por Ruy Moreira. Foi a partir dessa questão que Silva iniciou o seu projeto de construir uma Geografia Teórica. No trabalho em questão, este

autor sistematizou as estruturas internas do debate e apresentou metodologicamente os componentes teóricos que embasavam a sua argumentação ontoepistemológica. Foi neste trabalho que Armando claramente expôs a sua geografia ainda em elaboração, "destinada à discussão do problema do espaço como ser" (SILVA, 1982a, p. 1).

A renovação da ciência geográfica reafirmou uma necessidade que toda ciência moderna possui: aquela que diz respeito ao delineamento de seu estatuto epistemológico e, portanto, à validade de sua própria existência. Para Armando, no entanto, a busca por uma efetiva renovação reforçou o seu caráter descritivo ou empírico.

Com a publicação do livro *Justiça social e a cidade*, Harvey se propôs a investigar o espaço pela via das relações. Pelo uso das categorias da economia política e por intermédio do olhar dado à dinâmica dialética entre as formas espaciais e os processos sociais, Harvey fez uma leitura do espaço relativo de Leibniz (1974) e introduziu, na geografia, uma discussão relacional que superou a dicotomia absoluto-relativo, abarcando a sociedade e o espaço numa copertinência. A transição de que se tratou disse respeito às mudanças ideológicas ocorridas no interior da geografia, no último quartel do século XX, quando se pensou a superação da dicotomia empirismo-racionalismo, retirando o objeto de estudo da geografia do enclausuramento do fenômeno imediato, ôntico e fático sustentado pelo positivismo lógico, objetivando o levantamento de proposições angariadas pela dialética social e pela visão heurística, mediata. Harvey enquadrou-se na crítica ao empiricismo da geografia descritiva pelo caminho materialista, embora tenha caído, conforme expôs Armando (1986b), num racionalismo. O caráter descritivo ou empírico da geografia, assim, foi reafirmado.

Ao mesmo tempo em que a geografia "crítica" procurava anunciar um fim às últimas manifestações do positivismo lógico, buscando dar conta do objeto do campo disciplinar e de sua

historicidade, privilegiava a definição de espaço. O atributo relacional do espaço era o outro relativo, não aos moldes de Newton, mas sob as estruturas das mônadas de Leibniz (HARVEY, 1973). O espaço como um substrato físico e pressuposto a toda manifestação fenomênica, o espaço como relação entre lugares e o espaço formado pelas relações sociais constituíam, simultaneamente, o plano teórico-epistêmico de Harvey. Tanto as noções kantianas de espaço-continente e de espaço-conteúdo quanto as newtonianas de espaço absoluto e espaço relativo permaneciam em voga na geografia, mas, agora, por intermédio das totalidades e das estruturas.

Armando Corrêa da Silva (1982a, 1986b, 1988), a partir de então, propôs fundamentalmente uma revisão crítica do estruturalismo operacional do espaço relacional de Harvey para apresentar e problematizar as possibilidades de existência do espaço ontológico, ausente nas discussões até então levantadas. O racionalismo de Harvey, amplamente discutido em *O conceito de espaço em David Harvey – implicações ontometodológicas*, de 1978, autorizou a permanência, na geografia, do método analítico de síntese, privilegiando, assim, uma parte do todo. Daí o espaço relacional de Harvey, ou sua via epistemológico-metodológica, ainda que substituindo a via lógico-metodológica de Hartshorne (1969) – que definia o espaço como a categoria mais ampla ao pensamento do geógrafo, sendo, ao mesmo tempo, possuidora da dimensão universal – apresentar uma profunda dificuldade em tratar da realidade em sua totalidade. Por isso, em diferentes momentos (1979, 1980, 1982a, 1986b, 1988, 1992b), Armando buscou entender a geografia como uma subtotalidade. De acordo com este autor,

> a idéia de subtotalidade é uma transposição, para a dialética, do problema do todo e partes do estruturalismo. É fácil compreender que, tratando do conhecimento em seu conjunto, a idéia de subtotalidade pode justificar a existência de qualquer conhecimento específico: em meu caso, da geografia (SILVA, 1982a: 6).

Esta proposição foi lançada diante dos problemas de uma ciência cujo método não oferecia condições teórico-práticas de se abarcar o todo, mas somente as partes. Na medida em que a ciência geográfica é tida como subtotalidade, os conhecimentos específicos passam a ser privilegiados. Com isso, a subtotalidade, pelo movimento, transforma-se em totalidade na construção epistemológica da ciência geográfica. Ela surge como alternativa epistemológica à tradição fragmentária da geografia. Assim, toda a ideia de inteligibilidade do ser é desmantelada. Quando o espaço é o todo ou o conjunto das singularidades, a totalidade se arruma como projeção escalar e categoria universal. Quanto às particularidades? Armando (1986b, 1988) buscou se debruçar diante destas questões. Foi quando a geografia brasileira conheceu a filosofia marxista de Lukács.

Por intermédio das dimensões do real erigidas por Lukács (1969), o professor Armando (1979, 1980, 1992a, 2000) articulou universal-particular-singular na órbita da subtotalidade, apontando os riscos de se entender o espaço pela totalidade. Em seu lugar, surgiu o projeto pluralista que, pela contradição, tomou o espaço "como sendo internamente articulado por seus elementos componentes" (SILVA, 1986b, p. 45).

Pela subtotalidade, portanto, o espaço das particularidades deu a tônica à discussão epistemológica, retirando o espaço das indefinições e incertezas, e colocando-o, adiante, como um concreto-ontológico. Sendo isto, o espaço como categoria sempre deveria dar conta do real, não somente no universal, mas também no particular e no singular (SILVA, 1979, 1986a, 1992b). A subtotalidade geográfica, por intermédio do trabalho intelectual, permitiria ao ato humano da abstração compreender os elementos concretos que particularizavam o espaço por intermédio do processo cognitivo, partindo da imediaticidade do fenômeno para alcançar o momento estrutural da abstração, por meio da mediação não do ser abstrato – ou do *homo geographicus* –, mas do ser social, histórico (SILVA, 1980,

1988). Em suma, foi esta mesma discussão que levou Armando a pensar, num método particular, a sua ontologia analítica, que dizia respeito a

> (...) um procedimento pluralista e interdisciplinar que consiste em produzir o discurso no momento de pensá-lo como informação e comunicação, capazes de permitir a expressão do significado e do significante, através dos símbolos e sinais (SILVA, 1992a: 132).

O método referido intitulava-se fenomenologia-ontológica-estrutural, e, por meio da comunicação denominada *A aparência, o ser e a forma* (2000), foi que os seus elementos apareceram estruturados de forma arranjada. Este método atravessava toda a Geografia Teórica deste autor e traduzia o modo como o pensamento apreendia o real. No texto em questão, Armando anunciou que a geografia, sob o ponto de vista do conhecimento, podia ser entendida como uma *ideologia do cotidiano*. Isto quer dizer que a apreensão das relações que se projetavam no real ocorria pelo pensamento do ser social movido pelo movimento da *práxis* em sua relação de alteridade com o outro e com o lugar.

No lugar, por onde recai o trabalho social, desvela ao homem o seu aspecto valorativo que, pelas possibilidades orientadas pela subtotalidade, permite ao ser social lançar-se às estruturas constitutivas do espaço. Parecia ser mais urgente, na geografia "crítica" (que estava sendo constituída), identificar as mudanças interiorizadas no próprio espaço geográfico do que concordar com uma mudança histórica, estudada sob este ou aquele objeto. Antes de apontar a pluralidade de olhares epistemológicos e ideológicos, era preciso identificar, longe dos preceitos de um ou de outro, a maneira como o ser se colocava no espaço. Não bastaria ressaltar que o espaço era a feição mais fiel da empiria do tempo, que transformava as suas bases e os seus conteúdos, bem como ressaltara Kant. Quanto ao movimento? Em que lugar se inseria o ser? O problema ontológico antecedeu a escolha de categorias e conceitos.

Embora Kant tivesse sido lido pelos geógrafos clássicos e modernos, a análise do algo empírico continuaria sendo definida pelas formas aristotélicas do pensamento dicotômico (SILVA, 1988; 2000). A geografia permanecia sendo uma ciência de síntese, numa reprodução analítica de comparação entre diferentes espaços e na produção de subespaços. Quanto à totalidade do espaço? Segundo Armando, "o conhecimento moderno e contemporâneo relacionado à visão liberal do mundo é fragmentado por definição" (SILVA, 1988, p. 6).

Desse modo, sendo ou não reflexo da recusa dos geógrafos em se voltarem à dialética histórica de Hegel, a geografia necessitaria superar a dicotomia espaço-tempo à luz do protagonismo do movimento. Isto porque, a partir daí, seria possível compreender não a permuta do objeto científico à maneira do sistema de sobreposições de categorias kantianas e a hierarquização entre os conceitos em Aristóteles, mas a permanência do movimento, e, também, identificar o que permanecia na mudança. E, com isso, a constituição do próprio ser social e a primazia do primado ontológico do espaço, numa organicidade existencial própria das possibilidades oferecidas pela ontologia. Isto traduz, em síntese, o esforço do geógrafo de superação do "impasse aristotélico-kantiano" (SILVA, 1979, 1988), aquele cujo ímpeto retira do ser social qualquer possibilidade de manifestação de sua abstratividade em movimento e em relação e constrange um projeto voltado verdadeiramente à construção de uma geografia social (SILVA, 1991).

Diante do que foi exposto, é possível afirmar que a ontologia do espaço é uma reflexão que se abre às possibilidades de um conhecer capaz de instruir o ser social do conhecimento para além das fronteiras classificatórias e hierarquizantes oferecidas pela ciência geográfica. Armando Corrêa da Silva buscou romper com a tradição metafísica ao propor o desvelamento da questão do ser do espaço. Esta mesma ontologia emergiu como horizonte das qualidades da comunicação (SILVA, 1979). Dito de outro modo, ela

surgiu para mediar, por meio do pensamento, a aparência e a forma, ou os elementos oferecidos pelo fenômeno e pela estrutura, configurando-se como um "procedimento [que] descongela as categorias e os conceitos" (SILVA, 2000, p. 10). Comunicar, portanto, é dar sequência a um processo de manifestação da existência, daí este autor entender que cada categoria da ciência geográfica era correlata a um nível particular do entendimento do real pelo ser social.

O trabalho intelectual angariado pelo ser social abstrai, pela elitrição, a estética imediata da paisagem, direcionando-se até o neoestético. Chega-se, então, ao lugar. Da paisagem ao lugar ou da forma fenomênica ao suprassensível, a ontologia se completa. A elitrição é um projeto neoestético, cujo objetivo é questionar a fixação do concreto na forma estético-estática (leia-se: paisagem apartada do movimento histórico), dirigindo-se a um conteúdo que não se vê, mas que se compreende pelo código científico. E, como toda ciência possui um objeto de estudo, a ciência geográfica também possui o seu, mas formulado de modo a dar conta do movimento. Disso se busca, então, o "espaço-a-viver", onde o movimento das abstrações retira a imobilidade dos conceitos e das categorias que a determinação científica imputou. De modo mais enfático, a elitrição é uma relação suprassensorial e, por isso, se afirma como uma das múltiplas indeterminações, ou seja, abstração que se põe anteriormente à necessidade na determinação. Antes desse momento, a consciência humana elege os recursos de apreensão das possibilidades partindo do nada, do vazio.

Mediante isto, é possível depreender que a essência do espaço, para Armando, ia além da fixação e da mobilidade. O movimento da natureza e dos homens é um processo indispensável à construção histórica, por isso, este autor se aproximou do movimento da capacidade cognitiva do ser social. Para Armando, o real se revelava na concretude, nas seguintes possibilidades: no concreto (na subjetividade-objetividade) ou abstrato, sem

dicotomizá-los, pois a forma é o produto da abstração lógica (ou "segunda abstração"); e na "primeira abstração", partindo do nada, projetando o real como uma imagem e como um imaginário, este sendo apreendido pelo pensamento teórico a partir da representação. Sobre isto, ele discorreu que "pensar a representação é dar concretude às idéias; é transformá-la, de dado exterior, sensível, em elemento interno ao pensamento" (SILVA, 2000, p. 22). É uma irrealização frente à idéia concreta, na materialidade, mas uma possibilidade de ser no "espaço-a-viver" (p. 22).

Em suma, a intenção de Armando Corrêa da Silva em descerrar as estruturas ideológicas de outros tempos na geografia "crítica" assumiu a condição crítica e teórica e se apresentou como um novo projeto que, em parte, ultrapassava o debate epistemológico para desembocar numa ontologia do ser geográfico por intermédio de sua Geografia Teórica que, de acordo com o próprio autor, "põe-se como a contrapartida dialética necessária da crítica da geografia empírica, concreta ou abstrata" (SILVA, 1982b, p. 18).

Não há dúvida de que Armando Corrêa da Silva introduziu, na geografia, agendas de pesquisa seminais à renovação e aos seus desdobramentos, nas décadas seguintes. Além de ter sido o primeiro geógrafo brasileiro a tratar do tema da ontologia em geografia, foi, concomitantemente, o primeiro a dialogar com Lukács. No entanto, isto não foi suficiente para evitar inconsistências na relação entre os pensadores. Os elementos a seguir poderão ajudar o leitor a compreender tal assertiva.

O primeiro elemento que precisa ser explicitado diz respeito ao perceptível diálogo entre Armando e David Harvey. As críticas que Armando dirigiu a este geógrafo anglo-saxão não eliminaram as pontes teórica e ontológica que os ligavam. O conceito de espaço relacional, responsável pelo amadurecimento do "giro espacial", foi o ponto de partida para o processo de construção

da Geografia Teórica de Armando, e, além disso, a teoria das mônadas, de Leibniz, trazida por Harvey, serviu de referência a este mesmo projeto do pensamento armandiano, visto que ela "identifica as categorias e conceitos geográficos e os mostra à percepção na superfície da terra, como lugar em si e lugar de ocorrência e manifestação" (SILVA, 1982a, p. 6).

Tal diálogo não pode ser visto como mera afinidade intelectual, mas, sim, como apropriação e uso de um discurso ontológico, ontometodológico ou, ainda, "onto-socio-lógico". A proposta que Harvey apresentou em *Justiça social e a cidade*, no início da década de 1970, recaiu na urgente tarefa de se compreender a natureza do espaço. Tal questão abriu caminho para a pesquisa geográfica em direção à ontologia do espaço, e não propriamente à ontologia do ser social.

O segundo elemento tem a ver com a natureza existencialista e fenomenológica do método fenomenologia-ontológica-estrutural, de Armando. Por detrás de sua estrutura, estão Sartre e Heidegger. Ao se debruçar sobre a questão do nada e ao afirmar que este "pode ser pensado como o não-ser" (2000, p. 8), Armando chamou a atenção para a espacialidade relacional que este mesmo "nada" possuía. O autor insistiu, aqui, na introdução das relações e do movimento no debate geográfico. Este foi um ponto claro em que Armando apresentou sua filiação ao existencialismo sartriano, a partir de sua teoria da nadificação e das estruturas cognitivas do homem (SARTRE, 1997). De um modo geral, tanto o existencialismo quanto a fenomenologia faziam parte de um projeto maior de elaboração de uma disciplina: a Geografia Teórica. Falamos disso há pouco.

Para tal empreitada, Armando caminhou por diferentes referenciais, tais como: o espaço relacional de Harvey, tendo como base a teoria das mônadas de Leibniz; Kant e a dualidade "razão pura"-"razão prática"; a dialética de Hegel; o materialismo histórico-dialético de Marx; a noção de ciências idiográficas e nomotéticas de Windelband; a filosofia analítica de Wittgenstein; a

teoria da percepção e a teoria do fenômeno, em geral, vindas da fenomenologia; a questão do sujeito e do objeto existenciais, vinda do existencialismo; e as noções de estrutura e sobredeterminação, vindas de Althusser, "mas separando o positivista do filósofo dialético" (SILVA, 1982a, p. 81). E o fez, segundo ele mesmo, sem elitismo nem ecletismo, justificando:

> Não há elitismo, na posição. Essa teoria do conhecimento está tornando-se necessária. Não há, também, ecletismo, porque não há mistura nem arbitrariedade no tomar dessas posições elementos para análise, articulando-os numa ontologia especial. Por isso, a análise de que lanço mão é, basicamente, a análise ontológica (SILVA, 1982a: 81).

O uso do pluralismo, ao mesmo tempo em que permitiu ao professor Armando produções distanciadas do marxismo dogmático, possibilitou também uma nova forma de relacionamento com outras vertentes do conhecimento. A sua teoria plural ousou e contribuiu para uma autoavaliação, bem como para a inscrição, na geografia, de uma prática bem comum entre os intelectuais comunistas da época: a leitura e o estudo da estética marxista. Mas a leitura que fez da estética não revelou a intenção de introduzi-la na geografia, tampouco lhe deu condições de lutar a favor do renascimento do marxismo. No pensamento armandiano, a estética serviu apenas para a recuperação da categoria da particularidade, sem a necessária articulação com a ontologia de Lukács.

A propósito, em seus estudos, a ontologia lukacsiana foi simplesmente negada, conforme se verifica na passagem a seguir: "a ontologia clássica, por exemplo, aquela de Lukács e N. Hartman[n], não dá conta da forma real e da forma aparente" (1997, p. 2). Tal postura, incitada pelo projeto armandiano de se revelar geograficamente a questão do sujeito frente ao "impasse aristotélico-kantiano", levou-o a se afastar da ontologia lukacsiana para enfrentar a questão nos campos da ontologia heideggeriana e da fenomenologia de Sartre (BERNARDES, 2012).

Armando se voltou a Heidegger justamente no momento em que perseguia uma forma analítica que pudesse abranger, no lugar de uma ontologia regional, a ontologia fundamental. E a sua aproximação com Heidegger se explicaria, como apontou Bernardes (2012), por três razões: a primeira, há pouco destacada, diz respeito à pretensa fragilidade da ontologia clássica em investigar as formas real e aparente, como encontradas em Lukács e Hartmann; a segunda faz referência ao afastamento de Armando da taxonomia de Aristóteles, principal responsável pelo "impasse aristotélico-kantiano" que ele tanto denunciara; e o terceiro faz menção ao solipsismo de Husserl e ao olhar que se dirige mais ao fenômeno e menos ao concreto, postura que não produz efeitos qualitativos na geografia. Ainda sobre o olhar pluralista e as filiações teóricas de Armando, indicou-nos o professor André Roberto Martin que

> Armando não se intimidará diante do problema [a questão sobre o sujeito] e mobilizará todo o arsenal metodológico disponível no "mercado das ideias" para tentar uma resposta à sua pergunta, que poderia ser entendida, no sentido aristotélico, como metafísica. Assim, resumindo, se a ontologia lukacsiana que absorvera de José Chasin lhe permitira, de um lado, diagnosticar a essência da crise da Geografia, colocando-o em pé de igualdade no debate teórico dessa ciência com nada menos que Yves Lacoste, David Harvey, Milton Santos e Massimo Quaini, por outro lado, o próximo desafio – a análise do "sujeito" – lhe imporá uma interlocução incontornável com a fenomenologia, o existencialismo e a pós-modernidade. Poucos intelectuais com uma longa filiação marxista estariam dispostos a abraçar tarefa de tal magnitude, e com tanto despojamento. Armando Corrêa foi um deles (MARTIN, 2004: 19).

Há ainda um terceiro elemento. Nos textos em que Armando se propôs a estudar a ontologia em geografia, nenhuma referência foi feita ao manuscrito *Para uma ontologia do ser social* (a Grande Ontologia), tampouco à introdução a este, intitulado *Prolegômenos a uma ontologia do ser social* (a Pequena Ontologia), redigido após o manuscrito e animado pelas críticas feitas em debates pelos discípulos de Lukács da Escola de Budapeste. Estes

manuscritos, fundamentais para o renascimento do marxismo, não eram estudos desconhecidos pelos intelectuais brasileiros. Inclusive, uma tradução para a língua portuguesa (não realizada), liderada por Lya Luft, havia sido pensada por José Chasin, na década de 1980, época em que era editor da Editora Ensaio (LESSA, 2011).

Os elementos apresentados nos convidam a afirmar que Armando, apesar de ter sido o responsável pela introdução de Lukács na geografia brasileira, não chegou a desenvolver uma teoria geográfica sobre a ontologia marxista. O sentido de ontologia marxista, pelo menos aquele revelado por Lukács, passou ao largo de suas reflexões.

O único geógrafo a fazer referência à ontologia de Lukács, nos anos iniciais da renovação da geografia, foi Antonio Carlos Robert Moraes. E encontramos essa introdução em seu segundo artigo acadêmico, intitulado *Em busca da ontologia do espaço*, originalmente publicado em fevereiro de 1979, no primeiro número de *Território Livre*, revista da União Paulista de Estudantes de Geografia (UPEGE). Lukács chegou a Moraes em conversas com José Chasin e com o próprio Armando, uma vez que este foi o seu orientador tanto no mestrado quanto no doutorado, na USP. Mas o seu estudo do pensamento lukacsiano tomou rumos autônomos.

Da ontologia do espaço à ontologia do ser social: a centralidade do pensamento lukacsiano em Antonio Carlos Robert Moraes

Após ter sido conteúdo e tema de diversas discussões, o referido artigo de Moraes teve um destino incomum, conduzido pelo próprio autor: o esquecimento. A autocrítica feita por Moraes o levou a reavaliar as bases teóricas que tendiam a confirmar uma possível ontologia do espaço. Sobre isso, ele declarou:

> (...) na verdade, eu acho, dentro dos meus parâmetros de pensamento, que eu evolui de uma posição que buscava uma ontologia do espaço (nesse sentido, tinha uma visão um pouco sensualista do espaço) para uma visão de realmente

> buscar a ontologia do ser social com a sua espacialidade, o que definitivamente não é a mesma coisa. (...) Quer dizer, a ontologia é a ontologia do ser social, e essa ontologia do ser social comporta uma espacialidade pelas relações necessárias que essa sociedade para se reproduzir tem com a sua base espacial (informação verbal).[1]

Antes de criticar e pôr em dúvida a possibilidade de existir uma ontologia do espaço, anos após a publicação do artigo, Moraes justificou a sua filiação a Lukács ao apresentar uma proposta que pudesse enfrentar questões relativas ao espaço, voltando-se à perspectiva materialista e dialética. As questões que o levaram a ensaiar uma saída ontológica orbitavam em torno do reducionismo do objeto ao fenômeno (o espaço aparecendo como algo dado e determinado por leis gerais), do problema sobre o recorte orquestrado pelo positivismo, da natureza do objeto (da busca pela essência do espaço) e do problema da autonomia do espaço (elevando-se a sujeito). Tais preocupações lhe serviram para identificar, no discurso marxista da época, uma ausência grave da análise histórica concreta concernente ao espaço profundamente envolvida pela estrutura lógica tanto de Kant quanto de Leibniz (teórico fundamental para Harvey e para Armando).

Com exceção de Milton Santos e David Harvey, segundo Moraes, a geografia de orientação marxista pouco sucesso obteve no enfrentamento ao positivismo. Há razões que explicam tal deficiência, quais sejam: a pouca e insuficiente compreensão acerca da especificidade do espaço e o modo como o atingimos/apreendemos como objeto de estudo, e a ineficiente aproximação com a metodologia e a teoria do pensamento marxista. Foi nesse contexto que Lukács surgiu como alternativa metodológica para Moraes. Este autor justificou a sua escolha teórica explicando que Lukács refletiu

[1] Trecho da comunicação proferida pelo professor Antonio Carlos Robert Moraes, no debate intitulado "Milton Santos e o papel ativo da geografia", realizado no Anfiteatro de Geografia da Universidade de São Paulo, no dia 04 de outubro de 2000.

> (...) sobre as questões gerais (de método e concepções) (...), explicitamente a possibilidade de se estudar os seres individualizados, de existência e formas de manifestação específicas. Lukács chega a esta problemática ao tentar apreender a especificidade do fato estético; embrenhando-se no tecido da reflexão marxista, elucida pontos fundamentais da dialética sujeito-objeto (MORAES, 1982: 68).

Além disso, para Moraes, "Lukács, ao propor uma base ontológica para o conhecimento científico, possibilita o estudo dos objetos em sua individualidade sem cair na autonomização positivista" (1982, p. 71). Esta introdução da dialética na geografia via Lukács, ao mesmo tempo em que demonstrou a validade de se investigar o tema da ontologia em nosso campo disciplinar, denunciou a vaguidade no trato dado por geógrafos marxistas à análise social do espaço, como no caso do "marxismo eclético" do geógrafo mexicano P. Bertoquy.

É interessante o percurso teórico de Moraes, flagrado no artigo em exposição: ele leu o livro de Lukács, *Existencialismo ou marxismo*, o escrito "As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem", redigido no início de 1968 para uma conferência e baseado na Grande Ontologia (que, na época, ainda não havia sido terminada), "Trabalho e teleologia" (capítulo retirado de *Ontologia do ser social*) e o ensaio "Marx e o problema da decadência ideológica", publicado no livro *Marxismo e teoria da literatura*. Apesar de ter tido um contato preambular com *Ontologia do ser social*, de Lukács, num primeiro momento, Moraes, de modo ensaístico, trouxe consigo a categoria trabalho, central na composição teórica de Lukács e do próprio Marx. Inclusive, voltou-se ao pensamento marxiano para compreender o intercâmbio entre o ser social e as naturezas inorgânica e orgânica.

Tal tarefa o acompanhou em escritos posteriores, particularmente nos estudos em que buscou discutir a ideia de *valorização do espaço* e o processo de formação territorial, num movimento metodológico inspirado no materialismo histórico-

dialético, de um modo geral, e nas bases do trabalho fundante de Marx. A propósito, em seu último ensaio publicado, o Lukács da estética reapareceu-lhe como fonte teórica. A categoria da particularidade, antes empregada por Armando Corrêa da Silva, nos anos anteriores, foi então reintroduzida por Moraes (2014), embora já tenha dela se utilizado para, junto ao corte ontológico e ao trato sobre as formas da materialidade, formalmente apresentar uma proposição teórica de construção de uma teoria marxista da geografia (MORAES; COSTA, 1987).

Considerações finais: ontologias e seus desdobramentos

As obras da maturidade tardia de Lukács circularam, de forma influente, no pequeno texto de Antonio Carlos Robert Moraes (SILVA, 1983). Em escritos posteriores, o filósofo húngaro reapareceu como fonte primária na composição teórica deste geógrafo, mediada pela *Ontologia do ser social*.

Em Armando, Lukács apareceu como instrumental teórico necessário para, entre outras coisas, adensar críticas ao estruturalismo althusseriano. Mas esta insertação provocou alguns impasses na arrumação teórica do geógrafo – foi quando Lukács se ausentou do pensamento armandiano. Basta olharmos os referenciais utilizados para construir a proposta da Geografia Teórica. Além de Lukács não aparecer como intelectual relevante ao debate, outros ganharam centralidade, como foi o caso de Althusser. Aliás, a aproximação de Armando com o estruturalismo precisa ser devidamente estudada, principalmente em sua relação com o método fenomenologia-ontológica-estrutural, que, conforme sinalizou Martin, "ainda soa um tanto estranha e paradoxal" (2014, p. 25).

Ambos os geógrafos abandonaram os estudos sobre a ontologia do espaço, e o fizeram no momento em que Milton Santos deixou de resistir ao tema, com a publicação de seu livro *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, na segunda

metade da década de 1990. Outros geógrafos brasileiros, inclusive orientandos de Armando, também se inseriram no debate. Falamos aqui de Ruy Moreira e Élvio Rodrigues Martins, que não só retrabalharam alguns aspectos da geografia do professor Armando, recuperando-a, como também reintroduziram Lukács nas discussões geográficas.

Os estudos sobre a "Geografia da sociedade do trabalho", angariados por Ruy Moreira, nos últimos anos, ilustram satisfatoriamente essa reaproximação que, vez ou outra, se dá de forma indireta, mas que jamais se desvencilha da forte inspiração lukacsiana ou marxiana pela via da centralidade do trabalho e do metabolismo homem-natureza. É o que se pode verificar, por exemplo, em *A (geografia da) sociedade do trabalho* e em *Sociabilidade e espaço (As formas de organização geográfica das sociedades na era da Terceira Revolução Industrial – um estudo de tendências).*

Élvio Martins, por sua vez, tem conduzido um trabalho centrado na ontologia em geografia, tanto no ensino, lecionando na pós-graduação a disciplina "Ontologia e epistemologia em geografia" (em que a leitura de textos lukacsianos tem sido realizada), quanto na pesquisa, publicando artigos relativos ao tema, tais como "Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser" e "As dimensões do geográfico: um diálogo com Armando Corrêa da Silva", e, ademais, também coordenando o projeto "Fundo Armando Corrêa da Silva", que busca "conservar, recuperar e publicar os textos inéditos do nosso autor" (MARTIN, 2014, p. 14).

Referências bibliográficas

BERNARDES, A. H. *Das perspectivas ontológicas à natureza do internauta: contribuição à epistemologia em geografia*, 264 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012.

BUZZI, A. R. *Introdução ao pensar: o ser, o conhecer, a linguagem*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

FREDERICO, C. "A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade". In: MORAES, J. Q. de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp. Volume 2: Os Influxos Teóricos, 1995.

HARTSHORNE, R. *Questões sobre a natureza da geografia*. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969.

HARVEY, D. *Social justice and the city*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.

LUKÁCS, G. "Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível". São Paulo: Boitempo, 2010. Resenha de: LESSA, S. "Prolegômenos para uma ontologia do ser social" [Gyorgy Lukács]. *Crítica Marxista*, n. 32, p. 175-177, 2011.

_____. "A autocrítica do marxismo". In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24-25 ago. 1969. Caderno Especial, p. 5. Entrevista concedida a Leandro Konder.

MARTIN, A. R. "Armando Corrêa da Silva e a 'geografia do futuro'". In: MACHADO, M. S.; MARTIN, A. R. (orgs.). *Dicionário dos geógrafos brasileiros*, volume 1. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 13-28, 2014.

MARTINS, E. R. "As dimensões do geográfico: um diálogo com Armando Corrêa da Silva". In: *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, v. 18, n. 1, p. 40-54, 2014.

_____. "Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser". In: *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, n. 21, p. 33-51, 2007.

MORAES, A. C. R. "Geografia, interdisciplinaridade e metodologia". In: *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

_____; COSTA, W. M. *A valorização do espaço*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. "Em busca da ontologia do espaço". In: MOREIRA, R. (org.). *Geografia teoria e crítica: o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982a.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, R. "A (geografia da) sociedade do trabalho". In: *Terra Livre*, ano 29, v. 1, n. 40, p. 131-142, 2013.

_____. "A renovação da geografia brasileira no período 1978-1988". In: *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. "Sociabilidade e espaço (As formas de organização geográfica das sociedades na era da Terceira Revolução Industrial – um estudo de tendências)". In: *AGRÁRIA*, n. 2, p. 93-108, 2005.

_____. "Marxismo e geografia (A geograficidade e o diálogo das ontologias)". In: *GEOgraphia*, ano 6, n. 11, p. 21-37, 2004.

PAULO NETTO, J. "Notas sobre o marxismo na América Latina". In: *Novos Temas*, v. 5-6, p. 43-60, 2012.

RAGO FILHO, A.; VAISMAN, E. "A trajetória de J. Chasin: teoria e prática a serviço da revolução social". In: *Verinotio – Revista on-line de educação e ciências humanas*, n. 9, ano V, p. 221-298, 2008. Entrevista concedida a Lúcia A. Valadares Sartório e a Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

_____. "Gênese e significado histórico do Seminário de Marx (1958-1964)". In: XXVII Seminário Nacional de História, 2013, Natal. *Anais do XXVII Seminário Nacional de História*.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada. Ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SILVA, A. C. da. "A aparência, o ser e a forma: geografia e método". In: *GEOgraphia*, ano II, n. 3, p. 7-25, 2000.

_____. "Fenomenologia e cotidiano". In: SILVA, A. C. da. *Geografia e mudança cultural*. São Paulo, 1997 (Apostila preparada para o curso de Pós-Graduação em Geografia da FFLCH-USP).

_____. "Sujeito e objeto e os problemas da análise". In: *Boletim Paulista de Geografia*, nº 71, 1992b.

_____. "Ontologia analítica: teoria e método". In: *Terra Livre*, nº 9, 1992a.

_____. *Geografia e lugar social*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *O espaço fora do lugar*. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *De quem é o pedaço? Espaço e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1986b.

_____. "As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico". In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. (orgs.). *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986a.

_____. "A renovação geográfica no Brasil –1976/1983 (As geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica)". In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 60, 1983.

_____. "Contribuição à crítica da crise da geografia". In: SANTOS, M. (org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982b.

_____. "O espaço como ser: uma auto-avaliação crítica". In: MOREIRA, R. (org.). *Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982a.

_____. "A subtotalidade geográfica e sua especificidade". In: *Anais do 4º Encontro Nacional dos Geógrafos*, AGB, 1980.

_____. *Cinco paralelos e um meridiano*, 180 f. Tese de livre-docência – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1979.

_____. "O conceito de espaço em David Harvey – implicações ontometodológicas". In: *Anais do 3º Encontro Nacional dos Geógrafos Brasileiros*, AGB, 1978.

TONET, I. "Lukács e as esquerdas brasileiras". In: PINASSI, M. O. (org.). *Leandro Konder: a revanche da dialética*. São Paulo: Editora UNESP, Editora Boitempo, 2002.

DIÁLOGOS ENTRE GEOGRAFIA E AGROECOLOGIA: REFLEXÕES SOBRE TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E COLONIALIDADE

DIALOGUE BETWEEN GEOGRAPHY AND AGROECOLOGY: REFLECTIONS ON TERRITORY, DEVELOPMENT AND COLONIALITY

DIÁLOGOS ENTRE GEOGRAFÍA Y AGROECOLOGÍA: REFLEXIONES SOBRE TERRITORIO, DESARROLLO Y COLONIALIDAD

ANTONIELLE PINHEIRO DA CUNHA

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: antoniellep@yahoo.com.br

* Artigo publicado em março de 2017.

Resumo: Por meio da reflexão das análises geográficas sobre os conceitos de território e desenvolvimento, apontam-se contribuições para o estabelecimento de diálogo com as perspectivas da agroecologia. Este artigo tem como base a revisão da literatura de abordagens específicas sobre o território e o desenvolvimento que nos ajudam a compreender estas categorias para além de sua visão limitada no âmbito do Estado e das políticas públicas, como o desenvolvimento territorial rural ou a promoção do desenvolvimento sustentável. A problematização desses conceitos e sua contextualização a partir de leituras sobre a noção de sistema-mundo e da colonialidade do poder e do saber apontam desafios postos para a agroecologia, na realização do diálogo de saberes entre conhecimentos científicos e tradicionais e na luta pela sua ampliação como prática, ciência e movimento. Avaliamos que a noção de desenvolvimento se tornou insuficiente e anacrônica para se colocar como síntese ou objetivo dos complexos processos que envolvem as práticas e conhecimentos agroecológicos..
Palavras-chaves: território, desenvolvimento, diálogo de saberes, agroecologia, colonialidade.

Abstract: Through reflection of geographical analyzes of the concepts of territory and development are pointed contributions to the establishment of dialogue with some perspectives of agroecology. The article is based on the review of the specific approaches over the territory and development that help us understand these categories beyond their limited vision in the context of the State and public policies, such as rural territorial development or to promotion of sustainable development. The questioning and contextualization of these concepts with the readings on world-system and coloniality of power and knowledge point challenges posed to agroecology, in making the dialogue of knowledge between scientific and traditional knowledge and in the struggle for its expansion as a practice, science and movement. We evaluate that the notion of development has become inadequate and anachronistic to becoming synthesis or objective of the complex processes that involve agroecological practices and knowledge.
Keywords: territoriality, development, dialogue of knowledge, agroecology, coloniality.

Resumen: A través de una reflexión de los análisis geográficos sobre los conceptos de territorio y desarrollo se apuntan contribuciones para el establecimiento de un diálogo con las perspectivas del agroecología. Este estudio tiene como base la revisión de acercamientos específicos sobre el territorio y el desarrollo que nos ayudan a comprender estas categorías más allá de su visión limitada al ámbito del Estado y las políticas públicas, como el desarrollo territorial rural o la promoción del desarrollo sostenible. La problematización de estos conceptos y su contextualización a partir de lecturas sobre el de sistema-mundo y la colonialidad del poder y del saber apuntan desafíos para la agroecología, en la realización de diálogos de saberes entre conocimientos científicos y tradicionales y en la lucha por su ampliación como práctica, ciencia y movimiento. Consideramos que la noción de desarrollo se ha tornado insuficiente y anacrónica para colocarse como síntesis u objetivo de los complejos procesos que envuelven las prácticas y los conocimientos agroecológicos.
Palavras-clave: territorio, desarrollo, diálogo de saberes, agroecología, colonialidad.

INTRODUÇÃO

A partir de nossas investigações sobre territorializações de experiências de transição agroecológica (CUNHA, 2012), sentimos a necessidade de refletir sobre as concepções de território e desenvolvimento, a fim de dialogar com o conhecimento produzido no âmbito da agroecologia. Seja no campo das ciências agrárias ou geográficas, a produção de conhecimento esteve historicamente vinculada às lógicas de colonialidade do saber por partir de uma visão eurocêntrica de interpretação e intervenção no mundo.

Deste modo, temos como objetivo apresentar, a partir do debate dos conceitos de território e desenvolvimento, contribuições para as análises geográficas e o estabelecimento de diálogo com as perspectivas da agroecologia. A realização deste estudo teve base na revisão da literatura referente a território, desenvolvimento e colonialidade, destacando abordagens específicas que nos ajudaram a compreender estas categorias para além de sua visão limitada no âmbito das políticas públicas.

Consideramos que pensar a colonialidade foi uma base importante para situar criticamente nossa visão. Entendemos que nosso *locus* de enunciação sobre o território surgiu a partir das leituras de matrizes europeias do pensamento, principalmente das geografias alemã e francesa, enquanto que nosso debate sobre desenvolvimento envolveu a contraposição de ideias de autores do pós-desenvolvimento com os debates no âmbito científico da agroecologia. Nosso pequeno exercício de descolonização apontou as contradições das visões sobre desenvolvimento e território, no âmbito de políticas públicas, destacando trabalhos importantes que questionam a categoria de desenvolvimento em suas modalidades territorial e sustentável.

A construção de nosso estudo se iniciou com abordagens das noções de sistema-mundo e de colonialidade do poder e do saber, para, posteriormente, mostrar como as perspectivas agroecológicas dialogam com esses debates.

Situamos o conceito de território a partir da noção clássica de Friedrich Ratzel (1990) para problematizarmos as visões sobre como o monopólio do poder pelo Estado-Nação invisibilizou as formas de lutas contrárias às territorializações da agricultura moderna. O debate prossegue com uma breve apresentação das contribuições de Henri Lefebvre (1991, 2008), Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2011) e Marcos Saquet (2010) para pensarmos o território na atualidade, na perspectiva da multidimensionalidade das relações de poder.

A partir da exposição sobre a agroecologia como prática, ciência e movimento, apontamos seus pontos de interseção com os debates da colonialidade, da abordagem territorial e do desenvolvimento. Trouxemos, a partir de estudos como os de Montenegro Gomez (2007), Juliano Geraldi (2012) e Alexandrina Conceição (2004), as críticas ao reducionismo das propostas de desenvolvimento territorial rural e desenvolvimento sustentável.

Segundo os resultados deste estudo, observou-se que os processos modernização da agricultura deixam claro suas conseqüências sobre a devastação dos agroecossistemas e a incapacidade da agricultura convencional de enfrentar as crises que ela mesma colabora para criar. Com isso, abre-se campo para que a agroecologia se construa como uma alternativa consistente, na qual mudanças de valores ambientais e sociais estejam na base dos processos de transição agroecológica. Isso não sem contradições como a busca por novas epistemes e o reforço aos conceitos dos processos de modernização como desenvolvimento e algumas acepções de território.

Indicamos, assim, que a crítica do desenvolvimento e a compreensão do território, com foco na multidimensionalidade das relações de poder, abrem caminho para o exercício de descolonização. A descolonização envolve diálogos de saberes que consolidam a construção dos processos de pesquisa junto com os sujeitos que praticam a agroecologia, em vez do enquadramento de suas atividades numa perspectiva de desenvolvimento que não

fortalece as lutas por autonomia, nos planos epistêmicos e políticos.

Reflexões sobre ciência e colonialidade

As visões dicotômicas entre sociedade e natureza e as contradições dos sistemas de valores, expressados na sociedade contemporânea são influências dos fenômenos da colonização e exploração da sociedade e da natureza, nas Américas, África e Ásia. Estas dicotomias e contradições tiveram suas origens reforçadas a partir da Revolução Científica, que influenciou o pensamento ocidental moderno e o surgimento da ciência moderna com uma visão mecanicista do mundo. A natureza passou a ser vista e manejada como máquina, fonte inesgotável de recursos, em contraposição às visões orgânicas que prevaleciam anteriormente, nas quais a vida humana não se distanciava da natureza (SATHOURIS, 1998).

A colonização europeia sobre outros continentes se deu com base na centralização do poder, na realização de ações e na criação de discursos de justificativa ao paradigma civilizatório. O controle local das comunidades sobre as relações ecológicas e sociais dos sistemas agrários foi brutalmente oprimido. A substituição dos mitos e da imaginação pela racionalidade utilitarista colocou a razão moderna como superior (ADORNO e HORKHEIMER, 1985). Seja na violência física e direta do extermínio ou no "desencantamento do mundo", como pautou Max Weber, as populações nativas enfrentam, até hoje, a negação de suas cosmologias e direitos básicos para existência.

A união da ciência, da racionalidade moderna e do capital na dominação da natureza e da própria sociedade consagrou o que viria a ser o modelo de progresso para os territórios, no mundo moderno. Observa-se que o estabelecimento de uma estrutura fundiária desigual e a violência nos processos de expropriação marcaram as relações sociais e de poder, nas regiões colonizadas.

A marginalização do conjunto de saberes locais se deu com a imposição de uma racionalidade moderna e colonial (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A negação de direitos – como a da própria identidade humana – e a subalternização de saberes de populações autóctones e de origem africana trazidas para as Américas foram corroboradas nos discursos científicos predominantes. As ideias de civilização, progresso e desenvolvimento se construíram para encobrir, nos discursos hegemônicos, as teorias e práticas racistas envolvidas na exploração ilimitada dos bens naturais, do trabalho e da acumulação do lucro.

Interessa-nos apresentar os debates que nos ajudam a situar o desenvolvimento e o território em seu contexto de surgimento dentro da racionalidade eurocêntrica, em sua pretensa universalidade. Destacamos, brevemente, algumas leituras sobre sistema-mundo e as visões sobre colonialidade do poder e do saber, uma vez que grande parte do conjunto teórico-conceitual da geografia, do campo das ciências agronômicas (entre outras que inspiraram a agroecologia), foram forjadas com base em pressupostos dos pensamentos científicos eurocentrados.

O estudo de Grosfoguel (2008) situou que os estudos pós-coloniais e a abordagem do sistema-mundo compartilhavam das mesmas críticas ao desenvolvimentismo, ao eurocentrismo, às questões de gênero, raciais, ideológicas e culturais associadas aos processos de subordinação da periferia. Contudo, partindo de pontos de enfoque diferenciados, enquanto os estudos pós-coloniais enfatizavam as culturas coloniais, a abordagem do sistema-mundo privilegiava a análise da acumulação desigual. Estes campos permaneceriam divididos em relação a "oposições binárias cultura *versus* economia e agência *versus* estrutura" (GROSFOGUEL, 2008, p. 129).

A abordagem do sistema-mundo surgiu da compreensão do desenvolvimento desigual que pautou os processos de colonização e modernização dos povos fora do "Ocidente/Europa"

em sua articulação global. Foi pensada por Immanuel Wallerstein como sistema-mundo moderno ao remeter-se ao padrão de poder que passou a conduzir o mundo após a descoberta da América. A partir deste período, poderíamos marcar o início do processo de globalização, do dito "sistema-mundo moderno". Entretanto, o que prevaleceu, nesta expressão, foi o termo "moderno" e não a ideia de sistema-mundo a que ele se referia. Assim a proposta de Wallerstein foi complementada por Aníbal Quijano como um sistema-mundo moderno-colonial, para destacar o "colonial", como referencial inerente aos processos de modernização (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 24-25).

A discussão de Ramón Grosfoguel foi além da proposta de Wallerstein, quando ressaltou que, se mudamos o *lócus* de enunciação do sistema-mundo do homem europeu para o das mulheres indígenas da América Latina, o que as atinge é mais do que as relações econômicas expressas na ideia de sistema-mundo, mas um conjunto enredado de estruturas de poder presentes nas "hierarquias de classe, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, geográficas e raciais" que constituiriam, portanto, um "sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno" (GROSFOGUEL, 2008, p. 118-122). O aprofundamento do debate sobre as relações étnicas, raciais e de gênero foi tido como fundamental para problematizar os limites e a necessidade de diálogos no âmbito dos estudos pós-coloniais e da interpretação do sistema-mundo para além da falsa dicotomia entre cultura e economia. As contribuições de Anibal Quijano (2005) sobre colonialidade do poder ajudariam a pensar as relações economia e cultura de forma não dicotômica (GROSFOGUEL, 2008).

A partir do papel da raça nos processos de colonização, Quijano destacou a questão da colonialidade do poder. Esta envolveria a manutenção das formas de controle social e da esfera intersubjetiva nas antigas regiões coloniais fundamentadas nos modelos pretensamente universais da racionalidade eurocêntrica: a família burguesa, o Estado-Nação e a empresa capitalista. As

referências para se pensar a colonialidade dimensionaram-se no entrecruzamento das relações capital/trabalho e europeu/não europeu. Os dualismos que opunham sociedade/natureza, homem/mulher, europeu/não europeu marcaram as formas de controle de trabalho e uso dos bens naturais, nessas áreas, e perpetuaram-se quando, após os processos de independência, os grupos detentores do poder mantiveram a colonialidade de poder como referência para atingir o mito da modernidade europeia (QUIJANO, 2005).

Tal mito se manteve diante dos processos de colonialidade do saber, em que as teorias e crenças eurocêntricas foram tomadas para a análise das distintas realidades geográficas e históricas sem considerar as particularidades sociais e culturais, levando à desvalorização dos saberes e experiências locais (MARTINS, 2012).

Para se pensar a colonialidade do poder e do saber, é preciso perceber que nossas compreensões de mundo se constituem a partir de um lugar determinado nas estruturas de poder (CUSICANQUI, 2008). Por isso, o exercício de descolonialidade envolve pensar nosso *corpus* teórico-metodológico no diálogo entre conhecimentos e saberes diversos, reconhecendo o seu *lócus* de enunciação, o "corpo-político do conhecimento" (GROSFOGUEL, 2008).

Consideramos que, ao pautarmos o debate da colonialidade para se refletir sobre território e desenvolvimento a partir do campo da geografia em diálogo com a agroecologia, experimentamos adentrar na zona do pensamento de fronteira que questiona a premissa de que somente por meio de determinada tradição epistêmica é possível alcançar a verdade (HISSA, 2002). Acreditamos que o debate de Mignolo (2003), que situou o pensamento crítico de fronteira como a resposta epistêmica das construções subalternas ao projeto de modernidade eurocêntrica, fez interseções com o debate de diálogo de saberes (SANTOS, 2007) para nos permitir pensar as construções do conhecimento junto com diferentes sujeitos e suas línguas, religiões, conceitos

políticos e subjetividades, e não a partir de um sistema fechado de imposições epistemológicas.

Compreendendo a agroecologia como um movimento e um campo de diálogo entre saberes científicos e tradicionais, nos quais os conceitos de território e desenvolvimento têm sido amplamente usados, buscamos oferecer contribuições a partir da geografia por meio da problematização da visão eurocêntrica em que se fundam estes conceitos. Os avanços na visão do território – em sua abordagem relacional e multidimensional das relações de poder – e os debates de crítica ao desenvolvimento pautam os desafios de se pensar estes conceitos para reafirmação ou superação de colonialidades.

O território e a agricultura no contexto de consolidação das ciências

Na passagem do século XIX para o XX, tivemos momentos-chaves, seja para a modernização da agricultura, seja para a consolidação das bases da geografia moderna. As visões do território baseadas nos estudos de Friedrich Ratzel (1990) tornaram-se clássicas na geografia, e embasavam-se fortemente nas dimensões ambientais e políticas do território. Uma de suas grandes contribuições foi destacar a importância dos estudos dos elementos espaciais para a compreensão da sociedade. Em sua obra, *Antropogeografia*, Ratzel (1990) criticou as ciências sociais, que não levavam em consideração o território. Entretanto, para ele, o território era o mesmo que substrato material, o solo. Esta era uma visão de território como algo estático, que "representa em si e por si um elemento universal" (RATZEL, 1990, p. 80), e era a base de recursos para a sobrevivência da sociedade, local de habitação e de onde se retirava a alimentação. Este, portanto, deveria ser controlado pelo grupo social que nele habitava. Reunido por este esforço, tal grupo formaria o Estado, incumbido

da defesa e proteção do território, do solo, de seu espaço vital (RATZEL, 1990).

Era na relação entre a dimensão material da natureza (água, clima e solo como recursos) e a dimensão política, reduzida ao Estado, que o território se definia, para Ratzel, como afirmou Haesbaert (2011, p. 66). Por meio da influência da obra ratzeliana, surgiu uma tradição de associação do conceito de território à ideia de "território nacional" ou a áreas sob o domínio e o controle do Estado. Tais concepções se fortaleceram como discurso ideológico utilizado pela classe burguesa, nos projetos de expansão e consolidação dos Estados-Nação, no final do século XIX. O território se fortaleceu como base material que deveria ser controlada, dominada – o que se deu, efetivamente, por meio de relações dissimétricas de poder.

No campo da agricultura, as transformações advindas de avanços científicos (como o uso da máquina a vapor nos transportes e as descobertas nos ramos da química) modificaram as bases de práticas agrícolas milenares. A passagem da agricultura orgânica para a agricultura química mecanizada, substituindo o esterco orgânico por industrializado e a tração animal por máquinas (MAZOYER e ROUDART, 2010), fortaleceu o modelo produtivo do latifúndio monocultor, com os ganhos advindos da elevação artificial de produtividade da terra.

Os impactos dos processos de transporte e quimificação da agricultura, que modificaram as relações tempo-espaço, seja em relação aos locais de extração de insumos, produção e distribuição alimentar, relativizaram a necessidade de uma espacialização contígua de um "espaço vital" para garantir, por exemplo, o acesso ao recurso da alimentação. A visão ratzeliana de território como base a ser controlada legitimou as ações expansionistas do Estado-Nação, no interior e fora de suas fronteiras nacionais. Em relação à agricultura, podemos considerar que as técnicas modernas, aparentemente, garantiam ao Estado maior capacidade de

"controle" sobre problemas que afetavam a produtividade e a produção suficiente de alimentos.

Esta visão clássica trazida por Ratzel (1990) foi aqui destacada, pois influenciou fortemente o pensamento geográfico e demarcou uma limitação na conceitualização de poder (eminentemente ligado ao poder político de um Estado). Contudo, Foucault esclareceu que o poder não é imanente a uma instituição, estrutura ou potência, mas a todos os seres humanos, e que ele é "o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada" (FOUCAULT, 1999, p. 89). Deste modo, o poder não estaria centrado em um único ponto, estrutura ou grupo, pois ele "se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda a relação entre um ponto e outro" (1999, p. 89). Ou seja, por estar presente em toda relação, o poder não pode ser delimitado como poder político, econômico ou cultural. Estas seriam, antes, manifestações do poder resultantes de campos de correlações de forças, que ora pendem mais para um ponto ou outro, mas não se originam unicamente de nenhum destes.

Portanto, a visão do poder como algo imanente ao Estado limitava as interpretações, pois negava a capacidade dos movimentos de resistência existentes, tanto a dos sujeitos que lutavam para manter seus modos de vida, quanto a dos conhecimentos científicos associados à agricultura orgânica. Foram as dissimetrias do poder em favor do Estado (e das elites oligárquicas e capitalistas a ele associadas) que permitiram legitimar as organizações militares e a limitação/direcionamento do conhecimento sobre recursos estratégicos e as inovações científicas como formas de controle do território visto como base material.

Esses controles foram imbuídos na colonialidade do poder, que colocou as novas formas de produção agrícola desenvolvidas na Europa como modelos a serem universalizados. Tais transformações ampliaram os processos de desconexão da agricultura e dos sistemas agroalimentares de suas bases biofísica

e cultural de origem (SMITCH, 2009). Criaram-se novas bases para subjugar os sistemas de saberes ligados à agricultura como inferiores, como barreiras a serem vencidas pelas formas modernas de produção agrícola, em sua fase de intensificação de dependência de capital. Muitas obras em favor da agricultura de base orgânica foram desqualificadas e marginalizadas, como nos casos de Hensel (2003) e Howard (2007).

A agricultura passou a ser, cada vez mais, dependente da indústria e do crédito bancário (KAUTSKY, 1981), processo que se aprofundou durante a primeira metade do século XX, diante das relações coniventes entre o desenvolvimento do aparato bélico utilizado nas duas grandes guerras mundiais e os resultados das pesquisas sobre inovações tecnológicas na agricultura. Estes estudos, que se articularam, sobretudo, a partir dos anos 1940, foram difundidos mundialmente num intensivo processo de modernização agrícola conhecido como "revolução verde". Nos países periféricos, tal processo se disseminou a partir do final dos anos 1960. Consistia, basicamente, na incorporação de pacotes tecnológicos – insumos químicos, seleções animal e vegetal –, privilegiando variedades de alto rendimento (BUTTEL, 1995).

No campo das ciências agrícolas, o período pós-guerra representou a disseminação de um pacote técnico-científico da revolução verde como modelo único para o progresso da agricultura, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural.

Em nome do progresso, culturas autóctones (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses etc.) foram expropriadas, seus indivíduos foram pauperizados e suas estruturas sociais modificadas. A emergência de movimentos sociais e ecológicos, nas décadas de 1960 e 1970, trouxe os problemas ambientais, a miséria e a fome para a pauta das grandes discussões internacionais, alertando sobre os limites da exploração dos bens naturais e da força de trabalho humana.

Nas escolas de geografia, a repercussão dos debates no campo da geografia crítica abriu panoramas para diálogos com os

sujeitos excluídos. As leituras de obras de Yves Lacoste (1988), Henri Lefebvre (1991, 2008) e Michel Foucault (1999), bem como as construções dos movimentos de educação popular, influenciaram a busca pela superação do binômio "geografia dos professores" e "geografia do Estado-Maior", debatido por Lacoste (1988). Repercutiram também nas discussões sobre espaço geográfico e território (com mais ênfase no primeiro) de Milton Santos e Ruy Moreira. A publicação da obra de Raffestin (1993), já nos anos 1980, influenciou a retomada das discussões sobre território por autores brasileiros como Haesbaert (2011) e Saquet (2010).

No campo de lutas dos movimentos sociais e ecológicos, os debates em torno das chamadas "agriculturas alternativas" iriam influenciar os estudos e articulações de cunho ambientalista que levaram às sistematizações da agroecologia como ciência (CUNHA, 2012).

Interfaces entre a abordagem territorial e as perspectivas agroecológicas: enlaces por poder e autonomia

Nossa opção por ressaltar, neste artigo, os trabalhos de Saquet (2010) e Haesbaert (2011) como referências recentes no campo da geografia que apresentam uma ampla revisão sobre o conceito de território, destacando suas concepções sínteses. Apresentamos, os debates que contribuíram na construção das leituras sobre território, como as contribuições de Lefebvre (1991, 2008) e Raffestin (1993), que ajudaram na renovação do conceito de território em uma perspectiva integradora, relacional, reunindo aspectos materiais e imateriais das esferas políticas, econômicas e simbólicas/culturais em sua composição (HAESBAERT, 2011; SAQUET, 2010), e tendo o poder – entendido como uma posição estratégica diante de dada situação – como elemento que permeia todas estas relações (RAFFESTIN, 1993).

Em Lefebvre, destacam-se o estudo do espaço como *lócus* da reprodução das relações sociais de produção, por meio de mediações concretas e simbólicas, e sua interpretação sobre as contradições do espaço e seus processos de dominação e apropriação. Observa-se o papel dos estudos acadêmicos de apontar as contradições e desigualdades resultantes dos processos de apropriação do espaço pelos processos de dominação e de dar destaque aos acontecimentos que possibilitam a restituição das formas de apropriação (LEFEBVRE, 1991, p. 166).

A compreensão das relações de dominação/apropriação do espaço envolve a percepção da simultaneidade entre abstrato e concreto, que se constitui pelas expressões materiais das relações sociais de produção e do espaço vivido, e pelas expressões imateriais (as representações criadas sobre e pelo espaço), sejam as forjadas pelos capitalistas (o espaço concebido) ou as que permeiam o cotidiano (o espaço percebido) (LEFEBVRE, 1991). É no interior de tais relações que se encontram os elementos que influenciam as concepções de território abordadas por Saquet (2010) e Haesbart (2011). O território se constituiu, a partir daí, com duplo sentido: de expressão material e imaterial do espaço e de conceito teórico utilizado para a compreensão espacial. A outra abordagem que complementa o conceito de território debatido por estes autores é a de Raffestin (1993) sobre como o poder permeia as relações entre as dimensões que compõem o território.

Raffestin (1993), a partir das leituras de Foucault (1999), esclareceu que o poder é imanente a toda relação, e que onde há poder, há resistência – a outra face da moeda ou parte constitutiva das relações de poder. A energia e a informação aparecem como fluxos que estão presentes em toda relação. Portanto, as origens do poder são múltiplas, e ele não pode ser tratado como algo pertencente a um grupo ou a uma organização, mas estes poderiam estabelecer, antes, relações dissimétricas por meio da manipulação dos fluxos de energia e informação que atravessam toda relação (RAFFESTIN, 1993, p. 53-54).

Este autor esclareceu, por intermédio de Foucault (1999), que "todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação do saber". A energia transformada em informação é saber; a informação, quando permite a liberação de energia, é força; e, assim, o poder seria também um lugar de transmutação (RAFFESTIN, 1993, p. 56).

Uma abordagem relacional do território significa situá-lo dentro de relações sociais e históricas, como mediação espacial do poder, que é inerente a toda relação. E, além disto, é "incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material" (HAESBAERT, 2011, p. 82). Percebe-se que o processo de territorialização envolve características concretas e abstratas, subjetivas e objetivas, na dialética entre dominação e apropriação. Analisar o exercício dissimétrico do poder e os significados dados ao espaço pelos diferentes sujeitos é fundamental para se compreender os processos de organização territorial e construção de territorialidades.

O acontecimento simultâneo de relações materiais e imateriais entre os grupos sociais configuram distintas territorialidades. Para Marcelo Lopes Souza (2005, p. 99), a territorialidade é uma "interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço". A territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações entre sociedade, espaço e tempo mediadas pelo processo de trocas e/ou de comunicação a fim de alcançar uma maior autonomia possível, sendo mais ou menos estáveis de acordo com a simetria ou dissimetria de tais relações (RAFFESTIN, 1993).

Segundo Giuseppe Dematteis (2008, p. 34), a territorialidade é resultado do processo de construção dos comportamentos humanos, o "conjunto de práticas e dos conhecimentos dos homens em relação à realidade material, a soma das relações estabelecidas por um sujeito com o território (a exterioridade) e com outros sujeitos (a alteridade)". Acrescentamos a esta ideia a observação de que tais práticas e conhecimentos

também estão associados à realidade imaterial, às dimensões simbólicas e do imaginário que se projetam da/na realidade material. A territorialidade abrange, portanto, as relações cotidianas, diárias, que os seres humanos mantêm entre si e com suas naturezas interior e exterior. Se, na constituição dos territórios, na sociedade capitalista, os processos de dominação têm prevalecido sobre a apropriação, o poder tem sido exercido dissimetricamente pelas organizações e grandes mídias. É preciso, mais uma vez, lembrar que onde há poder, há resistência.

Deste modo, o território se coloca como um campo de tensão entre interesses dominantes e interesses que não permanecem eternamente dominados, oprimidos. O reflexo de tais contradições, no cotidiano, pode levar a um despertar, mais ou menos lento, dos sujeitos sobre tais processos, o que pode desencadear relações de apropriação do território, relações de poder menos dissimétricas, seja no âmbito restrito do lar e da família, ou para além disso. Isto envolve a transformação dos processos de indiferença e de exploração dos seres humanos e da própria natureza (HAESBAERT, 2011).

Influenciado por leituras da geografia italiana (como Giuseppe Dematteis) Saquet (2010) discute que a territorialidade é vista como possível estratégia para a organização da sociedade e do território para a busca de transformação social, de formas de autogestão, de recuperação e conservação ambiental. A constituição destas novas territorialidades envolve reflexões sobre uma nova sociedade que valorize os saberes locais, as relações de confiança, o respeito, a ajuda mútua, os movimentos sociais, a recuperação e a preservação da natureza, a produção ecológica de alimentos etc. (SAQUET, 2010, p. 151).

Nesse sentido, abre-se o campo de debate das aproximações e contradições que envolvem as perspectivas teóricas entre a agroecologia e a geografia. Entende-se que esta perspectiva de compreensão das territorialidades pode estabelecer um diálogo frutífero sobre as formas de leituras e análises dos

agroecossistemas. O olhar multidimensional e multiescalar para o território permite refletir sobre como esta organização territorial local é influenciada por outras esferas em escalas mais amplas.

Partimos para um breve panorama de aspectos ligados a agroecologia. Trabalhos que relacionam as práticas agrícolas com a ecologia já existem desde o século XIX, e continuaram ao longo de todo o século XX. O termo agroecologia já vinha sendo usado em publicações científicas, desde o final da década de 1920 (WEZEL et al., 2009). Sua organização como disciplina científica teve origem no México, com Efraín Hernandez Xolocotzi, sendo desenvolvida a partir dos anos 1970, por Víctor Toledo, Stepehen Gliessman e Miguel Altieri (GUZMÁN CASADO et al., 2000). Um grupo de referências importantes ao longo do século XX para a agroecologia podem ser observadas no trabalho de Gliessman (2005, p. 57).

No Brasil, surgiram estudos como o de Ana Primavesi e Sebastião Pinheiro, que contribuíram para o avanço do debate sobre agricultura alternativa no país. Nas pesquisas brasileiras atuais, destacam-se as concepções como as de Caporal et al. (2009), que entendem a agroecologia como uma ciência que dialoga com perspectivas do campo da complexidade e da ecologia dos saberes, discutidas por autores como Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos, respectivamente.

Nos estudos científicos encontramos os agroecossistemas como uma categoria chave para a agroecologia. Ele é abordado de modo sistêmico, no qual as inter-relações entre elementos ambientais (ciclos minerais, transformações energéticas, processos biológicos), sociais, políticos, culturais e econômicos são estudadas em conjunto. Este ponto é fundamental, uma vez que a visão sistêmica que propõem não se restringe aos fatores ambientais, mas sua integração como sistema social. Assim, questões como a valorização e o conhecimento tradicional dos camponeses, as condições de acesso e permanência na terra, as relações de gênero

e de não-exploração do trabalho permeiam o pensamento agroecológico.

O que diferencia e, simultaneamente, aproxima as abordagens agroecossistêmica e territorial é o enfoque da primeira em relação aos processos de trocas e circulação de energia, de trabalho e de perspectivas socioculturais, enquanto, na abordagem territorial, o poder como posição estratégica frente à situação complexa se coloca como o eixo de análise das dissimetrias nos fluxos de energias, na informação, no trabalho e nas relações socioculturais. Compreendemos que o equilíbrio buscado para os processos que compõem a análise agroecossistêmica é perpassado por mudanças nas dissimetrias do poder, seja nas relações familiares, nos debates de gênero e geracional ou nas relações de uso dos bens naturais para prevalência de relações de apropriação em vez de dominação.

Entende-se que os debates da agroecologia se aproximam das perspectivas de descolonialização do saber e do poder, que envolvem a luta pela desconstrução dos cenários intensificados no sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno (a destruição da natureza, dos modos de vida, das cosmovisões indígenas, negras, quilombolas e camponesas, a opressão dos pobres, das mulheres, entre outros grupos). Sevilla Gúzman alertou que a abordagem agroecológica busca reconduzir "o curso alterado" que nos trouxe até a atual crise social e ecológica diante de mecanismos de controle das formas de produção degradantes e espoliadoras, tendo em conta um enfoque holístico e uma perspectiva local (GÚZMAN, 2009, p. 29).

Acredita-se que, na expansão do conhecimento agroecológico (como prática, ciência e movimento), a compreensão profunda dos processos de espoliação e as alternativas para sua superação são fundamentais e ainda pouco pautadas. Por isso, compreende-se que um dos desafios, para a agroecologia – que constrói sua identidade, principalmente, a partir da contraposição à revolução verde –, é constituir sua episteme considerando que o

modelo que se critica é pautado nas relações de produção do capitalismo e na colonialidade do poder e do saber, que, por muito tempo, negou o papel do racismo e do sexismo nas formas de dominação da sociedade e da natureza. É importante buscar as raízes de como se rompem os sistemas de conhecimentos autóctones e o trabalho feito para visibilizá-los a partir das críticas que situam nossos sistemas de conhecimento no contexto de consolidação do sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno.

Territorializações da agroecologia no Brasil

O contexto de lutas dos movimentos sociais no campo e de articulação do movimento ambientalista e o debate em torno das agriculturas alternativas, ao longo da segunda metade do século XX, abriram campo para o desenvolvimento da agroecologia como prática e movimento – e, mais recentemente, como ciência –, no Brasil.

O primeiro marco de constituição deste movimento foi a realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAS), na década de 1980, organizado, principalmente, pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB). Outro impulso importante, nesta década, foi dado pela criação do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA/FASE). Neste período, as experiências com agricultura alternativa, no Brasil, ainda eram poucas, e não havia abertura e interesse sobre esta discussão nos setores acadêmicos (LUZZI, 2007).

Foi no começo da década de 1990, com a tradução de algumas obras de Miguel Altieri, que a agroecologia se tornou um marco conceitual e metodológico que orientou o movimento da "agricultura alternativa". Mesmo não sendo hegemônico, o enfoque agroecológico tem ganhado destaque, nos debates em torno de ações para a melhoria da qualidade de vida no meio rural, no Brasil, principalmente em organizações de agricultores, sindicatos

rurais e movimentos sociais, como o Movimento dos Sem-Terra e o Movimento dos Pequenos Agricultores (LUZZI, 2007).

Entre os anos de 1990 e 2000, as experiências e articulações dos "movimentos agroecológicos" e a discussão das perspectivas da agroecologia começaram a ganhar espaço também na academia. Houve a organização do I Encontro Nacional de Agroecologia, no Rio de Janeiro, em 2002, que resultou na criação da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), composta de uma diversidade de organizações não governamentais, movimentos sociais rurais e redes regionais de promoção da agroecologia (LUZZI, 2007). Em 2003, em Porto Alegre, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Agroecologia, e, em 2004, foi fundada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

> Vários autores discutem a existência de um "movimento agroecológico brasileiro" (LUZZI, 2007; PETERSEN e ALMEIDA, 2004), não como um movimento social institucionalizado, mas como "um campo social de expressão nacional que vêm se articulando em redes que mobilizam dinâmicas sociais autônomas desde os âmbitos local e regional" (ALMEIDA, 2009, p. 68), redes estas que articulam diferentes tipos de organizações de base, associações de agricultores, camponeses, quilombolas, ribeirinhos, movimentos sociais, instituições de assessoria técnica, organizações não governamentais e instituições de ensino, pesquisa e extensão, entre outros (PETERSEN e ALMEIDA, 2004).

Foi por meio das lutas de todos esses sujeitos que se construiu, a partir dos anos 2000, um direcionamento político-institucional marcado pela elaboração de novas legislações, que envolveu tensões nas negociações de demandas dos movimentos sociais, de organizações não governamentais e de acadêmicos. No Brasil, foi instituída, em 23 de dezembro de 2003, a Lei nº 10.831, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Observa-se que a legislação brasileira sobre os sistemas orgânicos de produção tem uma concepção avançada, que envolve o respeito à diversidade

cultural e biológica local, abordando em partes princípios pressupostos pela agroecologia.

Contudo, alguns problemas têm ocorrido, porque, sob essa mesma lei, estão os enfoques feitos por agricultores empresariais e grandes empresas do agronegócio, que, diante da possibilidade de maior lucratividade com os produtos orgânicos, se especializam em monocultivos que levam em conta apenas a substituição de insumos. A questão da transição agroecológica se reduz à aquisição de certificação, que se foca apenas no processo produtivo, por meio de selos de qualidade ambiental ou social. Por isso, alguns processos de "ecologização" da agricultura mantêm abertos os caminhos para a reprodução do capital sem questionar a desigualdade do modelo de desenvolvimento.

Se, de um lado, tem ocorrido esta generalização, por outro, a legislação garantiu, por pressão e lutas dos movimentos sociais e organizações não governamentais, a venda direta de produtos por agricultores, desde que estes estejam articulados com organizações de controle social (OCS), como, por exemplo, as associações comunitárias.

Outros problemas, como a exclusão da agroecologia como eixo orientador da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) de 2010, que representou um retrocesso em relação à PNATER de 2003, elaborada com ampla discussão com a sociedade civil (CAPORAL, 2011), mostram as dificuldades colocadas no jogo político para o fortalecimento da transição agroecológica.

Entre os avanços alcançados pelo enfoque agroecológico, nos campos institucional e acadêmico, destacam-se: a criação de uma linha de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), os programas de crédito rural, comercialização e capacitação de agricultores e a disseminação de cursos de agroecologia em todo o país, inclusive em nível de mestrado (CAPORAL et al., 2009). A instituição da Política Nacional de Produção Orgânica e Agroecológica (PNAPO), em

2012, e do Plano Nacional de Produção Orgânica e Agroecológica (PLANAPO), lançado em outubro de 2013, foi uma importante conquista para o movimento agroecológico. Contudo, os limites do PLANAPO, por exemplo, frustraram as expectativas de vários grupos, uma vez que destinou parcos recursos para a implementação efetiva de experiências, além de ter o foco voltado para questões produtivas, deixando de lado a complexidade social, cultural e ecológica que envolve a agroecologia, como as questões de gênero e a reforma agrária.

Pensando território e desenvolvimento em diálogo com a agroecologia

Considera-se que as perspectivas discutidas pela abordagem agroecossistêmica possuem um cunho territorial, uma vez que se expressam na preocupação em buscar equilíbrio entre as esferas políticas, sociais, econômicas, ecológicas e culturais, favorecendo a prevalência dos processos de apropriação sobre a dominação na constituição das territorialidades.

Os dilemas vividos pela agroecologia, nos processos de instituição de políticas públicas que não dão conta de sua complexidade, se assemelham aos problemas decorrentes do uso restrito da categoria território, nas políticas públicas. Se o território é uma categoria analítica complexa para se compreender as contradições da reprodução da sociedade capitalista, esta categoria é problemática para a criação de políticas públicas, ao menos nos moldes em que esta se constrói, no Brasil, ou seja, sob a associação de uma visão restrita de território aos discursos de desenvolvimento e de sustentabilidade.

Para Foucault (1999), em resposta às inquietações sociais, podemos perceber que os discursos políticos, midiáticos e do marketing se constituem como instrumentos de poder, que colocam como única realidade a visão de um espaço que é concebido sob a ótica das relações capitalistas. No contexto dos organismos

internacionais, há uma constante adaptação do discurso do desenvolvimento, no qual são incorporadas questões como a participação popular, o gênero, a etnia, a sustentabilidade e a territorialidade, como forma de ressignificar um discurso que, de tão esvaziado, já não se mantém sozinho (GÓMEZ, 2007, p. 45). Destacamos problematizações recentes nos discursos do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento territorial rural como forma de apontar as limitações postas para a articulação de políticas públicas pautadas nos âmbitos destes discursos.

Os debates, no contexto dos organismos internacionais, se pautam na definição de desenvolvimento sustentável, surgida nos anos 1980, no relatório Brundtland, da Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Este seria, então, "um desenvolvimento que satisfaça as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas". Uma definição vazia, de conteúdo político, especialmente moldada para responder aos questionamentos sociais sobre como conciliar crescimento econômico com desenvolvimento humano e preservação ambiental, e não para questionar sobre as bases das contradições e desigualdades intrínsecas ao capitalismo.

Da mesma forma, os discursos de desenvolvimento territorial rural ou desenvolvimento local se transnacionalizaram por intermédio de instituições como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. No Brasil, estes discursos se pautaram entre 1995 e 2002, em torno da articulação política dos territórios rurais (GÓMEZ, 2007) e da criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), que buscariam implementar espaços de participação e diálogo entre Estado e sociedade civil, na gestão do território.

Nossa análise dos documentos da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (Brasil/MDA, 2003, 2005) observa a

negação de bases centrais do debate do território, que são as relações de poder e as dimensões imateriais das territorialidades. O território, na visão dessas políticas, é restrito à sua base material e é negado como área de encontro para a promoção da coesão social e a articulação econômica. O trabalho de Geraldi (2012) permite aprofundar o panorama desta crítica às políticas de desenvolvimento territorial.

A compreensão da categoria de território pelo Estado é delimitada de acordo com as necessidades de controle social e reprodução capitalista (GÓMEZ, 2007). A isto, soma-se a dificuldade da abordagem territorial em se efetivar, uma vez que esta depende da articulação de vários ministérios e políticas públicas, em níveis municipal, estadual e federal. O que se percebe é que, apesar de se revestirem de uma abordagem territorial, as políticas públicas para o campo ainda se baseiam, em sua maioria, numa visão convencional do desenvolvimento setorial, em que "rural", na prática, ainda é sinônimo de "agrícola". Isto repercute na ausência de discussões urgentes e de políticas públicas de longo prazo, que possam atender às demandas do movimento agroecológico em sua complexidade.

Nesse sentido, a leitura de Lisboa e Conceição (2007) nos esclarece que, sob a ótica do Estado e dos agentes de reprodução do capital, o desenvolvimento, em sua perspectiva local, acontece como simulacro do envolvimento comunitário. O desenvolvimento local é mais uma forma de articulação do local em função das necessidades globais de reestruturação do capital.

As políticas de desenvolvimento local ou territorial rural trazem problemas já em sua concepção, como a presença de mediadores e de representantes de diferentes setores da sociedade para compor os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Isto implica num distanciamento de lideranças de suas bases e numa visão de que é possível, nestes conselhos, a homogeneização de interesses, negando-se os conflitos de classes entre camponeses, trabalhadores e representantes dos

poderes político e econômico. Assim, mascaram-se as diferenças de classes, os conflitos são esterilizados e os consensos são criados em torno de ações que qualifiquem o território para se inserir e competir no mercado. As identidades locais, a cultura e as tradições são vistas em função de seus possíveis resultados mercantis, o que reduz a complexidade das relações sociais à abordagem econômica (LISBOA e CONCEIÇÃO, 2007). É preciso ter clareza deste contexto contraditório, pois o direcionamento de políticas municipais para os processos de transição agroecológica também é negociado nos CMDRS.

O território do desenvolvimento territorial rural sustentável, na visão da política pública, é uma categoria esvaziada de sentido crítico. Este território é reduzido a um instrumento de planejamento, e as relações de poder – como marca de constituição dos territórios – não são mencionadas. Suas propostas envolvem o enquadramento do território para atender às políticas de desenvolvimento.

Observamos que, na visão do Estado, o território, apesar de agregar conceitualmente uma multiplicidade de dimensões, ainda é tratado como área sobre a qual se deve exercer controle, seja pela manipulação de consensos ou pelo escamoteamento de conflitos. É uma visão na qual a centralização do poder do Estado é encoberta, em seus processos de descentralização, para a esfera municipal, que, antes de diminuir as dissimetrias de poder, favorece a competitividade e a lógica da dominação política/econômica na constituição do território. Contudo, isto não significa negar as conquistas possibilitadas aos movimentos sociais pela implementação de políticas públicas, mas considerá-las como parte de uma construção nos limites do jogo de interesses políticos do Estado. Portanto, não se trata de negar a priori a participação social nesses espaços, mas sua inserção, cada vez mais consciente, nas das conquistas possibilitadas nos jogos de consensos.

O desafio da descolonialidade passa pela renovação das categorias de explicação da realidade. Acredita-se que as ações realizadas por camponeses e comunidades rurais em torno da construção do conhecimento e das práticas agroecológicas possuem uma complexidade e potencialidade mais amplas para se alcançarem processos de autonomia que, por ora, se limitam a algumas visões, cujo fim máximo seria alcançar um desenvolvimento territorial ou sustentável. Nesse sentido, acreditamos que seja anacrônico utilizar-se o desenvolvimento como bandeira para valorizar o trabalho daqueles que foram suas próprias vítimas. Parece que se esquece de que a noção de desenvolvimento surgida no modelo de produção capitalista se manteve em torno de "certezas" como: "a confinação no papel da modernização para destruir relações arcaicas; a industrialização como via segura para essa modernização; o desenvolvimento material garantindo o progresso social, cultural e político" (GÓMEZ, 2007, p. 42), entre outras. Os níveis de crises geradas, na atual conjuntura, pela lógica do desenvolvimento material estreitaram nossos horizontes culturais e nossas perspectivas de pensar e agir politicamente sobre o mundo. Por isso, consideramos que o debate crítico sobre o desenvolvimento é parte da superação de uma visão colonializante.

Entendemos que os discursos que prevalecem sobre termos como "desenvolvimento sustentável" se situam, basicamente, em torno da natureza vista de forma dicotomizada em relação à sociedade, buscando-se formas mais "racionais" de exploração dos recursos (MARCOS, 2007). Assim, a questão ecológica foi apropriada como "discurso retórico", pelo capitalismo (MESZÁROS, 2011), e reduzida a termos de "educação ambiental", a fim de se desviar a atenção dos problemas sociais e políticos e da crítica à estrutura do modo de produção capitalista, que traz, em sua essência, a exploração da natureza e da sociedade, bem como a propriedade privada (CONCEIÇÃO, 2004).

As críticas de autores do "pós-desenvolvimento" afirmam que as bases para o desenvolvimento seriam, além do investimento de capital, as redes de poderes e saberes que sustentam a teoria em que se fundamenta o seu discurso (GÓMEZ, 2007). A crença no progresso técnico e na capacidade de solução dos problemas ambientais e sociais pela ciência moderna-colonial e pelos mecanismos de mercado vem legitimando ações altamente preocupantes para a saúde humana e ambiental, como a ampla difusão de cultivos alimentares transgênicos, que, entre outras consequências, tem ampliado a pobreza e o controle das grandes corporações sobre comunidades camponesas em todo mundo (SHIVA, 2004, 2003).

Diante de tantos impasses, há uma vertente que nega a expressão "desenvolvimento sustentável", apontando as contradições inerentes ao próprio termo. Porto-Gonçalves (2004) foi incisivo, em suas críticas às concepções que tentam conciliar o desenvolvimento econômico capitalista e a conservação ambiental, como se estes não fossem contraditórios. Para este autor, "des-envolver é tirar envolvimento (autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu território (...). O desafio ambiental continua a nos convidar à busca de alternativas *ao* e não *de* desenvolvimento" (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 46 [grifos do autor]).

Outras vertentes afirmam que são importantes o debate crítico e a proposição de caminhos alternativos àqueles oficiais (MARCOS, 2007). No campo da agricultura, as chamadas agriculturas alternativas surgiram contrariando as práticas disseminadas pela revolução verde e propondo ressignificações para o conceito de desenvolvimento sustentável.

Também está presente, nas discussões da agroecologia, o debate do desenvolvimento e da sustentabilidade – termos estes em disputa, não havendo sobre eles consenso, mas "orientações teóricas" que se distinguem entre o pensamento científico convencional e o pensamento alternativo, como exemplificou

Sevilla Gúzman (2009). Caporal e Costabeber (2001) esclareceram que, diante da ambiguidade do conceito de desenvolvimento sustentável, seria fundamental que se diferenciassem os discursos de pensamentos correntes que tratam desta questão. O discurso liberal, associado ao pensamento científico convencional e à visão tecnocrática, originou uma visão ecotecnocrática que apregoa o otimismo tecnológico e as soluções de mercado. Na agricultura, estabeleceu que a ecologização viria por meio de soluções técnicas, como a biotecnologia e o cultivo de espécies transgênicas – uma noção de "sustentabilidade fraca", uma vez que não levou em conta as diversidades biológica e cultural e as questões sociais (CAPORAL e COSTABEBER, 2001).

Com origem no pensamento alternativo, o discurso ecossocial sobre o desenvolvimento sustentável, proveniente de várias correntes teóricas, fez a crítica à "fase de ecologização" do capital e suas contradições intrínsecas, que resultaram na exploração da natureza, como exposto acima. Propôs mudanças no sistema dominante em favor de estratégias descentralizadas, compatibilizando condições ecológicas, sociais, identidades étnicas e valores culturais numa perspectiva de sustentabilidade forte (CAPORAL e COSTABEBER, 2001).

Consideramos que este debate em torno de sustentabilidade coloca o importante aspecto de situar o *lócus* de enunciação. Contudo, acreditamos que é insuficiente para defender o desenvolvimento sustentável na perspectiva da sustentabilidade forte. A nosso ver, este debate tira o foco de se pensar o diálogo de saberes na agroecologia (como forma de construção de autonomia) para aproximá-lo da domesticação pelo mercado ou reduzi-lo ao texto apropriado para inserção nas políticas públicas.

Acreditamos que os debates sobre sustentabilidade, nas perspectivas da agroecologia, têm avançado rumo a problematizações mais complexas e críticas. Novos estudos, no campo da agroecologia, também apresentam visões diferenciadas de sustentabilidade, como em redes e grupos de pesquisa

compostos de estudiosos de diversos países da América Latina e em pesquisas sobre resiliência socioecológica às mudanças climáticas, no âmbito da Red Iberoamericana de Agroecología para el Desarollo de Sistemas Agrícolas Resilientes al Cambio Climático (REDAGRES)[1] (NICHOLLS et al., 2013).

Contudo, considerando o que já foi exposto por Meszáros (2011), Conceição (2004) e Porto-Gonçalves (2004, 2006), entendemos que ainda é preciso ampliar, no âmbito da agroecologia, a crítica à ideia de desenvolvimento. Boff (2010) destacou que a categoria desenvolvimento foi retirada da economia, e consiste na exploração sistemática dos recursos da Terra para atingir três objetivos: aumentar a produção, potencializar o consumo e gerar riqueza. A categoria sustentabilidade veio das ciências da vida, e sinaliza que, na dinâmica da natureza, há interdependências e lógicas de cooperação que permitem que todos os seres vivos convivam e se ajudem, mutuamente, para garantir a biodiversidade. Seriam estes termos que se repelem. A expressão "desenvolvimento sustentável", como proposta para sairmos da crise mundial, seria um engodo.

Neste contexto, temos autores que refletem a partir das realidades latino-americanas (como Vitor Toledo), e que nos fazem pensar a agroecologia de forma mais ampla, vista como um enfoque para a transição para agriculturas de base ecológica e sustentável – que privilegiam as pequenas propriedades camponesas, e que já teriam, em sua organização social e ambiental, uma racionalidade ecológica (TOLEDO, 2002). Destaca-se, ainda, o potencial político de uma visão ecológica profunda, como a proposta pela agroecologia. Toledo (1996) afirmou que a implementação, em longo prazo, de "desenhos subversivos" que promovam a geração de energia em pequena escala, com base em recursos locais, no lugar de megaempreendimentos, podem levar à

[1] Rede Iberoamericana para o Desenvolvimento de Sistemas Agrícolas Resilientes às Mudanças Climáticas.

autossuficiência de indivíduos, comunidade e regiões, constituindo novas formas de poder político descentralizado e autogestado. Observamos que estas transformações se impulsionam por processos de apropriação e criação de múltiplas territorialidades, nos quais a fragmentação entre sociedade e natureza é amenizada. Acreditamos que visões como as de Vitor Toledo, relacionadas à construção de autonomia, apontam caminhos mais frutíferos, ao invés de restrições aos horizontes de possibilidades, como as que os discursos hegemônicos do Estado, do capital e do patriarcado têm a nos oferecer.

Considerações finais

Os processos para gerar autonomia, numa perspectiva de diálogo de saberes, podem proporcionar construções mais complexas e abrir outros campos de debates, na luta pela reapropriação social da natureza. Estes diálogos de saberes, a partir da aproximação e juntamente com o conjunto da diversidade de sujeitos que constroem o mundo rural (camponeses, posseiros, agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, comunidades de fundo de pasto e geraizeiros, entre outros) e o movimento da agroecologia, devem abrir nossa capacidade de análise para pensarmos a multidimensionalidade de suas territorialidades.

Pensar segundo uma abordagem territorial é partir das análises das dissimetrias nas relações de poder e pensar agrossistemicamente em uma perspectiva agroecológica envolve considerar o diálogo com as práticas locais. Assim, devemos estar abertos a questionar o *lócus* de enunciação das concepções de poder utilizadas e o tipo de diálogo que buscamos estabelecer.

Acreditamos que ainda são incipientes os debates sobre territorialidades em seus diálogos com as perspectivas agroecológicas. As aproximações entre campos teóricos distintos, que destacamos neste trabalho, buscam contribuir para este

debate. Ressaltamos que ainda são grandes, mas que se pode avançar em diversas problemáticas comuns à geografia e à agroecologia do plano teórico as metodologias de pesquisa como os trabalhos de campo, as formas de construção de narrativas junto aos sujeitos, as representações de suas territorialidades por meio da cartografia social, entre outras.

São grandes os desafios para que a apropriação seja restituída como forma determinante na construção do território. Uma linha tênue separa as visões sobre os conceitos mais ou menos críticos sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade. Um dos maiores desafios é traduzir tal visão crítica em ações, em uma práxis coletiva diferenciada. Pois, como discutiu Almeida (2003), as experiências em agroecologia se encontram diante de um cenário complexo entre a apropriação pelos movimentos sociais e a domesticação pelo mercado.

Nesse processo, o território se coloca como uma categoria importante para compreendermos o movimento dialético entre os processos de apropriação e de dominação entre sociedade e natureza, na busca da valorização de "outras" – e não de "novas"– territorialidades (há muito presentes nas lutas por autonomia do campesinato e dos povos tradicionais). O território também contribui para se contextualizarem os desafios vividos na escala local, perpassados por questões que se globalizam, daí a importância das articulações entre a academia e os diversos movimentos sociais e ambientais, nos âmbitos regional, nacional e global (CONCEIÇÃO, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2006). Precisamos nos lembrar de que os camponeses e as populações tradicionais podem ter um papel fundamental nos processos de transformação da lógica do desenvolvimento, ainda que diminuído e subestimado pelo discurso científico convencional (OLIVEIRA, 2004).

Diante disso, há a necessidade de novas geografias *do* desenvolvimento e não *para* o desenvolvimento (GÓMEZ, 2007). Geografias que atentem para o papel de desmitificar as lógicas do

sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno, que prevalecem nos processos de constituição do território. À geografia agrária cabe abrir os horizontes para a importância das relações ecológicas no território, pois não adiantaria construir uma reforma agrária radical sem uma ecologização também radical, que realmente possibilite a autonomia dos povos.

Diríamos que a agroecologia sempre existiu, como prática e movimento de trocas de saberes. Já como ciência, para se construírem novas epistemologias, é preciso ter claros os desafios de dar voz e dialogar com as culturas tradicionais sem se sobrepor. Como ciência, é importante reconhecer as dificuldades implicadas nessas lutas, diante do ataque neoliberal de desregulamentação promovido pelo capital financeiro para a usurpação dos bens naturais, da vida e da cultura dos povos.

Entende-se que a inclusão da agroecologia como política pública, realizada no âmbito do Estado, baseia-se em uma visão restrita da agroecologia, limitando-a ao âmbito produtivo no meio rural. Esta se encontra amparada em conceitos dúbios, como o de desenvolvimento sustentável, e desassociada de velhas e novas questões, como a reforma agrária e o papel das práticas agroecológicas na adaptação das mudanças climáticas e da soberania alimentar.

Diante disso, é importante a participação da geografia como uma ciência que realiza leituras críticas da crise ambiental e de sua manipulação para a reestruturação do capital. Destacar as possíveis saídas que vêm sendo criadas, sem deixar de destacar suas contradições, é fundamental para se romper com os processos de colonialidade do saber e do poder, abrindo caminho para a construção necessária de outras territorialidades.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALMEIDA, Jacione. "A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado". In: *Ensaios FEE*. Porto Alegre, v. 24, n. 2, 2003. Disponível em http://agroeco.org/brasil/material/agrocobrasil-jalcione.pdf> Acesso em 20 out. 2012.

ALMEIDA, Sílvio. "Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro." In: PETERSEN, P. (org). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.* Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 67-84, 2009.

BRASIL. MDA. (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Secretaria de Desenvolvimento Territorial*. Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil*. 2005. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em 20 dez. 2012.

_____. *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável***.** Brasília: SDT/MDA, 2003.

BUTTEL, F. H. "Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar**.**" *Agricultura y Sociedad*, n. 74, jan./mar, 1995.

CAPORAL, Francisco. "Lei de Ater**:** exclusão da agroecologia e outras armadilhas." In: *Cadernos de Agroecologia*, v. 6, n. 2, dez. 2011. Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/11858/8174>. Acesso em 5 jan. 2012.

_____; COSTABEBER, José. "Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural". In: ETGES, V. E. (org.). *Desenvolvimento rural: potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul: EDUSC, p. 19-52, 2001.

_____; _____; PAULUS, Gervásio. *Agroecologia*: uma *ciência do campo da complexidade*. Brasília, 2009.

CONCEIÇÃO, Alexandrina. *A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Eisforia, v. 2, n. 2, p. 79-154, 2004.

CUNHA, Antonielle. *Território camponês na transição agroecológica em Vitória de Santo Antão-PE.* Dissertação de mestrado em geografia. Recife: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 217p, 2012.

CUSICANQUI, Silvia. "El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización

histórica". In: MARTÍNEZ et al. *Teoria crítica dos direitos humanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 529 p, 2008.

DEMATTEIS, Giuseppe. "Sistema Local Territorial (Slot): um instrumento para representar, ler e transformar o território". In: ALVES, Adílson; CORRIJO, Beatriz; CANDIOTTO, Luciano (orgs.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia.* São Paulo: Expressão Popular, 258p, p. 33-46, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade do saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GERALDI, Juliano. "Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil". In: *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, 39, p. 155-185, 2012.

GLIESSMAN, Stephen. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GÓMEZ, Jorge. "Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia". In: FERNANDES, Bernardo; MARQUES, Marta; SUZUKI, Júlio (orgs.). *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, p. 39-54, 2007.

GROSFOGUEL, Ramón. "Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialismo global". In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, março de 2008.

GUZMÁN, Casado; MOLINA, Manuel; GUZMÁN, Sevilla (orgs.). *Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible.* Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

GUZMÁN, Sevilla. "Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável". In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HENSEL, Julius. *Pães de pedra*. Tradução de Sebastião Pinheiro. Porto Alegre: Fundação Juquira Candiru, 2003.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

HOWARD, Albert. *Um testamento agrícola*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007.

KAUTSKY, Karl. "A agricultura moderna". In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. *A questão agrária: Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.* Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988.

LEFEBVRE, H. *Espaço e política.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. *The production of space.* Cambridge: Basil Blackwell, 1991.

LISBOA, Josefa; CONCEIÇÃO, Alexandrina. "Desenvolvimento local como simulacro do envolvimento: o novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema do capital". In: *Terra Livre: A geografia no tempo de novos conhecimentos*. ano 23, v. 2, n. 29, São Paulo, p. 115-132, ago-dez/2007.

MARCOS, Valéria. "(U)topias, velhos horizontes: reflexões atuais sobre a teoria e a prática do desenvolvimento local auto-sustentável". In: PREVE, A.; CORRÊA, G. (orgs.). *Ambientes da ecologia. Perspectivas em política e educação*. Santa Maria-RS: Editora UFSM, p. 99-119, 2007.

MARTINS, Paulo. *La descolonialidad de América Latina y la heterotopia de una comunidad de destino solidaria*. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2012.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas do mundo – do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGNOLO, Walter. *Historias locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.

NICHOLLS, Clara I.; OSORIO, Leonardo; ALTIERI, Miguel A. *Agroecología y resiliencia sociecológica: adaptándose al cambio climático*. Colômbia: REDAGRES, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo. "Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI". In: _____; MARQUES, Marta. *O campo no século XXI: território de vida, de luta e construção da justiça social*. São Paulo, Casa Amarela: Paz e Terra, 2004.

PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, Sérgio. *Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA*. Versão provisória. Rio de Janeiro, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

QUIJANO, Anibal. "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina". In: LANDER, Edgar (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. "Geografia do homem (antropogeografia)". In: MORAES, Antônio Carlos Robert (org.). *Ratzel: geografia*. São Paulo: Ática, 1990.

SAHTOURIS, Elisabeth. *A dança da Terra – sistemas vivos em evolução: uma nova visão da biologia.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

SOUZA, M. L. "O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento". In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SANTOS, Boaventura. "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes". In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, p. 3-46, 2007. Disponível em:

http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147_Para%20alem%20do%20 pensamento%20abissal_RCCS78.pdf> Acesso em 27 jun. 2013.

SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHIMTT, Cláudia. "Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira". In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, M. *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.* São Paulo: Expressão Popular, p. 177-204, 2009.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

_____. "O mundo no limite". In: GIDDENS, Anthony; WILL, Hutton (orgs.). *No limite da racionalidade.* Rio de Janeiro: Record, p. 163-186, 2004.

TOLEDO, Vitor. "Latinoamérica: crisis de civilización y ecología política". In: INE – SEMARNAP. *Gaceta Ecológica*, n. 38, México, p. 3-12, 1996. Disponível em http://www2.ine.gob.mx/publicaciones/consultaPublicacion.html?id_pub=159> Acesso em 23 set. 2012.

_____. "Agroecología, sustentabilidad y reforma agraria: la superioridad de la pequeña producción familiar". In: *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v. 3, n. 2, abr./jun. 2002.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. "Agroecology as a science, a movement or a practice. A review". In: *Agronomy for Sustainable Development*. 2009. Disponível em http://www.agroeco.org/socla /pdfs/wezel-agroecology.pdf> Acesso em 15 de maio de 2012.

O LUGAR NA CONSTRUÇÃO SOCIAL: O PONTO DE CULTURA DE MAJOR SALES

PLACE IN SOCIAL CONSTRUCTION: CULTURE POINT OF MAJOR SALES

EL LUGAR EN LA CONSTRUCIÓN SOCIAL: EL PUNTO DE CULTURA DE MAJOR SALES

JOCIVÂNIA FERNANDES DO NASCIMENTO

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço, Ensino e Ciências Humanas (GEPEECH/UERN). E-mail:jocivania-fernandes@bol.com.br

FÁBIO RODRIGO FERNANDES ARAÚJO

Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço, Ensino e Ciências Humanas (GEPPECH/UERN). E-mail: fernandes.herodoto@ig.com.br

ROSALVO NOBRE CARNEIRO

Professor orientador do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN). Professor orientador do Mestrado Acadêmico em Ensino (PPGE/UERN). Professor do curso de Geografia (CAMEAM/UERN). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço, Ensino e Ciências Humanas (GEPEECH/UERN). E-mail: rosalvonobre@uern.br

* Artigo publicado em março de 2017.

Resumo: O lugar pode ser compreendido como uma construção social, fundamentado nas relações espaciais diretas, no cotidiano e na articulação dialética entre o tradicional e o moderno. Tendo em vista o contexto atual, em que a fluidez e a simultaneidade caminham lado a lado e a informação é o elemento central, o lugar se apresenta não apenas como resistência, mas também como forma de adaptação à ordem global. A globalização não implantou a homogeneização dos lugares, pelo contrário, esta proporcionou a exaltação das suas singularidades. Partimos desta premissa para embasar nosso artigo, ou seja, apreender o lugar como o palco dos acontecimentos da integração das ações e dos atores, dos grupos e das trocas não apenas materiais como imateriais, sendo depositário final dos eventos. Dessa forma, o lugar deixa de ser um mero espaço vivido e passa a ser uma construção socioespacial. Neste artigo, objetiva-se discutir a organização social do Ponto de Cultura de Major Sales como um espaço geográfico, em sua constituição sociocultural como lugar. Os Pontos de Cultura surgiram como estímulo às iniciativas culturais já existentes da sociedade civil. O Ponto de Cultura de Major Sales foi criado por meio do Programa Cultura Viva e do Programa Mais Cultura, do governo federal, e tem se apresentado como um espaço de formação, difusão e implantação da cultura local, permeando a valorização da identidade.

Palavras-chaves: Lugar, Ponto de Cultura, globalização, Major Sales (RN/Brasil), construção social.

Abstract: The place can be understood as a social construct, based on direct spatial relationships, in daily life and at the dialectic articulation between the traditional and the modern. Considering the current context in which the fluidity and concurrency go hand-in-hand and the information is the central element, the place presents itself not only as resistance but also as a way of adapting to global order. Globalization has not deployed the homogenization of the places, on the contrary, this provided the exaltation of its singularities. We follow this premise to support our text, that is, seize the place as the venue of the events of the integration of actions and actors, and groups, and trade not only materials as immaterial being final depositary of events. Thus the place is no longer a mere space lived and becomes a socio-spatial construction. In this article, we aim to discuss the social organization of the Point of Culture of Major Sales as a geographical space, in its socio-cultural constitution as a place. The Culture Points emerged as a stimulus to the existing cultural initiatives of civil society. The Point of Culture of Major Sales was created through the Cultura Viva Program and the Mais Cultura Program of the Federal Government and has been presented as a space for the formation, diffusion and implantation of local culture, permeating the valorization of identity.

Keywords: place, Culture Point, globalization, Major Sales (RN/Brazil), social construction.

Resumen: El lugar puede ser comprendido como una construcción social, basado en las relaciones sociales directas, en el cotidiano y en la articulación dialéctica entre lo tradicional y lo moderno. Delante del contexto actual en que la fluidez y la simultaneidad caminan lado a lado y la información es el elemento central, el lugar se presenta no solamente como resistencia, pero también como forma de adaptación al orden global. La globalización no implantó la homogeneización de los lugares, no obstante, ésta proporcionó la exaltación de sus singularidades. Partimos de esta premisa para basar nuestro artículo, o sea, aprehender el lugar como escenario de los eventos de integración de las acciones y de los actores, de los equipos e de los cambios no solamente materiales sino también inmateriales como depositario final de los hechos. De esa forma, el lugar deja de ser un espacio vivido y pasa a ser una construcción socio espacial. Este artículo tiene como objetivo discutir la organización social del Punto de Cultura de Major Sales como un espacio geográfico, en su constitución sociocultural como lugar. Puntos de Cultura surgieron como un estímulo a las iniciativas culturales existentes de la sociedad civil. El Punto de Cultura de Major Sales fue creado por el Programa Cultura Viva y el Programa Mais Cultura del gobierno federal, y se ha presentado como un espacio de formación, difusión e implementación de la cultura local, que impregna el desarrollo de la identidad.

Palabras clave: lugar, Punto de Cultura, globalización, Major Sales (RN/Brasil), construcción social.

INTRODUÇÃO

O local e o global, segundo Santos (2006), se articulam e se mostram como uma faceta do período técnico-científico e informacional. Se o lucro é a homogeneização dos lugares, a globalização da economia acabou por reforçar, cada vez mais, a diferenciação e a especificidade de cada lugar. Entretanto, este não se desvincula do global. Os grupos sociais contemporâneos deparam-se, em sua estruturação temporal e espacial, com um conjunto de acontecimentos que ultrapassam as fronteiras do local, pois os eventos globais e suas repercussões neste acabam por se materializar no lugar, na sua condição de depositório final dos eventos, conforme lembrou Santos (2006). Neste sentido, objetiva-se discutir a organização social do Ponto de Cultura do município de Major Sales, no Rio Grande do Norte (RN), como um espaço geográfico, em sua constituição sociocultural como lugar, por meio de variáveis endógenas e exógenas.

Os Pontos de Cultura são uma ação prioritária do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura (MinC), sendo a referência de uma rede que tem por objetivos a recepção e a disseminação de iniciativas culturais voltadas para atender os diversos segmentos artísticos, em que as instituições presentes nos municípios submetem seus projetos a edital público e, se contempladas, são conveniadas a este ministério, recebendo o valor de R$ 180 mil para ser investido conforme o projeto for apresentado, num período de três anos. Do valor recebido, R$ 60 mil são destinados à aquisição de equipamentos audiovisuais.

Por ser um programa recente de política pública de cultura, ainda são escassas as bibliografias que abordam os Pontos de Cultura existentes no país, possivelmente por se tratar de um programa experimental instituído a partir do ano de 2004. No Brasil, existem mais de 2.500 Pontos de Cultura, conveniados diretamente ao governo federal ou aos estados onde se situam. Os Pontos de Cultura estão presentes em mais de 1.100 municípios brasileiros, espalhados em zonas urbanas, rurais e periféricas.

Juntos, abrangeram diretamente, até o ano de 2010, mais de oito milhões de pessoas (REDE DOS PONTOS DE CULTURA, 2010).

As atividades desenvolvidas em cada Ponto de Cultura são diversas, delineando a miscigenação cultural do país. Em vez de o governo determinar em que aplicar o capital cedido, cada instituição define sua necessidade de investimento, de acordo com sua identidade cultural. O Ponto de Cultura de Major Sales passou por essa seleção, submetendo seu projeto à avaliação no edital público lançado no ano de 2009.

Podemos encontrar, no Ponto de Cultura, o tradicional e o moderno, o endógeno e o exógeno, ou seja, as permanências e as mudanças, porque, desta forma, entender o lugar é considerá-lo não como soma de objetos, mas como um sistema de relações (subjetivo-objetivo, real-simbólico).

Este trabalho está estruturado em três partes. A primeira se concentra numa breve, mas coesa revisão dos conceitos tradicionais sobre a categoria geográfica do lugar e das ciências humanas como um todo. A segunda parte é delineada teoricamente pela abordagem analítica do lugar como elemento fundante das construções sociais do sujeito. Na terceira e última parte, é estabelecido um ponto de vista híbrido entre os princípios teóricos já estudados de lugar com o citado objeto de observação empírica desta pesquisa.

Desse modo, esta pesquisa é apreciada, para os estudos geográficos, desta múltipla e global natureza do espaço que é o lugar, em suas especificidades técnicas e simbólicas, que mudam a vida do homem e de seu cotidiano urbano ou rural, durante instantes e momentos específicos, por meio de eventos temporalmente imediatos ou passados, no presente e no futuro do seu grupo social.

Notas teóricas sobre o lugar

Milton Santos (2006) afirmou que o espaço é constituído de um sistema de objetos e ações que, por sua vez, representam as marcas deixadas, ao longo do tempo, como herança. Por meio desta ótica, e levando-se em conta as diferentes formas pelas quais ele pode ser concebido, optamos olhar sobre o espaço do Ponto de Cultura, discutindo-o a partir do conceito de lugar.

O conceito de lugar nos garante uma abordagem realista sobre os fenômenos globais que influenciam a sociedade, ou seja, a expressividade com que estes fenômenos interferem em espaços específicos, como também em seus indivíduos. Nesta perspectiva, entendemos o espaço geográfico como foco existencial de singularidades que se refletem nas relações de poder, a serem traduzidas em vínculos territoriais, num

> (...) cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2006: 218).

Devemos, assim, considerar que a organização do lugar se dá por meio da interação com o global, refletida nas experiências do indivíduo com o mundo, nas dimensões naturais e sociais, que nos leva a sentimentos de pertencimento ou não com o espaço, onde destas experiências significativas se estabelece a geograficidade, ou seja, a dimensão espacial da vivência humana.

Esta posição está de acordo com Paraná (2008), quando afirmou que a natureza experiencial do lugar é proposta ao homem como o espaço onde a vida se realiza, pela dimensão afetual pelo qual este é estruturado, pela forma, conteúdo, a partir do momento em que suas espacialidades de vivência, na condição de lugares,

passam a se tornar uma singularidade geográfica que comanda o global, e também é subordinada às leis.

No entanto, essa face construtora dos lugares corresponde à essência de vida do homem quando este obtiver um equilíbrio qualitativo, de sua percepção de mundo, ao balizar o que compreende deste por meio dos seus sentidos corporais da visão, audição, tato, paladar e olfato, na condição de propulsores cognitivos, de seus respectivos campos temporal e espacial, das suas próprias experiências e momentos valorativos (TUAN, 2012).

O lugar, então, constitui-se como sendo essencial ou transitório. Ao ser ocupado pelos indivíduos sem que ocorra um vínculo entre estes e aquele (ou seja, quando o lugar não possui nenhum significado e identificação para os indivíduos), são conhecidos como "não lugares". Callai (2003) nos aclarou sobre os não lugares como sendo espaços vazios, sem história ou que perderam sua identidade. Desta maneira, um mesmo ambiente pode ser constituído, ao mesmo tempo, como um lugar e um não lugar, de acordo com o indivíduo e a sua maneira de apropriar-se deste, pelas suas relações de poder e pertencimento (que podem ser modificadas até ao longo de um dia), assim como de sua própria função local.

Não obstante, o espaço é fruto da experiência do homem sobre ele, por meio de seus sentimentos e pensamentos de partilha, na sua condição de objeto do experiencial do sujeito sobre os construtos espaciais de sua vivência, cujo entendimento é propiciado pelas relações entre sujeito e espaço. Isto se dá por meio de duas variações: a primeira considera as transformações do espaço e a concepção do lugar com o sujeito; e a segunda considera o lugar como objeto, se a ação que for realizada pelos sujeitos for, ela mesma, o condicionante do espaço (NOGUEIRA MARTINS, 2015).

Por outro lado, o lugar pode ser visto sob três nuances, que, a saber, são: localidade, localização e o sentido de lugar. A localidade seriam as normas formais e informais, das quais são

originadas as interações sociais do cotidiano. A localização corresponde ao espaço geográfico, afeto por processos políticos e econômicos, em escalas regionais, globais e nacionais. Por último, tem-se o sentido de lugar, que é a orientação subjetiva que o homem tem ao viver num lugar específico (AGNEW, 1987 *apud* BRINGEL, 2007, p. 41).

Nessa perspectiva, o lugar seriam os tipos de experiência que o homem tem com o mundo, e a necessidade de enraizamento e segurança que quer para ele, por intermédio da junção das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas que constituem densamente sua vida social (RELPH, 1979; BUTTIMER, 1985b), isto se considerando os níveis de percepção do homem no tocante ao meio em dois tipos, segundo Relph (1976): o *insider* – a ótica do habitante do lugar sobre este – e o *outsider* – a visão de um habitante externo a um determinado lugar.

Dessa maneira, Moreira (2007) afirmou que o lugar tanto pode incluir como excluir algo ou alguém, dependendo da forma com que se estabeleçam as relações de força dos seus componentes sociais dentro de uma rede de conexões, visto que estas podem ser, ao mesmo tempo, horizontalidades e verticalidades. Horizontalidades no sentido de que o lugar seria um conjunto de arranjos espaciais formados por pontos que se integram sem descontinuidade, enquanto as verticalidades são os pontos do espaço que atuam separadamente para um melhor funcionamento tanto da sociedade quanto da economia (SANTOS, 2006, p. 192).

Consoante a isso, Tuan (1980, p. 107) afirmou que os laços afetivos, que constroem o espaço como lugar, são determinados pela topofilia, isto é, pela relação que o homem tem com o seu meio ambiente material em diferenciadas intensidades, sutilezas e modos de expressão, pela relação com o seu próprio lugar como lar e lócus de reminiscências e meios de ganhar a vida, quando, então, o lugar pode ser vivido por meio do tempo em que sua ligação com o sujeito está sendo continuamente formada (HOLZER, 2006).

Além do mais, Mello (1990) referiu-se à existência do lugar em dois tipos: o mítico, que seriam os lugares vividos pelo homem sem que estes tenham tido um contato real com ele; e o segundo, que é o tipo concebido, o lugar produzido pelo ser social para ser experimentado por meio de mecanismos de imprensa ou por relatos de indivíduos já conhecedores deles.

Porém, em Matos Junior (2009, p. 30), esta posição teórica foi contestada, quando afirmou que Aristóteles via o lugar como um espaço que continha uma coisa – e não parte dela, ao ser maior ou menor e separado dela –, passível de atribuir localizações, ou seja, pode estar em cima ou embaixo de algo.

O lugar como uma construção social

O lugar não é apenas um espaço vivido, mas, sobretudo, onde se dá a construção social. Santos (1988) observou que o lugar é palco de permanentes mudanças decorridas das inovações técnicas da sociedade, que estão sempre transformando o espaço geográfico.

Santos (2006) afirmou que compreender o lugar implica também em entender suas contradições e movimentos, o que é interno e externo, ou seja, o que é velho e novo. O que é interno abrange as variáveis que estão presentes no lugar, o que é próprio do local; o que é externo é tudo aquilo que não pertence ao lugar, o que está fora. Os lugares têm variáveis internas e externas, em que o externo, ao se inserir no lugar, internaliza-se, passando a fazer parte dele, e o seu diferencial é a capacidade de resistência interna quanto aos fatores externos. O novo, de acordo com este autor, não chega ao mesmo tempo e com a mesma intensidade em todos os lugares. Ocorre que o novo, ao chegar a um determinado lugar, pode não ser considerado absolutamente novo, e isto reforça a resistência do velho à sua chegada. O novo, quando chegar ao lugar, expulsa o velho, no entanto, este pode resistir.

Segundo Seabra (1987, 2004), a dimensão social do lugar está presente nas construções espaciais de escala micro das cidades, denominadas de bairros, que são marcadas como ambientes de vida. O homem, na cidade, configura seus traços sociais de vida por sua permanência temporal sobre estes ambientes, por meio de seu caráter de matriz sociocultural singular, tradução de variados sincretismos comportamentais de sociabilidade. Porque, como forma, o lugar não revela sua essência, e, como conteúdo do espaço, ele é uma relação historicamente constituída.

O lugar é uma construção social e deve ser compreendido como uma localização e uma configuração de permanências relativas internas e externas, dinâmicas estas contidas de espaço-tempo do processo social (HARVEY, 1992). O lugar é a base da reprodução da vida, pois é o palco dos acontecimentos, das construções relacionais no espaço vivido, por significações tecidas por sua história e cultura. Carlos (2007) afirmou que ele tem usos e sentidos, abrangendo a vida social, a identidade e o reconhecimento.

Então, nos lugares é que a crítica fundamental do globalismo é argumentada, e onde, assim, se alocam novas atividades políticas de teor radical e diferentes modos de vida cotidiana, que, dessa forma, apresentam como único objetivo lutar contra o desenvolvimento abstrato da modernidade capitalista (DIRLIK, 1999, p. 40).

Para tanto, Massey (2000) defendeu a edificação de um sentido global de lugar, isto é, a significação específica e globalizante que é dada a determinados espaços geográficos por uma longa e intricada rede de relações sociais distintas que se encontram e se unem num lócus particular por meio de práticas de poder e comunicação interconectadas entre os locais. Isto se daria com a ajuda de uma integração positiva do global com o local, pela não existência de fronteiras entre os próprios lugares, por meio de sua respectiva identidade única e singular (que é, ao mesmo

tempo, relacional, histórica e preocupada com o seu processo de construção identitária), pela interação entre espaço, corpo, grupos, indivíduos e meio (AUGÉ, 1992).

Portanto, o lugar não deve ser visto como autônomo, mas como integrante de uma totalidade espacial (CARLOS, 2007), uma vez que contém o global, tendo como pano de fundo a mundialização da sociedade, da economia, da cultura e do espaço, estes articulados e conectados a possibilitar a copresença, a convivência e a contiguidade, e a identificar a interação entre os indivíduos, a vizinhança, bem como seus conflitos e diferenças (SANTOS, 2006).

O Ponto de Cultura de Major Sales

Neste período contemporâneo, o lugar ganha grande relevância não apenas como mero instrumento de localização ou base física, mas como construção socioespacial, erguida nas relações entre os indivíduos e o território onde vivem. Dessa forma, torna-se importante atrelar o lugar ao Ponto de Cultura, por neste haver a sociabilidade e a unicidade da produção local com estratégias de reprodução social, econômica e de pertencimento, pois tais sentimentos são o que determinam o lugar que Santos (2006) nos aclarou, onde se constroem os valores que condicionam o modo de vida dos seus indivíduos.

A cidade de Major Sales localiza-se na região do Alto Oeste do Estado do Rio Grande do Norte (Figura 1). Pertence à microrregião da Serra de São Miguel, com área territorial equivalente a 33 km2, tendo uma densidade demográfica de 90 hab/km2 (RIO GRANDE DO NORTE – IDEMA, 2008).

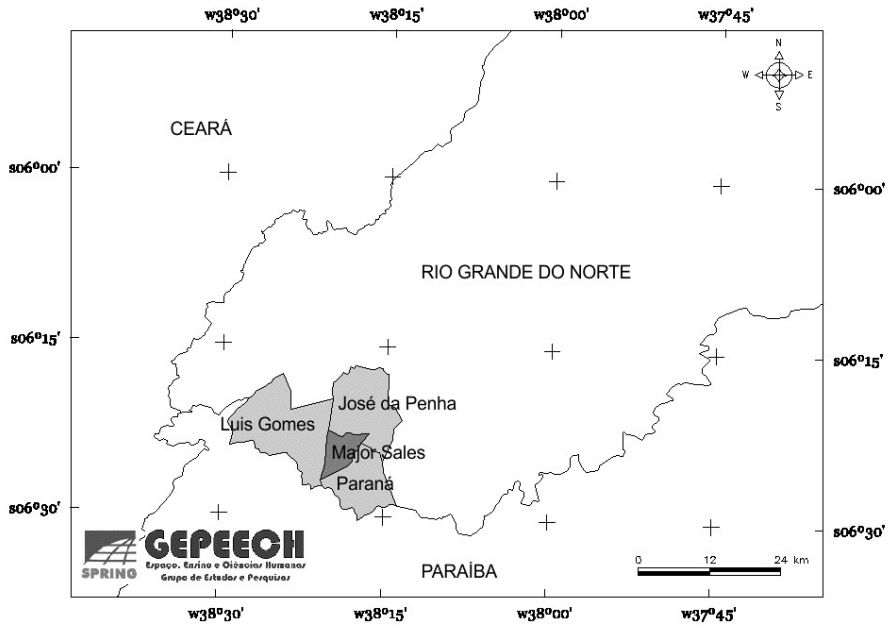


Figura 1: Mapa do município de Major Sales/RN. Fonte: GEPEECH.

A relação entre as pessoas que frequentam o Ponto de Cultura de Major Sales[1] (figuras 2 e 3) e o lugar em que vivem nos permite entender os elos de sociabilidade entre os moradores, pois, conforme Santos (2006) afirmou, o lugar é tido como a base da vida cotidiana e da sociabilidade entre as pessoas, uma vez que o sentimento de pertencimento está atrelado ao trabalho, às formas de solidariedade, às atividades lúdicas, às relações de parentesco e de vizinhança, e à perspectiva de os filhos continuarem a frequentar o Ponto de Cultura e permanecerem no município.

[1] Situado à rua Sebastião Ribeiro Campos, nº 912, no bairro Bom Jardim.

Ponto de Cultura de Major Sales



Figuras 2 e **3:**Vista da entrada do Ponto de Cultura do município de Major Sales. **Fonte:** Jocivânia Fernandes, 2015.

O Ponto de Cultura, visto como o lugar da vida cotidiana, da relação de vizinhança, da identidade e das formas de solidariedade de trabalho, nos possibilita entender a relação dialética do tradicional e do moderno, e a adaptação e substituição de antigos comportamentos, costumes e atividades, uma vez que suas ações variam entre a formação do público, as produções em áudio e vídeo, as oficinas de qualificação artística, os cursos de capacitação de colaboradores, a criação de espetáculos, as palestras informativas à população, o aperfeiçoamento das técnicas tradicionais usadas pelos artesões locais, convivendo numa relação concomitante e dialética entre os aspectos tradicionais, principalmente presentes nas manifestações artísticas.

As relações existentes e o sentimento de pertencimento ao lugar se refletem no apego e na identidade, pois o Ponto de Cultura se apresenta como um espaço de formação, difusão e implantação da cultura local, permeando a valorização da identidade no empoderamento social, que se reafirma por meio da comunicação e de manifestações particulares da cultura popular. Para Hall (2011), a identidade é vislumbrada como lócus cultural que delineia o pertencimento do indivíduo ao seu campo étnico, racial, linguístico, religioso, regional e nacional.

O Ponto de Cultura possibilita ao município estabelecer seu próprio canal de comunicação por meio da sua cultura, fazendo deste novo espaço um lugar de expressão de ludicidade, dialogismo e manifestações artísticas. Além da valorização das práticas comunitárias, há a reinvenção da utilização de técnicas e tecnologias disponíveis, sendo este um campo propício ao crescimento e ao estudo das ações comunicacionais e culturais, e servindo como um ponto de apoio a romper com a fragmentação da vida contemporânea ao construir uma identidade não apenas individualizada, mas coletiva na diversidade e na interligação cultural.

O conceito básico do Ponto de Cultura do município é o investimento de seu capital em atividades que enalteçam a cultura popular local, de maneira que haja troca, disseminação, formação e fortalecimento dos saberes relevantes para a comunidade, gerando emprego e renda.

Dos 60 participantes envolvidos diretamente no Ponto de Cultura de Major Sales, 45 são sócios e 15 são bolsistas, que recebem mensalmente entre R$ 400,00 a 600,00 reais para que possam transmitir e capacitar, por meio dos seus conhecimentos, crianças, jovens e adultos da comunidade interessados em aprender e a desenvolver a cultura local. Estes bolsistas não limitam suas atividades apenas à sua sede, mas também realizam palestras e oficinas nas escolas, durante as

aulas ou em horários extraordinários (figuras 4 e 5), com atividades educativas.





Figuras 4 e **5:** Palestra para a população e oficina de leitura para as crianças. **Fonte:** Jocivânia Fernandes, 2015.

É objetivo do Ponto de Cultura valorizar os recursos humanos do município, por meio de oficinas e cursos, possibilitando, assim, o resgate e a perpetuação de técnicas tradicionais, e capacitando os artesões para o aperfeiçoamento das suas técnicas de trabalho (figuras 6, 7 e 8), o que lhes possibilitou aumentar sua renda, visto que muitos dos seus trabalhos são vendidos não apenas para a população local, mas também para cidades vizinhas.





Figuras 6 e **7:** Oficina de confecção de bonecas de pano e tapetes de retalho. Fonte: Jocivânia Fernandes, 2013.



Figura 8: Curso de costura ofertado pelo Ponto de Cultura de Major Sales. Fonte: Jocivânia Fernandes, 2013.

O Ponto de Cultura de Major Sales estabeleceu parcerias também com outras entidades públicas e privadas de forma a ampliar o desenvolvimento de suas ações e, assim, facilitar a promoção de uma economia criativa e autossustentável.

A ênfase da diversidade cultural existente no Ponto de Cultura transforma o cotidiano do município de Major Sales, onde seus membros e sua população como um todo se desenvolvem por meio da recriação lúdica e do enaltecimento da cidadania e das alteridades.

As identidades individual e social se fazem carregadas, ao mesmo tempo, de forma subjetiva e objetiva, no momento em que se reconstrói simbolicamente um espaço (ROSENDAHL e CORRÊA, 1999), pois sua dimensão mais concreta constitui, de alguma forma, um componente estruturador da identidade. Segundo Bourdieu (*apud* ROSENDAHL e CORRÊA, 1999), o poder da identidade social é tanto mais forte quanto maior sua eficácia em nacionalizar esta identidade, tornando puramente objetivo o que é permeado de subjetividade, transformando a complexidade da construção simbólica em uma construção natural.

Dessa forma, o Ponto de Cultura de Major Sales se torna um lugar onde se estimula a autonomia dos seus integrantes, bem como da população em geral, de maneira que estes se encontram envolvidos em ações e razões comunicativas em que, segundo Carneiro (2007), a dimensão pública dialoga com a sociedade de forma que a ação comunicativa estabelecida entre estas venha representar não apenas uma produção, mas a reprodução do espaço. São ações que visam ao desenvolvimento social, moral e cultural do lugar em que vivem, passando a se preocupar com questões que afetam a todos, como também ao ser individual. Sendo o município possuidor de espaços diferentes e características próprias, o Ponto de Cultura se faz, assim, um

lugar de vivência e de pertencimento *in loco*. Carlos (2007) afirmou que

> o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido (...) (CARLOS, 2007: 17).

Carlos ainda ressaltou que as relações criadas dão sentido ao lugar, e este, por sua vez, só é compreendido por meio de suas referências, dadas pelo sentido de uso que possui, sendo o ponto de encontro de vários sujeitos e de várias atividades e funções que apresenta na sua dinâmica. O lugar traz consigo aspectos da cultura e das histórias de vivência daqueles que dele participam, direta ou indiretamente, e que, com suas expressões, transformam-no, ao longo do tempo, em busca de atender suas necessidades.

O Ponto de Cultura não se direciona apenas a um público-alvo. Ele abre suas portas para toda a população, desde aqueles atuantes ou participantes de forma direta, como também indiretamente, dando uma nova dinâmica e disseminação tanto no que se refere à cultura quanto à capacitação de pessoas para desenvolverem trabalhos, e, assim, contribuírem na dinamização da economia do município com os recursos gerados.

O Ponto de Cultura se torna um instrumento norteador de diversas ações, da cultura do povo, de suas tradições e costumes, e se configura como fonte de fortalecimento da memória histórica, como instrumento de poder e de afirmação da identidade de cada grupo social. Ao mesmo tempo, o cidadão encontra seu lugar de pertencimento, e, conforme Habermas (2012), ganha identidade por meio de sua adesão a um grupo e afirma uma identidade coletiva. Esta identidade coletiva reafirma a aproximação entre a cultura e a comunicação existente entre o Ponto de Cultura e a população.

Considerações finais

Pensando com Augé (1994), que afirmou que o lugar é o espaço onde o sujeito principia seu sentido de habitar e também de se relacionar com os outros por intermédio de novas formas de viver e perceber sua história, tem-se a compressão de que o lugar é a força de intervenção do homem sobre sua banalidade cotidiana. Isto ocorre ao se criarem novas experiências e eventos de vida sobre os lugares urbanos ou rurais, em momentos de tensão ou coesão sociocultural entre os indivíduos, de acordo com a ordem escalar de espaço e tempo, de influência da sua ordem local para o todo global, em práticas experienciais de vida que são mutáveis, mediante a sucessão descontínua e constante de símbolos, ideologias, sensações e imaginações geográficas do mundo pelo homem.

Por conseguinte, o lugar como resultado das interações do homem, com múltiplos estilos de vida social, em relação aos seus espaços de vivência, se encontra imaginado na rapidez das relações humanas, na emotividade do sujeito com seus locais familiares e no seu desejo pulsante de viver outras histórias, em diferentes tempos, e nos mais variáveis eventos, das suas particularidades políticas, econômicas e culturais.

Referências bibliográficas

AUGÉ, M. *Los "no lugares", espacios del anonimato: una antropologia de la sobremodernidad.* Barcelona: Gedisa, 1992.

_____ *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

BUTTIMER, A. "Hogar, campo de movimiento y sentido del lugar." In:. RAMON, M. D. G. (org.). *Teoria y método em la geografia anglosajona*. Barcelona: Ariel, 1985b, p. 227-241.

BRINGEL, B. M. "O lugar nos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais". In: *Boletim Goiano de*

Geografia. Goiás: Universidade Federal de Goiás-UFG, vol. 27, nº 2, p. 35-49, 2007.

CALLAI, Helena C.; CASTROGIOVANNI, A. C.; SCHAFFER, Neiva O. *Geografia em sala de aula: práticas e reflexões*. 4ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS e Associação dos Geógrafos Brasileiros, 199p., 2003.

CARLOS, Ana F. A. *O lugar no/do mundo.* São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNEIRO, R. N. "A produção social pública dos lugares numa perspectiva comunicativa como contraponto à produção social privada." In: *Anais do I Simpósio Internacional sobre as Geografias da Violência e do Medo*: "Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados". Recife: UFPE, 2007. 1 CD-ROM.

DIRLIK, A. "Globalization and the politics of place." In: OLDS, K.; DICKEN, K.; KELLY, P. F.; KONG, L.; YEUNG, H. W. (orgs). *Globalization and theAsia-Pacific: Contested Territories.* Londres: Routledge, 1999.

HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista.* Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HALL, S*. A identidade cultural na pós-modernidade.* Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Guaracira Lopes Louro, 11 ed., 1 reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna.* São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOLZER, W. "Sobre paisagem, lugares e não-lugares." In: OLIVEIRA, L de; FERREIRA, Y. N.; GRATÃO, Lúcia H. B.; MARANDOLA JR., E. J. (orgs.). *Geografia, percepção e cognição do meio ambiente.* Londrina: Humanidades, 2006, p. 109-128.

MATOS JÚNIOR, F. A. "A incompatibilidade entre o movimento e o vazio na dinâmica aristotélica." In: *POROS*, v. 1, n. 1, Uberlândia, 2009.

MASSEY, D. "Um sentido global do lugar." In: ARANTES, A. A. *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 176-185.

MELLO, J. B. F. de. "Geografia humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo." In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 52 (4), p. 91-115, 1990.

MOREIRA, R. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.* São Paulo: Contexto, 2007.

NOGUEIRA MARTINS, R. *A deformação espacial para uma concessão de lugar: a memória como uma narrativa do movimento*. 149f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade do Minho-UMINHO, Instituto de Ciências Sociais, Minho, 2015.

PARANÁ. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Geografia*. Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Governo do Paraná, Departamento de Educação Básica. Curitiba, 2008.

REDE DOS PONTOS DE CULTURA. Disponível em http://culturadigital.br/teia2010/2010/03/27/1105. Acesso em 09/06/2016.

RELPH, E. C. *Place and placelessness*. London: Pion, 1976.

_____. "As bases fenomenológicas da geografia." In: *Geografia*, 4 (7), p.1-25, 1979.

RIO GRANDE DO NORTE. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA: Perfil do Município Major Sales. Natal/ RN, 2008.

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Manifestações da cultura no espaço.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado.* São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 2006.

SEABRA, O. C. de L. *Meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros – valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. 323f. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 1987.

_____. "São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia." In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (orgs.). *Geografias de São Paulo: repensando a crise da metrópole.* São Paulo: Contexto, 2004, p. 271-312.

TUAN, Y. F. *Topofilia – um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.* Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel/Eduel, 1980/2012.

A CARAVANA TERRITORIAL DA BACIA DO RIO DOCE: MINERAÇÃO E TERRITORIALIDADES EM TENSÃO

EDUARDO BARCELOS – AGB Seções Rio de Janeiro e Niterói
FABRICIO VASSALLI ZANELLI - AGB Seção Viçosa
LUCAS MAGNO - AGB Seção Viçosa
LUIZ HENRIQUE VIEIRA - AGB Seção Viçosa
LUIZ JARDIM WANDERLEY – AGB Seções Rio de Janeiro e Niterói
RAFAEL OTAVIO GOULART – AGB Seção Belo Horizonte
REINALDO DUQUE BRASIL LANDULFO TEIXEIRA – Biólogo convidado

RESUMO

Este texto é um exercício coletivo de sistematização das práticas e vivências compartilhadas durante a preparação e realização da *Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce*, em abril de 2016. Ele aglutina diferentes vozes, experiências e memórias partilhadas entre/com geógrafos e geógrafas, professores, agebeanos/as, pesquisadores e educadores, comunicadores e ativistas junto às distintas comunidades, povoados, distritos e cidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco/Vale/BHP Billiton, em novembro de 2015. O texto apresenta uma narrativa livre e contextualizada que busca compartilhar a experiência das seções da AGB na Caravana, os sentidos e sentimentos vividos, o processo de construção, as metodologias, as articulações, as convergências e as possibilidades de luta, resistência e denúncia diante da tragédia-crime do rio Doce. A forma como se deu esta experiência, proporcionou produzir leituras compartilhadas sobre a tragédia-crime, analisar seus impactos, mobilizar ações de denúncias e reivindicações, visualizar riscos e situações de vulnerabilidade frente aos grandes projetos e apontar saídas ao desenvolvimento sob a forma de anúncios variados, experiências, projetos comunitários e outras economias mais justas, saudáveis e sustentáveis. Isso inclui experiências da agricultura familiar camponesa e agroecológica, assim como iniciativas de recuperação dos agroecossistemas e de nascentes da bacia do rio Doce, experiências de educação popular e do campo, reforma agrária, economia solidária, saúde coletiva e protagonismo das mulheres. Ou seja, este relato busca considerar uma complexa *geografia de experiências* que mergulhou/brotou

nos diferentes mundos e situações encontradas ao longo da bacia do rio Doce por meio da Caravana. Assim, busca-se à memória os debates, reuniões e rodas de conversa, as visitas as comunidades atingidas, os percursos pelas áreas atingidas pelo rejeito de mineração, bem como os significados e possibilidades das distintas rotas da Caravana.

INTRODUÇÃO

O crime socioambiental ocorrido pelo rompimento da barragem do Fundão, de propriedade da Samarco/Vale/BHP Billiton, em Mariana, Minas Gerais, em novembro de 2015 colocou luz sob vários aspectos do potencial destrutivo da grande mineração. Como se não bastasse os 350 anos de exploração mineral no Brasil e os impactos sistemáticos do setor no território brasileiro, e particularmente em Minas Gerais no chamado "*Quadrilátero Ferrífero*[1]", o rompimento de Fundão chegou a ser chamado por muitos de *acidente;* ou mesmo de *evento*, como publicado em decreto da presidência da república e nos termos do Acordo (hoje suspenso pela justiça federal) entre as mineradoras e o Estado.

Diferente disso, populações atingidas, movimentos sociais, pesquisadores, grupos e lutas em oposição à mega mineração afirmam estar diante do maior desastre[2] ambiental da história do país, da maior ruptura de barragem de rejeitos de minério de ferro em todo o mundo e do maior processo de contaminação das águas da bacia do rio Doce e oceânicas pela atividade mineral já visto na

[1] Em outra perspectiva e racionalidade de relação anunciada pelos movimentos sociais, essa região pode ser conhecida e também definida como "*Quadrilátero Aquífero*", devido à área de recarga com inúmeras nascentes que inclusive abastecem a bacia hidrográfica do rio Doce além da bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

[2] Um aspecto importante levantado por grupos de pesquisa, refere-se a forma de chamar o desastre, o qual, em verdade, não se trata de um desastre natural, mas sim *tecnológico* ou *sociotécnico* posto que foi consequência de um empreendimento construído e gerido a partir de escolhas intencionais de engenharia e de técnicas específicas ligadas ao setor de mineração (PoEMAS, 2015).

história. Enfim, estamos diante de um fato inédito, devido à grandiosidade e proporções ainda incalculáveis de danos socioambientais. Abaixo, a AGB elaborou esse mapa tentando espacializar o rastro da contaminação.



Foram muitas as perguntas diante de tanta complexidade. Afinal, desenvolvimento para quem e em qual sentido? A que custo e porque desenvolvimento como sentido único, irredutível? Quem são os responsáveis e como enfrentar o poder transnacional? Qual é o futuro da vida no rio Doce? Porque a barragem se rompeu e quais são seus significados? Quantos e quais são os/as atingidos/as? Como recuperar o rio Doce? Quais experiências e práticas aportam novos sentidos para o futuro da bacia? O desastre no rio Doce, para além de mostrar o quanto destrutivo é o modelo mineral em curso em todo país, trouxe estas questões que brotam das terras e águas arrasadas, dos povos e comunidades do rio em busca de respostas.

Partilhando este sentimento de justiça, indignação, luta e resistência frente ao crime na bacia, a *Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce* foi uma iniciativa coletiva e independente de mais 60 organizações em rede, entre coletivos, associações, grupos de pesquisa e movimentos sociais que procuraram dialogar e compartilhar com a população da bacia, seja no campo ou na cidade, as leituras, os olhares, as denúncias e os anúncios envolvidos neste crime, provocando um fazer político-pedagógico comprometido com o fortalecimento da articulação e mobilização dos povos e comunidades em busca de justiça, dos direitos e de novos horizontes de sentido para a vida.

Fomos muitos aqueles e aquelas que percorreram, entre quatro a cinco dias, diferentes territórios atingidos pela lama de rejeitos, com o propósito de deixar viva a memória deste incalculável crime contra os povos da bacia. Fomos juntos ouvindo, relatando, conversando e vivenciando os dilemas, as incertezas, os riscos e as esperanças que brotam de uma luta que é de todos nós. Denunciamos o desastre, mas também avistamos o anúncio de outros mundos possíveis, outras relações com a natureza, mais equilibradas e saudáveis, que nos colocou diante de alternativas frente ao modelo extrativo e predatório da mineração.

Nos superamos, certamente, diante de tanta desigualdade que este crime nos colocou. Na comunicação, na mobilização, no enfrentamento à mineração, nos fatos consumados, nas versões midiáticas. Foram mais de 1.000 pessoas que de alguma forma interagiram com a Caravana, participaram, contribuíram, somaram. Foram agricultores/as, pescadores/as, moradores, indígenas, estudantes, movimentos sociais, sindicatos, educadores e comunicadores populares, professores universitários, pesquisadores, repórteres, ativistas em direitos humanos, associações profissionais e científicas, religiosas e muitos outros que aportaram novas forças frente ao desastre. Este texto, portanto, é uma versão daqueles que, de alguma forma, vivenciaram este processo.

As *Caravanas*: um exercício coletivo e popular de análise do território

> "As Caravanas são viagens de aprendizados, intercâmbios e construção de laços de solidariedade e luta política, que exercitam um olhar conjunto e popular a respeito do território, situando contradições, potencialidades e desafios na construção de uma nova sociedade pautada na agroecologia, na reforma agrária, na saúde coletiva, na economia solidária, na luta das mulheres, no respeito ao conhecimento dos povos e comunidades tradicionais. Buscamos dar visibilidade às denúncias e aos anúncios, aos conflitos sociais e ambientais, às experiências de resistência e de autonomia, de valorização da cultura regional e popular, de organização que marcam os locais por onde as rotas passam e ao final se encontram num local de culminância". (trecho da Carta Política da Caravana, abril de 2016)

Como *viagens de aprendizados*, as Caravanas têm sido uma importante estratégia de mobilização e articulação territorial. Desde 2013, nos preparatórios ao III Encontro Nacional de Agroecologia, cerca de 15 caravanas foram organizadas pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) no Brasil, como processo de reconhecimento, sistematização e construção da agroecologia. Trazendo ao centro a *experiência acumulada* nos diferentes territórios (seja na produção, na comercialização, nas formas de organização política, nas tecnologias sociais) e os *conflitos* pelos quais ameaçam tais experiências. Elas vêm exercitando um olhar coletivo para os territórios por meio de processos político-pedagógicos compartilhados com populações, grupos e famílias que vivem, produzem e promovem a agroecologia, e junto a parceiros como universidades, associações científicas, ativistas, educadores e comunicadores populares. As interações promovidas entre/com esses sujeitos têm fortalecido a troca de experiências, ampliado os aprendizados, compartilhado dilemas, contradições e novos sentidos para pensar temas como a economia, a política, as relações de gênero e gerações e a natureza.

Essa concepção vem sendo trabalhada em diferentes atividades e vivências previstas pelas Caravanas através de

visitas, intercâmbios, observações, atos públicos, rodas de conversa, aulas públicas, entre caravaneiros/as e famílias/grupos/coletivos/moradores que recebem e interagem com as rotas percorridas, exercitando simultaneamente um olhar conjunto e popular sobre o território, situando as contradições e os desafios, além de afirmar e dar visibilidade a denúncias, conflitos, experiências de resistência, de autonomia e de organização que caracterizam os locais por onde transcorrem as rotas. Trata-se de um exercício coletivo de análise popular em torno de temas e problemas existentes no território.

A experiência das Caravanas tem mostrado a diversidade de situações, contextos, povos, *habitats*, contradições e anúncios, desafios e possibilidades de autonomia e participação de grupos subalternizados pela economia dominante e por agentes hegemônicos. Neste sentido, os exercícios de observação, interação, trocas e vivências são descentralizados e analisados coletivamente, visando contrastar padrões opostos de desenvolvimento e apontar possibilidades de fortalecimento de lutas na defesa de territórios e na garantia de direitos.

A proposta da Caravana Territorial do Rio Doce foi de proporcionar um exercício coletivo de diagnóstico e mobilização popular, onde as diferentes redes, movimentos sociais e organizações que vivem/atuam nos territórios da bacia pudessem, de forma autônoma, se prepararem para apresentar e debater a realidade da disputa territorial e dos impactos em torno do crime e das demais experiências ao longo de toda a bacia do rio Doce; com diferentes delegações compostas por agricultores/as, moradores/as da bacia, representantes de povos e comunidades tradicionais, estudantes, sindicalistas, assessores/as e comunicadores populares vindos, sobretudo, de Minas Gerais e do Espírito Santo, mas também envolvendo participantes de outros estados brasileiros.

Além de proporcionar ambientes para o debate entre diferentes organizações, para diálogos e convergências, a Caravana foi também uma oportunidade para a produção de

materiais de comunicação e sistematização voltados para divulgação da síntese dos debates das experiências territoriais visitadas a amplos segmentos da sociedade, e de dar novos significados para as denúncias. Isso incidiu em narrativas descentralizadas e autônomas, deslocando as tentativas de minimizar o problema e de contextualizar a bacia por meio de sua *gente*.

Identidade visual da Caravana, mostrando a diversidade de povos, práticas e identidades da bacia



Caderno do/a caravaneiro/a



Com este propósito, a Caravana funcionou como exercício político-pedagógico para a construção de um "novo olhar" sobre as experiências de conflito e de resistência na bacia de forma geral, tomando como ponto de partida a tragédia-crime em Mariana. Assim, ela foi dividida em quatro rotas: Rota 1 – Alto Rio Doce, passando pelos municípios de Mariana e Barra Longa, no estado de Minas Gerais; Rota 2 – Alto Rio Doce, que englobou os vales dos rios Piranga e Casca, afluentes do rio Doce; Rota 3 – Médio Rio Doce, mais especificamente na microrregião de Governador Valadares; e Rota 4 – Baixo Rio Doce, que sai do estado do Espírito Santo, pela foz do rio, e seguiu até o ponto de culminância de todas as rotas na cidade de Governador Valadares.

A partir dessas distintas rotas e da culminância, esta perspectiva de olhar territorial propôs uma visão integradora entre as diferentes dimensões referenciadas à realidade dos territórios. Esta foi a inspiração e a aposta pedagógica da Caravana: fomentar processos de reflexão e problematização coletiva da realidade a partir de situações e problemas postos pelas populações/grupos/classes sociais da bacia do rio Doce.

Princípios

. *O território educa!*

A Caravana como prática de "imersão no território" procurou dialogar com os problemas, desafios e potencialidades dos territórios atingidos diante do crime no rio Doce. A partir de suas quatro rotas, foi possível perceber com mais clareza a dimensão dos *conflitos ambientais* produzido pelo escoamento do rejeito de mineração ao longo de toda a bacia. Este mergulho, vivido sob diferentes pontos de vista, incorporou-se como método de observação, juntamente da prática do diálogo o exercício simultâneo da *denúncia* e do *anúncio* – pares problematizadores que se alternaram na compreensão e caracterização do território. Por meio deste fundamento, a compreensão daquilo que estávamos implicados – o crime no rio Doce – tornou-se ainda mais complexa e desafiadora, pois exigiu buscar nos percursos não somente as situações violadas e vulnerabilizadas, mas também aquelas comprometidas com outras formas de produção da vida na bacia, outras economias, saberes, práticas e experiências. Nesta direção, a Caravana propôs um exercício dialógico-problematizador, expressando aquilo que Paulo Freire (1984) chamou de *ação dialógica*, onde não é possível anúncio sem denúncia e ambos sem o ensaio de certa posição crítica em face do que está ou vem sendo a realidade (Caderno do Participante, 2016).

> "Aprendemos que através da luta e organização popular, as tragédias e as denúncias também permitem o germinar dos anúncios. As lutas que se apresentam não apenas contra a mineração e sua infraestrutura, mas contra a construção de barragens sem a garantia de direitos; contra os monocultivos que agridem os ecossistemas; contra os agrotóxicos que envenenam e matam; contra a falta de saneamento básico no campo e nas cidades que faz adoecer as comunidades e polui os rios. Todos são problemas enfrentados cotidianamente, e dessas lutas, que aliam o conhecimento tradicional, camponês e popular, com o apoio de uma ciência da vida e não da morte e da omissão, florescem inúmeras experiências que constatamos em várias comunidades que visitamos" (trecho da Carta Política da Caravana, abril de 2016).

. *Nossa luta é por unidade e autonomia*

O exercício de diálogo realizado desde o rompimento da barragem, em novembro de 2015, junto a diversas organizações, e a amplitude dos diálogos a que se chegou nos cinco meses de preparação, onde foi possível reunir, em diferentes momentos, mais de 60 organizações de diversos cantos de Minas Gerais e Espírito Santo, reforçou a necessidade de fortalecermos nossas alianças estratégicas e de renovarmos nossos métodos de *ação convergente*.

O campo de disputa colocado no contexto deste desastre/crime deixa evidente a profunda desigualdade e injustiça existente entre a ação das empresas e corporações da mineração e a população atingida pelo rejeito[3]. Desde o rompimento da barragem, a Samarco/Vale/BHP tem forçado acordos extrajudiciais, prorrogado prazos de entrega de documentos e estudos, fragmentado o conjunto das populações atingidas,

[3] De acordo com Zhouri (2016) o cenário que o crime deixou na bacia após 265 dias (cinco de maio de 2016) indica uma situação de crise social crônica, devido à sua espacialidade e temporalidade, pois o desastre ocorreu, ainda ocorre e terá efeitos duradouros, tanto para o ambiente como para as populações atingidas. Estas, por sua vez passam por um momento de reparação dos danos e em muitos dos casos uma negociação traumática, onde se travam lutas classificatórias entre quem é ou não atingido/a, diante das instituições mediadoras. Assim, uma das gravidades do desastre é a produção de um sofrimento social para essas populações, resultante do poder político, institucional e econômico.

arbitrando sobre quem é ou não atingido/a, além de não ter cumprido condicionantes importantes de segurança e do próprio licenciamento ambiental da barragem (POEMAS, 2015). Há ainda uma disputa intensa pelos significados e sentidos da mineração na vida da população, ou seja, pela concepção de que não há possibilidade de vida, de economia, de trabalho, de existência para além da mineração, sendo ela mesma algo irredutível e inquestionável. E isso tem se configurado numa violenta chantagem imposta aos grupos e populações em luta contra a megamineração, principalmente pela invisibilidade e indiferença com que se tratam os questionamentos e críticas ao modelo mineral dominante e em curso em todo o país.

Neste sentido, os diálogos que ancoraram nossas reflexões deixaram claro que os temas, questões, lutas, estratégias e propostas que identificam os diversos movimentos e grupos sociais e suas bandeiras de luta, integraram-se de forma convergente na crítica e no enfrentamento do modelo de/ao desenvolvimento em curso, que privilegia os mega projetos, os grandes empresários, o agronegócio e os bancos, em detrimento da população local, no campo e na cidade, fazendo deste padrão um mecanismo de expropriação imposto pelo capital nos territórios.

As convergências construídas na preparação e na vivência da Caravana mostraram que o modelo de desenvolvimento imposto pela mineração, pelas barragens hidrelétricas, pela siderurgia, pelo petróleo e pelos grandes propriedades ao longo da bacia tem gerado forte degradação ambiental, destruição dos meios de vida e de trabalho de populações campesinas, de pescadores e populações tradicionais - uso abusivo da água, por meio de minerodutos, privilégios locais, apropriações de terras pela expansão de monoculturas (eucalipto) e pastagens e priorização da lógica exportadora de *commodities* junto aos diferentes governos. As críticas convergiram também para um acirramento dos conflitos e impactos sobre as mulheres, a população negra e grupos

indígenas, mostrando a repetição dos padrões de dominação histórico e colonial.

Partindo deste ponto em comum e tomando o contexto do crime socioambiental, ou do desastre tecnológico, a Caravana permitiu abrir e multiplicar diálogos e convergências desde a escala regional, articulando a multiplicidade de leituras críticas ao modelo vigente, e, de modo convergente, propôs fortalecer as diferentes lutas locais de resistências frente às disputas territoriais vigentes. Assim, somaram-se a estes diálogos desde movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), cooperativas de assessoria técnica, congregações religiosas, como as Arquidioceses de Mariana e Vitória, universidades, como a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade Federal de Viçosa (UFV), sindicatos de trabalhadores rurais, comunidades de pescadores, comunicadores populares e jornalistas, pesquisadores, movimentos feministas e coletivos da economia solidária dos mais diversos.

Também vale destacar a participação das associações profissionais e científicas, como a ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), a ABA (Associação Brasileira de Agroecologia) e a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), que participou de três das quatro rotas da Caravana e da Comissão Organizadora. A experiência da AGB neste processo estimulou diálogos entre quatro seções locais de Minas Gerais, Rio de janeiro e Espírito Santo, articulando agebeanos e agebeanas das seções locais de Belo Horizonte, Viçosa, Vitória, Niterói e Rio de Janeiro; e entre GTs, como o GT Agrária das SLs Rio de Janeiro e Niterói e o GT Ambiente da SL Viçosa. Ao todo, foram 10 agebeanos/as que participaram.

Toda esta convergência nos indica a necessidade de atuarmos de forma articulada, incorporando práticas de denúncia,

promovendo a visibilidade dos conflitos e das proposições que emergem das experiências populares. Estas convergências pulsam no sentido de construir novas autonomias, novos enfrentamentos e sujeitos, mas que, ao final, possa apoiar a construção de novas práticas que superem este processo de adoecimento com que a bacia se encontra.

Convergências em torno do rio Doce: as reuniões preparatórias

1º reunião – novembro/2015: Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro – Casimiro de Abreu-RJ

Este foi o primeiro encontro e contato com o tema e a proposta da Caravana. Várias organizações participantes da Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro, no âmbito do Projeto Comboio Sudeste, sensibilizados e comprometidos com a luta dos agricultores, pescadores e povos do rio Doce testemunharam suas impressões e leituras sobre a tragédia-crime, na forma de relatos e depoimentos. Buscava-se naquela roda de conversa compreender as dimensões do crime e as possibilidades de participação das populações na reivindicação de seus direitos e na reconstrução de suas vidas. Dada as dimensões do crime e sua abrangência territorial, tornou-se fundamental ampliar as convergências e diálogos, junto aos movimentos sociais, e descentralizar a denúncia e a luta política por toda a bacia, já que o número de atingidos, os efeitos a longo prazo e as consequências sociais, econômicas e ambientais eram totalmente desconhecidas. Neste primeiro momento, a Caravana era apenas uma ideia, mas os depoimentos

> "(...) revelaram o enorme drama dos atingidos, a violação de direitos, a desinformação e desconfiança, a ausência do poder público e o abandono das populações atingidas. Foi dado destaque aos temas da desinformação quanto à

> contaminação por metais pesados e outras substâncias da água consumida ao longo do rio Doce; dos problemas de saúde mental dos cerca de 500 sobreviventes dos povoados mais atingidos e que se encontram em pousadas e hotéis. Há uma enorme preocupação quanto ao futuro dessas populações e dos territórios atingidos, bem como da eventual não punição dos responsáveis, dos riscos de futuras tragédias diante das inúmeras barragens na região, além da forma como futuros planos de recuperação da região e do rio Doce serão implementados. O poderio das empresas mineradoras na região, em especial da Samarco na região de Mariana, foi levantado como um problema importante para ações de mobilização, já que vários setores da sociedade local possuem vínculos diretos com a empresa. Constata-se, portanto, uma enorme influência econômica e política da empresa que dificulta a emergência de movimentos coletivos e mobilizações. Várias ações, como a relação com as populações atingidas, a limpeza das áreas devastadas e o atendimento às vítimas estão sendo coordenados diretamente pela Samarco, sem uma participação efetiva dos órgãos públicos" (relato da primeira reunião da Caravana, novembro de 2015, Casimiro de Abreu-RJ).

2º reunião – dezembro/2015: Conselho Regional dos Nutricionistas – Belo Horizonte-MG

Nesse segundo momento, amadurecendo a concepção da Caravana, a ABRASCO, AGB e AMA e ANA expõem sobre a origem da proposta pedagógica da Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce em função da tragédia-crime provocada pelo rompimento da barragem de rejeitos. Como experiências anteriores, as Caravanas Territoriais foram realizadas no processo de organização do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências entre Agroecologia, Saúde Coletiva, Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo. Posteriormente, em 2014, essa abordagem influencia a construção do III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA) em Juazeiro/BA, e o II Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente (II SIBSA) em Belo Horizonte-MG. Nesse encontro, percebeu-se a necessidade de a Caravana ser realizada em compasso/articulação com as várias iniciativas em andamento de movimentos sociais atuantes na

região, em especial o MAB e o MAM, que não estiveram nessa reunião. A temática da água foi destacada como central por vários movimentos sociais. Após a reunião foram feitos os primeiros levantamentos de recursos independentes para garantir a autonomia da Caravana.

3º reunião – janeiro/2016:
Centro Agroecológico Tamanduá – Governador Valadares-MG

Nessa reunião, 22 organizações estiveram presentes. No dia da reunião, o rio Doce, em período de cheia devido às chuvas, estava acima do nível considerado normal, chegando a inundar algumas ruas na beira rio, preocupando os moradores com a possibilidade de contaminação pelos rejeitos. Na reunião foi debatida a importância de problematizar os grandes empreendimentos e projetos industriais, assim como a mineradora Vale S.A., mas também a empresa de celulose CENIBRA (eucalipto) em Belo Oriente, a metalúrgica USIMINAS em Ipatinga, além o setor elétrico (hidroelétricas) e a agropecuária intensiva em agrotóxicos e transgênicos, para mostrar o lado negativo e perverso desses arranjos. Nesse dia o objetivo principal era o de definir as rotas da Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce, principais lugares, datas e agendas, número de participantes e comissões organizativas e disponibilidade de recursos que contribuiriam para processo político pedagógico. Foi também apresentado nesse espaço o que seriam nas rotas as denúncias (impactos da mineração e do modelo hegemônico de desenvolvimento) e os anúncios (experiências de agricultura familiar e agroecológica, dos assentamentos da reforma agrária, de economia solidária, do artesanato, da pesca artesanal, de turismo, de cultura regional, de proteção ambiental, dentre outras alternativas econômicas).

4º reunião – fevereiro/2016:

Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Colatina – Colatina-ES

Nessa reunião que contou com 29 organizações com quase 100 pessoas presentes, o debate chega então com os atingido no estado do Espírito Santo. Dezenas de pescadores estiveram presentes, oriundos de Baixo Guandu, Linhares, Aracruz e principalmente de Colatina, nos quais relataram a situação que estão passando no rio e no mar depois do crime. Espécies de peixes extintas, falta de trabalho, dificuldades para comercializar produtos pelo receio da população de consumir alimentos contaminados; ausência de diálogo com o poder público e com as empresas Samarco/Vale/BHP, água sem condições de ser consumida pela população (nem mesmo para irrigar as plantações), baixo número de famílias atendidas com o auxílio financeiro, pouca união dos moradores e pescadores para a luta além da dificuldade em se entender e em reconhecer quem foram os atingidos.

Foi encaminhado nesse momento o documento base de metodologia para a Caravana e do caderno do participante. Em relação ao registro e a comunicação das atividades, a proposta foi que todo o processo da Caravana fosse documentado em texto, foto e vídeo e editado de forma a ser facilmente reproduzido e coletivizado posteriormente para manter a memória e divulgar a questão em diferentes espaços[4].

5º reunião – março/2016:
Centro Agroecológico Tamanduá – Governador Valadares-MG

Restando poucos dias para a Caravana ocorrer, 27 instituições estiveram na última reunião ampliada onde os representantes de cada rota apresentaram como seriam os

[4] No seguinte endereço eletrônico, www.facebook.com/Caravana-Territorial-da-Bacia-do-Rio-Doce-439933599549529/videos/?ref=page_internal, é possível encontrar alguns dos materiais audiovisuais produzidos pela equipe de comunicação da Caravana.

momentos nos territórios, quantas pessoas iriam estar em cada rota e como seria a culminância com ato público, a Ocupação da Praça dos Pioneiros com as instalações pedagógicas em Governador Valadares e a recepção no assentamento Oziel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As rotas: o mergulho nos territórios

Ao longo das rotas, e a partir de diversas experiências, diálogos, observações, rodas de conversa pôde-se perceber a amplitude dos danos, das perdas e prejuízos decorrente do rompimento da barragem, seja em pequenos municípios, seja em comunidades ribeirinhas, ou mesmos em grandes cidades; seja na agricultura, na pesca, nos modos de vida tradicionais, enfim foi possível compreender o conflito em sua dimensão prática e realmente existente.

Por outro lado, não somente as denúncias foram destacadas, mas também os anúncios de experiências agroecológicas, de educação do campo, outras economias, saneamento rural - através de técnicas de construção de terraços, caixas secas e proteção de nascentes – experiências da economia solidária (mercados comunitários), projetos de homeopatia, horticultura orgânica e pelo protagonismo das mulheres foram fundamentais para mostrar a diversidade de usos, sentidos e vivências na bacia e as possibilidades de recuperação dos ambientes atingidos para além do projeto agro-mínero-exportador hegemônico.

ROTA 1: Alto Rio Doce – Marina/Barra Longa

A Rota 1 se iniciou na segunda feira dia 11/04/2016 na cidade de Marina-MG, um dia antes das demais. Seu objetivo foi percorrer a região de origem da mineração de ferro e o trajeto inicial da lama da barragem do Fundão da Samarco/Vale/BHP,

vivenciando, conhecendo e levantando as experiências de resistência e lutas ao modelo hegemônico de desenvolvimento territorial para o capital, bem como os conflitos, impactos e violações gerados pelo processo de produção capitalista do espaço, em particular pelas mineradoras industriais. A Rota que seguiu o trajeto da lama pelo rio Gualaxo do Norte e rio Carmo, tributários do rio Doce, teve a participação de aproximado de 40 caravaneiros, que representavam 21 organizações e movimentos sociais.

A Rota iniciada em Mariana-MG tinha três finalidades principais: 1) vivenciar e conhecer o contexto histórico e atual da atividade mineral em Mariana, que consistem na base do processo de exploração e destruição capitalista sobre a vida, a natureza, as pessoas e os bens comuns, que resultaram, sobretudo, na tragédia-crime do rompimento da barragem do Fundão; 2) Percorrer o caminho inicial da lama, identificando os impactos sociais e ambientais e ouvindo os relatos de vida e perdas, as demandas e violações provocadas pela Samarco/Vale/BHP; 3) Conhecer as experiências de alternativa ao modelo de desenvolvimento territorial pautado na mineração industrial de exportação e as formas de resistência aos empreendimentos mineradores, seus impactos e processos desiguais.

Na noite anterior ao início da Caravana, os participantes que chegavam à cidade de Mariana-MG foram acolhidos por atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu em suas residências provisórias, proporcionando um momento de diálogos e trocas de maneira informal e íntima. A experiência deste primeiro contato permitiu aos caravaneiros conhecer as histórias de vida, a situação atual e ouvir os relatos dos que vivenciaram o desastre e as transformações de suas realidades a partir do rompimento.

No primeiro dia, a rota partiu simbolicamente da Praça Minas Gerais, ou praça das duas igrejas, no centro da cidade de Mariana-MG. Neste lugar contrasta na paisagem a riqueza do ciclo do ouro e a exploração do trabalho escravo do período colonial representados: por edifícios vultuosos da época (Igreja do Carmo,

Igreja São Francisco de Assis e a atual Câmara Municipal) e pelo pelourinho, local de tortura pública dos escravos. O sentido simbólico do encontro inicial neste lugar foi remeter ao contexto histórico da relação entre mineração e a construção do espaço regional, que contrasta riqueza e pobreza; violência e resistência; desigualdade e solidariedade.

No mesmo dia seguimos para Comunidade do Morro da Água Quente, no município de Catas Altas-MG. Conhecemos naquele lugar, moradores que sofrem há mais de três décadas com os impactos dos passivos abandonados pela mineradora Saicomex, da atividade mineral ativa na mina de São Luís da mineradora Vale e da ameaça da retomada da mina abandonada de Tamanduá, antiga Saicomex, também pela mesma empresa. Circularmos pela área invadida pela mineradora Vale, que se encontra em conflito com a comunidade por conta da supressão do território da comunidade com proibição de acessos, sobreposições de usos incompatíveis (com a exploração mineral e o abastecimento de água local) e violentos impactos socioambientais. Ouvimos relatos de conflitos, impactos, lutas e resistências das mulheres da comunidade do Morro da Água Quente frente à mineração da Vale e seus projetos em operação e expansão. Fomos a uma audiência marcada para debater os futuros projetos da Vale para a comunidade, mas esta foi, repentinamente e sem aviso prévio, cancelada pela empresa.

Esse primeiro contato com a região e seus moradores ressaltou os efeitos nefastos da produção do espaço geográfico pela mineração no Quadrilátero Ferrífero, em particular em Mariana e Catas Altas. Ao longo do trajeto percorrido, a atividade mineral se fazia explicita na paisagem. Avistamos diversas minas em operação e abandonadas, depósitos de estéril e barragens de rejeitos. Lagos artificiais resultantes de antigas cavas e de velhas barragens, possivelmente contaminados por décadas de mineração, configuravam uma nova geomorfologia. A grande circulação de caminhões na estrada, o cruzar das correias

transportadoras de minério, o fluxo constante dos enormes trens que transportam minério de ferro, a poeira e o barulho das diárias explosões de dinamites conformam o perigoso e inóspito espaço de uma área com intensa atividade mineral, mas vivido por muitas pessoas.

Apesar de primeiramente não termos passado pelo trajeto da lama, paramos na beira da rodovia MG-129 para observar a grande barragem de Germano da Samarco/Vale/BHP (maior estrutura das três existentes) e ao fundo pudemos avistar a vertente rompida de Fundão. Ambas ainda ameaçam todos que habitam a jusante destas com a possibilidade de novos rompimentos e avalanches de lama. No entanto, no segundo dia, estivemos em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, localidades de Mariana-MG soterradas pela lama da barragem de Fundão, onde sobre o seco rejeito e as ruínas das comunidades ouvimos e dialogamos com três moradoras atingidas. Temas como o território da comunidade de Bento Rodrigues sua história e antigas vivências, os impactos nas vidas dos moradores após a tragédia, a relação com a Samarco/Vale/BHP e os processos de luta por direitos dos atingidos, foram relatados pelas moradoras. Em contraponto, em Paracatu de Baixo, experiências de produção orgânica e de pequenos pecuaristas, realizadas as margens do desastre, foram elucidadas, demonstrando outras formas de desenvolvimento local, geração de renda e subsistência. Por outro lado, foram desvelados os efeitos do desastre do modelo de desenvolvimento da mineração sobre esses projetos alternativos, em particular as perdas espaciais e econômicas, as novas limitações e as incertezas provocadas pela tragédia.

No terceiro dia, aprofundamos o diálogo com moradores atingidos pela lama na cidade de Barra Longa-MG, em audiência pública com a coordenação do MAB e a presença dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, e na comunidade de Gesteira, zona rural do município. Em ambos os momentos podemos ver, vivenciar e ouvir com os moradores quais foram os efeitos do

avanço da lama sobre a zona rural e urbana e sobre a sociedade e a natureza ao longo dos rios devastados. Os impactos urbanos são bem diferentes dos efeitos da "onda de lama" na zona rural. A cidade, também como um organismo único e coletivo, sente os impactos sociais, ambientais e psicológicos conjuntamente. Os moradores se sentem abandonados pela Samarco/Vale/BHP e o aumento das doenças, da violência sexual sobre as mulheres e da depressão dos habitantes locais são outros retratos oculto desta tragédia ainda em curso. A cidade vive com marcas ainda não limpas da lama e com ativos canteiros de obras nas margens do rio. Na zona rural, o ritmo de obra para conter e remover a lama das margens do rio produz impactos similares à instalação de um grande empreendimento, mas sem o planejamento, as compensações e os controles pertinentes e previstos pela legislação ambiental. O número elevado de caminhões e de homens circulando na região provoca um novo impacto não mensurado sobre a sociedade e o ambiente local. Em Gesteira, sob nuvens de poeira e sobre os escombros da antiga vila, ouvimos um emocionante relato de uma moradora que explicava como era o vilarejo e o desejo de manter a comunidade unida após a tragédia, mesmo com sua fala sendo interrompida pelo forte barulho de caminhões e máquinas operando na retirada da lama.

No quarto dia de Caravana, nas unidades Acaiaca e Sem Peixe das Escolas Família Agrícola debatemos sobre a importância e efeitos das experiências destas escolas para a transformação das vidas e das práticas agrícolas no campo, compreendendo-as como parte de uma alternativa de outro desenvolvimento socioterritorial. A agricultura familiar de base agroecológica, assim como a Reforma Agrária, se destacou como os caminhos possíveis para outro modelo de desenvolvimento mais solidário e harmônico entre seres humanos e destes com a natureza.

Neste dia, nos unimos a Rota 2 às margens da barragem da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, mais conhecida como Usina de Candonga. Lá, onde o rio Doce já se encontrava amarronzado

pela lama da Samarco/Vale/BHP, ouvimos relatos de companheiros do Movimento dos Atingidos por Barragem e do movimento negro que participaram da luta da comunidade de Soberbo, compulsoriamente deslocada pela construção da barragem entre 2001 e 2004, e que ainda luta por direitos não reconhecidos. Tal experiência demonstra os laços históricos e as recorrentes lutas contra o modelo de desenvolvimento pautado em grandes empreendimentos, com efeitos perversos sobre os grupos mais pobres e etnicamente descriminados. A Usina de Candonga, atualmente desativada por conta da tragédia-crime, passa por diversas intervenções de engenharia e sob ameaça de romper por conta do grande contingente, ainda não retirado, de rejeito que reteve e que pressiona as estruturas da barragem.

Durante o percurso da Rota 1, os anúncios e denuncias tinham em comum e em destaque o protagonismo das mulheres nos processos de luta e resistência. Diante da divisão sexual do trabalho, que invisibiliza o trabalho e o cuidado que exercem as mulheres em atividades como o cultivo de hortas orgânicas, trabalho doméstico e cuidado com saúde da família, os impactos se expressam de forma mais contundente sobre elas. E é nesse contexto de vulnerabilidade que as mulheres tecem seu protagonismo na organização comunitária da luta por justiça ambiental e direitos sociais. Os laços comunitários e a solidariedade como princípio que as organizam são historicamente construídos por elas mesmas e o reconhecimento do seu protagonismo na formulação e construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento é essencial para que se fortaleçam as experiências de resistência.

ROTA 2: Alto Rio Doce – vales dos rios Piranga e Casca

A Rota 2 da Caravana Territorial percorreu localidades rurais e urbanas ao longo dos vales dos rios Piranga e Casca, afluentes do rio Doce, e onde estão importantes nascentes. Ela

teve objetivo diferenciado das demais rotas, uma vez que teve maior destaque os *anúncios* de experiências contra-hegemônicas, a exemplo da produção de flores sem uso de agrotóxicos, da homeopatia na agropecuária, do reconhecimento de comunidades tradicionais, da construção de fossas sépticas, da resistência a empreendimentos minerários, da produção agroecológica e da Educação do Campo.

As vivências dos 50 caravaneiros/as nessa rota se deram em áreas não diretamente atingidas pelos rejeitos da barragem (com exceção da parte final, que percorreu o trecho do rio Doce aonde se encontra a Usina Hidrelétrica de Candonga, que conteve grande parte da "lama tóxica" vinda de Mariana). Ela teve início no município de Desterro de Melo-MG e seguiu pela região do Alto Rio Doce com encontros e atividades nos municípios de Paula Cândido, Viçosa, Araponga e Ponte Nova, todos no estado de Minas Gerais.

Em Desterro de Melo, os caravaneiros/as visitaram agricultores ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que apresentaram suas experiências de transição agroecológica e os usos homeopáticos na agropecuária. Além disso, eles também apontaram como desafios socioambientais os conflitos envolvendo uma empresa alemã, a *Brasil Flowers*, e trabalhadores da região que cultivam rosas com uso intensivo de agrotóxicos. Nesse contexto, o Sindicato evidenciou o aumento da contaminação na saúde da população rural, principalmente nas mulheres que trabalham na colheita das rosas, o que se desdobra em abortos, má formação congênita e no aumento de casos de câncer.

Ainda em Desterro de Melo, os/as caravaneiros/as se direcionaram à nascente do rio Xopotó onde foi realizada uma mística sobre a importância de reflorestar a área, de proteger e cercar as nascentes e simbolicamente foi aplicada uma homeopatia no local. Após essas atividades, seguimos para o município de Paula Cândido, Zona da Mata mineira. A Caravana foi recebida com um ato cultural apresentado pelo grupo de Congo José Lúcio

Rocha da comunidade Quilombola de Córrego do Meio, localizada no distrito de Airões. Além disso, ainda como parte da programação de recepção, houve uma roda de conversa sobre as problemáticas do município, tais como a intenção da empresa transnacional *Ferrous Resources* de construir um mineroduto que "cortará" muitas áreas de preservação e nascentes e afetará muitos agricultores familiares de Paula Cândido.

No dia seguinte, ainda neste município, a Caravana se dividiu em três grupos com o objetivo de conhecer de forma mais aprofundada as experiências de construção de fossas sépticas, da articulação de resistência ao mineroduto da empresa *Ferrous* e também de reconhecimento territorial da comunidade quilombola de Airões.

Na comunidade rural de São Mateus, um dos grupos de caravaneiros/as viu o processo de construção de uma fossa séptica, já que lá havia uma em instalação, o que proporcionou o conhecimento de todo o processo aos presentes. Os agricultores destacaram a importância do sistema de mutirão e de troca de dias para a instalação das fossas e também da importância de divulgar o projeto para outras localidades, já que não adianta apenas uma ou duas famílias ter fossas em seus terrenos e os outros não. Além disso, um debate sobre formas alternativas, tais como a evapotranspiradora, de tratamento do esgoto doméstico e aproveitamento do mesmo na agricultura foi travado, e nele pode-se evidenciar a sabedoria popular quanto ao processo em discussão/construção.

Já na comunidade de Morro do Jacá fomos levados a conhecer a experiência de articulação de resistência da *Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous* que conseguiu interromper os planos de instalação de um empreendimento minerário na região. O mineroduto da *Ferrous* pretendia ligar sua mina no município de Congonhas-MG e um porto em Presidente Kennedy-ES, e teria cerca de 480km de extensão. Sua construção afetaria mais de 1000 agricultores entre os estados de Minas

Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, além de destruir inúmeras nascentes e áreas de preservação ambiental. Diante desse possível cenário de destruição, um intenso processo de mobilização de organizações sociais da Zona da Mata mineira se constituiu para fazer frente a esse empreendimento. Surgia, assim, a *Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous*.

Essa campanha se articulou em vários municípios das regiões que seriam impactadas pelo mineroduto e realizou diversas ações de contestação, entre elas pode-se citar assembleias populares, estudos ambientais contestatórios, manifestações públicas, enfim, ações que, de uma forma ou de outra, objetivavam problematizar e debater a viabilidade deste empreendimento minerário[5]. O fato é que, em 2016, a Campanha logrou vitória inédita no país em relação à mineração, já que o período para pedido de renovação da Licença Previa (LP) por parte da empresa expirou e o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) não autorizou a continuidade do processo de licenciamento ambiental do empreendimento.

Por fim, outro grupo visitou, ainda em Paula Cândido, a comunidade Quilombola de Córrego do Meio, onde foi debatido o processo de valorização da identidade, sua cultura e a luta dentro do contexto do reconhecimento desse território ancestral. Mestre Boi e seus companheiros de Congado animaram a conversa demonstrando como o saber popular produzido na comunidade é passado de geração em geração, por meio do incentivo a crianças e jovens ingressarem no Congado. Além disso, o grupo relatou o processo de reconhecimento territorial que se concretizou no ano de 2014.

Após essa divisão, novamente os/as caravaneiros/as se juntaram e seguiram em direção ao município de Araponga, onde almoçamos na Escola Família Agrícola (EFA) Puris, que trabalha

[5] Para mais informações a respeito desse processo, consultar o relatório produzido pela AGB Seção Local Viçosa, disponível na página. http://www.agb.org.br/documentos/2012/relatorio_AGB_ferrous.pdf

a partir dos princípios da Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, com aprendizados no tempo comunidade e no tempo escola. Uma série de instrumentos pedagógicos se dá no cotidiano da EFA, tais como o plano de estudo, colocação em comum, viagens de estudo, visitas às famílias e comunidades dos estudantes, etc. Após o almoço, novamente houve divisão em grupos, porém, desta vez, em dois.

O primeiro grupo saiu em direção a uma propriedade rural do município para conhecer a experiência de "Plantio de Água" de um agricultor agroecológico. Ela foi conduzida por estudantes da UFV que têm um projeto de extensão no local e pelo próprio agricultor que se diz mais do que satisfeito com os resultados que vem observando. Segundo ele, "aqui a água sobe morro", o que significa dizer que, através da recuperação de áreas de matas nativas, a altura do lençol freático aumentou, o que, por sua vez, levou à mudança de local da nascente de sua propriedade para uma porção mais elevada do terreno. Além de produzir de forma agroecológica e de preservar suas áreas, os caravaneiros/as ficaram encantados com a sabedoria do agricultor que, em vários momentos, falava que a "ciência é burra", querendo com isso evidenciar a falta de visibilidade que a academia dá a experiências como a que ele experimentou em termos de transição agroecológica e de recuperação de áreas degradadas.

Já o segundo grupo permaneceu na EFA Puris de Araponga, onde foi apresentado pelos/as estudantes os aprendizados referentes à construção de terraços e caixas secas ao redor da escola com intuito de aumentar a quantidade de água infiltrada no subsolo, contribuindo para que a nascente que existia no terreno da escola volte a fluir.

Por fim, ao final do dia já no município de Viçosa, houve ainda um seminário de debate na UFV, chamado de "*Mineração na Bacia do Rio Doce: Impactos, Conflitos e Resistências*", no qual pesquisadores desta universidade e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

apresentaram suas pesquisas sobre a bacia do rio Doce de forma geral e, particularmente, sobre a tragédia-crime da Samarco/Vale/BHP.

No dia seguinte, a Caravana seguiu em direção ao município de Ponte Nova, cortado pelo rio Piranga, onde houve debate com as organizações locais relacionadas à questão das águas (poluição, saneamento, legislação, cultura, etc.) na região. O grupo também encontrou a Rota 1 em Nova Soberdo, distrito de Santa Cruz do Escalvado, onde era o rio represado pela usina hidrelétrica Risoleta Neves (Candonga), já no rio Doce.

A comunidade de Nova Soberbo sofre com o que se poderia chamar de uma sobreposição de impactos socioambientais, uma vez que ela já foi atingida com a construção da hidrelétrica de Candonga que tem a Vale como uma das acionistas, e agora sofre novamente com os impactos do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco/Vale/BHP. Neste local foi possível ver a cor vermelho-alaranjada e os rejeitos que ainda se encontram na calha do rio. Foi relatado por um pescador que os peixes que subiam o rio Piranga na piracema para se reproduzir não sobreviveram ao rio com rejeito, o que compromete os ciclos reprodutivos e a produção alimentar como um todo. Vários pescadores assim como cientistas também relataram esse problema. Inclusive o Surubim-do-Doce, espécie endêmica e considerada ameaçada de extinção, encontrada anteriormente na região de formação do rio Doce. Após todos esses encontros em diferentes municípios os/as caravaneiros/as se dirigiram para a culminância das rotas em Governador Valadares.

ROTA 3: Médio Rio Doce – microrregião de Governador Valadares

A terceira rota da Caravana circulou pela região do Médio Rio Doce. Movimentos e organizações sociais desta região denunciavam, desde as reuniões preparatórias, o contexto de

degradação ambiental do rio Doce que, devido ao assoreamento em seu curso d'água, já não desaguou no mar em 2015.

A comissão que organizou esta rota optou por dar visibilidade aos conflitos territoriais, evidenciando a luta pela terra de camponeses e indígenas, mas também evidenciando os impactos das construções de barragens hidrelétricas em seus afluentes na região, como o rio Santo Antônio, o rio Corrente e o rio Suaçuí Grande. Foram visitados seis municípios e oito comunidades, aproximadamente 200 pessoas foram envolvidas na passagem desta Rota.

Dialogamos com comunidades indígenas, com agricultores familiares sindicalizados, com educadores e educandos de escolas públicas, de educação indígena, funcionários e moradores do entorno de uma estação de tratamento de água (ETA), associação de mulheres que trabalham em uma padaria comunitária e assentados/as e acampados/as da reforma agrária.

A proposta da Rota foi relacionar a tragédia-crime de Bento Rodrigues com o modelo de desenvolvimento da região, que há décadas vem causando a degradação ambiental, conflitos territoriais por terra, por água e por minérios. A região do Médio Rio Doce tem sua história marcada pelo massacre dos povos indígenas, pela luta dos camponeses pela terra e pela exploração predatória dos recursos naturais tocado literalmente a "ferro e fogo", cujas consequências refletem-se na paisagem atual, dominada por latifúndios e pastagens degradadas. Em menos de um século, a região, antes coberta por densas florestas e abundância de recursos naturais, vivenciou um dos mais dramáticos processos de degradação ambiental da história brasileira, marcado pela violência, concentração fundiária e perda da diversidade biológica e cultural. Neste cenário, os camponeses da região relataram que a pecuária intensiva, manejada com fogo há décadas, vem ocasionando a degradação de topos de morros, e nascentes, levando à diminuição do volume de água nos córregos e rios, e acirrando conflitos pelo uso da água no campo. Além disso,

ribeirinhos, ilheiros e pescadores também denunciaram a falta de proteção aos cursos d'água e a redução considerável da oferta do pescado no rio Doce e seus afluentes.

Assim como as demais rotas, também foi objetivo demonstrar que existem projetos em disputa para o campo brasileiro, ou seja, se de um lado estão as forças do agronegócio e dos impérios agroalimentares, de outro estão as lutas de resistência e r-existência dos movimentos sociais populares, do campo e da cidade. Fernandes (2006), ao tratar desta disputa, analisa que o campo para o agronegócio é meramente um setor da economia, responsável pela produção de *commodities;* enquanto para os movimentos sociais camponeses, é espaço de trabalho, de vida, de cultura e de pertencimento. Portanto, foi com a intenção de escancarar esta disputa por projetos de (etno)desenvolvimento para o campo que a organização da rota decidiu também visitar experiências dos movimentos sociais camponeses que anunciam outros projetos e alternativas, como diversas estratégias de produção de alimentos sem agrotóxicos, de cooperação entre as famílias, de busca pela soberania e autonomia em seus territórios.

No primeiro dia desta Rota, os caravaneiros reuniram-se no Centro Agroecológico Tamanduá (CAT), uma organização não-governamental que trabalha com assistência técnica e extensão rural com foco na Agroecologia, numa relação forte com a Via Campesina. Do CAT, em Governador Valadares-MG, seguimos para o município de Açucena-MG e depois de um longo trecho de estrada de chão chegamos à Aldeia Pataxó Geru Tukunã. Tivemos a oportunidade de ouvir do cacique e dos demais indígenas um pouco de sua história e os conflitos enfrentados com o Estado e com os fazendeiros da região durante a ocupação da área.

Como forma de compensação ambiental pelos empreendimentos hidrelétricos, o Estado de Minas Gerais criou o Parque Estadual do Rio Corrente (Unidade de Conservação Estadual de Proteção Integral com 5.065 ha, homologado em dezembro de 1998. A área do Parque localiza-se no domínio do

bioma da Mata Atlântica e abriga mais de 20 nascentes de diferentes ribeirões e córregos, afluentes de importantes e imprescindíveis cursos hídricos, como o ribeirão São Mateus, o ribeirão São Félix e o córrego Porto Santa Rita, todos desaguando no rio Corrente, que por sua vez, deságua no rio Doce.

Em 2010, um grupo de indígenas Pataxó que vivia na aldeia Alto das Posses, na Fazenda Guarani (Carmésia-MG), migrou para a região, ocupando uma área dentro do Parque Estadual do Rio Corrente, onde constituíram a aldeia Geru Tukunã. Antes, o que era pasto degradado, tornou-se uma aldeia produtiva, onde os indígenas produzem muita mandioca, abacaxi e uma grande variedade de frutas em sistemas agroflorestais. Entretanto, os Pataxós vivem em constante tensão devido aos seguidos incêndios e desmatamentos promovidos pelos fazendeiros que também estão dentro da área do Parque, utilizando-se inclusive de táticas de contratação de milícia armada e de coerção das lideranças indígenas, agravando o impasse e os conflitos quanto à indefinição na demarcação territorial. Apesar de todas estas incertezas, tivemos a oportunidade de conhecer o trabalho dos Pataxós no manejo e recuperação da área da aldeia.

A paisagem da aldeia evidencia um local de muito trabalho e de cuidado com a terra. O sentimento de pertença e as formas de relação com a natureza se expressaram na noite cultural, em que os Pataxós apresentaram seus cantos e danças. Nesta mesma noite, pudemos ouvir a educadora responsável pela educação infantil das crianças da aldeia. A professora faz o curso de educação indígena na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e contou a trajetória de lutas em defesa de uma educação indígena, na garantida da identidade cultural, linguística, da história dos povos indígenas, de sua forma específica de educar e se relacionar com a natureza.

No dia seguinte seguimos para a sede do município de Açucena-MG, onde conhecemos a experiência de um restaurante popular, em que a maior parte dos alimentos oferecidos vem da

agricultura familiar. Ao lado do restaurante aconteceu uma plenária com representantes dos agricultores familiares do município e moradores da cidade, em que debatemos os conflitos existentes e a escassez de água no município, que vem sofrendo grandes intervenções em seu território, inicialmente com a monocultura do eucalipto, que ocupa atualmente cerca de 6.000 ha; com a implantação dos grandes empreendimentos hidrelétricos (Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs de Corrente Grande e Barra da Paciência no rio Corrente; e UHE de Porto Estrela no rio Santo Antônio), resultando num enorme passivo ambiental e social; e, mais recentemente, com previsão de passagem de 12,5 km de mineroduto da Manabi. Ao lado da plenária aconteceu uma Feira da Economia Solidária, onde esteve presente a grande diversidade de produtos da agricultura familiar, importantes da manutenção do modo de vida e da soberania alimentar camponesa. A arte também esteve presente, um poeta do município apresentou seus poemas condenando a tragédia-crime do rio Doce, um casal de músicos locais entoou cantos de denúncia.

Na tarde do segundo dia, seguimos ao distrito de Cachoeira Escura, na cidade de Belo Oriente-MG. Durante o processo de colonização do vale do rio Doce, o distrito tornou-se lugar de passagem para viajantes e empreendedores a partir de 1912, com a chegada da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). Na década de 1970, com o avanço industrial no Vale do Aço, foi implantada no local a Cenibra, uma das maiores produtoras mundiais de celulose branqueada. Desde então, grande parte das florestas nativas remanescentes foram desmatadas para ceder espaço às grandes monoculturas de eucalipto para abastecer a atividade industrial da empresa. Em Cachoeira Escura, residem aproximadamente 12 mil pessoas que foram atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, pois a água que abastece o distrito continua sendo captada exclusivamente do rio Doce e vem sendo tratada com o polêmico polímero de acácia negra na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Belo Oriente. No distrito, os

participantes da Caravana, juntamente com vários moradores locais visitaram a estação de tratamento de água (ETA), e puderam conferir o processo utilizado para tratar a água captada no rio Doce e servida à população local. Representes da empresa, juntamente com funcionários da Samarco nos acompanharam na visita e deram detalhes dos produtos utilizados para "tratar" a água antes de servir à população. A empresa alega estar seguindo todos os aspectos exigidos pelo Ministério da Saúde para o tratamento da água. Entretanto, quando questionados pelos participantes da Caravana sobre a Resolução nº 357/2005 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), os funcionários não deram nenhuma resposta. Esta resolução dispõe sobre a classificação dos corpos d'água e as diretrizes para seu enquadramento e captação para o abastecimento humano. De acordo com a resolução, a água do rio Doce não poderia sequer ser captada para entrar na estação de tratamento.

A entrada de pessoas da comunidade e de militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para conhecer o tratamento da água foi um instrumento pedagógico interessante, pois os moradores fizeram uma série de questionamentos aos funcionários, especialmente quando relataram coceiras no corpo e no couro cabeludo em muitas pessoas da comunidade, além de problemas estomacais, fato que não ocorria antes da tragédia-crime. Ao visitar outro ponto do distrito, moradores locais também nos relataram os mesmos problemas, e não apenas casos isolados, mas generalizados na família, na vizinhança e especialmente nas crianças.

Após as visitas à ETA, a Caravana seguiu rumo a uma cachoeira do rio Doce que dá nome ao distrito, onde os moradores de Cachoeira Escura e entorno costumavam passar seus finais de semana pescando, nadando, se divertindo com famílias e amigos. O local atualmente está tomado de lama de rejeito, a água do rio com aspecto turvo e os peixes desapareceram. Tivemos a oportunidade de ouvir pescadores artesanais, que viviam do

pescado e cujas vidas estão comprometidas, pois perderam sua principal fonte de alimento e de sustento.

No período da noite, a Caravana seguiu para Ipatinga-MG e foi acolhida pela Escola Municipal Arthur Bernardes, onde ocorreram rodas de conversa com professores, estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA Rural) e do PROJOVEM, durante a noite. O objetivo deste espaço foi levar a discussão das consequências da tragédia-crime para o ambiente escolar, envolver professores e estudantes, refletir sobre as consequências das promessas de desenvolvimento, e ao mesmo tempo apresentar as experiências positivas de relação com a natureza que encontramos ao longo da Caravana, protagonizadas pelos movimentos e organizações sociais. As experiências em Cachoeira Escura e Ipatinga foram de grande importância para intercâmbios entre os movimentos sociais camponeses e urbanos, evidenciando a necessidade de se debater a dualidade campo-cidade, buscando maior diálogo na construção de um projeto de desenvolvimento popular para a região, considerando o território urbano-industrial do Vale do Aço e o território rural do Médio Rio Doce.

No terceiro dia de Caravana, conhecemos o acampamento Cachoeira da Fumaça em Governador Valadares, instalado às margens da BR-381, próximo ao km 170. Ouvimos a história de resistência e luta dos moradores do acampamento frente ao processo de construção da Usina Hidrelétrica de Baguari, as ações do aparato jurídico e coercitivo do Estado para reprimir as ações da Via Campesina no local. Estima-se que a construção da usina impactou a vida de mais de trezentas famílias de agricultores familiares, ribeirinhos e ilheiros em seis municípios mineiros (Iapu, Sobrália, Fernandes Tourinho, Governador Valadares, Periquito e Alpercata), que tinham livre acesso ao rio, seja pelo fato de ele estar próximo às suas moradas ou até mesmo fazer parte do quintal de suas casas. O acampamento existe e resiste há nove anos, e mesmo diante de tantos conflitos, os acampados do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) nos receberam e

apresentaram seu trabalho de resistência na terra, no cultivo agroecológico de hortaliças, na manutenção de raças crioulas de porcos e galinhas, na produção artesanal de bolos e quitandas, na conservação e comercialização de plantas medicinais.

Na parte da tarde visitamos o município de Frei Inocêncio-MG, banhado pelo rio Suaçuí Grande, que está sendo cotado como captação alternativa de águas para o abastecimento de Governador Valadares. Porém, o que pudemos observar foi que o contexto de superexploração da natureza – característica marcante do agronegócio – já apresenta suas consequências nesta região: terras degradadas, sulcos, voçorocas, perda da fertilidade dos solos, perda da biodiversidade e assoreamento do rio devido ao desaparecimento de nascentes e erosão laminar. Como realizar captação alternativa de água para uma cidade de quase 300 mil habitantes em um rio que se encontra em amplo processo de perda de volume d'água e assoreamento? São indagações que fomos tecendo ao longo da caminhada e ouvindo os atores dos territórios.

Ainda em Frei Inocêncio-MG conhecemos outra denúncia dos movimentos sociais: a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) de Cachoeira do Paiol. A presença do MAB nesta rota foi fundamental para levantar diversos questionamentos a respeito da PCH, da finalidade da energia, da disparidade absurda entre o preço da energia cobrada das empresas e o preço cobrado da população, e sobre os impactos gerados ao redor de Cachoeira do Paiol com essa obra. A PCH de Cachoeira do Paiol não tem sequer o acesso alternativo dos peixes para realizarem a piracema. Portanto, este afluente, que poderia servir como berçário de espécies que poderiam repovoar o rio Doce não terá esta finalidade. A conexão entre os peixes e o rio Doce foi impedida pela construção da PCH. Não foi possível visitar a PCH, pois os funcionários não autorizaram a nossa entrada. Inclusive, quando chegamos ao local, havia uma viatura da Polícia Militar à porta de entrada da PCH. Assim que deixamos o local, a viatura da PM também foi embora. Nesta mesma tarde conhecemos a associação de quitandeiras de

Cachoeira do Paiol, experiência de trabalho coletivo e de resgate da cultura alimentar da região.

Passamos a terceira noite no polo regional da Federação de Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG), em Governador Valadares. Saímos na manhã seguinte em direção a dois assentamentos no município de Tumiritinga-MG, que simbolizam a luta pela terra no Médio Rio Doce. Nos anos 80, um grupo de camponeses do vale do Mucuri e do Médio Jequitinhonha engajou-se na luta pela terra com o apoio inicial da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dos sindicatos de trabalhadores rurais. Em 1985, uma parte do grupo integrou-se ao MST, enquanto outra parte de assentados originários de Tumiritinga permaneceu ligado ao sindicato do município. Em ação conjunta, os dois grupos ocuparam a Fazenda Califórnia, às margens do rio Doce, e posteriormente divididas em duas áreas que deram origem, respectivamente, aos assentamentos 1º de Junho, com 2.608 hectares e 81 famílias, e Cachoeirinha, com 403 hectares e 33 famílias assentadas.

Começamos a visita pelo assentamento 1º de Junho, onde fomos recebidos na escola com uma mística emocionante, em que estavam presentes crianças, jovens, adultos e idosos do assentamento. A mística é uma ação importante dos movimentos sociais, responsável por trazer a dimensão dos sentimentos e da espiritualidade, através da música, poesia, dança, encenação, cantos, gestos, símbolos e palavras de ordem. Encerramos a mística todos de punhos erguidos cantando o hino do MST, foi um momento de muita força e emoção. Em seguida, os/as assentados/as apresentaram o histórico de lutas e conquistas do assentamento e especificamente da luta por uma Educação do Campo, e a importância de se construir uma educação que atente para a realidade dos povos camponeses, cuja proposta pedagógica, currículo e metodologias estejam articulados ao modo de vida, à história e à cultura destes povos, e que desperte o reconhecimento de sua identidade camponesa, aliada à investigação da realidade

que circunda o campo. A educação do campo, segundo os assentados, tem sido importantíssima para a construção de um projeto de campo mais emancipador, livre de explorações e integrado à natureza.

Após o almoço fomos, em cortejo, visitar a experiência de conservação, melhoramento e catalogação de sementes crioulas feitas pelo Sr. Roberto Luz, guardião da agrobiodiversidade, que fez de sua propriedade uma grande instalação pedagógica para nos receber, de modo que em cada parte do terreno se tornou um ponto de reflexão. Ora com o lixo, que não deve ser jogado na natureza e pode ser reaproveitado, ora com a cobertura morta para manter o solo coberto, reduzir a erosão e aumentar a fertilidade dos solos; ora com a importância de ter uma diversidade de cultivos na horta, entre eles plantas medicinais e flores. Também falou dos biofertilizantes e apresentou a ampla variedade de sementes crioulas que ele produz e conserva, sementes de hortaliças, cereais e árvores, uma experiência de muita importância para fazer frente ao avanço dos impérios agroalimentares que tem gerado a "erosão genética", reduzindo a grande variedade de plantas e raças crioulas presentes no campo. Como assinala PLOEG (2014), o campo de produção camponesa é um espaço de resistência à força destes impérios.

Nesta mesma tarde visitamos ainda o assentamento Cachoeirinha, onde paramos na propriedade do casal Sr. Luiz Eugênio e D. Eva. O casal vive no assentamento há mais de vinte anos produzindo café, coco, abacaxi, batata doce, cana e uma grande diversidade de hortaliças, comercializando seus alimentos por venda direta ou pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O lote do casal é banhado pelo rio Doce, de onde era bombeada a água para irrigar a plantação e também aproveitavam as terras fertilizadas durante as cheias do rio para plantar abóbora, batata doce e melancia. Após a tragédia-crime da Samarco/Vale/BHP, a água contaminada com rejeito da mineração matou toda a plantação que havia, não apenas na beira do rio, mas

em toda a área que foi alagada em virtude do grande volume de águas com lama da barragem de Fundão. As demais plantações (coco, abacaxi e café) também foram severamente afetadas, e das quatro áreas de hortaliças o casal agora só consegue manter uma, utilizando a água de um poço para irrigação. Os rejeitos também chegaram ao tanque de peixes do casal, matando mais de seis mil animais. A contrapartida da Samarco/Vale/BHP foi de oferecer um cartão, com um salário mínimo mensal, porém durou até o terceiro mês, a partir de então os vários atingidos não sabem qual será a contrapartida da empresa. A iniciativa do cartão foi muito questionada entre os participantes, por provocar uma forte alteração do habito alimentar das pessoas, além de não ser suficiente para cobrir os danos que cada família sofreu. Muitas pessoas relataram sobre esse cartão ao longo da rota, dizendo que ele não será suficiente para deixar o povo calado frente a este crime socioambiental.

ROTA 4: Baixo Rio Doce – Impactos a partir da Foz

A Rota 4 percorre o caminho inverso do rejeito, em direção a montante do rio Doce, percorrendo desde a foz do Doce, localizada na Vila de Regência em Linhares-ES, passando pelo Assentamento do MST "Sezínio Fernandes" (Linhares-ES), nas comunidades de pescadores de Maria Ortiz (Colatina-ES) e Mascarenhas (Baixo Guandu-ES); pela Terra Indígena Krenak (Resplendor-MG) até Governador Valadares-MG.

Participaram da rota estudantes, professores/as universitários/as, agricultores/as, pescadores/as, indígenas Tupiniquim, Botocudo, Krenak e Guarani, lideranças comunitárias, moradores/as dos assentamentos da Reforma Agrária, representantes de movimentos sociais, jornalistas de mídias alternativas, cidadãos indignados com a situação, surfistas e pessoas que vivem do turismo na região.

Em Regência-ES, o grupo se deparou com a expansão dos impactos do rio no oceano. A comunidade que vivia do turismo e pesca hoje já não sabe mais como será seu futuro, muitas pessoas inclusive já abandonaram a vila. O surf também era uma atividade bastante praticada em Regência devido à qualidade das ondas, lugar esse um dos melhores pontos do Brasil onde já ocorreu diversos eventos de importância nacional e internacional. Os pescadores se veem prejudicados tanto pelo impacto no rio e no mar, cuja pluma de contaminação percorreu de norte a sul do estado. Ressalta-se que no momento que a barragem de Fundão se rompeu, a foz do rio estava fechada, devido ao processo de sedimentação do mar, visto que o rio não estava com água e força suficiente para ultrapassar a barra e desaguar no mar. Logo em seguida ao rompimento máquinas foram contratadas e abriram a foz do rio.

As consequências para a pesca artesanal são imensuráveis, pois milhares de pessoas dependiam da mesma para sobrevivência. Ao menos 1.249 pescadores/as estavam cadastrados nas áreas atingidas pelo rejeito em Minas Gerais e Espírito Santo (POEMAS, 2015). A pesca no mar, com exceção a destinada à pesquisa científica, está proibida na faixa de 25 metros de profundidade, desde 22/02/2016 por determinação da Justiça Federal entre Barra do Riacho, em Aracruz-ES, ao sul da foz, até a praia de Degredo em Linhares, ao norte da foz.

Ainda em Linhares-ES, a rota vai ao Assentamento do MST "Sezínio Fernandes". Um importante assentamento que contrasta com o município onde predomina grandes latifúndios, áreas de pastagens e monoculturas. Foi relatado como a polícia atuou com violência quando a comunidade buscava proteger as lagoas da contaminação vinda com o rejeito tóxico e foi reprimida com balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio. Como os assentados não foram atendidos pela prefeitura, eles fecham a rodovia que corta o assentamento como forma de protesto e somente após isso é que foi feito uma barreia interrompendo o

contato fluvial entre o rio Doce e as lagoas que eram usadas no assentamento.

No percorrer da Rota se realizou atos públicos em praças com a apresentação de documentários e falas abertas denunciando o crime. Em Maria Ortiz revelou-se uma comunidade sufocada na paisagem entre a linha férrea de minério da Vale e o rio contaminado pelo rejeito tóxico, onde os pescadores lutam por seus direitos, onde agora mais um impacto é detectado na comunidade, que na realidade é mais um caso de sobreposição de impactos socioambientais encontrados em diversas localidades do país.

Em Mascarenhas, próxima à Usina Hidrelétrica de Mascarenhas, também sofreu com mais uma sobreposição de impactos. Além disso, foi relatado que os moradores/as são submetidos/as à vigilância permanente das câmeras de segurança da Usina Hidroelétrica Mascarenhas, na qual controla todo o movimento e possibilidades de resistência da comunidade, além de realizar a criminalização no período de defeso da pesca, o que torna evidente a atrocidade que as comunidades tradicionais estão submetidas.

Já na Terra Indígena Krenak os impactos vão além da racionalidade predominantemente presente na bacia, pois o rio Doce na cultura Krenak possui sentido espiritual que emana a ancestralidade, o rio é chamado por eles de *Watu*. O rio é presente no modo de vida indígena; é presente na culinária através do pescado, no lazer e nos rituais de batismo das crianças, entretanto agora não podem mais ser realizadas. Revelou-se assim, após a passagem dos rejeitos, uma grave violação do princípio da autodeterminação dos povos, ferindo a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) Sobre Povos Indígenas e Tribais (promulgada em 1989 e ratificada pelo Estado Brasileiro em 2002). Segundo Andrea Krenak, "o rio faz parte de nós, da nossa cultura, é como se tivessem tirado um parente nosso". Além dos Krenak em Resplendor, os Tupiniquins e Guaranis que vivem em Aracruz, também tiverem seu modo de vida impactado, pois os

mesmos pescavam nas praias hoje contaminadas na costa capixaba.

A culminância: olhares compartilhados

No dia 14 a partir do início da noite, todas as caravaneiras/os se encontram no assentamento do MST, Oziel Alves, fundado em 1997, símbolo da resistência e luta pela terra e território na região do Médio Rio Doce. Após uma janta coletiva, as rotas são recebidas pelas assentadas/os que apresentaram brevemente o assentamento, seus princípios e funcionamento das atividades.

Pela manhã do dia seguinte, o MST, em jornada nacional de Lutas pela Reforma Agrária, promoveu um protesto na rodovia BR-116 expondo inclusive a memória do Massacre de Eldorado dos Carajás, que em 2016 completou 20 anos de impunidade. De acordo com nota do movimento, foram realizadas diversas ações em 18 estados do país que contaram com a participação de cerca de 62 mil Sem Terra[6].

Já o grupo da Caravana se dirigiu para o centro de Governador Valadares, na praça dos Pioneiros. Através da metodologia participativa proposta pela Instalação Pedagógica, as quatro rotas apresentaram os anúncios e denúncias para a população da cidade que circulou pelo espaço, bem como socializou entre os próprios caravaneiros o que ocorreu nas demais rotas. Com uso de diferentes objetos, tais como fotos, desenhos, cartazes, cartilhas, placas, sementes crioulas, rejeitos da Samarco, garrafas com água de nascentes e do rio Doce contaminado, redes de pesca artesanal amarelada pelos rejeitos, entre outros, foi-se então desenhado a apresentação da Instalação.

[6] Nota de acordo com comunicado no MST, disponível na página http://www.mst.org.br/2016/04/15/jornada-nacional-de-lutas-mobiliza-40-mil-sem-terra-em-15-estados-do-pais.html.

Posteriormente no mesmo local, ocorreu uma mesa pública, mediada pela AGB, no qual participaram membros da Comissão de Criação do Fórum Permanente em Defesa do Rio Doce, do Ministério Público Federal, os Krenak e um representante dos grupos de pesquisa/universidades e posteriormente as falas foram abertas ao debate como o público.

Por fim, no dia seguinte ocorreu um protesto pelas ruas de Governador Valadares, denunciando o crime da Samarco por toda a bacia, do oceano a Bento Rodrigues, percorrendo diversas ruas e avenidas, inclusive em caminhada ao lado do rio Doce, finalizando com um ato político na praça da estação na qual foi lida pelas mulheres a Carta Política[7] da Caravana.

Considerações finais e o Pós Caravana: o que fazer?

A Caravana foi um momento único de aproximação de variadas escalas e pessoas com ideias comuns, assim como das organizações que trabalharam de forma coletiva e solidária para promover outra forma de desenvolvimento. Materiais produzidos já estão sendo usados em espaços de formação, escolas, palestras, encontros nacionais (como no XVIII Encontro Nacional de Geógrafos - ENG realizado em julho de 2016 em São Luís-MA) e circulando pela internet (curtas, documentos, fotos, etc.). A partir de então, novos horizontes passam a ser necessários. Cada organização em sua região passa a ter mais elementos e criticidade que possam colocar em questão o modelo predatório e insustentável de desenvolvimento adotado historicamente pelo Estado Brasileiro.

A agroecologia, como visto nas experiências, passa a ser a referência dos anúncios em busca da relação mais harmônica entre o ser humano e os recursos naturais. Percebemos ainda que os

[7] A carta pode ser lida e acessada na página da AGB: http://www.agb.org.br/attachments/article/185/Carta%20Polit%C3%ADca%20%20Caravana%20Territorial%20da%20Bacia%20do%20Rio%20Doce.pdf.

pilares da agroecologia são indispensáveis para se pensar a longo prazo a recuperação da bacia e a proposição de alternativas econômicas, sociais e ecológicas.

Essa síntese elaborada pretende compartilhar e contribuir com olhares críticos e repensar as metodologias diferenciadas que a Geografia brasileira pode utilizar para geografar, vivenciando e/ou intervindo concomitantemente com outros sujeitos que resistem no(s) território(s) atingido(s). Foi um importante exercício de busca de uma articulação nacional dos GTs da AGB e das diferentes seções locais. Fica a questão, como a Geografia brasileira e a AGB, em particular, irá se manifestar e atuar nesses próximos anos após a maior tragédia-crime socioambiental do país?

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

FERNANDES, B. M. **Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais.** IN: MOLINA, M. C. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p.27-39.

PLOEG, J. D. V. D. **Sete teses sobre a Agricultura Camponesa**. IN: PETERSEN, Paulo (org). Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA: 2009. P. 17-32.

PoEMAS. **Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)**. Mimeo. 2015.

ZHOURI, A. O desastre e a política das afetações: classificações e ações que administram o sofrimento social. In: **O desastre da Samarco**: Balanço dos seis meses de impactos e ações. Mariana-MG. Maio, 2016. (Comunicação Oral).